



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

ALBERTO RAFAEL RIBEIRO MENDES

**O ROSÁRIO MACABRO DOS TRABALHADORES RURAIS: VIOLÊNCIA E
RESISTÊNCIA NO GOVERNO SARNEY – A REPÚBLICA ENVELHECIDA
(1985 – 1989).**

FORTALEZA

2023

ALBERTO RAFAEL RIBEIRO MENDES

O ROSÁRIO MACABRO DOS TRABALHADORES RURAIS: VIOLÊNCIA E
RESISTÊNCIA NO GOVERNO SARNEY – A REPÚBLICA ENVELHECIDA
(1985 – 1989).

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em História Social, do Centro de Humanidades, da Universidade Federal do Ceará (UFC), como requisito para obtenção do título de Doutor em História Social. Área de concentração: História Social.

Orientadora: Kênia Sousa Rios.

FORTALEZA

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M49r Mendes, Alberto Rafael Ribeiro.

O rosário macabro dos trabalhadores rurais : violência e resistência no governo Sarney – a república envelhecida (1985 – 1989) / Alberto Rafael Ribeiro Mendes. – 2023.
326 f. : il. color.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2023.

Orientação: Profa. Dra. Kênia Sousa Rios.

1. Violência no campo. 2. MST. 3. CPT. 4. República envelhecida. 5. Resistência camponesa. I.
Título.

CDD 900

ALBERTO RAFAEL RIBEIRO MENDES

O ROSÁRIO MACABRO DOS TRABALHADORES RURAIS: VIOLÊNCIA E
RESISTÊNCIA NO GOVERNO SARNEY – A REPÚBLICA ENVELHECIDA
(1985 – 1989).

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, do Departamento de Humanidades, da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em História Social. Área de concentração: História Social.

Orientadora: Kênia Sousa Rios.

Aprovada em 28/03/2023.

BANCA EXAMINADORA

Kênia Souza Rios (Orientadora)

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Adelaide Gonçalves

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Pablo de Andrade Porfírio

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Francisco Régis Lopes Ramos

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Pere Petit

Universidade Federal do Pará (UFPA)

Para João Vicente e José Pedro.

AGRADECIMENTOS

Companheiros
quero escrever-me de homens
quero calcar-me de terra
quero ser
a estrada marinha
que prossegue depois do último caminho
e quando ficar sem mim

não terei escrito
senão por vós
irmãos de um sonho
por vós
que não sereis derrotados

deixo-vos
a paciência dos rios
a idade dos livros que não se desfolham

mas não lego
mapa nem bússola
porque andei sempre
sobre meus pés
e doeu-me às vezes viver
hei de inventar
um verso que vos faça justiça

por ora
basta-me o arco-íris
em que vos sonho

basta-me saber que morreis demasiado
por viverdes de menos
mas que permaneceis sem preço
companheiros

Mia Couto.

Estas palavras ficaram para o último momento da escrita desta tese, e como é difícil elaborar qualquer oração que seja capaz de exprimir o sentimento de gratidão por cada companheiro que me acompanhou durante a construção desta narrativa. Escrevi também por vós, por sua causa, por causa de seu apoio. A todos, muito obrigado!

Lília Maria, minha companheira, cúmplice deste sonho, gratidão.

Aos amigos Ana Kelly, Sávio Xavier, Camila Freitas, Cristiano Mendes, Denisvânia Landim, Lúcio Flávio, Gracielle Coutinho, Joana Dantas, vossa torcida foi fundamental.

Grato pelo feliz encontro com pessoas tão incríveis, meus amigos do Doutorado, com que partilhei muitos risos, desabafos, trocas de experiências, alegrias. Criamos um grande laço, somos uma adorável turma. Pra vocês esta tese. *Cinthya*, pela partilha de

tantos momentos, pelo cuidado e pelas palavras de afeto; *Tasso*, pelo incentivo, pela troca de saberes e por tua alegria; o “exibido” mais amado; *Thiago*, o filho que eu quero ter; *Juliana*, *Renata* e *Luciana*, as mulheres mães guerreiras, *Diego*, amigo querido e confidente; *Monyse*, uma força incrível; *Hilde*, grande incentivador. Adoro vocês.

Kênia Sousa Rios, orientadora querida e entusiasta da minha caminhada. Grato pela confiança e pela liberdade na escrita deste trabalho. Seu apoio me fez acreditar na possibilidade de chegar até aqui.

Aos professores Adelaide Gonçalves e Pablo Porfírio, pela disponibilidade de participarem das bancas de qualificação e defesa. O carinho e a atenção que dedicaram ao meu texto motivaram a continuidade desta pesquisa. Espelhei-me também em vós.

Professor Régis Lopes, muito honrado por tê-lo, uma vez mais, na avaliação da minha escrita. Recorri muitas vezes à sua obra, na tentativa de alcançar um pouco da sensibilidade presente em suas histórias. Obrigado!

Pere Petit, imensamente agradecido por aceitar participar da minha banca de defesa de tese. Pela atenção, pelo entusiasmo e pelo carinho, plenamente visíveis nas comunicações que tivemos, muito grato.

Aos amigos da *Biblioteca Pública Municipal de Pindoretama*, que me acolheram tão bem, com tanta atenção e cuidado, obrigado. Dulce, Nilcéa, Marcelo, Jucinha, Lulu, com vocês divido esta escrita.

Minha mãe, Maria de Fátima, por todos os esforços que me fizeram chegar até aqui, devo tudo a ti. Te amo!

A Deus, porque sei que esta tese também é uma dádiva.

RESUMO

O primeiro governo civil após a ditadura militar no Brasil, conduzido pelo presidente José Sarney, representou, para os trabalhadores rurais, a intensificação de todas as formas de violência no campo. A autoproclamada “Nova República” não foi capaz de romper as amarras com a antiga ordem autoritária, reproduzindo medidas políticas e beneficiando velhos parceiros; não levou adiante a proposta de reforma agrária anunciada pelo PNRA, como também foi incapaz de garantir a proteção dos direitos humanos no campo.

Esta tese analisa a atuação da *Comissão Pastoral da Terra – CPT* (1975) e do *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST* (1984) no trabalho de produção de visibilidades e dizibilidades sobre o problema da violência no campo, constituindo o que denominamos de *lutas para poder dizer* a agonia dos trabalhadores rurais e seus aliados na luta pela terra. Pretende-se analisar o *Rosário macabro*, a saber, as *estratégias* e as *táticas* do MST e da CPT para nomear, narrar, publicar e denunciar a violência persistente, tornando-a uma questão de ordem nacional. Logo, a análise dos boletins, dos cadernos de formação, dos dossiês, dos jornais, dos cartazes e das charges, que servem como fontes para este trabalho, também os toma como ferramentas de construção do discurso sobre a violência e instrumentos da luta e da batalha discursiva em questão, que complementa àquela luta no chão da terra, por meio da ocupação, dos assentamentos e das marchas.

Igualmente, interessa analisar como essa produção discursiva centrada na persistência da violência foi mobilizada para evidenciar as semelhanças entre a “velha” ordem militarizada e o estabelecimento de uma “nova” República, o que leva os trabalhadores e os agentes de mediação a perceberem-na como uma *República envelhecida*. O que esta tese demonstra é a não concretização do *novo tempo*, mas a repetição de uma política fundiária voltada para os interesses do latifúndio e do empresariado rural, na mesma medida em que continua a tratar as lutas pela reforma agrária e pela terra como ações perigosas, além de considerar inimigos todos aqueles que se irmanaram aos pobres da terra, vistos como criadores de conflitos.

Palavras-chave: violência no campo; MST; CPT; república envelhecida; resistência camponesa.

ABSTRACT

The first civilian government after the military dictatorship in Brazil, led by President José Sarney, represented, for rural workers, the intensification of all forms of violence in the countryside. The self-proclaimed “New Republic” was not able to break the bonds with the old authoritarian order, reproducing political measures and benefiting old partners; it did not carry out the proposal for agrarian reform announced by PNRA and was also unable to guarantee the protection of human rights in the countryside.

This dissertation analyzes the role of the *Comissão Pastoral da Terra* (Pastoral Land Commission) – CPT (1975) and the *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra* (Landless Rural Workers Movement) – MST (1984) in the work of producing visibilities and sayings about the problem of violence in the countryside, constituting what we call *struggles to be able to voice* the agony of rural workers and their allies in the struggle for land. It is intended to analyze the *macabre Rosary*, namely, the *strategies* and *tactics* of the MST and CPT to name, narrate, publish and denounce persistent violence, making it a matter of national order. Therefore, the analysis of the bulletins, training booklets, dossiers, newspapers, posters, and political cartoons, which serve as sources for this work, also takes them as tools for building the discourse on violence and instruments of the struggle and discursive battle in question, which complements that struggle on the land's ground, through occupation, settlements, and marches.

Likewise, it is interesting to analyze how this discursive production centered on the persistence of violence was mobilized to highlight the similarities between the “old” militarized order and the establishment of a “new” Republic, which leads workers and mediation agents to perceive it as an *aged Republic*. What this dissertation demonstrates is the non-fulfillment of the *new time*, but the repetition of a land policy focused on the interests of the large estate and rural businessmen, in the same way that it continues to treat the struggles for agrarian reform and land as dangerous actions, as well as considering enemies all those who have joined the poor of the land, seen as conflict creators.

Keywords: violence in the countryside; MST; CPT; aged republic; peasant resistance.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Imagem 1 – Luís Fernando Veríssimo.
- Imagem 2 – Corvo.
- Imagem 3 – PNRA de Sarney.
- Imagem 4 – Trajano Bueno Bicalho.
- Imagem 5 – A guerra é pra valer.
- Imagem 6 – TFP: agitação social.
- Imagem 7 – Irmã Sabina.
- Imagem 8 – Irmã Sabina 2.
- Imagem 9 – O fantasma da reforma agrária.
- Imagem 10 – casas queimadas.
- Imagem 11 – casas destruídas.
- Imagem 12 – mulher sem terra.
- Imagem 13 – posseiros expulsos.
- Imagem 14 – Minervinha.
- Imagem 15 – Veto à música Gervásio.
- Imagem 16 – CHESF: a besta-fera.
- Imagem 17 – Policiais resgatam corpos no rio Itacaiúnas.
- Imagem 18 – Falkon.
- Imagem 19 – Caveira encontrada.
- Imagem 20 – Relação dos mortos pela seca 1979 – 83.
- Imagem 21 – Quadro de conflitos 1985 – 86 – 87.
- Imagem 22 – Porantim.
- Imagem 23 – Conflitos de terra 1989.
- Imagem 24 – Violência nos conflitos de terra por regiões.
- Imagem 25 – Boletim CUT.
- Imagem 26 – Tribunal da Terra – MS.
- Imagem 27 – Boletim Sem Terra.
- Imagem 28 – Sem Terra (capa).
- Imagem 29 – Os mártires da terra.
- Imagem 30 – Corvo.
- Imagem 31 – Schöreder.
- Imagem 32 – Ferreirinha.

Imagem 33 – Justiça.

Imagem 34 – Assassinado.

Imagem 35 – Barreiras nas estradas – Trairi – CE.

Imagem 36 – Agricultores em romaria pelas ruas de Trairi.

Imagem 37 – Corvo.

Imagem 38 – Schöreder.

Imagem 39 – Clésio Pereira.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|----------|---|
| ABRA | Associação Brasileira de Reforma Agrária. |
| ANC | Assembleia Nacional Constituinte. |
| CCV | Comissão Camponesa da Verdade. |
| CDDH/AEP | Centro de Defesa dos Direitos Humanos/ Assessoria e Educação Popular. |
| CEBs | Comunidades Eclesiais de Base. |
| CEMDP | Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. |
| CEPAC | Centro Piauiense de Ação Cultural. |
| CIMI | Conselho Indigenista Missionário. |
| CNBB | Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. |
| CNV | Comissão Nacional da Verdade. |
| CONTAG | Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura. |
| CPT | Comissão Pastoral da Terra. |
| CSN | Conselho de Segurança Nacional. |
| CUT | Central Única dos Trabalhadores. |
| DCDP | Divisão de Censura e Diversões Públicas. |
| FETAEMA | Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Maranhão. |
| FETAPE | Federal dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco. |
| GEBAM | Grupo Executivo do Baixo Amazonas. |
| GETAT | Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins. |
| IBASE | Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. |
| INCRA | Instituto de Colonização e Reforma Agrária. |
| JST | Jornal dos Trabalhadores Sem Terra. |
| LSN | Lei de Segurança Nacional. |
| MIRAD | Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário. |
| MRE | Ministério das Relações Exteriores. |
| MST | Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. |
| OAB | Ordem dos Advogados do Brasil. |
| PCB | Partido Comunista Brasileiro. |
| PNRA | Plano Nacional de Reforma Agrária. |
| SEGRAC | Sociedade Editora e Gráfica de Ação comunitária. |
| SNI | Serviço Nacional de Informações. |

| | |
|-----|--|
| SRB | Sociedade Rural Brasileira. |
| TFP | Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade. |
| UDR | União Democrática Ruralista. |

SUMÁRIO

| | | |
|----------|---|-----|
| 1 | CONSIDERAÇÕES INICIAIS | 17 |
| | <i>Primeira Parte: A velha violência</i> | 33 |
| 2 | REFORMA AGRÁRIA: TEMA EXPLOSIVO | 33 |
| 2.1 | <i>Sem Terra não há democracia</i> | 36 |
| 2.2 | <i>Margarida, José ... até quando? A escalada da violência no campo</i> | 42 |
| 2.3 | <i>PNRA ou uma carta de más intenções</i> | 52 |
| | <i>Segunda Parte: Medo e terror: sobre modos de eliminação da vida</i> | 67 |
| 3 | A VIOLÊNCIA DA FALA: O DISCURSO DE MORTE | 67 |
| 3.1 | <i>Espalhar o medo, produzir inimigos</i> | 72 |
| 3.2 | <i>Ditos de sofrimento e de dor</i> | 88 |
| 4 | LIMPAR A TERRA, IMPEDIR A VIDA | 102 |
| 4.1 | <i>Banir: quando os corpos incomodam</i> | 102 |
| 4.1.2 | <i>Queimaram minha casa, destruíram minha roça</i> | 103 |
| 4.2 | <i>O corpo resiste</i> | 121 |
| 5 | A ANGÚSTIA DOS CORPOS | 131 |
| 5.1 | <i>Corpos marcados</i> | 134 |
| 5.2. | <i>A ausência de marcas: os corpos desaparecidos</i> | 147 |
| | <i>Terceira Parte: Rosário macabro: a insistente narrativa da dor</i> | 162 |
| 6 | ASSASSINATOS NO CAMPO: OS MORTOS DA DITADURA | 162 |
| 6.1 | <i>Um dossiê em favor da memória dos camponeses mortos na ditadura</i> | 163 |
| 6.2. | <i>Essa memória nos pertence</i> | 172 |
| 7 | CONFLITOS NO CAMPO BRASIL: REGISTROS DA AGONIA | 186 |
| 7.1 | <i>Uma nação chamada conflito</i> | 186 |
| 7.2. | <i>CPT: as veias da democracia no campo</i> | 201 |

| | | |
|--------------|---|------------|
| 8 | NOTICIAR A DOR QUE É NOSSA..... | 216 |
| 8.1 | <i>Enquadramentos da violência.....</i> | 218 |
| 8.2 | <i>“Quadro de guerra” do Brasil.....</i> | 230 |
| | <i>Quarta parte: Enlutar: morte é vida.....</i> | 251 |
| 9 | LUTO E PROTESTO: O VALOR DA VIDA DO OUTRO..... | 251 |
| 9.1 | <i>A vida nasce da morte: da vítima ao mártir.....</i> | 251 |
| 9.2 | <i>Culto dos mártires: missa e protesto.....</i> | 257 |
| 9.3 | <i>Nós também temos Direitos Humanos.....</i> | 271 |
| 9.3.1 | <i>Os direitos humanos que brotam da luta.....</i> | 272 |
| 9.4. | <i>É uma campanha orquestrada! A imagem do Brasil no exterior.....</i> | 288 |
| 10 | CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 305 |
| | FONTES | 309 |
| | REFERÊNCIAS | 314 |

Decreto de Natal

O decreto foi assinado
No ano I da Nova República Envelhecida
Lavrador sem terra ficou atento
Nordestino retirante se pôs de pé e suspirou!
Mãe-Maria da espera
Cochichou ao filho na barriga:
“Menininho, vem depressa!
A terra já-já será nossa,
Nascerás no chão que é teu”!
Latifundiário violento berrou feio.
Comprou armas, comprou jagunço,
Comprou arame, comprou trator,
Comprou mentira, caluniou.
Destruiu casas de pobre,
Pisou esperança,
Matou lavrador!
A TERRA GEMEU, A LUA CHOROU.
No sertão, na serra, no mar
Um mutirão de gente e estrelas
Se pôs a marchar na noite ...
E quando o galo cantou
Na hora do natal - o povo unido,
Na luz do divino,
Decretara – o menino da Mãe-Maria da espera
haverá de nascer na terra libertada e
ninguém, jamais, arrancará a alegria dos pequenos!

(Zé Vicente)

Nota preliminar

A escrita de uma hora dolorosa.

Este trabalho fala da dor, do sofrimento, da angústia dos trabalhadores rurais em luta contra os poderosos da terra no Brasil e contra o poder político, por vezes tão ou mais violento que os latifundiários e seus comandados, os jagunços, as milícias privadas. Sabia eu que seria uma escrita difícil, tanto pela crueza dos acontecimentos, quanto pela intensidade dos relatos que ficaram registrados nas diversas fontes que compõem esta narrativa. Foram tantas as vezes que parei diante dos escritos e das imagens da agonia dos pobres da terra.

O que não imaginava, há pelo menos quatro anos, quando resolvi me dedicar a esta pesquisa, era que a dimensão da dor registrada nos jornais, nos dossiês, nas imagens, nas cartas, nos boletins etc., poderia ser intensificada pela presença constante da morte de milhares de seres humanos, de grandes contingentes de brasileiros vitimados pela pandemia da COVID 19. Foram tempos difíceis. A presença de tantos mortos impossibilitou, por diversas vezes, a leitura do sofrimento pretérito. A história também se encontra no nível das sensações, ela carrega uma certa dose de possibilidades e entraves que só podem ser acessados ao nível da pele ou da mente.

A conclusão deste trabalho representa não somente a finalização de uma etapa e o cumprimento de uma exigência acadêmica. Ela é a história de uma resistência individual, que se soma a muitas outras resistências, daqueles que sobreviveram à COVID, ao governo genocida do ex-presidente Jair Bolsonaro, aos que garantiram a sobrevivência da Democracia no Brasil. Os sobreviventes de agora, que encontram aqueles do passado, os trabalhadores e seus aliados na luta pela terra, pela reforma agrária, pela democratização do país. Não sei se já podemos falar de arrefecimento da dor, mas um certo alívio já pode ser sentido, o que me permite dividir com os futuros leitores desta tese a alegria que agora me ocorre.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

[...] Depois da guerra, pensava eu, restavam apenas cinzas, destroços sem íntimo. Tudo pesando, definitivo e sem reparo.

Hoje sei que não é verdade. Onde restou o homem sobreviveu semente, sonho a engravidar o tempo. Esse sonho se ocultou no mais inacessível de nós, lá onde a violência não podia golpear, lá onde a barbárie não tinha acesso. Em todo este tempo, a terra guardou, inteiras, as suas vozes.

Mia Couto¹.

Reunir as migalhas dispersas das informações locais ocultadas pela distância, pelo isolamento e pela censura feroz; reunir as migalhas dispersas dos pequenos e grandes conflitos, isolados, nos muitos pontos do país; reunir as migalhas dispersas das presenças minúsculas e frágeis de bispos, religiosos e religiosas, agentes de pastoral, dispersos pelas muitas prelazias e dioceses onde a voracidade do grande capital espalha a violência, a expulsão; reunir as migalhas da fraqueza e do desalento e fazer o pão da força e da esperança – esse foi o trabalho que começou naquele junho de 1975, num Encontro sobre Migrações e Conflitos na Amazônia Legal.

José de Souza Martins².

Por razões que nos cabe problematizar, há momentos em que a violência parece alcançar uma potência máxima, que nos consome, nos submete, aparecendo de maneira escancarada diante de nossos olhos. É a urgência da violência cotidiana, aquela nossa que faz tombar a criança negra vítima da bala “perdida” nos centros urbanos; que cala a tiros a voz das lideranças indígenas protetoras das florestas³. Ou ainda, aquela que, sob o argumento de uma operação contra o tráfico de drogas, elimina 28 vidas na operação considerada a mais letal da cidade do Rio de Janeiro⁴.

Recrudescimento da violência ou, simplesmente, maior visibilidade em determinado tempo histórico? O certo é que sua escalada põe em questão as formas de sociabilidade produtoras de violência; reintroduz a problemática de seu recuo ou avanço

¹ COUTO, Mia. *Histórias abensonhadas*. São Paulo: Companhia da Letras, 2012, p. 5.

² MARTINS, José de Souza. *Na revolta das formigas*. 1985.

³ Refiro-me especialmente às mortes da menina Agatha Victória Sales Félix, de apenas oito anos, assassinada por uma bala de fuzil enquanto transitava dentro de uma Kombi na comunidade da Fazendinha no Complexo do Alemão – Rio de Janeiro, em 20 de Setembro de 2019, e ao assassinato do líder indígena, Paulo Paulino Guajajara, morto na tarde de sexta-feira, dia 1º de novembro de 2019, por ocasião de um conflito com madeireiros no estado do Maranhão.

⁴ A operação ocorreu em 06 de maio de 2021 na comunidade do Jacarezinho, zona Norte do Rio de Janeiro. Orquestrada pela Polícia Civil, para cumprir mandados de prisão contra alvos do tráfico de drogas, a operação causou a morte de 28 pessoas, dentre elas um policial.

na história, inclusive para aquelas conjunturas em que afirmava-se um processo de pacificação e controle das manifestações violentas⁵.

Nesses momentos, também é verdade, fecundam as lutas de resistência na cidade e no campo, organizam-se os sujeitos, formam-se os movimentos sociais, ressoam as vozes para atender a um imperativo: *dizer!*

Isso nos faz pensar nas lutas para poder dizer a violência do passado. Em que lugares ficaram guardados os ditos de dor e de sofrimento? O que foi dito? Como foi dito, e por quem? O que desejavam aqueles que, diante da violência escancarada, resolveram não silenciar? Que mecanismos, que *táticas* ou *estratégias* (CERTEAU, 2012) inventaram para narrarem suas dores, ou as dores dos outros, ou de outros tempos? E que reações foram capazes de provocar ao pronunciarem tal sofrimento?

Com Arlette Farge, cabe dizer que a reflexão histórica do sofrimento e da crueldade é também parte de um desejo de querer erradicá-los hoje (FARGE, 2011, p. 23). Para isto, uma vez mais, é preciso encontrar palavras. Mais que isso, dispor os ditos de dor e de sofrimento pretéritos em uma trama que nos possa fazer ver e crer na violência que também é a nossa.

Este trabalho pretende acompanhar o desfiar de um *Rosário macabro*, como sugere o seu título, e o seu intuito é analisar a produção discursiva sobre a violência no campo a partir da *Comissão Pastoral da Terra – CPT*, e do *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST*, na vigência do primeiro governo civil após a ditadura militar de 1964⁶.

Busco destacar as formas, os meios, os canais de apresentação e as linguagens postas em prática por esses dois atores no trabalho de construção de *dizibilidades* e *visibilidades*⁷ para a questão da *violência no campo*, expressão que, antes de se tornar

⁵ Sobre isso ver MUCHEMBLED, Robert. *Uma história da violência: do final da Idade Média aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Edições 70, 2014.

⁶ Para o historiador Jorge Ferreira, esse período corresponde à terceira fase da transição democrática no Brasil. A transição, segundo Ferreira, compreende três momentos: a primeira fase, de 1974 a 1982, marcada pelo controle militar do processo de transição; a segunda fase, de 1982 a 1985, quando o controle militar já não é mais absoluto e novos atores políticos entram em cena pressionando o processo de democratização; a terceira e última fase, de 1985 a 1989, que compreende o governo de José Sarney. Ver FERREIRA, Jorge. O presidente acidental: José Sarney e a transição democrática. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Orgs.). *O Brasil republicano: o tempo da nova república: da transição democrática à crise política de 2016: quinta república (1985-2016)*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2018.

⁷ Dizibilidades e visibilidades dizem respeito ao enquadramento do real a partir de dadas formas de vê-lo e dizê-lo, o que compreende a criação de conceitos, temas, objetos e imagens que permitam apresentá-lo, demarcá-lo e produzi-lo, no sentido mesmo de inventar, de criar sob novas formas e saberes, sob práticas discursivas e não discursivas. Sobre dizibilidade e visibilidade ver: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 2009.

familiar e integrada à nossa comunidade de sentidos, é o resultado de uma batalha que se processa no plano do discurso, que pressupõe ditos e escritos, além de um importante componente visual.

Com Susan Sontag, cabe, uma vez mais, pensar o que se faz *Diante da dor dos outros*. E a argumentação posta em questão sugere um enquadramento dos sofrimentos do outro que pode ser da ordem da rejeição e ojeriza à violência, ou, ao contrário, pode seduzir e impulsionar, levando-nos a contextos cada vez mais violentos.

Minha proposta visa, também, pensar os enquadramentos das dores e dos sofrimentos dos trabalhadores rurais, dos posseiros, das lideranças da luta por direitos trabalhistas e por terra, dos religiosos que se irmanaram aos *pobres da terra*. Chamo *enquadramentos da violência* os atos de produção de panfletos, cartas, dossiês, cadernos de formação, cartazes, jornais etc., imbuídos da tarefa de encontrar palavras para poder dizer os crimes, os assassinatos, as torturas, as perseguições, as ameaças de morte, e tantas outras formas de violações de direitos no campo. Esse trabalho também faz ver, criando imagens visuais, orientando formas de olhar, imprimindo certos formatos de apresentação da violência contra o trabalhador rural.

Considero, acercando-me das ideias de Judith Butler, que os enquadramentos produzidos pela CPT e pelo MST, apelam para nosso posicionamento ético e político diante das injustiças sociais, das violações de direitos, da negação da própria condição humana de alguns sujeitos. Posto que:

Existem maneiras de enquadrar que mostram o humano em sua fragilidade e precariedade, que nos permitem defender o valor e a dignidade da vida humana, reagir com indignação quando vidas são degradadas ou dilaceradas sem que se leve em conta seu valor enquanto vidas. E há enquadramentos que impedem a capacidade de resposta, nos quais essa atividade de impedimento é realizada pelo próprio enquadramento efetiva e repetidamente – sua própria ação negativa, por assim dizer, sobre o que não será explicitamente representado (BUTLER, 2018, p. 118).

É sobre o que é apresentado, mas também como o é. E também sobre o que se deixa sem representação, sobre o que se julga indigno de figurar no discurso. A resposta ética e política já se realiza na própria decisão de representar a vida humana frequentemente desprovida de tal status. Foi isso o que a CPT fez e continua a fazer em nosso tempo. Como continua firme a disposição do MST de enlutar as vidas perdidas no campo.

São atos de denúncia, de resistência e de coragem que desafiam o poder privado dos latifundiários e suas milícias, mas também a violência institucionalizada do Estado,

na ditadura e na autoproclamada “Nova República”. Uma *batalha discursiva* que acompanha e complementa a luta no chão da terra (com as ocupações, com os assentamentos, com as marchas, com o enfretamento diante das forças policiais no instante do despejo). É a parte da luta que se faz em golpes de palavras, em ocupações discursivas e visuais do imaginário brasileiro, em protestos narrativos no jornal, na revista, no boletim pastoral, na charge, no cartaz, formando uma regularidade discursiva, constituindo um *Rosário* suplicante, teimoso e esperançoso.

José de Souza Martins, em um belíssimo texto sobre o aniversário de 10 anos de criação da CPT, recorre à imagem das formigas para destacar a importância do trabalho realizado por esta instituição, a saber, o de recolher as migalhas das informações dispersas sobre os trabalhadores rurais do país, as migalhas das informações sobre as muitas e variadas formas de violência operadas pelo regime militar, além das migalhas da atuação da Igreja que fez a opção pelos pobres do campo.

Dispostos *Na revolta das formigas*, esse é o título do texto, a CPT desnudou a existência de conflitos de terra para além da Amazônia, produziu e publicou notícias sobre a violência no campo, rompendo a barreira da censura; deu centralidade aos problemas da concentração de terra e as injustiças dela decorrentes; pautou a necessidade e a urgência de uma reforma agrária no país, como uma das etapas essenciais do processo de democratização pelo qual passava⁸.

Uma parte fundamental dessa *Revolta* que se mantém ativa até nossos dias, se fez pelas muitas e diversificadas formas de apresentação dos conflitos e das violências no campo. Em boletins pastorais, jornais, folhetos, cartas, cadernos de conflitos, livros, cartazes, poemas, canções etc., as *formigas* da CPT produziram (e ainda produzem) sua narrativa, por vezes impactante, sobre a situação dos trabalhadores rurais do Brasil. Trata-se da luta travada também no plano do discurso, a disputar lugares com a grande imprensa, a desafiar as informações oficiais do governo federal. Aqui se situa a problemática proposta nesta tese.

Falo também do MST, a reprodução das *formigas* e de sua *Revolta*. Não se pode, como já demonstrou Michael Löwy, pensar o nascimento do MST sem mencionar as suas origens sociorreligiosas do *Cristianismo da Libertação*, sem ressaltar o papel que a CPT desempenhou na sua formação, emprestando-lhe as bases de uma ação que compreende

⁸ Ver MARTINS, José de Souza. *Na revolta das formigas*. 1985.

“os pobres como sujeitos de sua própria história” (LÖWY, 2016, p. 228). De acordo com este autor:

Uma das características centrais da cultura sociorreligiosa da CPT – que se encontra integralmente no MST – é a crítica das consequências dramáticas da introdução do capitalismo no campo – fome, expulsão dos camponeses, pauperização, êxodo rural: a denúncia da política de “modernização” autoritária dos militares e dos seus projetos faraônicos e o protesto contra a orientação neoliberal dos governos civis neoliberais que sucederam, a partir de 1985, o regime militar (LÖWY, 2016, p. 228).

Ora, compreendo esses dois atores, que têm suas trajetórias marcadas pelo mesmo traço sociorreligioso, que se levantam numa temporalidade marcada pelo autoritarismo da ditadura militar, que se postam diante do assombro das populações do campo para denunciar publicamente a violência e seus agentes causadores, como personagens que desarrumam a transição democrática no Brasil, no sentido de explicitarem os seus limites, de enfatizarem a permanência dos padrões autoritários e excludentes, mormente em relação às questões fundiárias.

Falo, portanto, da entrada de dois novos personagens na cena pública brasileira⁹, unidos não somente pelo traço de origem religiosa, mas também pelo enfrentamento contra a ditadura militar e pelo retorno da democracia no Brasil; dois atores responsáveis, dentre outras coisas, pela politização das lutas dos trabalhadores rurais, pela reintrodução da pauta da reforma agrária e do problema da violência no campo no centro dos debates nacionais.

⁹ Eder Sader (1988) discorreu sobre a emergência de novos personagens na cena pública da grande São Paulo, compreendendo a formação e a atuação de movimentos populares entre as décadas de 1970 e 1980. Priorizando quatro movimentos específicos, os clubes de mães da periferia sul, a Oposição Metalúrgica de São Paulo, o Movimento de saúde da periferia leste e o Sindicato dos metalúrgicos de São Paulo, Sader mostra como essas diferentes manifestações fazem emergir no cenário político da cidade novos personagens, que surgem das periferias, trazendo suas próprias reivindicações, seu próprio modo de pautar seus interesses. O foco da análise de Sader é o do cotidiano, a observação dos modos de vida dos trabalhadores, das suas ideias, dos seus anseios e seus modos de atuar politicamente. Para Sader, os novos personagens em cena provém, também, de transformações processadas no interior de três instituições em crise: a *Igreja* e sua perda de influência entre as camadas populares, o que a levou a uma reorientação na direção da Teologia da Libertação; os *grupos de esquerda* que, após a derrota da luta armada, e o arrefecimento das ideias revolucionárias, sofrem significativas modificações, sobretudo na busca por formas mais concretas de aproximação com as camadas populares, com os trabalhadores, numa tentativa de formação de organizações populares e conscientização para a defesa de interesses mais cotidianos, como o direito à saúde, à educação, à habitação etc.; e o *sindicalismo*, em crise pela falta de representatividade de suas bases e pelo caráter fundamentalmente assistencialista e burocrático de sua atuação. Daí, surgem novos dirigentes e lideranças sindicais, críticos do sindicalismo assistencialista, prometendo e praticando o que denominaram de sindicalismo autêntico, ou novo sindicalismo, disposto a assumir as lutas e as reivindicações de seus representados. Ver SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970 – 1980)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

O MST também criou (e cria) seus próprios mecanismos discursivos e denunciatórios da violência no campo: o *Boletim Sem Terra*, o *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, os cadernos de formação, os cartazes, os dossiês de assassinatos no campo, as charges etc. Uma multifacetada estratégia de luta narrativa que complementa, ao mesmo tempo em que fomenta aquela luta disposta nas ocupações de terra, nos acampamentos, nas marchas, nos protestos na beira da estrada, na cidade ou no Congresso Nacional.

Nos impele, portanto, a problematização das lutas de resistência contra o violento, a produção de mecanismos de enfrentamento, especificamente os dispositivos discursivos, a resistência pela palavra, pela narração da violência sofrida. Os ditos e os escritos produzidos na iminência ou na concretude da morte.

Lutas para poder dizer, porque a narrativa não estava, muitas vezes, autorizada. Por vezes interdita, negada, falseada, perseguida ou ignorada, essa produção discursiva se tornou incômoda, algazarra perturbadora, algaravia intransigente, porque desarrumou a ideia e a imagem do estabelecimento de uma “Nova República”, conceito aceito por parte da historiografia brasileira. O que os trabalhadores rurais e os grupos engajados na luta pela reforma agrária e pela terra mostraram foi uma *República Envelhecida*, como passo a denominar a partir de agora o governo do presidente José Sarney (1985 – 1989).

Envelhecida porque nasce do pacto com a *ditadura acabada*¹⁰ e conduzida por Sarney, declarado defensor do regime autoritário. Velha porque entregue, majoritariamente, aos políticos ligados à ditadura, abancados nos ministérios e no Congresso Nacional¹¹. *Envelhecida* porque continuou a privilegiar os empresários rurais e os latifundiários, incapaz de levar adiante uma reforma agrária em benefício dos trabalhadores rurais. Porque manteve elevado os índices de violência no campo, como consequência da sua opção pelo grande capital.

Arcaica República porque continuou a ver os apoiadores dos homens do campo como inimigos, como forças desagregadoras e geradoras de conflito. A CPT e o MST, mas também outras entidades defensoras dos direitos das minorias camponesas, indígenas, trabalhadoras etc. foram alvos das tentativas de criminalização e deslegitimação pelo governo de Sarney, incomodado, em parte, com a atividade

¹⁰ Ver GASPARI, Elio. *A ditadura acabada*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016.

¹¹ Ver CAMPOLLO DE SOUZA, Maria do Carmo. A Nova República brasileira: sob a espada de Dâmoques. In: STEPAN, Alfred. (Org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

discursiva produzida por esses atores, sobretudo quando expunham, no lugar de uma “nova” e “melhorada”¹² República, uma profusão de formas antigas de poder.

Daí porque o que vamos encontrar nas páginas seguintes é uma batalha de palavras para poder imprimir o tema da violência no campo como questão a ser olhada, ouvida, incorporada no discurso político, econômico e social. Falas sobre acontecimentos violentos e falas que são também, elas mesmas, acontecimentos verbais, ditos e escritos que criam a realidade de que tratam, que inserem novas questões, novos olhares, novas formas de ver, de saber. *Falas acontecimentos* que instituem novas crenças; discursos, como nos ensinou Michel Foucault, que não são simplesmente a tradução das lutas, mas aquilo pelo que se luta, o poder do qual nos queremos assenhorar (FOUCAULT, 2012, p. 10).

1985 foi um marco de esperanças na História recente do Brasil. Era o fim oficial da ditadura militar que durara 21 anos, despertando as expectativas de reconstrução da democracia. Era o retorno ao poder de um presidente civil, embora isso tenha se dado à custa de um pacto com os militares. No campo, para os trabalhadores rurais, era o anúncio de que o grande sonho de uma reforma agrária se tornaria realidade. José Sarney, então presidente da República, anunciou o *Plano Nacional de Reforma Agrária* – PNRA. No horizonte, as expectativas apontavam para a instalação de uma *Assembleia Constituinte* que devolveria as garantias democráticas ao país, além das eleições diretas para presidente.

No entanto, as expectativas rapidamente foram frustradas. A pauta da reforma agrária tão logo foi anunciada teve que enfrentar a dura resistência dos latifundiários, da *União Democrática Ruralista* – UDR, que reagiu com força e violência, elevando os índices de conflitos e assassinatos no campo. E o país foi obrigado a ver e ouvir, reiteradamente, a associação entre reforma agrária e violência, fórmula que até hoje parece funcionar, quando se trata de pensar a questão agrária no Brasil.

Cabe, pois, recuperar a historicidade desse momento de expectativas e frustrações, partindo de uma análise dos discursos sobre a violência no campo, da produção de uma dada visibilidade e dizibilidade que acabaram por criar, ou nos termos

¹² Na modernidade, a ideia de um novo tempo, diferente do passado, estava, frequentemente, associada à reivindicação qualitativa da emergência de um tempo melhorado em relação ao período anterior. Ver KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC Rio, 2006.

de Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2009), *inventar*¹³ a violência no campo como questão nacional, como problema, como realidade.

É evidente que não se trata de negar a existência da violência no campo em momentos anteriores ao escopo de nossa pesquisa, isso seria absurdo, especialmente porque seria negar os horrores que atravessam a história brasileira quando se trata de pensar as populações rurais, indígenas, quilombolas. O esforço aqui é problematizar como e por quais mecanismos, a violência no campo transforma-se em problema para o Governo Federal, o Congresso Nacional, a Igreja Católica, a imprensa, os movimentos sociais. Como esta questão rompe a fronteira entre o campo e a cidade para se tornar motivos de debates em todo o país.

O tempo do anúncio do PNRA também foi o tempo da elevação dos índices de violência no campo, realidade que foi transformada pelo discurso do MST e da CPT em responsabilidade do governo, em herança da ditadura, em entrave para a democracia, em violação de direitos humanos, em resultado da incapacidade do país em fazer a reforma agrária. Também coube a esse discurso alargar o conceito de violência no campo para agregar a tortura, os “acidentes de trabalho”, o “trabalho escravo”¹⁴, as prisões, as perseguições, as ameaças de morte, os massacres, o suicídio, os despejos, a destruição de casas e plantações, a fome, a falta de assistência médica, o não acesso à Justiça, a omissão da imprensa, a força policial etc.

Isto é o novo que o discurso inventou. São novas formas de enfeixar a violência, de dizê-la, de pronunciá-la. Assim, cabe analisar o discurso como uma prática instituinte, fundante, que não se resume à representação, mas participa da fabricação dos objetos de que trata. Importa, nesse sentido, analisar a *vontade de verdade* (FOUCAULT, 2012, p. 18-19) que precede a “verdade” que se apresenta para nós, em nossas fontes, nas falas

¹³ A invenção diz respeito construção de um novo objeto, de uma nova realidade a partir de práticas sociais e discursivas historicamente localizadas. Trata-se de pensar, em dado momento histórico, como se processou a emergência de novas visibilidades e dizibilidades sobre um objeto, criando-o, inventando-o, fazendo-o aparecer como problema anteriormente inexistente. Ver ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 2009.

¹⁴ Em livro recente, Angela de Castro Gomes e Regina Beatriz Guimarães Neto, analisam como a palavra “escravo”, que tinha sido abolida do código penal após 1888, retorna posteriormente ao vocabulário jurídico e penal, sendo retomada sempre em que trabalhadores são colocados em situações análogas ao trabalho escravo, inclusive no Brasil contemporâneo, no final do século XX e início do XXI. Um dos escopos da obra é demonstrar como a categoria de “trabalho análogo à escravidão” incorporou-se no vocabulário atual, tentando destacar os usos e os agentes desta categoria. Ver GOMES, Angela de Castro; NETO, Regina Beatriz Guimarães. *Trabalho escravo contemporâneo: tempo presente e seus usos do passado*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

dos arquivos, na escrita engajada do MST e da CPT, nos pronunciamentos do governo, nas imagens de horror que imprensa veiculou, na caricatura dos jornais e revistas.

Dito isto, faz-se necessário pensar os produtores, os agentes, os atores políticos e sociais inventores desta “nova” realidade. Neste ponto, a análise está centrada na atuação do MST, fundado em 1984, e da CPT, fundada em 1975. Trata-se de pensar não somente como estes personagens fabricam ditos e escritos para dar conta dos assassinatos, prisões, torturas, desaparecimentos, despejos e tantas outras formas de violência, mas de problematizar, ainda, os usos políticos que fazem desta produção. No limite, impõe-se a necessidade de pensar a própria constituição destes atores enquanto defensores dos trabalhadores rurais e de sua principal bandeira, a reforma agrária. A violência que sofrem torna-se também a violência que os faz existir enquanto sujeitos da luta e para a luta. Impõe-se pensar como, nesses momentos, criam-se sujeitos resistentes ou consencientes (FARGE, 2011, p. 28).

Igualmente, cumpre também problematizar os meios e as formas de apresentação deste discurso, os suportes, os canais, a regularidade de imagens e de palavras, os espaços em que foram ditos e escritos o sofrimento, a dor, a morte, a tortura. Tanto a CPT, quanto o MST lançaram mão de uma grande diversidade de meios de publicação das lutas dos camponeses: revistas, cadernos de formação, boletins, jornais, cartazes, charges, dossiês, cartas, mapas etc. Entendemos que esses mecanismos variados de apresentação da luta camponesa representam também um modo de fazer-se da CPT e do MST, meios de construção e legitimação de seu poder de representação dos trabalhadores.

Destarte, o conjunto dessa documentação constitui uma fonte fundamental para perscrutarmos como e por quais meios a CPT e o MST construíram o discurso sobre a violência e sua relação com a concentração fundiária. Trata-se de verificar como foram narrados os assassinatos, os massacres, os despejos, as situações de tortura etc. Trata-se de analisar o discurso em sua forma, em sua apresentação; de verificar a sua ocorrência, as formas de circulação, a repercussão.

A temporalidade da discussão é o governo de José Sarney (1985 – 1989), para alguns, a última fase da transição democrática brasileira (FERREIRA, 2018); para outros, o início de uma “Nova República” (NAPOLITANO, 2020). Chamo-a de *República envelhecida*, tomando emprestado o adjetivo que os próprios trabalhadores rurais e seus apoiadores utilizaram para se referir a um tempo marcado pela atualização das antigas formas de condução da questão agrária e pelas velhas formas de tratamento das

populações camponesas, especialmente o uso da violência, em suas muitas faces, como forma de controle das lutas sociais.

Os limites dessa temporalidade precisaram ser ultrapassados em alguns momentos, recuando aos finais da década de 1970, o tempo da *ditadura acabada*, para usar a expressão de Elio Gaspari. Nessa fase de passagem da ditadura para a *República envelhecida* vê-se emergir, ao lado e com os trabalhadores do campo, a CPT e o MST. Vê-se também ressurgir a discussão sobre a urgência de uma reforma agrária democratizante; o nascimento das lutas em torno dos direitos humanos dos homens na cidade e no campo; a criação de inúmeras iniciativas discursivas, ditas e escritas, em defesa dos direitos dos camponeses, instrumentos de denúncia da violência e de produção de memória desses sujeitos. Espaço de tempo fecundo em luta, em resistência, em enfrentamento com o poder; tempo de afirmação dos novos sujeitos sociais, a cobrar dos novos governos o seu lugar na República em construção.

Para acompanhar este *Rosário macabro* optei pela divisão da Tese em 4 partes. Na primeira, *A velha violência*, busco discutir os limites do processo de democratização da sociedade brasileira, analisando os discursos de um *horizonte de expectativa* (KOSELLECK, 2016) centrado na emergência de um novo tempo político, o fim da ditadura e o restabelecimento da democracia. O que surgia como festa para alguns setores da sociedade, animados e crentes de que o passado autoritário ficaria para trás, se constituiu em pesadelo para os trabalhadores rurais e seus aliados na luta pela terra.

Isso porque também o processo de democratização política foi marcado por uma escalada exponencial de todas as formas de violência no campo, com índices alarmantes de assassinatos, torturas, ameaças de morte etc., tornando-se a crônica cotidiana dos trabalhadores rurais. Ressalte-se que, um dos ingredientes desse aumento da violência foi o anúncio do PNRA – *Plano Nacional de Reforma Agrária*, em maio de 1985, medida que prometia retirar do papel o *Estatuto da Terra*¹⁵, enterrado pela ditadura, e iniciar um processo de reforma agrária nos termos daquele documento.

¹⁵ A lei do Estatuto da Terra (ET), Lei nº 4.504, foi promulgada em 30 de novembro de 1964 pelo então presidente Marechal Castelo Branco. Na proposta de modificação do regime de posse e uso da terra, preconizado pelo ET, estava a concepção do governo Castelo Branco de que o latifúndio representava um entrave à modernização da agricultura no país; além disso, ao propor uma reforma agrária nos termos do ET, o governo tomava posse da pauta da reforma agrária, retirando-a das forças políticas de esquerda e esvaziando politicamente a questão. Apesar de ser uma lei criada pela ditadura, o ET foi, de certa forma, considerado avançado e progressista, na medida em que instituiu: o cadastro de todas as propriedades de terras no país; a criação do *Instituto Brasileiro de Reforma Agrária* – IBRA; a classificação das terras baseadas no tamanho, utilização e capacidade produtiva; a desapropriação dos latifúndios para fins de distribuição da terra; o pagamento em dinheiro das benfeitorias nas áreas desapropriadas e em títulos da dívida pública o valor da terra nua; a obrigatoriedade do pagamento do *Imposto Territorial Rural* – ITR,

As reações antirreformistas não tardaram. Velhos e novos grupos do patronato rural brasileiro, atormentados pela iminência do que consideravam uma reforma agrária punitiva, fizeram ecoar seu brado violento, sua crítica mordaz ao PNRA. Além disso, dispuseram de variadas formas de intimidação aos trabalhadores rurais, às lideranças sindicais, aos religiosos engajados na luta pela terra. Impuseram limites ao PNRA, desnudando as dificuldades de um “novo tempo” que, por muitas razões, mais parecia a velha e desbotada ditadura militar, especialmente no tratamento aos sujeitos que se colocaram na luta em favor dos trabalhadores rurais e da reforma agrária.

No período considerado de transição para a democracia, observa-se também um processo de *militarização da questão agrária* (MARTINS, 1984), marcado pelas tentativas de controle e de vigilância dos trabalhadores rurais, de perseguição e criminalização dos sujeitos ligados à luta pela terra e pela reforma agrária, na tentativa de despolitização e esvaziamento das pautas dos trabalhadores rurais.

É no bojo desse enfrentamento entre os trabalhadores rurais e o governo de José Sarney que proponho pensar a atuação da CPT e do MST, especialmente como agentes de produção discursiva sobre a violência no campo.

Os vejo como vozes levantadas contra o arbítrio da política fundiária que privilegia o capital, em detrimento dos trabalhadores do campo; os entendo como agentes produtores de uma narrativa incansável, insistente, que não apenas cumpriu o papel de desnudar a violência no campo, mas, e sobretudo, de instituí-la como questão fundamental em um país em vias de democratização.

Na produção do discurso que evidencia a permanência do padrão autoritário e violento do governo em relação às lutas pela terra no Brasil, a CPT e o MST acabam por se constituir, também, em agentes de explicitação das semelhanças entre a ditadura e a República pactuada, desafiando o poder, cobrando-lhe novas formas de encaminhamento da questão fundiária, especialmente a inclusão dos trabalhadores rurais e seus direitos.

Na segunda parte, *Medo e terror: sobre modos de eliminação da vida*, procuro evidenciar os modos e os efeitos dessa reação antirreformista dos setores latifundiários sobre a vida, sobre os corpos, sobre as mentes dos trabalhadores rurais espalhados pelo Brasil.

etc. Sobre isso, ver: STEDILE, João Pedro. A primeira lei de reforma agrária no Brasil – 1964. In: STEDILE, João Pedro. (Org.). *Programas de reforma agrária: 1946 – 2003*. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 119 – 155. Ver também BRUNO, Regina. O Estatuto da Terra: entre a conciliação e o confronto. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 6 – 31, Rio de Janeiro, 1995.

No capítulo 3, o foco está centrado no *discurso de morte* desse patronato, que diz respeito à formação discursiva que apregoa a existência de inimigos, que produz e dissemina o medo e que defende a morte, a eliminação física, a violação dos corpos desses mesmos “inimigos”. Um *necrodiscurso* livre e noticioso, que sai na revista, sai no jornal, às vezes em tons de desconcertante normalidade, “um direito de matar” em nome da propriedade privada da terra. O que nos conduz a uma reflexão sobre o valor e o enquadramento da vida que merece ser vivida. E, ao mesmo tempo, dos corpos indesejáveis e da vida disponível e entregue à matabilidade.

Busco analisar os efeitos desse *necrodiscurso* no cotidiano dos trabalhadores rurais pelos seus ditos, gritados nas queixas de dor e de sofrimento dirigidas ao governo; nos relatos recolhidos sobre os momentos de despejo e de invasão da casa; nas notícias e relatos sobre torturas, perseguições e ameaças de morte, que desnudam, a um só tempo, a dor física e angústia psicológica.

No capítulo 4, discute-se a expulsão e a expropriação dos trabalhadores rurais, a negação do direito à terra que é também a tentativa de impedir a reprodução da vida. Busca-se dar centralidade aos ditos e aos escritos dos próprios trabalhadores denunciando as violências sofridas. Daí porque aparecerão homens e mulheres gritando pedidos de socorro aos órgãos públicos, ao mesmo tempo em que evidenciam a cumplicidade entre o Estado e as forças particulares geradoras de violência. Registra-se a teimosia popular em ficar na terra, em brigar por ela, mesmo quando as condições materiais para a permanência foram destruídas pelo fogo, pelas águas dos projetos hidrelétricos. Enfoca-se a resistência diante da força do latifúndio, das polícias, das milícias e dos pistoleiros.

Igualmente, busca-se pensar os ditos de dor e de sofrimento, a *Angústia dos corpos* (capítulo 5) como reações e formas de luta, batalha insistente para dizer, que é, ao mesmo tempo, decisão corajosa de ficar na terra, ou brigar para conquistá-la. Uma resistência que se dá pela palavra gritada, pelo choro público, pelo corpo teimoso. Ao problematizar a violação dos corpos pretende-se fazer aparecer no relato os sujeitos em combate, a resistência que antecede a corporeidade violada, massacrada, queimada. Porque a morte do trabalhador rural assassinado não é, necessariamente, a derrota dos pobres da terra; há uma luta que antecede a morte, e outra que a sucede, momentos para os quais a historiografia precisa encontrar lugares.

No *Rosário macabro: a insistente narrativa da dor* (terceira parte), a centralidade da discussão se volta para as *estratégias* e *táticas* mobilizadas para poder dizer a violência no campo, torná-la dizível e visível. A atenção se volta para os meios e

formatos dessa produção, que compreende a elaboração de dossiês de mortos no campo, a *contabilidade macabra* dos assassinatos, a publicação de cadernos de *Conflitos no Campo*, a notícia da violência pela voz dos próprios trabalhadores, em jornal do MST.

No capítulo 6, *Assassinatos no campo: os mortos da ditadura militar*, analiso a elaboração e a publicação do dossiê *Assassinatos no campo: crime e impunidade – 1964 – 1985*, de autoria do MST. Publicado na vigência da República envelhecida, o dossiê expôs nacionalmente as violações de direitos humanos, lançando luz não somente sobre a violência da ditadura, mas também sobre a permanência dos crimes contra as populações rurais na nova conjuntura. Com o dossiê, o MST evocava a memória dos camponeses, colocando-se como herdeiros de suas lutas, ao mesmo tempo em que reforçava sua imagem como representante dos trabalhadores rurais.

No capítulo 7, *Conflitos no Campo Brasil: registros da agonia no campo*, a atenção se volta para o trabalho de pesquisa, sistematização, análise e publicação dos registros anuais dos *Conflitos no Campo Brasil*, publicados desde 1985 pela CPT, tornando-se fonte e referência de dados sobre os conflitos de terra no Brasil. Aqui, os relatórios serão tratados não apenas como documentos que informam e comprovam a violência contra os trabalhadores rurais, mas, antes, como mecanismos que buscam imprimir dadas formas de ver e de dizer esta violência; os *Conflitos no Campo Brasil* como criadores de discursos que, em certa medida, orientam o olhar sobre o problema da concentração da terra no país, imprimem um vocabulário na caracterização das diversas formas de violência (a chacina, o massacre, o despejo, a tortura etc.).

Trata-se de pensar as ferramentas de produção desse discurso, o recurso às tabelas, aos gráficos, à porcentagem, uma matematização dos conflitos que é, também, *vontade de verdade* (FOUCAULT, 2012, p. 19) ancorada no discurso científico, na exatidão dos números, que busca credibilidade e confiabilidade.

Igualmente, é relevante problematizar a constituição desses relatórios em referências nacionais sobre os conflitos no campo, a historicidade da confiabilidade que adquirem, o respaldo, a confiança. O que nos impele ao questionamento da autoridade das vozes que o produzem e o dizem. O que nos conduz a uma análise das redes de relações em que estão dispostos, entendendo que, para lembrar as contribuições de Bruno Latour (2011), a autoridade de uma verdade, de um fato, se constrói no interior de uma rede que confirma, repete, reproduz, legitima o que foi dito. É a arregimentação de parceiros, de aliados. Afinal, o que faz de uma afirmação um fato ou uma ficção, é a

sequência de debates ulteriores (LATOUR, 2011, p. 39), na medida em que confirmam ou negam, que retomam ou rejeitam a afirmação.

Parte considerável do *Rosário macabro* se fez visível pelas páginas do periódico do MST, o *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra* – JST. Esse é o objeto do capítulo 8, *Noticiar a dor que é nossa*.

Criado em 1981, no calor das lutas dos trabalhadores rurais acampados na Encruzilhada Natalino – RS, o periódico se constituiu em ferramenta fundamental na promoção da imagem pública do MST, na formação educativa dos trabalhadores rurais, na arregimentação de militantes. *A voz do movimento*, como costuma ser enquadrado, o JST também foi responsável pela produção discursiva e visual do problema da violência no campo. É nessa zona em que me coloco.

Procuo analisar as formas de enquadramento do tema da violência no JST, que diz respeito as estratégias de apresentação dos despejos, dos assassinatos, das ameaças de morte, das prisões, das torturas, dos casos de trabalho escravo etc. Trata-se de pensar o uso dos quadros, das tabelas, das imagens (fotografias, charges, caricaturas), dos gráficos, dos depoimentos, das entrevistas, enfim, uma gama de elementos gráficos dispostos a dar centralidade à agonia dos trabalhadores rurais. São *enquadramentos da violência* e também *quadros de guerra* no campo brasileiro, elementos de uma busca incessante para tornar noticiável, para criar o fato narrativo, para tornar crível e visível a violência do latifúndio no país.

A quarta e última parte, *Enlutar: vida é morte*, pretende discutir a própria categoria da *vítima* da violência no campo, na tentativa de problematizar suas especificidades: o que faz do trabalhador surrado, perseguido e morto; ou do posseiro ameaçado de morte, atormentado psicologicamente e suicidado, vítimas do latifúndio? Quem lhe confere o status de vítima? Quem se importa com ela? O que pretende o discurso sobre a vítima da violência no campo?

A posição vitimária, o sabemos, causa comoção, isenta de culpa, busca prestígio, exige direitos, reparações; a vítima pede passagem, busca atenção, solicita memória. “A vítima é o herói de nosso tempo” (GIGLIOLI, 2016, p. 19). Assim, pretendo discutir a constituição desse “herói” vitimado no campo, analisando, por exemplo, a formação discursiva que transforma algumas mortes em martírio. Especialmente algumas lideranças assassinadas na defesa dos direitos dos trabalhadores rurais, homens e mulheres, religiosos ou não, mereceram o status de mártir da luta pela terra. Esta é a problemática do capítulo 9, *Luto e protesto: o valor da vida do outro*.

Comparados ao martírio de Cristo, pela entrega do corpo e da vida pela causa dos pobres, essas figuras mereceram, mais que outras, a elevação de suas trajetórias na direção do sacrifício, passando a merecer cultos, celebrações, aniversários de morte, marchas, de modo a presentificar seus nomes e suas lutas, numa tentativa explícita de tentar “impedir” o esquecimento. É a insígnia do *Margarida, presente! Padre Josimo, presente!* Mas o que faz desses nomes, dessas trajetórias e dessas mortes um martírio? O que faz deles mártires? Deve-se pensar que, no rol dos assassinatos no campo, mesmo aí, algumas vidas são mais enlutáveis que outras? O que mede o valor de uma vida?

Ora, enlutar vidas é uma manifestação pública de indignação, de inconformismo, de lamento e também de cobrança pelas violências impingidas sobre uma vida. Ele possui, diz-nos Judith Butler, um “enorme potencial político” quando se trata de pensar as perdas irreparáveis, de chorar as vidas perdidas (BUTLER, 2018, p. 66). Enlutar pressupõe um enquadramento politicamente consciente da importância da vida, do reconhecimento próprio da vida como merecedora do pranto, do lamento, da manifestação pública.

Nesse sentido, portanto, importa problematizar essas manifestações que dizem respeito aos mortos do campo, na busca de tentar alcançar os usos políticos do luto, a sua transformação em pressão frente às condições geradoras de tantos mortos, frente aos sujeitos diretamente comprometidos com os assassinatos de trabalhadores rurais e de suas lideranças.

Igualmente, o enquadramento da vida que merece ser enlutada também sugere a entrada dos trabalhadores rurais, mesmo após a morte, no cenário político brasileiro, especialmente para ressaltar o padrão de violência de nossa sociedade, para demarcar, no processo de transição democrática, o tipo de tratamento dispensado aqueles que o Estado, na sua aliança com o capital, não quis reconhecer como vida merecedora de proteção, de amparo e de direitos.

Nós também temos direitos humanos faz uma discussão acerca da transformação da vítima da violência no campo em sujeito possuidor de direitos fundamentais e inalienáveis, enquadrada na pauta dos Direitos Humanos. Busca-se analisar como o discurso sobre a violência incorpora essa fraseologia, atentando para a reivindicação do acesso a esses direitos, para a cobrança do Estado na proteção dos mesmos.

Na *República envelhecida* uma série de violações de direitos foram perpetradas contra os camponeses e seus aliados, evidenciando a flagrante incapacidade governamental para proteger as populações rurais. O que estava em pauta era o paradoxo entre a democratização da sociedade brasileira e a permanência de violações de direitos

humanos no campo, contradição que chamou a atenção não somente das entidades nacionais apoiadoras dos trabalhadores, mas também da opinião pública internacional, de grupos como a *Anistia Internacional*.

Ao transformarem a luta contra a violência no campo em luta contra a violação de direitos humanos, os trabalhadores, assim como a CPT e o MST, inseriram a questão agrária brasileira em um debate mais amplo, de repercussões fundamentais para as democracias que vivenciaram regimes traumáticos¹⁶.

¹⁶ Elizabeth Jelin, ao analisar a transição para a democracia na Argentina a partir da década de 1980, ressalta que a questão dos direitos humanos foi central e fundante para constituição democrática naquele país. O enfrentamento do passado, a cobrança pela investigação dos culpados por violações de direitos, o reclame por restituições e danos reparados, a exigência pelo julgamento dos militares responsáveis por crimes no contexto da ditadura, dentre outros, figuravam entre os objetivos da multifacetada luta do movimento de Direitos Humanos. Ver JELIN, Elizabeth. *La lucha por el pasado: como construimos la memoria social*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2017.

Primeira Parte: A velha violência

2 REFORMA AGRÁRIA, TEMA EXPLOSIVO

Um dos pretextos para o golpe militar de 64, a Reforma Agrária caiu no esquecimento após esta data. Discuti-la era proibido. Mas agora, com o anúncio do Plano do Governo, o assunto voltou ao debate¹⁷.

O *futuro passado*¹⁸ desse retorno não se mostraria assim tão alvissareiro, tampouco seria tão diverso e distante do tratamento que o regime autoritário, instalado em 1964, lhe reservara. Ao contrário, os desdobramentos do debate sobre a reforma agrária no alvorecer do novo governo civil foram marcados por personagens, tomadas de decisões, posicionamentos públicos e uma série de recuos que, assim como nos anos anteriores ao golpe, corroboravam o entendimento de que se tratava de um tema explosivo.

Aliás, foi como uma bomba que os representantes dos setores latifundiários, notadamente os mais refratários a qualquer tipo de mudança no regime de propriedade da terra, receberam o anúncio da proposta do governo de José Sarney para a elaboração do *Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA*. Certamente a forma escolhida pelo governo para apresentar as propostas reformistas contribuiu sobremaneira para a elevação da temperatura em torno da questão. Isso porque o anúncio foi feito no *4º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais*, em 27 de maio de 1985, do qual estiveram presentes tanto o presidente da República, quanto o ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, Nelson Ribeiro. O espanto dos latifundiários diante da eleição dos trabalhadores como os primeiros interlocutores do governo é um fator que não pode ser negligenciado, sobretudo porque, aos olhos da elite agrária brasileira, o gesto indicava que as coisas estavam fora de “ordem”; a surpresa reside sempre no entendimento de que o esperado não se realizou (KOSELLECK, 2014, p. 23).

Um entendimento também partilhado pela chamada grande imprensa¹⁹, que tratou rapidamente de ressaltar o “desastre na divulgação da reforma agrária”, apontando

¹⁷ Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. *Vinte anos depois, volta o debate*. Nº 44, Ano IV, Junho de 1985, p. 11.

¹⁸ O futuro concebido pelas gerações passadas, para nós já decorrido. KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*, op. cit., p. 16.

¹⁹ Compõe o rol de fontes desta tese o *Jornal do Brasil*, o *Correio Braziliense*, além das revistas *Veja* e *Isto É*, por se tratarem veículos de circulação nacional.

os “erros” do governo, e as “distorções de linguagem” em torno do tema e, sobretudo, reverberando a mensagem apaziguadora do presidente de que “as terras produtivas não serão desapropriadas e o direito de propriedade será respeitado”²⁰. Outros veículos deram ênfase a “Semeadura de armas”, para corroborar a ideia fortemente disseminada entre os latifundiários de que a proposta governista estimulava conflitos, além de ser extremamente perigosa à sustentabilidade política do governo de José Sarney. “A proposta de dividir terras”, destacou a revista *Veja*, de 19 de junho de 1985, “atingiu um vespereiro que há vinte anos não estava tão agitado. Mexeu-se num dos mais agressivos problemas nacionais: a terra”²¹.

Ora, o sossego das vespas foi marcado por um intenso processo de desmobilização das lutas sociais no campo, pelo avanço do capital nas áreas rurais, desterritorializando camponeses e povos originários. A temporalidade do “sossego” é também o tempo da militarização da questão agrária e do controle dos conflitos de terra pela força e pela coação moral, além da identificação e eliminação das lideranças, “tidas como intervenções alienígenas na sociedade brasileira” (MARTINS, 1994, p. 81).

Mas as referências aos desdobramentos políticos que antecederam o golpe de 64 e a memória do peso da reforma agrária como fator decisivo na queda do então presidente, João Goulart, tornaram-se mais e mais frequentes, na mídia, dentro do governo, entre os setores latifundiários e também entre os trabalhadores rurais e os grupos de mediação da luta pela terra. Como *farsa*²², o passado se reatualizava e o espectro da ditadura continuaria a orientar os destinos da questão agrária a partir de 1985. Ao presidente José Sarney foi dirigido um categórico “vá mais devagar”²³, advertindo-o do poder “explosivo” do tema da reforma agrária no passado e dos tortuosos caminhos que se seguiram até a derrubada de Goulart. De forma mais radical, os latifundiários se movimentavam “adquirindo armas – e lubrificando outras, obsoletas, adquiridas em 64, mas que ainda funcionam”²⁴.

De fato, não havia obsolescência das armas de 64, elas continuariam a exercer fortemente o poder de ameaçar as lutas sociais, obstaculizar as medidas governistas para a democratização do acesso à terra, ditar as regras do jogo político, manter sob controle

²⁰ Correio Braziliense. *Sarney exige uma linguagem uniforme*. 13 de junho de 1985, p. 3.

²¹ *Veja*. *Semeadura de armas: a colheita da reforma agrária é uma tempestade*. 19 de junho de 1985, p. 21.

²² MARX, Karl. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 25.

²³ Correio Braziliense. *Mais devagar, pede Brizola*. 13 de junho de 1985, p. 3.

²⁴ Jornal do Brasil. *Mineiros lubrificam armas de 64*. 01 de junho de 1985, p. 5.

as lideranças dos trabalhadores rurais e a submeter as populações rurais a uma crescente escalada da violência. Persistiria o padrão repressivo da ditadura militar para as lutas no campo, mormente pelo seu braço armado privado, a violência dos grandes proprietários de terra. A repressão militar abriu as portas para essa ação violenta particular, diz-nos José de Souza Martins, dando-lhe extremo poder e independência para subjugar os trabalhadores e suas lutas.

Claramente, a ação repressiva longe de favorecer o monopólio da violência por parte das instituições militares, implicou, ao contrário, um amplo favorecimento da violência paramilitar e privada dos grandes proprietários de terra. Nunca na história do Brasil o latifúndio foi tão poderoso no uso da violência privada e nunca as forças armadas foram tão frágeis em relação a ele quanto durante o regime militar (MARTINS, 1994, p. 83).

Para os trabalhadores rurais, a força do latifúndio, com suas milícias privadas, seus jagunços, seus pistoleiros, se revelaria de forma traumática, pela elevação de todas as formas de violência no campo, um processo de eliminação dos sujeitos envolvidos com a luta pela terra, ou, poderíamos dizer, um massacre à brasileira, dirigido contra os pobres, os sem-terra, os trabalhadores, os que se colocam frente ao *poder do atraso* neste país de *história lenta* (MARTINS, 1994).

Quero ocupar-me aqui, especialmente, do esforço do MST e da CPT para desnudar a persistência do passado da ditadura nas malhas políticas e sociais da República inaugurada em 85, mormente no que diz respeito aos *descaminhos* da reforma agrária e no assombroso aumento da violência do campo. Por isso será necessário movimentar-se entre diferentes *estratos do tempo*²⁵, num esforço de compreensão da simultaneidade entre a mudança e a permanência, o “novo” da República de Sarney e o “velho” da ditadura. Destarte, a escandalosa violência no campo em pleno processo de transição para a democracia no Brasil, evidenciará mais o peso da tradição em nossa cultura política e menos a singularidade dos conflitos em torno do anúncio do PNRA.

²⁵ Refiro-me à ferramenta metodológica apresentada por Reinhart Koselleck, que recorre à metáfora geológica para analisar as diferentes velocidades de mudança no tempo histórico, permitindo pensar a simultaneidade de experiências que se processam como singularidade, repetibilidade ou como aquelas que transcendem a experiência individual ou geracional, mais lentas. Ver KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014.

2.1 *Sem Terra não há democracia*

A morte da ditadura não garantia o nascimento da democracia.
(HUNTINGTON, 1994, p. 14).

Na manhã do dia 15 de janeiro de 1985, o Brasil amanheceu preparado para o *carnaval da democracia*. As principais capitais do país já contavam com tudo pronto, telões, palanques, trios elétricos, escolas de samba e blocos de frevo para festejar a vitória de Tancredo Neves, que seria escolhido novo presidente civil do Brasil pelo Colégio Eleitoral, após quase 21 anos de ditadura.

Os principais canais de televisão disputavam a audiência do público com a transmissão da votação, que iniciaria às 09 horas da manhã. Para isso, as emissoras convidaram comentaristas, promoveram debates, mesas redondas. A TV Globo exibiria um globo repórter especial com o perfil do novo presidente. Na linguagem dos jornais impressos anunciava-se a “liquidação de um regime de 20 anos” e a retomada da experiência democrática²⁶. “Restituição democrática plena”, dizia outro jornal, destacando o Colégio que ocorria pela última vez, “última aula de autoritarismo, e uma primeira aula de democracia de fato”²⁷.

O *Jornal do Brasil* lançou uma edição extra, no mesmo dia 15, para dar conta de anunciar, em tempo real, a confirmação da vitória de Tancredo Neves, candidato da Aliança Democrática, eleito por 480 votos, contra 180 de seu opositor, Paulo Maluf. “O carnaval explodiu por todo o país”, dizia o jornal,

Milhares de pessoas comemoraram a eleição de Tancredo cantando o Hino Nacional, soltando foguetes e balões coloridos, fazendo chover papel picado e confirmando o que dissera um pouco antes, em discurso no Colégio Eleitoral, o presidente do PMDB, Deputado Ulysses Guimarães: “Um sopro místico inspira e transfigura o povo. É a alegria, a esperança, a comunhão”²⁸.

Era o início de uma nova e derradeira fase da transição democrática brasileira²⁹, até ali conduzida e controlada pelos militares, que passava agora para as mãos de um

²⁶ *Jornal do Brasil. Pela primeira vez não se fala em golpe*. 15 de janeiro de 1985, p. 2.

²⁷ *Correio Braziliense. Hoje tem Colégio!* 15 de janeiro de 1985, p. 28.

²⁸ *Jornal do Brasil. Tancredo: 480 Maluf: 180*. 15 de janeiro de 1985, Extra, p. 1.

²⁹ Para Jorge Ferreira, a última fase da transição democrática compreende os anos de 1985 a 1989, tendo sido conduzida pelo presidente José Sarney. Ver: FERREIRA, Jorge. O presidente acidental: José Sarney

presidente civil, o que não implicava necessariamente o corte definitivo com os generais, posto que a eleição de Tancredo Neves era a consolidação de um *complot*³⁰ do qual participaram figuras importantes da ditadura militar, a começar pela presença de José Sarney na vice presidência, ele mesmo um produto da ditadura e defensor público do regime instalado em 64.

Cruzava-se a ponte que separava o regime autoritário da democracia, dizia a revista *Veja* do dia 23 de janeiro de 1985, recorrendo inúmeras vezes à imagem do nascimento de outro país, de nova fase; o “Brasil mudara”, e no capítulo protagonizado por Tancredo, eleito com maioria esmagadora, já não havia, nos termos da revista, “atos institucionais” ou “cassações políticas”. “Palavras como ‘tortura’ e ‘censura’ parecem irremediavelmente anacrônicas”. “O regime mudou – e os homens nele engajados terão também de mudar”³¹.

A história não se processa assim de forma tão simplificada, nem as ideias e os comportamentos sociais acompanham o mesmo ritmo de mudança dos eventos políticos. No contexto de uma eleição arranjada pelo pacto político com personagens da ditadura, que incluía, dentre outras coisas, a impunidade e a intocabilidade dos militares acusados de violações de direitos humanos, o processo de democratização do país demonstrar-se-ia mais complexo e mais lento do que o imaginaram naquele 15 de janeiro de 1985.

Duas imagens são bastante expressivas da desconfiança e mesmo da frustração daqueles que, contrariando a euforia do *carnaval*, não se mostravam tão otimistas diante da república que nascia. A primeira é de Luís Fernando Veríssimo, na mesma edição de *Veja*, acima citada. A segunda, do cartunista Corvo³², na edição nº 41 do *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*.

e a transição democrática. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (Orgs.). *O Brasil republicano: o tempo da nova república: da transição à crise política de 2016. Quinta República (1985 – 2016)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p. 28.

³⁰ DIMENSTEIN, Gilberto. *et al. O complot que elegeu Tancredo*. Rio de Janeiro: Ed. JB, 1985.

³¹ *Veja. A oposição chegou lá*. 23 de janeiro de 1985, p. 29.

³² Corvo é nome pelo qual se apresenta o artista gráfico Eugênio de Faria Neves. O artista iniciou sua carreira em 1974 numa fábrica de embalagens plásticas, tendo trabalhado depois como programador visual, publicitário e ilustrador. Atuou como bonequeiro, criando as peças A cigarra e a formiga e S.O.S Selva. Sobre a trajetória de Corvo, ver: GRAFAR. *Edição de risco: coletânea: cartuns, charges, quadrinhos, caricaturas e ilustrações*. Rio Grande do Sul: Edições Tinta China, 2005.

Fig. 1 Luís Fernando Veríssimo.
Veja, 23.01.85, p. 15.



Fig. 2 Corvo
JST, dez./84; jan./85, p. 2.



O traço de Veríssimo contradizia a narrativa do encerramento da ditadura, e a saída do túnel escuro depois de uma longa espera, que “enfim” se processava, conduzia seus personagens diante de uma realidade clara, porém não lhes revelava novidade, visto que os colocava diante de personagens já conhecidos. Com seu desenho, o cartunista fazia coro a outras vozes ao questionar a capacidade do novo governo para conduzir o país a uma democracia, posto seu compromisso com a ditadura. Juntava-se, a seu modo, a Luís Inácio Lula da Silva, então presidente do PT, que respondeu à ideia de mudança

perguntando: “Mudou como, se homens como Aureliano Chaves e José Sarney continuam no poder?”³³.

De certa forma, a ditadura estava lá onde sempre esteve, no poder, ditando os rumos da nação brasileira, impondo regras e limites para a transição e, sobretudo, garantindo a realização de um processo de democratização sem “revanchismo”, que no linguajar dos militares significava garantir a imunidade e impunidade dos militares torturadores. Sarney e Aureliano Chaves no poder personificavam o fardo do passado nos interstícios do novo governo, parte de um entulho autoritário que a sociedade brasileira ainda não foi capaz de demover completamente. A morte inesperada de Tancredo Neves aumentaria ainda mais o entendimento de que a ditadura sobrevivia na figura Sarney, elevado agora à cadeira presidencial (FERREIRA, 2018, p. 40).

Na figura 2, o fardo do passado se expressa na referência ao padrão de tratamento dado pelo regime militar às questões fundiárias, aos conflitos de terra e aos trabalhadores diretamente envolvidos com a luta pela reforma agrária. A cerca e as armas encurralam o trabalhador rural na iminência de uma passagem de ano, na aurora de um novo governo, mas que se faz sem festa; ao contrário, pressupõe a continuidade do controle, da vigilância e da violência, marcas fundamentais da ditadura nas áreas rurais em toda a sua vigência.

A charge também põe em questão a militarização da questão agrária, a transformação das lutas pela terra em questões de segurança nacional e o complexo mecanismo montado pelo Estado brasileiro para manter sob controle os trabalhadores e seus apoiadores, e garantir a intocabilidade da propriedade privada da terra. Nessa tarefa, os militares atuaram desmobilizando os grupos envolvidos em conflitos, desmoralizando as lideranças, enquadrando-as na Lei de Segurança Nacional, ou punindo com prisões, condenações e torturas os trabalhadores e seus aliados (MARTINS, 1984, p.10).

Este é um processo que se mantém firme até o final da ditadura, o que se depreende pela criação, em 1982, do *Ministério Extraordinário Para Assuntos Fundiários*, sob a tutela do *Conselho de Segurança Nacional* e comandado por um homem da confiança do presidente Figueiredo, o general Danilo Venturini.

A charge confirma em traços o que a escrita de José de Souza Martins (1984) sugeria sobre a vitalidade do governo militar e a manutenção das formas de encarar os problemas agrários, sobretudo o controle da luta política no campo.

³³ Veja. *A oposição chegou lá*. 23 de janeiro de 1985, p. 29.

O Estado, que aparece débil, hoje, no cenário urbano, aparece forte e arrogante no campo, policial, truculento, cerceando as liberdades civis em processo de conquista, bloqueando o processo de ruptura das relações de dependência pessoal (que é certamente ainda hoje o ponto importante das lutas sociais no campo), tentando instituir um sucedâneo militar ou militarizado para as velhas relações de dependência do “coronelismo” (MARTINS, 1984, p. 15).

A manutenção desse padrão autoritário e policialesco, seja pelos militares, seja pelo braço armado do latifúndio, evidencia o caráter limitado da transição brasileira, alijando desse processo os trabalhadores rurais e os grupos de mediação da luta pela terra. Entre esses grupos reafirmava-se o entendimento de que a democracia não se realiza pela simples substituição de um governo por outro, mas decorre de um processo de luta, de engajamento político, de participação popular. Igualmente, o ideal de democracia concebido por grupos como o MST e a CPT, incluía uma séria política de modificação da propriedade fundiária, distribuição da terra e garantia de sobrevivência do trabalhador rural no campo. *Sem Terra não há democracia*, este será o lema da luta do MST a partir de 1985, um ano que “vai ser diferente”, apesar das desconfianças em relação ao novo governo.

A entrada do MST no debate público sobre a retomada da democracia brasileira se deu a partir de dois temas especiais: a *reforma agrária* e a *violência no campo*. O que se colocava naquele momento de saída arranjada dos militares do poder, era que o golpe de 64 interrompera a realização da reforma agrária no governo de João Goulart, e a iminência do fim do regime trazia de volta a pauta e a luta. Quando se firmaram as candidaturas de Paulo Maluf e de Tancredo Neves para as eleições indiretas de 1985, impunha-se saber o direcionamento dos presidenciais sobre os temas.

É bem verdade que de Paulo Maluf o MST não esperava nada, o que representava acumular as esperanças em Tancredo. “O que esperamos do novo governo”, dizia o editorial do JST de outubro de 1984, que criticava a superficialidade dos discursos do candidato sobre a questão agrária e estabelecia os termos da mudança que os trabalhadores rurais exigiam: “Para os lavradores, mudar significa terra para trabalhar e fim à violência”³⁴. Na matéria especial, intitulada “Candidatos não falam em reforma agrária”, o MST apresenta um Tancredo “em cima do muro”, aproveitando para atacar

³⁴ Jornal dos Trabalhadores Sem Terra. *O que esperamos do novo governo*. Ano III, n. 39, outubro, 1985, p. 2.

Sarney, o candidato a vice-presidente, “um dos maiores latifundiários e grileiros de terras do Maranhão”³⁵.

Preparava-se para o final de janeiro de 1985 o *I Congresso Nacional dos Sem Terra*, que deveria contar com trabalhadores rurais de todos os estados da federação, que tinha como escopo a avaliação do tamanho e da intensidade do Movimento, além da definição dos passos futuros, unificação dos interesses dos trabalhadores, homogeneização da pauta de lutas e priorização da reforma agrária como maior objetivo dos sem-terra do Brasil.

No *Congresso*, realizou-se verdadeiramente a festa dos trabalhadores rurais, “o grande momento dos sem-terra”, onde foram apresentadas as expectativas em relação ao novo governo e fincados os termos da democracia defendida pelo MST e seus apoiadores. Depois de três dias de discussão, o documento final do encontro exigia: reforma agrária com plena participação dos trabalhadores, expropriação das terras das multinacionais e proibição de estrangeiros adquirirem terras no país; fim dos projetos de colonização; extinção dos órgãos governamentais de política fundiária (o GETAT, a SUDAM, CODEVASF, SUDENE, o Ministério de Assuntos Fundiários, e do INCRA). Propunha a criação de novos órgãos, com a participação dos trabalhadores rurais na criação e na administração; apuração dos assassinatos no campo e punição dos criminosos; além de propor a criação de novos instrumentos legais para a realização da reforma agrária.

Sem terra não há democracia foi o lema do *I Congresso*. É relevante atentar para esta palavra de ordem que não expressa apenas a exigência da reforma agrária como principal bandeira da luta dos trabalhadores rurais. Ela também marca a emergência pública do MST como novo ator social em luta pela democratização do país. Sem terra é o trabalhador rural despossuído, que sonha, luta e exige um pedaço de chão. Sem terra é também um movimento que pressupõe indissociável a conquista da democracia da conquista da terra. É a pauta que o governo Sarney não poderá ignorar.

Foi o *Congresso* da democracia no campo, a festa dos trabalhadores rurais, e, nos dizeres do MST, “palco do nosso despertar coletivo”, emergência da luta dos camponeses para todo o Brasil. Ora, o país assistia ao nascimento de um novo Movimento, novo nome, *sem-terra*, substantivo coletivo, talvez irmão siamês da democracia. Ali, no evento de Curitiba, o MST apregoa a iminência de novo tempo, celebrado não com carnaval, mas com a marcha dos trabalhadores.

³⁵ Jornal dos Trabalhadores Sem Terra. *Candidatos não falam em reforma agrária*. Ano III, n. 39, outubro, 1985, p. 1.

Paraná passa a ser o símbolo de um novo tempo: o da nossa força. Botamos a cara fora, sem medo. Lado a lado, nordestinos, gaúchos, paranaenses, paulistas, enfim, sem terras de todo o Brasil, nos unimos e saímos, depois, pelas ruas de Curitiba, numa marcha sem igual na nossa história de trabalhadores sem terra. Mas mostramos com ela que a nossa marcha não ficará apenas aí: está começando. E continuará pelos campos, matas, caatingas, serras e em cada palmo de terra desse gigantesco país, que é nosso³⁶.

Uma marcha e um emaranhado de vozes que também gritariam cada vez mais e em tons mais agudos pelo fim da violência no campo, aumentada na mesma medida em que crescia a luta dos trabalhadores rurais.

2.2 Margarida, José ... até quando? A escalada da violência no campo

A morte de Margarida, assim como a de Wilson Pinheiro e de tantos outros, tenderá a permanecer impune a menos que a sociedade brasileira clame por justiça, clamor tanto mais necessário quando lemos as declarações dos grandes fazendeiros do Nordeste, que falando em “desobediência civil na zona rural”, já se preparam para transformar a vítima em ré culpada. Quantos mortos (por fome, sede ou bala) teremos que conservar em nossas consciências até sentirmos força para um categórico: “Basta” (CHAUI, 2017, p. 84 – 85).

Até quando? A pergunta que permeia o texto da filósofa Marilena Chauí para o jornal *Folha de São Paulo* do dia 22 de agosto de 1983 era, na verdade, expressão de um crescente sentimento de perplexidade diante de uma crônica de mortes anunciadas no campo brasileiro, que agora penetrava a grande imprensa, tornando-se mais um ingrediente do espetáculo midiático.

Completavam-se dez dias do assassinato de Margarida Maria Alves, 50 anos, presidente do *Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande*, na Paraíba. Ela foi executada na porta de casa, na presença do marido e dos filhos, a tiros à queima-roupa, que lhes estouraram o rosto e o cérebro. Margarida ganhou notoriedade pela luta em favor dos direitos dos trabalhadores das usinas e dos engenhos de cana-de-açúcar na Paraíba, pelos ganhos na justiça contra usineiros, obrigados a cumprir direitos básicos, como salário mínimo, assinatura da carteira profissional, férias, 13º salário. Antes de ser assassinada foi ameaçada algumas vezes, ao que respondeu “não fujo da luta”. Tombou no dia 12 de agosto, marco da luta contra a violência no campo³⁷.

³⁶ Jornal dos Trabalhadores Sem Terra. *Imagens. I Congresso Nacional 29 a 31 de janeiro, Curitiba-Paraná*. Ano III, n. 41, fevereiro, 1985, p. 8.

³⁷ A data do assassinato de Margarida Alves tornou-se o dia nacional de luta contra violência no campo. Há inúmeros trabalhos sobre a atuação sindical de Margarida Alves, sua trajetória, seu assassinato e sobre a construção da memória de sua morte e luta. Ver RODRIGUES, Luanna Louyse Martins. *Terra que brota margaridas e encerra vidas: judicialização da questão agrária e violência no campo paraibano*. Tese

Ora, a história de Margarida, que ali, naquele jornal de ampla circulação, conseguia reverberar pela voz da filósofa atenta aos problemas da violência na sociedade brasileira, repetia a história de dezenas de outras lideranças e trabalhadores rurais assassinados pela mão armada do latifúndio, a maior parte da violência no campo, que dificilmente encontraria espaço para se tornar notícia. Por isso, nas páginas do boletim *Sem Terra*, o nome de Margarida aparecerá numa lista de mortos, acompanhada de outros tantos Josés, Raimundos, contabilizados ano a ano, mês a mês, expressão de um trabalho de sistematização numérica da violência levado a cabo por importantes órgãos no país.

Trata-se de uma tarefa de contar os mortos, mas também um modo de enlutar as vidas perdidas, de localizar as existências apagadas, de reconstituir a teia de violência em que estavam envolvidas e, em última instância, de denunciar os culpados, sejam civis ou militares, agentes públicos ou privados. A *contabilidade macabra*³⁸, como a definiram os grupos de apoio aos trabalhadores rurais, teve um papel fundamental na constituição e no fortalecimento das lutas políticas no campo, primeiro porque ela institui nova forma de olhar os crimes contra os trabalhadores rurais, apontando para um processo deliberado de execução, eliminação e massacre, formas de nomeação da violência que passarão a compor o vocabulário das reivindicações dos trabalhadores; nesse sentido, penso eu, esta *contabilidade macabra* desvela entre nós o modelo político marcado pela destruição dos corpos e pelo estabelecimento da morte como projeto de governo, que Achille Mbembe (2018) denominou *necropolítica*.

Em segundo lugar, a *contabilidade macabra* constitui um instrumento importante na afirmação da urgência da reforma agrária como único caminho capaz de reduzir os conflitos por terra no Brasil. Sem reforma agrária não haveria, também, paz no campo. A sistematização numérica e a listagem dos mortos, que se repetem constantemente nos cadernos e dossiês elaborados principalmente pela CPT, escancaram

(Doutorado em Geografia), Centro de Ciências Exatas e da Natureza, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, 2018. Margarida Alves também dá nome à marcha de mulheres do campo, da floresta e das águas, a famosa *Marcha das Margaridas*, que teve sua primeira edição no ano 2000, sob o lema “2000 Razões para marchar Contra a Fome, a Pobreza e a Violência Sexista”. Sobre isso, ver: AGUIAR, Vilenia Venancio Porto. *Somos todas margaridas: um estudo sobre o processo de constituição das mulheres do campo e da floresta como sujeito político*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2015.

³⁸ Esse termo vai ser encontrado em diversas publicações de entidades de apoio aos trabalhadores rurais, sempre chamando a atenção para a gravidade do problema da violência no campo, elevando as cifras dos assassinatos. Mantem-se na tese o uso dos termos *Contabilidade* ou *Estatística macabra*, na tentativa de evidenciar o objetivo que, na década de 1980, pretendia denunciar o Estado e as forças latifundiárias responsáveis pelo alto número de mortes.

o projeto de morte, corroborando a necessidade de democratização da terra como condição obrigatória do país. Democracia com reforma agrária e sem violência no campo.

Penso que as medidas derradeiras do governo militar, intensificando o processo de militarização da questão agrária, de que a criação do *Ministério Para Assuntos Fundiários* é um exemplo, bem como as medidas posteriores, já na vigência do novo governo civil, de produção de dossiês especiais para investigar os conflitos no campo, guardam intensa relação com os impactos dos números produzidos pela CPT, pela CONTAG, pelo MST, que davam conta do agravamento das tensões no meio rural e, principalmente, expunham a instrumentalização da morte e a eliminação dos camponeses como projeto político necessário à manutenção do poder dos latifundiários, que pressupunha também manter intocada a estrutura fundiária.

A CPT começou a publicar seus relatórios parciais de conflitos no campo a partir de 1980, reunindo dados em fichários enviados às regionais espalhadas pelo país, além de informações recolhidas por meio de jornais, boletins regionais, cartas particulares. Em setembro de 1981, a CPT publicou o primeiro boletim de *Conflitos de Terra no Brasil*, uma edição que cobria os registros de ocorrências entre os anos de 1979 e julho de 1981. Ali, o escopo era

levantar (de forma mais completa possível) o número de conflitos, o número de famílias e pessoas envolvidas, a área de terra abrangida, caracterizar os conflitos, determinar os promotores ou causadores dos mesmos e precisar a data de acontecimento³⁹.

Em linhas gerais, esses registros pioneiros se apresentam majoritariamente na forma de tabelas indicativas do número de conflitos, do local de ocorrência, dos atingidos, dos agentes causadores, dos mortos, como sugere o objetivo exposto. Não havia ainda uma análise e uma problematização dos registros, embora a conclusão do trabalho, o somatório dos números, a apresentação dos agentes públicos e privados envolvidos e a comparação entre os relatórios, já representasse uma orientação que se tornaria mais explícita nas edições posteriores: a de responsabilizar o governo, em seu compromisso com o latifúndio e o capital, pelo aumento da violência no campo.

Ora, os dados coligidos e organizados, como num quebra-cabeças, revelavam a imagem de um projeto político nacional de militarização da questão agrária e, de forma mais escandalosa, uma política de produção e gestão da violência no campo, a sua

³⁹ CPT. *Conflitos de terra no Brasil – 1979 a 1981*. Goiânia, 1981, p. 1.

institucionalização. Não só a participação dos agentes públicos nos conflitos, mas também as áreas de maior conflitividade denunciavam o caráter oficial de um projeto político de acirramento das tensões no campo, de produção da morte, a eliminação dos trabalhadores rurais, sob o argumento da garantia da ordem e da segurança nacional.

Embora a ocorrência de conflitos abrangesse todo o território nacional, a região do Araguaia-Tocantins, que compreendia os estados do Pará, Maranhão e Goiás, despontava como área mais crítica, de maior convulsão social. Dos 916 conflitos registrados no boletim de setembro de 1981, 207 ocorreram no Maranhão, 151 no Pará.

Esse perfil se repete, com variações muito pequenas, nos primeiros relatórios da CPT⁴⁰, ressalte-se que também os registros de grilagens de terras, de assassinatos, de expulsões, também se concentraram nesses estados. De janeiro a julho de 1982, houve 93 conflitos, destes, 21 foram no Maranhão, 15 no Pará e 11 em Goiás. O estado do Pará também liderava o número de assassinatos para esta contagem: 12 das 21 ocorrências.

Era a área de atuação do GETAT, o *Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins*, criado em 1º de fevereiro de 1980, subordinado ao *Conselho de Segurança Nacional*, com a finalidade de promover, coordenar e executar a regularização fundiária na região. Na prática, a criação do GETAT representava a subordinação do INCRA e a redução de sua atuação como órgão competente na realização da colonização e da reforma agrária, retirando-lhe a autonomia para atuar na resolução dos conflitos agrários, que passa para a esfera federal, militarizada.

Analistas consideram a criação do GETAT como estratégia governamental para tentar neutralizar as forças oposicionistas no campo, desmobilizar a organização dos trabalhadores rurais e evitar a politização dos conflitos. Não à toa, as áreas tidas como prioritárias para a atuação do GETAT representam, na verdade, áreas consideradas de segurança⁴¹, definida por critérios políticos, em vez de técnicos ou afinados com as necessidades reais dos trabalhadores do campo (ALMEIDA, 1980, s. p.)⁴².

⁴⁰ Para fins desta análise chamo de primeiros relatórios os dados publicados antes de 1985. A partir desse ano a CPT passa a publicar a pesquisa sobre conflitos sob nova nomenclatura, são os relatórios *Conflitos no Campo*, lançados anualmente até os dias atuais.

⁴¹ Conforme está estabelecido no plano de emergência do GETAT, a área compreendida pelo grupo era caracterizada como região tumultuada, com fortes tensões sociais e uma gama de problemas de origens as mais diversas, em conformidade com os critérios do *Conselho de Segurança Nacional*, que definia como regiões prioritárias aquelas de tensão social. CSN. GETAT, plano de emergência. Ago. 1980.

⁴² ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *GETAT – A segurança nacional e o revigoramento do poder regional*. Rio de Janeiro, 1980. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/getat-seguranca-nacional-e-o-revigoramento-do-poder-regional>. Acesso em: 22 out. 2020. Texto sem indicação de página.

Para Alfredo Wagner Berno de Almeida, o GETAT tem ainda uma dimensão econômica, na medida em que funciona como mecanismo de neutralização da ação dos posseiros, dos índios, dos garimpeiros etc., resistentes ao avanço capitalista no campo. “Neste caso particular faz-se imperativo frisar que as terras sob a jurisdição do GETAT incluem a maioria dos cerca de 350 projetos agropecuários aprovados pela SUDAM, desde 1966. Genericamente são os investimentos de empresários do centro-sul que estão sendo assegurados” (ALMEIDA, 1980 n. p). Tais arranjos se explicitam no campo na forma de conflitos, com intensa participação dos órgãos públicos e das empresas capitalistas, nacionais e estrangeiras, em combate contra os posseiros, os índios, os líderes sindicais, os padres etc.

Bem diferente da imagem promissora que a revista *Veja* elaborou para o GETAT, que surgia como alternativa para efetivar o trabalho de regularização fundiária que o INCRA não fora capaz de realizar⁴³, o órgão não demoraria a despontar publicamente como agente promotor de conflitos, envolvido em várias acusações de irregularidades nos processos de titulação, de corrupção interna, de falsificação de documentos e da repressão direta contra os trabalhadores rurais⁴⁴.

A CPT expôs publicamente um desses episódios numa nota pública em que denunciava o GETAT pela divulgação atrapalhada de um edital de alienação de terras em jornais do Pará, do Maranhão e de Goiás, fato que gerou a movimentação dos posseiros, animados pela possibilidade de regularizar a situação de suas posses. Consta da denúncia que os trabalhadores procuraram o órgão, que disse se tratar apenas de uma questão administrativa, negando-os a regularização, mas concedendo-a, posteriormente, a terceiros sob a justificativa de que não houve adesão dos posseiros por ocasião do edital publicamente divulgado na imprensa⁴⁵.

A nota reafirmava a posição da *Comissão Pastoral da Terra* em relação à política de militarização da questão agrária e de institucionalização da repressão no campo,

⁴³ VEJA. *A ordem subvertida*. 13 de fevereiro de 1980, p. 20 – 25.

⁴⁴ Em 1984, ex-funcionários do GETAT denunciaram à Polícia Federal de Marabá uma série de supostas irregularidades cometidas por chefes executivos do órgão. Entre os acusados estavam João Batista Gomes (ex-chefe da Unidade Executiva do GETAT de Tucuruí/PA, e Zozilton Almeida Silva (Unidade Executiva de Araguaia). Entre as acusações em torno de João Batista, constavam a titulação de terras públicas em nome próprio e em nomes de familiares, titulação indevida para o nome do prefeito de Tucuruí, Cláudio Furman, das terras que seriam desapropriadas pela ELETRONORTE, para que o prefeito pudesse gozar da indenização paga pela empresa. Consta da denúncia a produção de laudos de vistorias fantasmas nas terras a serem desapropriadas, identificando benfeitorias que renderam altos valores a Cláudio Furman. Quanto a Zozilton, pesavam acusações de aprovação de laudos irregulares para beneficiar candidatos à titulação. Ver: SNI. *Denúncia contra o grupo executivo das terras do Araguaia-Tocantins – GETAT*. Dossiê. 1984.

⁴⁵ CPT. Nota de esclarecimento. Goiânia, 12 de setembro de 1983.

responsável, nos termos do documento, pelo “desassossêgo” das famílias da região do Araguaia-Tocantins, confirmado por “estatísticas cada vez mais sombrias”:

A grilagem de terras públicas ganhara poderoso aliado. Possesores foram despejados, agentes pastorais e religiosos, presos e torturados. Trabalhadores rurais e líderes sindicais, perseguidos, presos e assassinados. A vergonhosa concentração de terras em mãos de poucos, cada vez mais ostensiva e injusta. Os grandes projetos estão sendo implantados, enquanto a nação está sendo violada em sua soberania e a classe trabalhadora rural, empurrada para a marginalização jamais vista em toda a história do país⁴⁶.

O governo costumava tomar esse tipo de manifestação como deliberada campanha de difamação da política federal por parte da Igreja, da ala progressista encabeçada pela CNBB e personificada, em especial, na CPT. São os “criadores de conflitos”, os “incentivadores da luta de classe”, os “subversivos”, como frequentemente são descritos nos documentos de informação oficiais, desnudando uma relação tensa entre a Igreja e o governo militar em torno das questões fundiárias, mormente depois da 18^a Assembleia Geral da CNBB, quando se aprovou o documento *Igreja e Problemas da Terra*, em 14 de fevereiro de 1980⁴⁷.

O olhar controlador do governo militar, ancorado, especialmente, no *Serviço Nacional de Informação - SNI*⁴⁸, não deixava escapar as mínimas manifestações de oposição da CPT, acompanhando seu trabalho cotidiano, classificando sua atuação, identificando suas lideranças, recolhendo e analisando, sob a ótica ideológica do regime, os documentos produzidos pela *Comissão Pastoral*. O aparelho de vigilância continuou

⁴⁶ *Ibid.*

⁴⁷ O documento privilegia a questão social da propriedade fundiária no país, apontando para os problemas da concentração da terra, os efeitos esmagadores sobre os pequenos produtores e sobre a agricultura familiar; tece críticas à política de incentivos fiscais do governo militar, que privilegia os grandes projetos agropecuários, transferindo dinheiro público à iniciativa privada; a invasão das terras indígenas e o aumento dos conflitos envolvendo os povos originários é outra questão central no documento, que lembra o processo de marginalização do índio e o não reconhecimento dos seus direitos; a CNBB chama de *guerra de extermínio* a generalização da violência no campo, pontuando seu aumento e a eleição do posseiro e do indígena como alvos primordiais da violência do estado brasileiro. No documento da 18^a Assembleia da CNBB, faz-se, a partir da compreensão que os trabalhadores rurais têm do uso e da relação com a terra, a distinção entre *terra de exploração* (ou de negócio) e *terra de trabalho*. A primeira caracteriza-se pela apropriação da terra pelo capital, orientada pela geração de lucros, seja pela exploração do trabalho dos despossuídos, seja pela especulação; a terra de trabalho pressupõe a posse da terra por aqueles que nela trabalham. Ver: CNBB. *Igreja e Problemas da terra*. Itaipaci, 1980. In: STEDILE, João Pedro. (Org.). *A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda: 1960 – 1980*. São Paulo: Expressão popular, 2005.

⁴⁸ O SNI foi criado logo após o golpe, em junho de 1964, sob a argumentação de que o governo necessitava de um órgão moderno e eficaz na luta contra as esquerdas e as aventuras revolucionárias de viés comunista. Além de uma agência central, o SNI contava com agências regionais espalhadas pelo país. Somado a outros órgãos de informação, situados no seio das forças armadas, como o *Centro de Informações do Exército* – CIE, e o *Centro de Informações da Aeronáutica* – CISA, o SNI integra um imenso mecanismo de vigilância e controle do país, sustentado sob a justificativa da segurança nacional. Sobre isto, ver: D’ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

em pleno vigor até o final da ditadura e a capilaridade do poder acompanhava sistematicamente o trabalho da CPT, alcançando-a lá onde estava dispersa.

Um olho que tudo vê, uma lente eficazmente dirigida aos pretensos inimigos da política agrária do governo, que evidencia a transformação do problema da terra em questão ideológica, a militarização e a constituição de inimigos políticos, os quais precisam ser acompanhados, seguidos, fichados, e, se necessário, eliminados. Quando se observam esses dispositivos de controle mediatizados pelo aparato de vigilância do Estado, mesmo nos anos finais do regime autoritário, se compreende, em parte, a permanência do padrão violento das lutas pela terra no Brasil. Além de evidenciar aquilo que os trabalhadores e povos em luta já denunciavam nas décadas de 70 e 80: a seletividade da violência no campo.

A vigilância pressupunha acompanhar o trabalho de edição da CPT, os boletins de suas agências, que, na sua “campanha contra o governo”:

Incita à luta de classes, tenta indispor os fiéis contra as autoridades governamentais e o sistema político vigente, por meio de um processo subliminar de associação de idéias, ou de contundente críticas ao governo⁴⁹.

Além de veicular ideologias de “esquerda” visando provocar

Claro incitamento aos trabalhadores rurais [...]; Com o propósito de criar antagonismos entre as classes sociais. [...]; conscientizar a classe trabalhadora de sua real força política, critica o capitalismo, em cujo sistema é incentivado o aumento da produção com a exploração dos trabalhadores, [...]; linha claramente marxista, incompatível com a doutrina católica e com os preceitos jurídicos do país⁵⁰.

O olhar do informante também julga, estabelece a culpa, delimita a infração e aponta o risco do “inimigo” ali observado. Note-se o duplo argumento que tenta instituir socialmente a ilegitimidade da CPT, que, nos termos da referida agência de informação, atua em desacordo com uma suposta “doutrina católica” e com a orientação jurídica nacional. Isso é apenas uma parte muito pequena de uma investida contra os setores ditos progressistas da sociedade brasileira, que se colocaram a favor dos trabalhadores rurais. A capilaridade do poder os atingiu de formas muito mais violentas, perseguindo, prendendo, torturando e matando os líderes de pastorais, padres, freiras, leigos, o povo de Deus que fez a opção pelos pobres da terra.

⁴⁹ SNI. Informação nº 109/19/AC/83. Boletim “Painho”, da Comissão Pastoral da Terra – Norte I. 25 de maio de 1983.

⁵⁰ SNI. Informação nº 80/19/AC/83. Boletim “Cheiro da terra”, Comissão Pastoral da terra – Santa Catarina – RS. 02 de maio de 1983.

A CPT permaneceu, até o final da ditadura militar, a ser descrita e vigiada como entidade “subversiva” e sua penetração no campo como infiltração esquerdista, com a finalidade de derrubar o governo. Mantinha-se, para a *Pastoral da Terra*, o mesmo olhar, o mesmo mecanismo de controle e uma repressão não muito distante daquela de que foi vítima nos anos mais sombrios da ditadura no Brasil, quando se agrava a violência do governo contra a Igreja da Libertação (GONÇALVES, 2018, p. 271).

Sua reação se dava, dentre outras formas, pela publicação anual da “tragédia no campo”, reunindo nos relatórios a contabilidade dos conflitos e das diversas formas de violência dirigidas aos trabalhadores rurais e à própria *Pastoral*. No relatório parcial de janeiro a agosto de 1984, a CPT se coloca da seguinte forma: “A acusação dos órgãos governamentais contra a CPT e contra os agentes de pastoral, de serem causadores desta situação de tensão não só é gratuita mas é descaradamente falsa”⁵¹. Naquela altura já eram 50 trabalhadores rurais assassinados, dentre eles, Margarida Alves, de quem o documento lembrava denunciando a omissão do governo que, em reconhecendo os assassinos, os mantinha livres e tranquilos na Paraíba.

Em 1984, este esforço de contabilidade dos mortos no campo ganhara mais um reforço pela iniciativa que vinha da *Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura* – CONTAG. Era o documento *A violência no campo pela mão armada do latifúndio: 1981 a junho/1984: torturas, prisões, espancamentos, assassinatos, impunidade e expulsão dos trabalhadores de terra*, apresentado pela entidade em abril daquele ano.

Uma estatística macabra, como o definiu a CONTAG, o documento reunia uma série de relatos de violências contra o sindicalismo rural, desnudando o que ali era chamado de *violência seletiva*, posto que visivelmente voltada para os “dirigentes sindicais, delegados sindicais ou líderes de comunidade”. O escopo primordial era evidenciar a escalada das arbitrariedades no campo e o martírio dos trabalhadores, o que se dá pela ênfase na comparação dos dados:

Em 1981, o Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais denunciou 26 (vinte e seis) casos de violências e, em 1982, 41 (quarenta e um). Em 1983, eles subiram para 134 (cento e trinta e quatro). Os assassinatos de dirigentes sindicais, assessores e trabalhadores em luta pelos seus direitos, que foram 10 (dez) em 1980, 15 (quinze) em 1981, 16 (dezesesseis) em 1982, foram 46 (quarenta e seis) em 1983, dos quais 17 (dezesete) só no Estado da Bahia. Nos seis primeiros meses de 1984, já tivemos mais assassinatos que durante todo o ano de 1980, 1981 e 1982. Entre janeiro e junho do ano em curso, foram

⁵¹ CPT. *Violência no campo: Janeiro à agosto de 1984*. Goiânia, 1984.

assassinados, no Brasil, 21 trabalhadores e líderes sindicais. [...] em 1983, 1 (um) caso de violência a cada 3 (três) dia; 4 (quatro) assassinatos por mês. Em 1984, 1 (um) caso de violência a cada 3 (três) dias; 5 (cinco) assassinatos por mês⁵².

Ora, a sistematização numérica da violência, o apelo a exatidão e o uso da linguagem matemática para explicitar o “crescimento geométrico dessas violências” constitui aqui, para além da mensuração do problema, um modo de apresentação de uma verdade ainda precária, que se pretende crível, visível e aceitável. É também um trabalho de construção do que aparece reduzido sob a forma de *violência no campo*, firmado no dizer estatístico, como dizer confiável, seguro, verdadeiro, científico. Implícito estava aquela premissa primordial do saber estatístico de transformação dos fatos sociais em coisas observáveis e visíveis (SANTOS, 2016, p. 157), para dar suporte ao poder, ao governo dos homens e das coisas⁵³.

Ora, o que se realizava era, pois, a entrada dos trabalhadores rurais, mormente pelos empreendimentos *necrocontábeis* daquela conjuntura histórica, nos jogos de poder em torno da verdade, disputando a legitimidade do saber que enunciam, a autoridade dos que o enunciam, criando mecanismos próprios para fazer circular os dados sobre a violência no campo. “A verdade não existe fora do poder ou sem o poder”, diz-nos Michel Foucault (2016, p. 51), e sua emergência está circunstanciada aos mecanismos que em determinado espaço-temporal a produzem, fazem-na circular e a legitimam.

Penso que a emergência destes dispositivos estatísticos dos conflitos, das mortes, das torturas, das prisões, dos despejos e de tantas outras formas de violação de direitos no campo, instituem uma mancha, um enxovalho, um borrão, a lembrar o desgaste do tecido da sociedade brasileira sob o poder dos generais, a corrupção das estruturas sociais, políticas e econômicas que, no campo, produzia mortos e a agonia dos corpos, resultado da manutenção de uma estrutura fundiária concentrada, excludente e expropriadora.

Resultado de uma política deliberada de exclusão dos pobres da terra,

A concentração da terra e a política econômica do Governo favorecem o aumento dos conflitos pela posse da terra. Nos últimos 5 anos, o Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais denunciou cerca de 1.100 conflitos

⁵² CONTAG. *A violência no campo pela mão armada do latifúndio: 1981 a junho/1984: torturas, prisões, espancamentos, impunidade e expulsão dos trabalhadores de terra*. Brasília, 1984, p. 2-3.

⁵³ Uma discussão sobre o advento do saber estatístico no Brasil, ver: SANTOS, Paulo César dos. *Produtos da terra: tempo, espaço e técnica nas exposições Industriais (1861-1922)*. Tese (Doutorado em História Social) – Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Ceará (UFC), 2016.

envolvendo cerca de 120.000 famílias de trabalhadores rurais. É no bojo desses conflitos que se dão as violências⁵⁴.

Violência de que se valem:

Os grandes fazendeiros e os grileiros de terras. Mas valem-se da violência também os grupos econômicos supostamente “modernos” que, legal ou fraudulentamente, adquirem terras para especulação ou para implantação de algum projeto. [...] Valem-se também da violência as empresas estatais. [...] às vezes, é exercida diretamente pelo proprietário. Mais frequentemente, entretanto, fazendeiros, grileiros ou empresas usam de pistoleiros profissionais ou de verdadeiras milícias privadas. [...] Em outras circunstâncias, é a própria Polícia Militar que faz as vezes de milícia privada, agindo com violência contra trabalhadores rurais e líderes sindicais, sob o comando direto de grileiros e grandes fazendeiros⁵⁵.

É um aparelhamento dos instrumentos de regulamentação fundiária no Brasil, consórcio público/privado que cria mecanismos de seletividade no processo de distribuição da terra, favorecendo os empresários rurais, facilitando a penetração e a expansão do capital no campo e mantendo à distância, sob a vigilância atenta do Estado, os “inimigos” desse projeto sistemático.

Quando irrompem os números da tragédia no campo, quando as vozes dos trabalhadores e dos grupos que apoiam luta pela terra se unem, a desfilar seu *Rosário macabro*, é todo um mecanismo de governo, toda uma arquitetura de Estado que se mostra; um imenso modelo de sociedade autoritária e violenta que se evidencia, sociabilidade escancarada agora pelos sujeitos situados na margem baixa do poder.

No confronto com o poder, esses dossiês de conflitos, os relatórios de mortos, constituem parte de uma *arte da resistência* (SCOTT, 2013) dos trabalhadores rurais, que se evidencia, em primeiro lugar, pelo recolhimento dos corpos massacrados e pela apresentação pública de seus nomes, de suas histórias e de seus martírios, reinserindo-os na trama dos vivos, perturbando os seus algozes. Resiste-se pela memória tecida nesse trabalho que é, ao mesmo tempo, de luto e de luta, que chora, que lamenta, que honra, presta o culto, mas também aponta os culpados, cobra a condenação, exige a reparação.

Ali, naquele contexto final da ditadura, anterior à eleição de Tancredo Neves para a sucessão presidencial, essa resistência compunha-se fortemente da luta pela democratização no país, especialmente da concepção que os setores mais à esquerda davam ao tema⁵⁶, que incluía a democratização da terra como ingrediente fundamental do

⁵⁴ CONTAG. *A violência no campo pela mão armada do latifúndio*, op. cit., p. 5.

⁵⁵ *Ibid.*, p. 5-6.

⁵⁶ Marcos Napolitano lembra que apesar de ser um ponto de convergência da sociedade brasileira na luta contra o regime autoritário, a questão democrática não configurava uma questão homogênea, dadas as

fim do autoritarismo. Apostava-se nesse ideal como passo para integração social e política dos trabalhadores rurais e para a “solução definitiva para os conflitos no campo”⁵⁷.

Infelizmente os números da violência continuariam crescendo, atingindo níveis alarmantes logo no primeiro ano da *República envelhecida*, como reação antirreformista dos setores latifundiários que se viram ameaçados ao primeiro sinal do novo governo na direção da reforma agrária. Nesse momento, o governo também se insere no trabalho de levantamento dos conflitos e contagem dos mortos no campo, produzindo e publicando dossiês, em parte como resposta às denúncias dos setores ligados aos trabalhadores rurais, mas, e principalmente, para disputar com estes grupos a narrativa dos conflitos, trazendo para órbita do Estado o controle dos dados e apresentar a sua própria “verdade” sobre o assunto.

2.3 PNRA ou uma carta de más intenções

José Sarney varou a madrugada do dia 10 de outubro de 1985 retocando, depois de inúmeras modificações, o *Plano Nacional de Reforma Agrária* – PNRA, que seria apresentado na tarde do mesmo dia, em cerimônia no Palácio do Planalto⁵⁸. Até ali, já se somavam doze alterações na proposta para a elaboração do *Plano*, que fora apresentada em maio de 1985, no *IV Congresso da CONTAG*.

A atmosfera atabalhoada em que se deu a apresentação do documento final, impresso no mesmo momento em que se desenrolava o discurso do presidente, refletia as dificuldades na definição do modelo de reforma agrária a ser implantado no Brasil e o complicado jogo político que envolvia o atendimento às necessidades dos trabalhadores rurais sem terra e os interesses dos latifundiários e empresários rurais, que naquele momento já ameaçavam de diversas formas a proposta de reforma, recorrendo ao uso de armas, à formação de milícias e ao assassinato de trabalhadores rurais.

O discurso presidencial definiu o plano como “um instrumento de justiça social” e estabeleceu os dez mandamentos para orientar a sua aplicação. Como no decálogo

várias leituras e entendimentos que os diferentes grupos sociais lhes atribuíam. Se para grupos como a OAB e a ABI, por exemplo, a democracia significava o ‘estado de direito’, o equilíbrio dos poderes, a garantia das liberdades civis e jurídicas; para os grupos de esquerda, que também não eram homogêneos, nem compactuavam o mesmo ideal democrático, ela representava, dentre outras coisas, inclusão popular nas decisões do governo, distribuição de renda, revisão dos direitos de propriedade, investimento predominante em direitos sociais. Ver NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2020, p. 248.

⁵⁷ CONTAG. *A violência no campo pela mão armada do latifúndio*, op. cit., p. 10.

⁵⁸ Isto É. *Muito trovão, pouca chuva*. 16 out. 1985.

divino, o primeiro, o maior e o mais importante dos mandamentos, era uma clara sinalização aos proprietários rurais atormentados pela possibilidade de uma reforma socializante e uma estratégia para acalmar os espíritos exaltados em guerra declarada contra o governo: “Quem produz nada tem a temer. A reforma agrária não violentará de maneira nenhuma a propriedade”⁵⁹.

E funcionou. O recado foi recebido com entusiasmo entre os produtores agrícolas, a ponto de render elogios como o de Flávio Telles de Menezes, presidente da *Sociedade Rural Brasileira* – SRB, ao afirmar que Sarney “optou por uma solução política que afastou tanto a solução ideológica proposta no primeiro PNRA, como a nossa solução técnica”⁶⁰.

Ora, o recado apaziguador de Sarney reverberaria na imprensa ao lado de uma série de comunicados oficiais destinados a desfazer o entendimento, por parte de alguns setores da sociedade, de que houve um grande “recuo” do governo em relação à proposta de reforma agrária elaborada pelo MIRAD/INCRA e apresentada aos trabalhadores em maio de 85. De fato, houve sim, um grande recuo, como veremos nas linhas que se seguem, e o malabarismo do governo para tentar responder ao que denominava “mal entendidos”, expunha, na verdade, a difícil tarefa de ocultar as concessões do governo aos latifundiários e aos empresários rurais na elaboração do texto final do PNRA, corolário da intensa campanha antirreformista, reacionária e violenta desses atores.

A história dessa reação ao PNRA e da mobilização dos segmentos ligados à agroindústria brasileira para tentar influenciar os destinos da reforma agrária já foi, de forma competente, demonstrada pelos trabalhos de pesquisadoras como Sonia Regina de Mendonça (2006), que evidenciou as diferenças de atuação e de posicionamento de entidades como a *Sociedade Rural Brasileira* – SRB (completamente contrária ao plano e refratária à reforma) e a *Sociedade Nacional de Agricultura* – SNA⁶¹ (que reconhecia o

⁵⁹ Jornal do Brasil. *Sarney decreta reforma agrária e exalta a moderação*. 11 de outubro de 1985, p. 8.

⁶⁰ Jornal do Brasil. *Reforma acalma produtores e desagrada os sem-terra*. 12 de outubro de 1985, p. 8.

⁶¹ A *Sociedade Rural Brasileira* – SRB, foi fundada em 1919, congregando pecuaristas, cafeicultores e agricultores em geral. Caracterizou-se pela defesa obstinada da modernização da agricultura, do emprego de tecnologias avançadas no campo e da profissionalização dos produtores rurais como motores da economia nacional. Também se notabilizou pela total recusa a qualquer tipo de alteração na estrutura fundiária no país, qualquer tipo de reforma agrária. Defendiam, por outro lado, a realização de uma reforma agrícola, que mantivesse intocada a propriedade privada da terra, com ênfase na modernidade da atividade. A SRB combateu duramente o PNRA da Nova República, atacou os órgãos do governo, o INCRA e o Ministério de Assuntos Fundiários, além de desqualificar completamente o Plano, que considerava uma demagogia eleitoreira. Ver MENDONÇA, Sônia Regina de. O Patronato Rural Brasileiro na atualidade: dois estudos de caso. *Anuario del Centro de Estudios Históricos «Prof. Carlos S. A. Segreti»*, Córdoba (Argentina), año 8, n° 8, 2008, 139-159. A *Sociedade Nacional de Agricultura* – SNA, com sede no Rio de Janeiro, foi fundada em 1897. Segundo Sônia Regina de Mendonça, a SNA era entidade privada que

caráter concentrado da estrutura fundiária do país e a necessidade de alguma reforma agrária). (MENDONÇA, 2006, p. 117).

Regina Angelo Bruno, por sua vez, dedicou-se à análise do surgimento de uma nova identidade patronal, a partir da atuação dos proprietários de terra e dos empresários rurais, em meio ao debate da reforma agrária proposta pelo PNRA. Essa “nova identidade”, segundo Regina Bruno, reunia novas e velhas formas de agir e de pensar, amalgamando a concepção de propriedade como direito natural, a violência como modo de atuação de classe, com valores novos, como a defesa de modernos padrões de rentabilidade e competitividade, demarcando a atuação da figura inovadora do empresário rural moderno e racional (BRUNO, 2002, p. 17).

Privilegiando a imprensa como instrumento de análise, o lugar privilegiado da atuação dos grandes proprietários de terra, o palco primordial da apresentação das ideias e das práticas do patronato rural, Regina Bruno descortina a grande mobilização contra o PNRA, contra a reforma agrária e contra as lutas pela democratização da terra no Brasil, uma “grita” dos *senhores de terra* ou *senhores da guerra*, que aparecem no cenário público fazendo a defesa da intocabilidade da propriedade, do uso das armas e das milícias armadas, dos jagunços e dos pistoleiros como instrumentos para frear a investida reformista do governo⁶².

Regina Bruno também destacou o surgimento, em 1985, da *União Democrática Ruralista* – UDR⁶³ e de sua atuação fortemente marcada pela violência armada e pela formação de milícias em defesa da propriedade privada da terra, além do combate à Igreja Progressista e ao Movimento dos Sem-terra, considerados os maiores inimigos da entidade. Segundo Regina Bruno (1996), a UDR inaugura novas práticas e novas formas de atuação do patronato rural no Brasil da década de 1980, firmando-se na defesa da necessidade de renovação da representação patronal, na luta contra o avanço da esquerda

“associava cooperativas e proprietários rurais de médio porte ou quando muito, grandes proprietários ainda não plenamente empresarializados”, caracterizando-se pela defesa de alguma reforma agrária. A SNA manifestou-se publicamente favorável ao PNRA, admitindo a necessidade de uma reforma agrária no país. Ver MENDONÇA, Sônia Regina de. *A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária – a natureza e o comportamento 1964 – 1990*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

⁶² Ver BRUNO, Regina Angela Landim. *O ovo da serpente: monopólio da terra e violência na Nova República*. 2002. Tese. (Doutorado em Ciências Sociais) – Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

⁶³ Ver BRUNO, Regina Angela Landim. *Senhores da terra, senhores da guerra: a nova face política das elites agroindustriais no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997. Ver também: BRUNO, Regina Angela Landim. Revisitando a UDR: ação política, ideologia e representação. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, nº40, p. 69 – 89, 1996.

no campo, no combate às ocupações de terra e à reforma agrária preconizada pelo governo.

Igualmente, a UDR cria também formas mais espetaculares de aparição pública, privilegiando a mobilização de massa como demonstração de força dos produtores rurais. “Ao invés das discussões sobre o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e de negociações junto ao governo”, destaca Regina Bruno, “optou pelo desfile nas ruas e a ação de massa como forma mais eficaz de protestar e exibir o seu poder, fazendo-se conhecer publicamente como ‘guardiã’ da propriedade privada e da produção” (BRUNO, 1996, p. 74).

O que me parece pouco representada na historiografia brasileira é a reação dos trabalhadores rurais e dos grupos de mediação da luta pela terra diante do PNRA. Como se posicionaram diante da grita dos latifundiários? Que estratégias e que táticas empreenderam para evidenciar os recuos do governo? A historicidade dessa reação situa-se entre a euforia do anúncio da reforma agrária e a decepção causada pelo texto final do PNRA, além de evidenciar formas muito variadas de luta e de resistência para manter acesa a chama do debate em torno da reforma agrária.

Em junho de 1985, o MST publicou o caderno de formação número quatro, um livreto intitulado *O Plano Nacional de Reforma Agrária e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, para servir de instrumento de formação dos trabalhadores, para fomentar o debate sobre a proposta anunciada e para “poder cobrar do governo esse compromisso que ele está colocando no papel, e que dificilmente cumprirá”⁶⁴. Esboçava-se ali o apoio, embora permeado por reservas e desconfianças, do MST à proposta do PNRA, que considerava limitado, “mas um início, um ânimo a mais para o trabalhador se organizar e conquistar a terra”⁶⁵.

A eleição do *Estatuto da Terra*, criado pela ditadura militar e enterrado durante a vigência do regime, como caminho para a realização da reforma agrária foi duramente criticada pelo MST, que via nessa lei um instrumento contra a organização dos trabalhadores e contra a realização da reforma agrária. Daí porque o movimento defendia a criação de uma nova legislação, pautada nas reivindicações dos trabalhadores e elaboradas com a participação dos mesmos. Exigia-se também a reformulação do quadro

⁶⁴ MST. *O Plano Nacional de Reforma Agrária e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Caderno de formação*, nº 4, junho de 1985, p. 1.

⁶⁵ *Ibid.*, p. 28.

de funcionários do INCRA, demitindo-se todos os que, durante a ditadura, praticaram irregularidades, atos arbitrários e policiais contra os trabalhadores.

Com relação à violência no campo, o MST cobrava do governo a segurança para o Movimento e demais organizações de trabalhadores, o reconhecimento por parte do Estado dos assassinatos contra os homens do campo, apurando e punindo os responsáveis, o fim da intervenção policial nos casos de ocupação de terra, o fim dos bandos armados, o confisco das terras de mandantes de crimes em favor das vítimas. Como se vê, tratava-se de reformar as instituições do governo, retirar o entulho autoritário, ter coragem para enfrentar as forças reacionárias e avessas a qualquer reforma na estrutura fundiária.

Apesar de considerar o PNRA um plano bom, mais avançado que o governo, que a Aliança Democrática, o MST reafirmava seu entendimento de que somente a organização dos trabalhadores rurais, a intensificação das ocupações de terra, a luta nos quadros do movimento ou nos quadros do sindicalismo rural, seria capaz de forçar a verdadeira reforma agrária no país.

Por seu turno, a CONTAG manifestou-se favorável ao *Estatuto da Terra* como ponto de partida para a reforma e, embora também considerasse as limitações da proposta do PNRA, a insuficiência de suas metas, lançou nota de apoio ao governo, destacando a relevância do desencadeamento da reforma agrária para o fim da violência no campo, para o aumento da oferta de alimento para o mercado interno, para o estancamento do êxodo rural, para o aumento da oferta de empregos etc.⁶⁶ Abrir mão do *Estatuto* seria, como destacou Leonilde Servolo de Medeiros, “deixar espaço para um vazio que poderia levar a uma perda política para os trabalhadores” (MEDEIROS, 1989, p. 169).

A CPT também lançou nota oficial de apoio ao *Plano*, que considerava ser uma sinalização do governo para honrar os compromissos feitos pela Aliança Democrática na fase de campanha para a eleição presidencial no Colégio Eleitoral. Tece críticas ao *Estatuto da Terra*, que “não responde aos interesses dos trabalhadores rurais” e confirma a necessidade de uma reforma agrária mais arrojada, nos termos definidos pelos trabalhadores no *IV Congresso da CONTAG*, que propunha: a extinção dos órgãos executivos GETAT e GEBAM, legalização das ocupações de terras feitas por trabalhadores, desapropriação de empresas rurais, estabelecimento de áreas máximas para

⁶⁶ Ver íntegra da nota da CONTAG em Jornal Folha de São Paulo. *Para a Contag, há tentativa de irracionalizar o debate*. 04 de junho de 1985, p. 13.

as propriedades rurais, desarmamento das milícias particulares, apuração e punição dos mandantes e assassinos de trabalhadores e de líderes sindicais⁶⁷.

A CPT também se posiciona diante da “gritaria orquestrada” dos senhores de terra, destacando o claro objetivo de “semear o passionalismo e a confusão”, e impedir a discussão da reforma agrária, usando como estratégia a violência.

Em geral, o posicionamento das forças pró-reforma⁶⁸, viam o PNRA, mesmo ancorado no *Estatuto da Terra*, como um passo importante na retomada do debate em torno da reforma agrária, a possibilidade real de alguma modificação na estrutura fundiária. A CNBB manifestou-se reafirmando seu compromisso e sua atenção com os “problemas da terra” e entregou ao presidente, José Sarney, um documento assinado pelos 96 bispos reunidos no *XI Congresso Eucarístico Nacional*, que se deu em Aparecida do Norte, entre os dias 16 e 21 de julho de 1985. “Apoiamos unidos a execução imediata do Projeto de Reforma Agrária do Governo Federal”, dizia a nota, apontando para a importância da medida, sem a qual, não poderia haver a “verdadeira paz”⁶⁹.

O PNRA ganhara, de fato, a confiança e a adesão dos setores ligados aos trabalhadores rurais. Isso porque ele parecia se diferenciar dos planos anteriores⁷⁰, ao priorizar a desapropriação por interesse social como instrumento principal de realização da reforma agrária. Além disso, previa-se a indenização das terras em *Títulos da Dívida Agrária – TDA*, com valores abaixo do mercado, o que acabava por transformar a desapropriação em penalidade imposta ao proprietário rural que não cumpria a função social da propriedade. O “valor da indenização”, como sugere José Graziano da Silva (1985), foi um dos pontos centrais dos ataques dos ‘contra’ à proposta original do MIRAD/INCRA” (SILVA, 1985B, p. 14).

⁶⁷ CPT. *A Comissão Pastoral da Terra e o Plano Nacional de Reforma Agrária*. Goiânia, 10 de junho de 1985.

⁶⁸ Deve-se ressaltar o amplo espectro de manifestações pró-reforma agrária nesse momento, indo além dos grupos diretamente ligados aos trabalhadores rurais. Manifestaram-se entidades como a Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA, o Partido dos Trabalhadores – PT, Federações de comércio e federações de indústrias. Até mesmo o setor financeiro, interessado em retirar da terra o caráter de reserva de valor, ou militares comprometidos em recuperar a promessa de Castelo Branco, cumprindo o Estatuto da Terra. Sobre as manifestações pró-reforma, ver: SILVA, José Graziano da. *Para entender o Plano Nacional de Reforma Agrária*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985. Ver também, SILVA, José Graziano da. Reforma Agrária, já? *Revista Reforma Agrária*. Ano 15, nº 2, mai./jun. 1985, pp. 5 – 17.

⁶⁹ A íntegra da nota foi publicada em *Revista Reforma Agrária*. Ano 15, nº 2, mai./jun. 1985, p. 54.

⁷⁰ Antes de 1985, houve outros planos denominados de PNRA: Em 1966, no governo de Castelo Branco, foi elaborado o 1º PNRA, que dedicou-se à realização do Cadastro das terras, em detrimento da reforma agrária, rejeitada sob o argumento de que primeiro era preciso se ter um diagnóstico da situação fundiária no país. Em 1968, cria-se o 2º PNRA, que concentrou-se no trabalho de tributação e colonização e também não realizou a reforma agrária. Sobre o PNRA da Nova República, ver: SILVA, José Graziano da. *Para entender o Plano Nacional de Reforma Agrária*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985 A.

A proposta do PNRA definiu como objetivos “mudar a estrutura fundiária do país, distribuindo e redistribuindo a terra, eliminando progressivamente o latifúndio e o minifúndio”; a desapropriação por interesse social como instrumento principal, e não como medida complementar da reforma agrária; o assentamento de 7,1 milhões de trabalhadores rurais, entre 1985 e o ano 2000, além de incorporar a participação dos trabalhadores rurais em todas as fases de discussão e execução do plano⁷¹.

Ressalte-se que a proposta também previa a identificação e definição das áreas regionais prioritárias para a realização da reforma, as “áreas desapropriáveis”, seguindo critérios como: incidência de conflitos pela posse da terra; incidência do complexo latifúndio/minifúndio; incidência de grande número de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra; ocorrência de obras públicas, existência de infraestrutura viária de produção, armazenamento, comercialização e equipamentos sociais; aptidão das terras⁷².

Em julho de 1985, o MST já denunciava a manobra dos “contra” a reforma agrária, destacando a formação dos grupos de defesa da propriedade, as manifestações midiáticas, os conchavos políticos dentro do Congresso Nacional, o apelo ao uso de armas e a violência contra os trabalhadores. Além de apontar o começo do recuo do governo, pressionado pela gritaria latifundiária.

Os ‘contra’ conseguiram, com essa gritaria e massacres, assustar o governo, que adiou a aplicação do Plano por mais dois meses, dando tempo para que tomem fôlego e pensem em novas investidas contra a Reforma. Eles estão dispostos a ir até as últimas consequências no seu objetivo de impedir esta histórica reivindicação dos trabalhadores rurais brasileiros. [...] Se os latifundiários conseguiram adiar o Plano, os trabalhadores rurais podem, com sua organização, fazê-lo avançar ainda mais. Podem utilizar este Plano para começar na prática uma verdadeira Reforma Agrária. A vontade e o tempo, dependem somente dos trabalhadores. Os ‘contra’ reagiram ontem, hoje; vão reagir sempre⁷³.

Naquela altura o prazo para discussão do PNRA, que se encerraria em 30 de junho, já tinha sido ampliado pelo governo, estendendo para o dia 20 de agosto o fim do recolhimento de sugestões. A justificativa oficial era que a dilatação do prazo atendia a solicitações das Comissões de Agricultura da Câmara e de Reforma Agrária do PMDB. Nelson Ribeiro, ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, garantia não se

⁷¹ MIRAD. *Proposta para a elaboração do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República – PNRA*. Brasília, 1985.

⁷² *Ibid.*, p. 21 – 22.

⁷³ *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra. Depende de nós*. Editorial. Ano IV, n. 45, jul. 1985, p. 2.

tratar de “nenhuma mudança de enfoque político no trato da decisão de implantar a reforma agrária no País”⁷⁴.

É fato, porém, que o governo foi pressionado pelo patronato rural a estender o tempo de discussão do plano, eles precisavam apresentar a sua ofensiva, preparar o seu próprio projeto de reforma agrária, seu antídoto contra o que consideraram um plano coletivizante e punitivo. Fábio de Salles Meirelles, presidente da *Federação de Agricultura do Estado de São Paulo*, afirmou ter solicitado diretamente ao presidente da República, José Sarney, “um prazo de pelo menos 90 dias – acrescentando-se sessenta aos trinta já concedidos”, para se estabelecer “um processo fundiário adequado”. Meirelles também reclamava do que denominava de “processo autoritário”, referindo-se à forma como o governo apresentou o PNRA, escolhendo os trabalhadores como primeiros interlocutores, e porque “não ouviram os homens que conhecem atividade, não se levou em consideração os anos de experiência que construíram a nossa agropecuária”⁷⁵.

Era esse o sentimento, ou melhor, o ressentimento. Queriam ter sido avisados, consultados, como se o governo devesse pedir permissão para tocar a política agrária. Foi esse o espírito que animou o *Congresso Brasileiro Sobre Reforma Agrária*, que se deu em Brasília, nos dias 27 e 28 de junho de 1985. O evento reuniu as principais federações de agricultura do país, associações de criadores de gado, agremiações como a *Sociedade Nacional de Agricultura*, a *Sociedade Rural Brasileira*, a *Confederação Nacional de Agricultura*, além de políticos, representantes do setor industrial e bancário.

Do *Congresso*, foi aprovado o documento *Posição da agropecuária perante o 1º PNRA*, que começa em tom categórico: “Nos termos em que foi proposto, o 1º PNRA da Nova República é inaceitável pelos produtores rurais brasileiros”⁷⁶. Na argumentativa que tenta desqualificar o plano do governo, os produtores consideram inadequada a solução distributivista da terra, uma vez que, faltando aos trabalhadores a prévia capacitação, o crédito, a assistência, os meios para fazer a terra produzir, a reforma agrária criaria uma “versão moderna do ‘servo da terra’ na Idade Média”⁷⁷. Acusavam o PNRA

⁷⁴ Correio Braziliense. *Debate é prorrogado por 50 dias*. 26 de junho de 1985, p. 8.

⁷⁵ As declarações de Fábio de Salles Meirelles constam no documento que contém a íntegra do seu discurso na reunião realizada pela Confederação Nacional de Agricultura – CNA, nos dias 11 e 12 de junho de 1985, ocasião em que defendeu a posição da entidade sobre o PNRA. Este documento consta de dossiê elaborado pelo SNI, sobre o Congresso Brasileiro Sobre Reforma Agrária. SNI. Congresso Brasileiro Sobre Reforma Agrária. Dossiê, 1985. Disponível em: sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1860250&v_aba=1. Acesso: 16 dez. 2020, 15: 52.

⁷⁶ Posição da agropecuária perante o 1º PNRA. In: SNI. Congresso Brasileiro Sobre Reforma Agrária, *op. cit.*, p. 1.

⁷⁷ *Ibid.*, p. 1.

de exceder o próprio *Estatuto da Terra*, ao propor formas comunitárias de apropriação da terra, em desacordo com o *Estatuto*, que estabelece a distribuição das terras desapropriadas sob a forma de propriedade familiar.

Sobre a promessa do PNRA de “implantação de um setor reformado de dimensão significativa”⁷⁸, formado pelos beneficiários da reforma, o documento aponta para a origem de uma “discriminação entre os atuais produtores rurais e os beneficiários da reforma”⁷⁹, de modo a criar privilégios sem amparo legal em favor do setor reformado. Outro ponto de discórdia, diz respeito ao critério de “aptidão das terras” para fins de identificação das áreas regionais prioritárias e passíveis de desapropriação. Para os empresários rurais, o critério é vago, e expõe o produtor ao arbítrio do governo.

Entre os “erros de formulação” do 1º PNRA, o documento destaca:

O anúncio inadequado de critérios prioritários de desapropriação de áreas de conflito, já provocou o exacerbamento dos espíritos, ações de invasões de propriedades particulares e criação de áreas de conflito posteriores ao anúncio do programa, obrigando o MIRAD e o Ministério da Justiça a se pronunciarem oficialmente sobre tão graves acontecimentos⁸⁰.

Nas vésperas da assinatura do PNRA, a imprensa noticiou a existência de um plano alternativo, preparado pelos setores militares descontentes com a proposta do MIRAD/INCRA. O I PNDAS – *Plano Nacional de Desenvolvimento Agrário e Social*, como foi nomeado, reacendia o problema da militarização da questão agrária e punha em evidência a interferência das forças armadas nas decisões políticas do governo. E o faziam, uma vez mais, sob o argumento da defesa e da segurança nacional, reintroduzindo a fraseologia do risco de uma convulsão social no campo, mormente pela ação dos grupos de esquerda e da chamada ala progressista do Clero, “interessados não no problema agrário, mas na desestabilização dos governos revolucionários”⁸¹. Com base em supostas informações coligidas pelo SNI, os militares informavam que

Os comunistas estão dispostos a executar o seu plano de reforma agrária caso o governo Sarney não a execute tal como foi elaborada pelo Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, que contou com a colaboração direta de delegados do PC do B. [...] A execução do atual plano de reforma agrária – segundo temor da área militar, provocará bruscas reações dos proprietários de terra, inclusive reações armadas de consequências imprevisíveis. [...] A preocupação maior dos militares no meio rural não se detém exclusivamente

⁷⁸ MIRAD. *Proposta para a elaboração do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República – PNRA*, *op. cit.*, p. 17.

⁷⁹ Posição da agropecuária perante o 1º PNRA, *op. cit.*, p. 3.

⁸⁰ *Ibid.*, p. 6.

⁸¹ Correio Braziliense. *Militares ainda reagem à reforma agrária*. 06 de outubro de 1985, p. 12.

nos comunistas, mas sim com os responsáveis pela pastoral da Igreja no campo⁸².

Desse modo, os militares corroboravam a argumentativa dos setores latifundiários, que viam o PNRA como uma proposta esquerdizante, além de contribuírem com o ideário “atormentado” das classes proprietárias, elas mesmas produtoras e consumidoras do *fantasma da reforma agrária*, alimentando-se de medos, produzindo inimigos e reivindicando proteção.

Na outra margem dessa disputa em torno do PNRA, entre os trabalhadores rurais, aumentava progressivamente a desconfiança na vontade e na capacidade do governo para levar adiante as promessas reformistas. Por outro lado, crescia a organização do Movimento Sem-Terra, avançavam as ocupações de terra pelo país e reafirmava-se o entendimento de que a *terra não se ganha, se conquista*. A ocupação torna-se o principal instrumento de reivindicação dos trabalhadores rurais, tanto pelo espriamento da luta em diferentes regiões, quanto pelo seu potencial de pressão frente aos governos estaduais e ao governo federal. A ocupação é o grande trunfo dos trabalhadores sem-terra, sua maior invenção e sua ofensiva contra os recuos do governo.

Ela é a manifestação prática da conquista da terra pelas mãos dos próprios trabalhadores. Quando foi publicado o texto final do PNRA, já depurado das metas mais “radicais”, o MST responde ao governo apresentando a ocupação como verdadeiro instrumento de reforma agrária no país. O PNRA foi considerado um grande golpe nos trabalhadores rurais, manifestadamente uma manobra em favor dos latifundiários. A caixinha de surpresa de Sarney, como foi representado pelo cartunista Bira⁸³.

⁸² *Ibid.*, p. 7.

⁸³ Bira Dantas é natural de São Paulo, se considera um chargista militante e herdeiro de um engajamento político de esquerda que começa na família, que fundou um núcleo do PT em Tatuapé. Seu irmão era apoiador do Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Apoiava a luta pela democratização da terra e seu trabalho no Jornal dos Trabalhadores Sem Terra refletia essa simpatia pelo MST e por suas bandeiras. Seu traço seguia uma orientação do movimento, pelos editoriais ou pelas notícias a serem veiculadas, a charge era produzida a partir desse direcionamento. Bira Dantas, o Bira, como aparece nas ilustrações, contribuiu com o JST até 1987.



Fig. 3 PNRA de Sarney.
JST, out./nov. 85, p. 2.

O traço do artista cria, de forma concisa e direta, a interpretação sobre os reais beneficiários do PNRA, além de captar o sentimento de espanto e de surpresa dos setores ligados à luta pela reforma agrária, que tinham apostado na proposta reformista de Sarney, mergulhados agora numa profunda “desilusão”. O que saía de dentro da caixa do presidente era o latifundiário ameaçador, desnudando a verdadeira orientação do governo, o conluio com os proprietários de terra e empresários rurais. A charge também toca na questão fundamental dos autênticos condutores da questão agrária no país, chamando a atenção para a força dos setores latifundiários, especialmente o poder ameaçador que exercem e a violência que praticam.

Deve-se ressaltar, aliás, como traço bastante comum desse tipo de imagem caricatural, que o desenho de Bira complementa o editorial do periódico do MST e, de certa forma, cumpre aquilo de Rodrigo Patto Sá Motta (2016) chamou de “tradução visual de ideias ou argumentos formulados em linguagem verbal” (MOTTA, 2016, p. 13).

Os recuos do governo foram desnudados nessa mesma edição do JST, e a frustração diante do *Plano* estava estampada na capa, no editorial, e nas diversas páginas de uma edição especial, com suplemento e títulos a expressar “Seis meses de espera e uma grande decepção”, o “golpe nos trabalhadores”. De fato, o que se apresentava ali não era mais o PNRA concebido pelo MIRAD/INCRA, mas, na visão de José Graziano Silva, uma mera “carta de (más) intenções” (SILVA, 1985 B, p. 14), isto porque trazia modificações que descaracterizavam completamente a proposta inicial.

Dentre essas modificações o MST denunciava: 1) a não delimitação das áreas regionais prioritárias para fins de Reforma Agrária, contrariando o artigo 34 do *Estatuto*

da Terra, lei que estabelece o que um PNRA deve conter; 2) o governo delegou aos estados a fixação das áreas regionais prioritárias, conseguindo, com isso, protelar o início da reforma, visto que, sendo privativo do presidente o poder de decretar as áreas prioritárias, ele teria que assinar os planos regionais um a um, ganhando tempo, adiando o início das desapropriações. 3) o governo abriu mão da desapropriação por interesse social, estabelecendo a negociação e o entendimento como primeiros instrumentos a serem tentados, uma “negociata”, que transforma a reforma agrária em acordo com os latifundiários; 4) o governo, na sua tentativa de proteger o latifúndio, permite que qualquer latifundiário conteste na Justiça a desapropriação de suas terras, e abre brechas para que, se houver uma parte produtiva, todo o imóvel seja livre da desapropriação. 5) o decreto prioriza as terras públicas como prioritárias para fins de reforma, protegendo as áreas privadas improdutivas, princípio básico de uma verdadeira reforma agrária. 6) a aprovação simultânea da exposição de motivos que criou o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural (PNDR), uma versão amenizada de um documento chamado “Ponderi”, atribuído a Conselho de Segurança Nacional, que preconiza uma reforma agrária contínua e ordenada⁸⁴.

A proposta do MIRAD/INCRA estava esvaziada, o governo tinha recuado, sendo, por isso, alvo de uma enxurrada de críticas, até mesmo dentro do governo. Esse esvaziamento resultou, oito dias após o decreto do PNRA, no pedido de demissão do presidente do INCRA, José Gomes da Silva, que abdicava do cargo por não concordar com uma “reforma agrária do possível”, da “conciliação” ou da “negociação”⁸⁵.

A CNBB levou suas críticas diretamente ao presidente, em encontro realizado no Palácio do Planalto, em 01 de novembro de 1985. Ali, os bispos interlocutores manifestaram a decepção diante de um *Plano* que consideravam “aquém das aspirações dos trabalhadores rurais e da própria Igreja”, além de o acusarem de ser um instrumento de proteção ao latifúndio. De Dom Ivo Lorscheiter, o presidente ouviu o receio de ver o assunto da reforma agrária ser colocado novamente “sob a égide dos órgãos de Segurança Nacional”⁸⁶.

⁸⁴ Jornal dos Trabalhadores Sem Terra. *Golpe nos trabalhadores*. Ano IV, nº 48, out./nov. 1985. Suplemento, p. 2.

⁸⁵ Correio Braziliense. *Gomes não crê em conciliação*. 19 de outubro de 1985, p. 6.

⁸⁶ Correio Braziliense. *Sarney escuta críticas da CNBB*. 02 de novembro de 1985, p. 3.

A CONTAG também se manifestou para denunciar o “nítido recuo” com relação à Proposta de Plano apresentada pelo governo no *IV Congresso*, destacando os termos do recuo:

O PNRA prefere adotar a linguagem da Velha República, substituindo a clara necessidade de Reforma Agrária pela ‘necessidade de incentivar a exploração racional da terra’. [...] O PNRA minimiza a importância da desapropriação na Reforma Agrária, ao afirmar no item que trata da ‘função social’ da propriedade que a desapropriação por interesse social para fins de Reforma Agrária é ‘um meio e não um fim em si mesmo’ e que ‘a negociação e o entendimento é o instrumento primeiro a ser tentado’. [...] O PNRA não fixa as áreas regionais prioritárias e não deixa claro em seu capítulo IV (“áreas prioritárias”) se essas áreas serão fixadas pelos planos regionais ou ‘mediante aproximações sucessivas’, [...] O Governo se distancia dos compromissos assumidos pela Nova República, não somente diante dos trabalhadores rurais, mas de toda a Nação⁸⁷.

Aquela altura, 23 entidades reunidas em Brasília, dentre elas a CNBB, a CONTAG, a CPT, o CIMI, a OAB nacional, a CUT, já se preparavam para lançar nova campanha nacional pela reforma agrária, cientes de que o 1º PNRA de Sarney não atendia aos reais interesses dos trabalhadores rurais, especialmente aqueles firmados no *IV Congresso da CONTAG*.

Dentro da *Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA*, se produziu inúmeros artigos sobre a proposta do MIRAD/INCRA e sobre o texto final apresentado em outubro de 1985. “O ‘Pnarex’, aquele que parece o PNRA, mas não é”, é o título que José Graziano da Silva deu ao artigo em que explica os recuos do governo, que: não delimitou áreas regionais prioritárias, abriu mão da desapropriação por interesse social, priorizando a negociação e o entendimento como primeiros instrumentos a serem tomados, transformando a reforma agrária num “ato voluntário dos proprietários” (SILVA, 1985 B, p. 15).

O texto finaliza com um recado aos trabalhadores rurais:

A reforma agrária que os trabalhadores rurais querem só será um programa de Governo quando houver um governo dos trabalhadores. Ou seja, é preciso que os trabalhadores rurais se conscientizem de que ninguém poderá fazer por eles a reforma agrária que eles querem, por melhor intenção e boa vontade que tenham (SILVA, 1985 B, p. 21).

Era este entendimento que animava o movimento de ocupações que deu origem e forma ao MST, forma de apropriação da terra que cumpriu, a um só tempo, a tarefa de

⁸⁷ CONTAG. *Posição da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, sobre o Plano Nacional de Reforma Agrária, aprovado pelo Governo*. 11 de outubro de 1985.

agregar pessoas, aglutinar interesses, firmar bandeiras de luta, pressionar o poder público e reagir aos progressivos recuos do governo no encaminhamento da reforma agrária. A ocupação se configuraria como ação e reação, defesa e ataque, modo de apresentação de uma forma muito peculiar de conquista da terra, consubstanciada no direito da terra para quem nela trabalha. Roseli Caldart lembra que a ocupação define, tanto para o sem-terra, quanto para a própria sociedade, a existência social do MST (CALDART, 2004, p. 122), ela é, de certa forma, a pedra angular do Movimento, inscrevendo-o no espaço territorial brasileiro, concretizando sua presença, determinando a criação do MST em diversos pontos do território brasileiro.

1985 foi um “ano de ocupações”, conforme análise da CPT, que viu essa experiência como uma tática do Movimento sem-terra para pressionar o governo a atender às aspirações dos trabalhadores rurais no contexto da apresentação do PNRA. Depois, certos de que não havia intenção concreta de realização da reforma, as ocupações se constituem como meio de conquista da terra pela própria ação dos trabalhadores⁸⁸. Ao todo, no ano 1985, o MST contabilizava 42 acampamentos, com 11.655 famílias, cerca de 60 mil pessoas, espalhadas por 11 estados de Norte a Sul do país⁸⁹.

Mas a ocupação será, também, o elemento sobre o qual se constituirá uma intensa campanha de detração dos sem-terra e de sua luta, o argumento utilizado pelos senhores de terra, auxiliados pelas polícias estaduais ou federais, para expulsar os “invasores”, os “agitadores”, sob a velha justificativa de proteção à propriedade privada. E os acampamentos serão, também, o cenário de apresentação e experimentação de uma variedade de violências contra os trabalhadores rurais, ameaças, perseguições, expulsões, destruição de casas, de roças; torturas, assassinatos individuais ou em grupo, às vezes, o palco de grandes massacres.

Se, por um lado, a ocupação concretiza a existência do MST e o apresenta socialmente como movimento organizado em favor dos trabalhadores rurais e da reforma agrária, por outro, ela também contribui para alimentar os delírios dos latifundiários, aumentando sua tormenta, o seu medo, o pavor da perda das terras, da desapropriação. O acampamento tornar-se-á, portanto, o elemento concreto, a expressão visível e palpável dessa tormenta fictícia, alimentada pela fabricação de inimigos, pela distribuição do medo e pelo processo de criminalização das lutas pela terra e pela reforma agrária, porque, nesse

⁸⁸ CPT. *Cadernos de Conflito Brasil no Brasil*. 1985, p. 15.

⁸⁹ Jornal dos Trabalhadores Sem Terra. *Acampamentos em onze estados*. Ano IV, nº 49. dez. 1985, p. 4

processo, o que constitui “crime”, é o que essas lutas propõem de concreto (SCALABRIN, 2008, p. 8).

Segunda Parte: Medo e terror: sobre modos de eliminação da vida.

3 A violência da fala: o discurso de morte⁹⁰

Para fabricar armas, é preciso fabricar inimigos. Para produzir inimigos, é imperioso sustentar fantasmas.

Mia couto⁹¹.

Carregava um revólver calibre 38 na bainha, e na mão, com a imponência dos atiradores de profissão, um rifle. De cigarro na boca, óculos escuro e chapéu bem posicionado, parecia tinha se preparado para sair na revista. E saiu. Chamava-se Trajano Bueno Bicalho, 58 anos, tenente aposentado da polícia de Goiás. Apresentado assim em pose fotográfica, Bicalho vigiava a fazenda de seu cunhado. Andavam assustados com os “invasores” de terra, temiam uma reforma agrária, por isso precisavam proteger seu patrimônio. E Bicalho orgulhava-se em dizer: “Invasor que pisar aqui leva é chumbo. Vem que tem”⁹².

Saiu não em uma, mas duas revistas, e na capa⁹³. Isso porque não só a imagem, mas também a mensagem de Bicalho traduzia a nova forma de organização dos latifundiários contra a movimentação dos trabalhadores rurais e contra a proposta de reforma do governo. Bicalho e seus congêneres, agora tornado notícias, traduziam o novo *espetáculo*⁹⁴ midiático brasileiro, expressavam a existência de uma “guerra no campo”, embora somente os latifundiários pudessem expor abertamente suas armas e seu desejo de morte.

O tenente aposentado esbanjava orgulho da tarefa de perseguir e maltratar os camponeses, satisfação que se apresenta não apenas nas poses fotográficas que dão a conhecer um homem em pleno comprometimento com o trabalho a ele solicitado, mas

⁹⁰ Uma parte fundamental daquelas formas de soberania centradas na destruição dos corpos e das populações, que Achille Mbembe (2018) denominou *Necropolíticas*, se expressa na forma de discurso de morte, na defesa pública da destruição do outro “inimigo” da raça, do Estado, da propriedade privada, da religião que se professa, da classe social que se ocupa. Chamo *Necrodiscurso*, a formação discursiva, dita e escrita, que pressupõe a necessidade e, por vezes, a legitimidade da eliminação física desse outro transformado em inimigo. Ditos e escritos que, sob a argumentação de um instante de perigo, da iminência de um golpe nas estruturas da sociedade ou de um povo, reverberam solicitando não somente a perseguição aos “elementos ameaçadores”, mas, e fundamentalmente, a morte destes.

⁹¹ COUTO, MIA. *Murar o medo*. Texto apresentado na segunda edição das *Conferências do Estoril*, em Portugal, em 2011.

⁹² VEJA. *Semeadura de armas*. Nº 876, 19 jun. 1985, p. 22.

⁹³ A fotografia de Trajano Bicalho foi capa da revista Veja, de 19 de junho de 1985 e do Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, nº 45, julho de 1985.

⁹⁴ DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

também nas afirmações sobre os serviços prestados durante a *Guerrilha do Araguaia*⁹⁵, onde atuou como combatente dos guerrilheiros do *Partido Comunista do Brasil* – PC do B. Suas palavras demonstram o prazer diante da morte, o gozo do carrasco perante sua vítima, satisfação que se prolonga no relato da violência cometida: “Comandei o massacre de uma guerrilheira assassina em Xambioá” – diz Bicalho, “O corpo dela ficou como peneira”⁹⁶.

Ora, a ligação de Bicalho com a *Guerrilha do Araguaia* e seu posterior recrutamento para a milícia armada dos fazendeiros em guarda contra a reforma agrária não era fato isolado. Como ele, outros colaboradores do regime autoritário foram remanejados para o trabalho de combate aquilo que, para as elites agrárias nacionais, representavam a nova ameaça no meio rural: o trabalhador sem-terra e as ocupações.

Exemplo fundamental, nesse sentido, foi a presença do major Sebastião Rodrigues de Moura – o major Curió⁹⁷, no acampamento da *Encruzilhada Natalino*, para onde foi enviado, em julho de 1981, como representante da intervenção federal que buscava desarticular a movimentação dos trabalhadores ali reunidos. Em sua permanência no acampamento, Curió implantou barreiras policiais, tentou persuadir os colonos a abandonarem o local, cooptou acampados e os transformou em espiões armados; intimidou trabalhadores, suspendeu a distribuição de doações feitas pela Igreja e outras instituições.

Curió abandonou o acampamento da *Encruzilhada Natalino* após um mês de permanência, levou consigo o que trouxera, um caminhão armazém da Cobal, um posto médico e cerca de 70 funcionários da Polícia Federal, Polícia Rodoviária e Inkra⁹⁸. A

⁹⁵ A *Guerrilha do Araguaia* ocorreu entre 1972 e 1974, na região sul do Pará, sul do Maranhão e o antigo norte de Goiás, hoje Tocantins. Foi um movimento de resistência armada ao regime militar brasileiro, organizado pelo *Partido Comunista do Brasil* – PC do B. O governo militar montou uma operação de combate aos guerrilheiros, iniciando o primeiro confronto em 12 de abril de 1972. O objetivo era acabar com a ação da luta armada na região. Em setembro de 1972, uma segunda operação, batizada de *Papagaio*, construiu quartéis e aumentou o efetivo militar na área, alterando consideravelmente o cotidiano das populações locais. Entre outubro e abril de 1974, tem-se a terceira e última investida da ditadura contra a guerrilha, era a *Operação Marajoara*, que tinha como escopo a destruição completa da guerrilha. Os guerrilheiros já estavam em número reduzido, 56 ao todo. Em abril de 1974 a *Guerrilha do Araguaia* findava com a morte dos seus últimos guerrilheiros. Ressalte-se que o comando desta última operação esteve sob a responsabilidade do major Curió, que também tratou de apagar os rastros da violência do governo, ocultando cadáveres. Sobre isso ver: SOUSA, Reginaldo Cerqueira. *Guerrilha do Araguaia: violência, memória e reparação. Projeto História*, São Paulo, v. 66, pp. 178 – 219, set./Dez., 2019.

⁹⁶ VEJA. *Semeadura de armas*. 19 jun. 1985, p. 22.

⁹⁷ Curió foi vinculado ao *Centro de Informações do Exército* – CIE, foi agente do SNI e serviu na região do Araguaia, onde comandou operações contra a *Guerrilha do Araguaia*, responsável pela tortura, execução e desaparecimento de vários guerrilheiros. Sobre a atuação de major Curió na *Guerrilha do Araguaia*, ver: NOSSA, Leonencio. *Mata! O major Curió e as guerrilhas no Araguaia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

⁹⁸ Sem Terra. *História de um povo oprimido: E Curió arrumou as malas e partiu*. 18 set. 1981, p. 2.

despeito das suas investidas, intimidações e ameaças, os colonos não aceitaram abandonar o lugar. O acampamento da *Natalino* venceu Curió, tornando-se, pois, símbolo de resistência à ditadura (RAVENNA, 2020, p. 44).

Como Curió e Bicalho, outros tantos agentes das forças militares foram cooptados para o serviço de vigilância e controle dos trabalhadores rurais e seus aliados, uma estratégia que buscava, ao mesmo tempo, desmobilizar os camponeses, evitar a politização das lutas pela terra, atingindo primordialmente as lideranças sindicais, os religiosos e os advogados. Atendendo agora aos contratantes civis, os senhores da terra, posariam como soldados da propriedade privada, dispostos ao confronto e à “guerra”.



Fig. 4 Trajano Bueno Bicalho.
 Fonte: *Veja*, 19 jun. 1985 – capa.
 Apud: (LIMA, 2015, p. 111).

Enquanto a revista *Veja* apresenta a figura de Bicalho como um *guardião* e protetor da propriedade rural, destacando o armamento dos fazendeiros como reação à

reforma agrária (que aparece como ameaça, como ataque ao direito de propriedade), o periódico dos trabalhadores rurais o nomeia como pistoleiro, dando ênfase à ação articulada de contratação de homens especializados no manejo de armas e na tarefa de matar. Não se trata de defesa, mas de projeto de morte, contrato de assassinos, pagamento de milícias e de eliminação dos rurais.



Fig. 5 A Guerra é pra valer.
Fonte: JST, jul. 1985 – capa.

Em contraposição a uma imagem limpa, em que Bicalho desponta como a personagem vigilante, à espera do ataque, quase uma figura passiva na monotonia da paisagem larga da fazenda, o JST dá destaque para as consequências violentas da presença dos pistoleiros no campo, colocando sob os pés de Bicalho os corpos violentados e mortos dos trabalhadores rurais, desmanchando a limpeza da representação e desfazendo qualquer interpretação que buscava justificar o armamento dos fazendeiros pela ideia da iminência de uma agressão provocada pelo anúncio da reforma agrária. O que estava em

jogo era uma declaração de guerra, consubstanciada pela montagem de uma milícia armada e orientada para matar.

A principal arma nesse “campo de guerra” foi a ameaça, a propagação do terror e a disseminação do medo nas áreas rurais. Os proprietários e empresários rurais fizeram largo uso da mídia, sobretudo do jornal impresso, para defender abertamente o uso da força armada, do derramamento de sangue, da destruição e da morte daqueles que consideravam violadores do direito de propriedade: os “invasores” sem-terra.

Assim, multiplicar-se-iam os ditos macabros nos canais de comunicação do país, falas em nome da morte, como a de Kit Abdala, latifundiário e membro da *Sociedade Rural do Sudoeste do Paraná* – SORSUPAR:

Todos os nossos proprietários vão ser armados, nós vamos montar uma guarda armada em toda a propriedade e se as autoridades constituídas não tomarem pé no assunto, desgraçadamente vai correr sangue neste Sudoeste do Paraná⁹⁹.

O que poderia, à primeira vista, ser considerado uma idiossincrasia dos latifundiários reunidos em torno da SORSUPAR, era, em verdade, uma manifestação presente em todo o território nacional e refletia parte das reações do patronato rural contra a proposta reformista do governo e, sobretudo, contra a movimentação dos trabalhadores rurais, especialmente as ocupações.

Mas é a própria enunciação do discurso de morte, que prefiro denominar *necrodiscurso*, o aspecto revelador dos limites impostos ao processo de transição democrática e à instituição de um Estado de direito no Brasil. A República envelhecida assistiu a uma série de mortes anunciadas, antecipadas por este *necrodiscurso* aberto, livre e noticioso. No campo, sobretudo, os latifundiários e suas milícias armadas gozaram não só da liberdade de dizer, mas também de matar em nome da propriedade privada. E o fizeram quase sempre com a cumplicidade das polícias militares, da justiça, dos governos estaduais.

No campo, portanto, o *necrodiscurso* constitui o elemento revelador da manutenção dos mesmos padrões de tratamento das questões agrárias durante a ditadura militar. A opção pela morte, pela destruição dos corpos inimigos, pela eliminação do outro e de suas formas de sobrevivência, como aspectos de uma sociedade autoritária, excludente e violenta.

⁹⁹ Relatório sobre o movimento dos agricultores sem terra elaborado pelo Comando do Policiamento do Interior da Polícia Militar do Paraná. Ministério da Justiça, Departamento de Polícia Federal. Informe nº 549, 14 de maio de 1985.

Michel Foucault questionou-se, certa vez, sobre a possibilidade de pensarmos as sociedades a partir do destino que elas “reservam não aos defuntos, mas aos vivos dos quais querem se livrar” (FOUCAULT, 2018, p. 3). E assim, o filósofo introduz o problema da relação entre o poder e aqueles que o negam, o subvertem, que reagem e transgridem as leis constituídas. O lugar social dos infratores vai ser definido a partir de práticas de punição e sanções que irão definir o criminoso, o louco, o desviante, o inimigo social.

Gostaria, em primeiro lugar, de colocar o problema do *necrodiscurso* do patronato rural brasileiro a partir dessa perspectiva de controle do “inimigo” social inscrito na ordem do poder. É o suposto risco que o sem-terra representa, é o “pavor” que ele gera, é a “insegurança” que provoca, que o constitui como ameaça aos latifundiários em particular e à sociedade em sua dimensão coletiva. Cria-se ao mesmo tempo o inimigo e o seu controle por práticas discursivas em nome do corpo social, da ordem, da propriedade privada, em nome da “normalização” democrática, ainda que por vias excludentes e funestas.

Sob essas bandeiras impõe-se o terror aos trabalhadores e seus apoiadores, seja na forma de ameaças públicas, midiáticas e espetaculares, ou na concretização de assassinatos, torturas, mutilações, prisões etc. Terror também direcionado ao governo da República, impondo condições, limites, entraves e recuos ao projeto de reforma agrária e democratização da terra no Brasil.

3.1 Espalhar o medo, produzir inimigos

É verdade, o medo de uma época pode ser analisado a partir dos mecanismos securitários postos em prática, pelo investimento em técnicas de defesa, vigilância, monitoramento; grandes montantes de capital são, sobretudo em nossa época, destinados à produção e aquisição de armamentos sob o argumento da proteção da nação, do povo, da democracia, da soberania. Muros, cercas, barreiras de contenção, controle dos caminhos que conectam as nações constituem, talvez, a nossa crônica contemporânea do medo da invasão, da agressão vinda de fora, pavor do estrangeiro, do imigrante, do outro.

Também o pavor social se manifesta numa crença desmedida na existência de um risco, de uma insegurança, de uma vulnerabilidade e, no limite, de um inimigo sempre à espreita, seja real ou imaginário, seja natural ou técnico, macro ou microscópico, humano ou inumano, distante ou próximo. Seja como for, o medo constitui-se sempre a

partir de um “objeto determinado ao qual se pode fazer frente” (DELUMEAU, 2009, p. 33), pressupõe sempre a presença de um *objeto enlouquecedor*, que alimenta o *desejo de inimigo*, o *desejo de apartheid* e a *fantasia de extermínio* que caracteriza nossa época¹⁰⁰.

O recurso ao medo é certamente uma escaramuça competente quando se trata de definir socialmente o elemento inimigo, o estrangeiro, o contraventor, o rebelde, o marginal, o criminoso. Em jogo está a proteção do lugar social que se ocupa, o poder adquirido, a propriedade, a cultura, os costumes, a identidade. Qualquer possibilidade de mudança nesse patrimônio acumulado, qualquer sinalização de questionamento dessa “ordem” tende sempre a uma mobilização em sua defesa e à destruição da ameaça iminente.

A reação dos setores latifundiários nesse sentido não é, obviamente, nova. O medo e seu uso político contra movimentações reformistas no campo é um dos elementos centrais para a compreensão do golpe militar que derrubou o presidente João Goulart e implantou a ditadura no Brasil em 1964.

A intensificação das lutas no campo no decorrer das décadas de 50 e 60 do século XX, a emergência dos trabalhadores rurais como novos atores políticos a reivindicarem direitos, a penetração do PCB no campo, a formação de um movimento camponês com pautas definidas, como a reforma agrária, a sindicalização, o acesso aos direitos trabalhistas, o espraçamento das Ligas Camponesas pelo país¹⁰¹ e sua proposta de uma reforma agrária radical, *na lei ou na marra*, todos esses elementos contribuíram para reativar o dispositivo do medo como instrumento político na direção do golpe.

A escalada de ideias democratizantes e as lutas por reformas radicais, somadas a presença de ideologias de esquerda no campo, reuniram setores latifundiários em torno da necessidade de um combate contra o “risco” de uma revolução comunista no Brasil, ampliando a *guarda contra o perigo vermelho*¹⁰² e retomando imagens do mal que supostamente o comunismo representava. Não à toa, a classe dos proprietários rurais seria fundamental na arregimentação dos setores sociais que engrossaram a *Marcha da Família*

¹⁰⁰ Sobre o objeto enlouquecedor, ver MBEMBE, Achille. *Políticas da inimizade*. Lisboa: Antígona, 2017.

¹⁰¹ Sobre essas lutas anteriores ao golpe ver MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Trabalhadores do campo, luta pela terra e o regime civil-militar*. In: PINHEIRO, Milton. (Org.). *Ditadura: o que resta da transição*. São Paulo: Boitempo, 2014. Sobre as Ligas Camponesas, ver AZEVEDO, Fernando. *As ligas camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1982.

¹⁰² Ver MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917 – 1964)*. Tese. (Doutorado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

com Deus pela Liberdade para pedir a intervenção das forças militares e a derrubada do presidente João Goulart¹⁰³.

Antônio Torres Montenegro (2004) demonstrou como a intensificação das lutas por melhores condições de trabalho no Nordeste do Brasil, no período anterior ao golpe, foram reinterpretadas tanto pelos proprietários de terra, como pela polícia e por parte da Igreja Católica, como graves ameaças à propriedade, à família e à religião. A fabricação do medo dar-se-ia pela exacerbação da imagem negativa do comunismo, que apareceria estampada em cartazes públicos como força violadora da ordem, profanadora dos valores e dos símbolos cristãos.

O autor também destaca como os incêndios, tão comuns em períodos de estiagem, podendo ocorrer por inúmeras razões não políticas, foram veiculados na imprensa como resultado da ação criminosa dos comunistas e das Ligas Camponesas. “O discurso que criminaliza e politiza os incêndios nos canaviais relaciona essa atividade como produtora de uma onda de perigo e de medo que ameaça toda a sociedade” (MONTENEGRO, 2004, p. 219).

Temia-se e, sobretudo, fazia-se temer antes do golpe de 64. Até mesmo a pobreza e os pobres do campo, mormente da região Nordeste, alimentaram as advertências em torno do “risco” representado pela agitação das lutas camponesas. Pablo Porfírio demonstrou como a pobreza e os pobres do campo, no Nordeste, vão ser representados como figuras perigosas pelos “grupos conservadores do *status quo*”. A pobreza era vista como um fator de vulnerabilidade social que abria brechas para as investidas comunistas, ao aproveitarem-se dos homens simples, pobres, famintos, maltrapilhos, para colocarem em prática suas ações contra a ordem agrária. Não raro, imagem de um homem pobre, descalço, despossuído e capturado sob a acusação de incendiário nas plantações de cana era apresentado socialmente como um elemento perigoso, talvez um colaborador do projeto coletivizante do PCB ou das Ligas Camponesas (PORFÍRIO, 2008, p. 75 e ss.).

Regina Angelo Landim Bruno já demonstrou como o anúncio do PNRA, em 1985, abriu velhas feridas da questão agrária brasileira e como a reação dos proprietários de terra e empresários rurais reintroduziu o debate sobre o direito da propriedade, o anticomunismo como estratégia de deslegitimação das lutas e a ameaça e o monopólio da violência como força contra as ocupações de terra. A imprensa foi certamente o grande palco de exposição dos protestos das elites rurais contra o governo e contra os

¹⁰³ Ver MARTINS, José de Souza. *A militarização da questão agrária no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1984.

trabalhadores e seus apoiadores¹⁰⁴. Foi aí também que o *necrodiscurso* circulou de modo mais livre e o *direito de matar* em defesa da propriedade encontrou foros de legitimidade.

As inúmeras organizações patronais criadas com o fito de desestabilizar o governo e derrotar as propostas de reforma agrária, bem como desarticular as organizações de trabalhadores e frear as ocupações de terra, acabaram por criar certa coesão de interesses entre elas, exacerbando a violência na retórica e na prática. Para Regina Bruno,

o que se vê, nas páginas dos jornais, é sua defesa como “*único meio eficaz para reter as invasões*”, bem como a formação de milícias armadas com o objetivo de fazer “*justiça com as próprias mãos*”. Para os proprietários e empresários rurais, é impensável um “*Pacto de Solidariedade*”, sem o compromisso de todos com a violência, a compra de armas e a formação de milícias. Apostava-se no deslanchar de uma verdadeira “*guerra no campo*”. E a formação de grupos de defesa teria como objetivos a compra de armas para se “*proteger*” das “*invasões*” de terras, e o enfrentamento direto com os “*sem-terra*” e os seus “*aliados*” (BRUNO, 2003, p. 301).

Os jornais davam conta de uma organização patronal atormentada, idealizando riscos iminentes, inimigos potenciais e formas de reação e proteção. A retórica foi tecida com base na existência de uma *guerra no campo*, guerra que jornais e revistas apresentaram como realidade e sob a qual os conflitos por terra foram apresentados à sociedade. Essa é uma questão importante, sobretudo porque, ao introduzir a palavra *guerra* e replicá-la cotidianamente, a imprensa induz à crença de uma situação de emergência que envolve as populações do campo e legitima, ao mesmo tempo, o direito de recorrer às armas, às milícias, aos pistoleiros, como queriam os setores latifundiários.

Não à toa, ao formarem associações de defesa das terras, conclamavam cada um para se tornar “*soldado na trincheira da defesa propriedade, a trincheira da legalidade e da justiça*”¹⁰⁵. Não estamos simplesmente diante do uso metafórico da guerra para legitimação da existência e da atuação desses grupos. Em certos casos, como o da *União Democrática Ruralista – UDR*, as táticas de guerra foram estudadas, organizadas e distribuídas entre seus associados, de modo a formar frentes de combate contra os trabalhadores sem-terra.

¹⁰⁴ Ver BRUNO, Regina Angela Landim Bruno. *O ovo da serpente: monopólio da terra e violência na Nova república*. Tese. (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2002.

¹⁰⁵ Fundação da União Democrática Ruralista no estado do Pará, pronunciamento do Dr. Cesmar Moura de Oliveira. 17 de maio de 1986.

Chama a atenção, nesse sentido, as *Diretrizes Gerais para a Defesa Rural em Cruz Alta*, uma espécie de manual de combate às “invasões” contendo vinte e um itens necessários ao enfrentamento com aqueles a que o documento chama de *inimigo*. Trata-se de uma sequência de ações táticas, que estabelecem, por exemplo:

7. O inimigo deve saber, ainda que sem detalhes operacionais, os meios que dispomos e a disposição que temos, para defender as nossas propriedades privadas.

11. Ações definitivas devem ser dirigidas contra os líderes e não contra pobres diabos, que na realidade servem apenas de bucha para canhão. É fácil, facilimo, identificar os líderes.

12. contra viaturas (ônibus, caminhões e automóveis) as ações eficientes são bloqueios de estradas, “molotov”s lançadas contra as carrocerias, e tiros de calibre 12 nos pneus e radiadores.

Contra acampamentos, a ação armada deve seguir a seguinte sequência:

- tiros de inquietação, a 100 metros, diurnos e noturnos;

- saturação da área, com agrotóxicos dosados à nível vesicante e esternutatório, lançados por espargidores terrestres e aviões agrícolas;

- ataque direto, para desalojar os invasores¹⁰⁶.

Uma operação desse tipo, com táticas de guerra estrategicamente elaboradas, com ataques terrestres e aéreos, com o uso de uma variada lista de armamentos, inclusive químicos, só poderia vislumbrar um inimigo potencialmente perigoso. Por meio desse tipo de artimanha o sem-terra vai ser enquadrado socialmente como uma figura ameaçadora, que precisa ser vigiada e mantida sob controle; no limite, as figuras mais perigosas, as lideranças, deveriam ser eliminadas.

Há um duplo trabalho “pedagógico” nesse tipo de diretriz que pressupõe a instrumentalização para o combate às ocupações de terra, que envolve o aprendizado do manejo de armas, a organização de ataques estratégicos, o estudo do perfil dos adversários; a outra parte desse trabalho diz respeito à fabricação de crenças na existência do perigo e na periculosidade do sem-terra. Essa crença é parte fundamental na arregimentação de parceiros, na formação de grupos, na organização de associações em defesa da propriedade. Crer no inimigo, temor do inimigo. Eis o trabalho de afetação dos setores latifundiários para tentar barrar a reforma agrária e as ocupações de terras.

¹⁰⁶ Diretrizes Gerais para a Defesa Rural em Cruz Alta. UDR. 23 de julho de 1987.

Trata-se, como ressalta Vladimir Safatle, da produção e gestão do medo como afetação política, mormente em sociedades liberais, fundadas na figura do indivíduo e no direito de proteção de seus bens, sua vida, seu patrimônio material, sua liberdade. Necessidade do medo, gestão do medo, que denuncia o estado atormentado de nossas comunidades sociais, sempre em alerta, sempre vigilantes, vendo fantasma a todo instante.

O medo como afeto político, por exemplo, tende a construir a imagem da sociedade como corpo tendencialmente paranoico, preso à lógica securitária do que deve se imunizar contra toda violência que coloca em risco o princípio unitário da vida social. Imunidade que precisa da perpetuação funcional de um estado potencial de insegurança absoluta vinda não apenas do risco exterior, mas da violência imanente da relação entre indivíduos (SAFATLE, 2019, p. 20).

Alimentar o sentimento de insegurança, reproduzir o medo era, portanto, parte integrante de uma estratégia antirreformista, em primeiro lugar, mas também de desarticulação das lutas dos trabalhadores rurais. Como Dâmocles atormentado, temeroso, os setores latifundiários reagiram agressivamente ao PNRA, sob a acusação de ser um plano ideológico de coletivização e desestabilização da propriedade privada, abrindo espaço para “comunização” do país; um plano de acirramento e incitação aos conflitos agrários, ateando fogo aos “tanques de gasolina na forma de tensão social”¹⁰⁷.

Era essa a argumentação de Flavio Teles de Menezes, presidente da *Sociedade Rural Brasileira* – SRB, para quem o assassinato de três trabalhadores sem-terra, por pistoleiros ligados a um fazendeiro no município de Xinguara, no Pará, evidenciava o passo em falso do governo, exacerbando tensões existentes e criando novos focos de conflitos. As mortes dos sem-terra entravam na conta de Sarney, na conta do PNRA, mesmo sendo identificados os executores e o mandante do crime. Afinal, como pareceu defender o representante da SRB, agiram eles em legítima defesa da sua propriedade, pois, “os bancos têm guardas armados e as residências também. Eu vejo a decisão de alguns proprietários rurais como uma consequência indesejável da situação social. Essa defesa é permitida pelo Código Penal”¹⁰⁸.

Se aqui a Justiça era convocada para dar legitimidade ao arbítrio, em outros momentos ela foi ignorada por aqueles que acreditavam que somente com as próprias mãos se poderia controlar as ocupações, porque a Justiça “é mais lenta que um cágado”,

¹⁰⁷ Jornal do Brasil. *Fazendeiros dão voto de confiança condicional a Sarney*. 12 de junho de 1985, p. 7.

¹⁰⁸ Jornal do Brasil. *Pistoleiros matam três sem-terra no Pará*. 12 de junho de 1985, p. 7.

e “esse problema tem que ser resolvido à bala”¹⁰⁹. Já crentes no “risco” sem-terra, na “ameaça” do PNRA, também os fazendeiros do Maranhão começavam a se armar, prometendo derramar primeiro o sangue dos padres alemães da Diocese de Bacabal, a quem acusavam de serem os mentores dos ataques às suas fazendas.

Decorre desse tipo de postura um duplo objetivo dos fazendeiros, dos empresários rurais: convencer a opinião pública e o governo da existência de uma situação de emergência no país e, como consequência, tomar para si o poder de declarar guerra aos “inimigos”, implementar a própria política de controle dos ditos “invasores”, dos corpos e das vidas dos sem-terra, no limite, um poder de morte.

Esse desejo, vemos-lo em acontecimentos verbais, numa economia de palavras dispostas a criar duplamente a emergência e a intervenção pela violência particular. Nessa relação entre palavras e coisas, vislumbra-se o jogo de interesses, a tentativa de imposição de uma visão de mundo, de manutenção dos privilégios, garantia do lugar social; vontade de verdade que se exprime primeiro na linguagem, criando a ficção do que pretende se tornar fato¹¹⁰.

A retórica recorrente que sai da boca dos setores mais retrógrados da agropecuária brasileira e que será replicada, por vezes validada pela imprensa, é a de um país em estado febril, que foge à “normalidade”. *Intranquilidade, guerra civil, caos agrário, terrorismo agrário, agitação comunista, atropelo agrário, colheita de tempestade, guerra no campo*. Em profusão, esses termos tentam diagnosticar o resultado da orientação reformista do governo, ação “desastrosa” que colocara o país em risco e tomara os setores latifundiários como inimigos.

Como corolário dessa agitação, os proprietários rurais se apresentam como vítimas autênticas do processo, ameaçados de despossessão, acuados pelas “invasões” sem-terra, desprotegidos, marginalizados da discussão agrária. Compreendem perfeitamente o poder da posição vitimária e, por isso, buscam instalar-se nesse lugar de onde emana pedidos de piedade, compaixão, comiseração, reparação; usurpam, para lembrar as observações de Danielle Giglioli, o “lugar das vítimas reais”, “imitando a posição contrária, a do ferido e até mesmo a dos mortos em combate” (GIGLIOLI, 2016,

¹⁰⁹ Jornal do Brasil. *Fazendeiros começam a se armar no Maranhão*. 05 de julho de 1985, p. 7.

¹¹⁰ Sobre isso ver KOSELLECK, Reinhart. *História dos conceitos e história social*. In: KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora PUC-Rio, 2006.

p. 43). Ou a posição do posseiro expulso de sua terra, da liderança perseguida e morta, do agente de pastoral preso e ameaçado, do sem-terra executado.

Apelavam, portanto, às armas, à segurança privada, aos pistoleiros, às milícias. Essa Algaravia estava no Congresso Nacional, estava no Senado Federal, estava no governo República.

Caso exemplar, nesse sentido, é o do senador Saldanha Derzi, do PMDB – MS, que em entrevista ao programa *Voz do Brasil*, saiu em defesa dos fazendeiros, solicitando ao governo armá-los, para protegerem-se e poderem garantir sua produtividade. “A lei deve ser pra todos e, enquanto os pistoleiros e invasores estão modernamente armados, o proprietário rural está indefeso”. Ele completa: “Se o Governo não tem força e não deseja defender os proprietários rurais, nós iremos nos defender”¹¹¹.

Delimitação do inimigo e apologia da declaração do estado de exceção em um mesmo argumento, disposto nas engrenagens do poder político, funcionamento interno da política, marca fundamental de nossa contemporaneidade, constituindo aquilo que Giorgio Agamben denominou de estado de exceção permanente, demarcando o modo de atuação dos Estados contemporâneos, não apenas nos regimes totalitários, mas também nas democracias (AGAMBEN, 2004, p. 13).

O historiador Pere Petit, em análise da reação antirreformista entre os grandes proprietários do Pará, destacou que uma das artimanhas desses grupos para tentar frear a reforma agrária foi recorrer ao discurso da reorganização das guerrilhas armadas no campo, que supostamente eram arquitetadas por comunistas e agregavam os trabalhadores sem terra (PETIT; PEREIRA; PESSÔA, 2014, p. 348).

Petit destaca também como os jornais paraenses deram conta dessa estratégia, reproduzindo a voz dos proprietários, repetindo informações inventadas, flagrantemente criadoras do medo. *N’O Liberal*, de junho de 1985, “afirmavam que ‘guerrilha está montada na região e não poderão ficar imobilizados diante da ação dos agricultores sem terra’” (PETIT; PEREIRA; PESSÔA, 2014, p. 348).

Insidiosamente, o discurso de defesa da propriedade é também um discurso de morte, *necrodiscurso*, desnudando relações de poder e formas de atuação política centradas na eliminação da vida indesejada, intransigente, transgressora; vidas que desafiam o poder e por ele precarizadas. Nessa relação entre política e morte, como bem entende Achille Mbembe,

¹¹¹ Jornal do Brasil. *Senador nega que tenha pregado luta armada na terra*. 10 de julho de 1985, p. 5.

o poder (e não necessariamente o poder estatal) continuamente se refere e apela à exceção, à emergência e a uma noção ficcional do inimigo. Ele também trabalha para produzir a mesma exceção, emergência e inimigo ficcional (MBEMBE, 2018, p. 17).

O sem-terra encarnava a nova figura política do inimigo. Sua emergência como ator político organizado, suas bandeiras de luta e sua atuação efetiva na ocupação de terras pelo país, foi sentida pelas elites latifundiárias como ameaça real ao regime de propriedade.

Nesse ponto, vale lembrar as observações de José de Souza Martins sobre a ausência de respaldo moral da luta dos sem-terra naquele contexto. Diferente dos posseiros, socialmente respaldados pelo trabalho precedente nas terras em litígio, o sem-terra aparece na cena pública como contestador do direito de propriedade, pregando a desapropriação das terras improdutivas. “Antes”, diz-nos José de Souza Martins, “o posseiro é que aparecia como injustamente expulso de sua terra. Agora, os fazendeiros é que passaram a ser apresentados como vítimas de invasões e expulsões” (MARTINS, 2017, p. 185).

O sem-terra aparece como corpo estranho à sociedade, estranho porque ainda carente de tradição histórica, de argumentação moral que legitime sua luta. Ele encarnava o perigo, a ameaça iminente, a insegurança, a real possibilidade de modificação no regime da propriedade fundiária. A estratégia dos fazendeiros, notadamente das associações criadas em defesa da propriedade, foi exacerbar o sentimento de medo e repulsa contra a figura do sem-terra, desqualificando-o, deslegitimando-o e, sobretudo, atribuindo-lhe um mal.

Ora, o trabalho de estereotipia negativa em torno da figura do sem-terra e do MST também encontrou na *Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade* – TFP¹¹², o seu ponto de apoio e de difusão. A TFP foi uma aliada importante

¹¹² A TFP é uma instituição civil, de orientação católica, fundada em 26 de julho de 1960, por Plínio Corrêa de Oliveira. Nasce como um movimento de crítica e combate ao Socialismo e ao Comunismo, firmando-se nos valores ditos positivos da ordem natural, especialmente a *tradição* católica, a *família* como espaço primordial para o desenvolvimento dessa tradição, e a *propriedade* como garantia de desenvolvimento e sustentação material das famílias, garantia da vida e da liberdade. Desde seu nascimento, a TFP se ocupou do tema da reforma agrária, posicionando-se completamente contrária a qualquer tipo de modificação no regime de propriedade, entendendo a reforma agrária como um passo no caminho da comunização do país. A TFP cercou o tema da reforma agrária de argumentos religiosos e morais, condenando os seus defensores como pecadores e aliados no processo de destruição da ordem social, moral e cristã. Nos anos 1980, mormente com a emergência do MST e das ocupações de terra, a TFP direcionou sua campanha antirreformista aos trabalhadores sem-terra, que consideravam os novos inimigos dos valores por ela defendidos. Sobre a TFP e seu antirreformismo, ver: ZANOTTO, Gizele. *É o caos!!! A luta anti agro-reformista de Plínio Corrêa de Oliveira*. Dissertação (Mestrado em História Cultural) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2003.

no trabalho de detração dos sem-terra, das ocupações e da reforma agrária proposta pelo governo. Sua participação foi central no trabalho de construção imaginária do risco sem-terra, na dispersão do medo nas áreas rurais, na pregação antirreformista e no apoio à defesa da propriedade, inclusive legitimando o uso de armas.

Usando meios de divulgação próprios, como a revista *Catolicismo* ou panfletos produzidos pela instituição, além de ocupar as páginas de alguns jornais como a *Folha de São Paulo*, a TFP empreendeu uma ácida campanha contra o PNRA, reintroduzindo temas como a luta contra o comunismo, a defesa da família e dos valores cristãos e da propriedade como um valor sagrado. Distribuiu panfletos e palestrou na beira de estradas para divulgar o risco daquilo que acreditava ser uma reforma agrária socialista e confiscatória¹¹³.

Mas, parece-me, é o fenômeno das ocupações e a emergência dos sem-terra, o elemento que mais preocupa a TFP, constituindo-se os alvos primordiais de sua campanha para combater as *hordas invasoras*. Estratégia importante nesse trabalho foi a representação das ocupações e dos trabalhadores como fatos sociais desconhecidos, estranhos, por vezes de origem duvidosa. Trabalho de suspeição, de dúvida, de desconfiança, que tinha como escopo questionar a legitimidade das lutas e a idoneidade dos seus representantes.

No limite, buscava-se um meio de criminalizar essas lutas, não à toa, na lista de preocupações que o poder público deveria se ocupar, segundo as sugestões da TFP, cabia investigar cada *invasor*, perscrutar sua vida pregressa, anterior à adesão ao movimento de ocupação, inquirir sobre seus laços familiares, origem geográfica, profissão, filiação partidária, orientação religiosa, inclinação filosófica, recursos financeiros, motivações para aderir às *hordas invasoras* etc. O rol de perguntas é longo, à maneira de um inquérito policial, por vezes tendendo à associação entre o sem-terra e a figura de um criminoso. Daí porque cabia saber:

5. Estão identificados na polícia?

15. Qual a vida de cada “invasor”, antes de se entregar a sua presente ocupação?

16. Teve passagens por delegacias criminais, ou de ordem política e social? Foi processado? Condenado? Cumpriu integralmente a pena imposta?

¹¹³ Ver OLIVEIRA, Plínio Corrêa de; CAMPO, Carlos Patricio del. *A propriedade privada e a livre iniciativa, no tufão agro-reformista*. São Paulo: Editora Vera Cruz, 1985.

20. Participou de algum movimento de agitação social?

21. Em seu presente perambular, usa ele armas? A quem pertencem? A ele? À coluna invasora?

25. Praticam-se na coluna exercícios de tiro-ao-alvo e outros como *caratê*, *judô* ou *capoeira*? Há, na coluna, treinamento especial para isto?¹¹⁴

A estratégia é levantar suspeita sobre as ocupações, *essas desconhecidas*, é fomentar um sentimento de cautela, de preocupação, de ansiedade e de medo, medo do desconhecido, temor que se constrói pela introdução de uma indefinição acerca da idoneidade dos *invasores*, suspeição do caráter, da moral. Igualmente, pelo teor policialesco do inquérito preconizado pela TFP, buscava-se cercar as ocupações de um vocabulário criminal, apelando para a investigação de homens armados, treinados, sob a mira da polícia e da justiça, em suma, a busca pelos criminosos que, se não existiam de fato, passariam a habitar o imaginário social.

Buscava-se divisar os rostos da *multidão*¹¹⁵, partindo daquela premissa já criticada por George Rudé, de que a multidão era, quase sempre, constituída por criminosos, vadios, bandidos, desajustados (RUDÉ, 1991, p. 214). Daí a importância de identificá-los nos registros policiais, daí a necessidade de investigar sua relação com a criminalidade. Dispostos na coletividade da ocupação, anônimos, “sem rosto”, os trabalhadores alimentavam o medo das classes proprietárias. É que não conseguiam enxergar a organização dos trabalhadores rurais como movimento político, nem tratar de suas ações sem recorrer ao trabalho de detração.

Antes, porém, a TFP já havia introduzido os temas da reforma agrária e das ocupações em um universo mais sombrio, assustador, fantasmagórico e até maléfico. Recorreu ao imaginário fantástico dos monstros, dos fantasmas, dos demônios, para justificar a agitação social dos anos 1980, para associar as greves operárias, as lutas em torno de reformas como a agrária, ao projeto *secreto e ardiloso* encabeçado pelo grande *monstro incendiário*: as CEBs – *Comunidades Eclesiais de Base*.

¹¹⁴ OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. *No Brasil a reforma agrária leva a miséria ao campo e à cidade*. São Paulo: Editora Vera Cruz, 1986, p. 27. (Grifos do documento).

¹¹⁵ Georges Rudé (1991) reconhece a variedade de formas pelas quais se apresentam as multidões, apontando para aquelas que se formam casualmente, ou em situações cerimoniais, ou as multidões de audiência. Sua atenção se volta, em especial, para as manifestações políticas, as “multidões agressivas”, nos momentos de greves, motins, rebeliões e revoluções. Ver RUDÉ, George. *A multidão na história: estudo dos movimentos populares na França e na Inglaterra 1730–1848*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1991.

Em 1984, o alerta da TFP para o grande “perigo” que as CEBs representavam veio ao público em forma de história em quadrinho – HQ, apelando para uma linguagem simples, direta e ilustrada para difundir sua oposição ao trabalho das comunidades. Era a HQ *Agitação social, violência: produtos de laboratório que o Brasil rejeita*¹¹⁶.

No laboratório das CEBs, como sugeria a capa da HQ, uma série de elementos se misturam de modo a produzir a agitação social e a violência. Na revista, a CEB é representada pelo monstro agitador, que congrega os movimentos propulsores da “agitação”, o “ser misterioso, que tantas ameaças acumula sobre o Brasil”¹¹⁷.

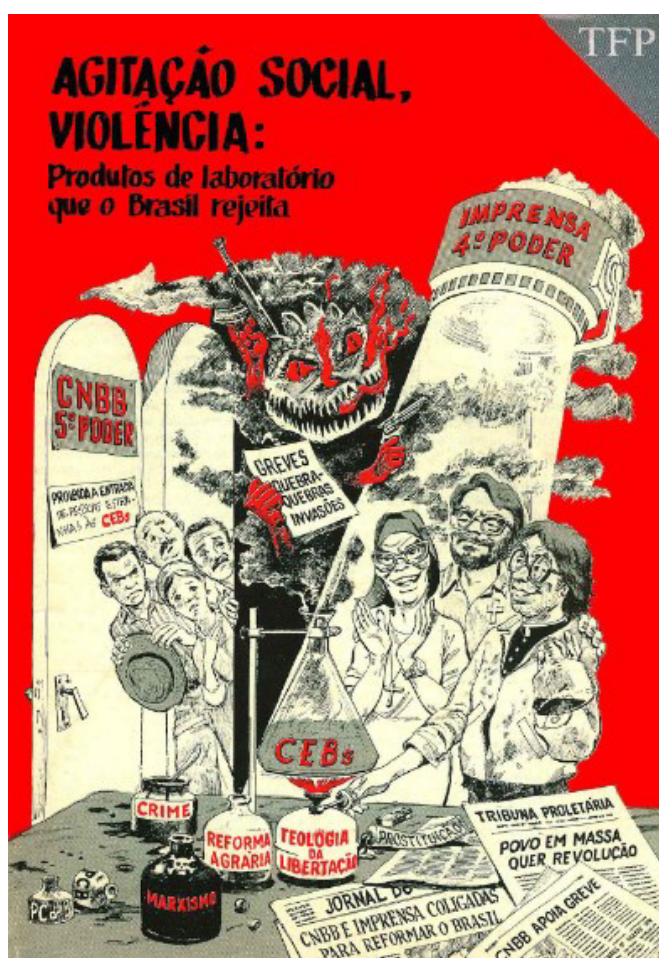


Fig. 6 TFP: agitação social. TFP, 1984 (capa).

Sob o pano de fundo vermelho, clara alusão ao Comunismo, porque é este o grande “perigo” em jogo, o verdadeiro objetivo de todo este laboratório, o produto final das experiências aí desenvolvidas, a reforma agrária e as invasões figuram entre as

¹¹⁶ TFP. *Agitação social, violência: produtos de laboratório que o Brasil rejeita*. São Paulo: Editora Vera Cruz, 1984.

¹¹⁷ *Ibid.*, p. 21.

substâncias explosivas, associadas à ideologia marxista e à orientação religiosa da *Teologia da Libertação*. Essa associação fica mais evidente na história de “Irmã Sabina, uma freira conscientizada”, um dos enredos que compõem a HQ.

Irmã Sabina era um embuste, um disfarce, e o seu objetivo real era convencer adeptos para a *reforma agrária na lei ou na marra*, pregar a doutrina comunista, estimular a crítica contra a propriedade privada, defender a luta armada e insuflar os trabalhadores às invasões de terras. Ora, a HQ recorre à velha artimanha que associa a maldade à figura feminina. Sabina é herdeira de Eva, desobediente, sedutora, ardilosa, que enfeitiça, engana e induz ao pecado.

Nas sequências da HQ, Sabina encarna a figura do disfarce do comunismo, o véu que o encobre; ela é uma personagem mal intencionada, misteriosa, ardilosa, escondida sob o manto religioso. Os indícios da maldade de Sabina e de suas ligações com o comunismo são expostos ainda no título do enredo, por um jogo de palavras e desenhos dispostos a criar no leitor uma *conclusão*¹¹⁸ em negativo do caráter da freira, e do caráter verdadeiramente sagrado das CEBs, da CPT e da *Teologia da Libertação*.

¹¹⁸ Nas histórias em quadrinhos, a conclusão, que pressupõe a elaboração de um sentido, de um entendimento e de reconhecimento da mensagem apresentada, é partilhada com o leitor, que participa da do enredo atribuindo sentido aos acontecimentos da trama, retirando conclusões das imagens dispostas. Isso ocorre com frequência pela técnica da *sarjeta*, aquele espaço vazio que divide dois quadrinhos, espaço mágico em que o leitor transforma as imagens visuais e escritas recebidas em uma ideia única, uma conclusão. Sobre isso, ver, MCCLOUD, Scott. *Desvendando os quadrinhos*. São Paulo: MaKron Books, 1995.



Fig. 7 Irmã Sabina.
Fonte: TFP, 1984, p. 6.

Note-se a artimanha do quadrinho, oculta parte da palavra que completa o sentido do *centro*, deixando em aberto, nas mãos do leitor, na mente do interlocutor, a tarefa de atribuir-lhe significado, o que, de fato, já estava orientado no título pela introdução da foice e do machado, e que se completaria no decorrer do enredo. Na HQ, a referência ao comunismo é direta, mas a ocultação do termo no quadrinho, sob a cabeça de irmã Sabina, tem como objetivo fomentar a desconfiança acerca dos religiosos das CEBs, apontar para intenções não totalmente claras, ou projetos maléficos que, sob a alcunha do trabalho comunitário, poderiam expressar o “risco” comunista.

Em outra sequência, como corolário do trabalho de Sabina e da CPT, especialmente no campo, o comunismo avançava por meio do aliciamento dos trabalhadores, incutindo-lhes ideias contra a propriedade privada e pregando a ocupação como meio para ter acesso à terra. Bandos armados, carregados pela cruz da CPT, avançam pelas propriedades rurais, confundindo a cabeça de pobres inocentes, que desconhecem essa igreja progressista e veem nela a expressão comunista.



Fig. 8. Irmã Sabina 2.
Fonte: TFP, 1984, p. 7.

A TFP participou, pois, de um trabalho de enquadramento do Movimento Sem-Terra e do tema da reforma agrária pelo viés da desconfiança, da depreciação, da acusação, da desonra, da abjeção. O objetivo é atribuir-lhe um risco, marcar o sem-terra por um sinal que indique ao outro, que ali há sempre a possibilidade de uma maldade, de um crime, de um ataque. Buscava-se afetar, pelo medo, os latifundiários, os meios de comunicação, o governo e toda a sociedade da iminência de uma força, quiçá sobrenatural, encarnada no fenômeno das ocupações e dos trabalhadores sem-terra. Um trabalho de detração das lutas pela democratização da terra e dos seus agentes, a serem *demonizados*¹¹⁹, como também nos ocorre atualmente.

Bandos de trabalhadores armados, previamente orientados por ideologias exóticas, sob o manto da igreja progressista, invadindo terras, assustando pobres e indefesos fazendeiros, tornou-se o imaginário recorrente nos anos 80 do século passado, imagem extremamente eficaz no processo de desconstrução da proposta reformista do governo, que por vezes se viu obrigado a recuar e aceitar a leitura que os setores latifundiários fizeram do “caos agrário”.

¹¹⁹ O trabalho de detração do MST foi analisado, por exemplo, em pesquisa sobre as formas de enquadramento do movimento pela revista *Veja*, uma análise do discurso que viu na revista formas de agenciamento do MST que compreendem o silenciamento, a cooptação, a difamação, a divisão, a domesticação e a satanização. Ver SOUZA, Eduardo Ferreira de. *Do silêncio à satanização: o discurso de Veja e o MST*. São Paulo: Annablume, 2004.

Porque o medo também foi dirigido ao governo. O *fantasma da reforma agrária* também assombrava a República, afetada pela reação antirreformista, ameaçada pelas declarações violentas de latifundiários, fragilizada pelos desentendimentos entre seus técnicos e a opinião pública.

O peso do passado, a memória dos infortúnios de João Goulart e do golpe de 64, vieram à tona por meio de avisos e conselhos ameaçadores: “Vai mais devagar”, dizia Leonel Brizola, governador do Rio de Janeiro, em recado ao presidente, isso porque “ele já viu esse filme antes: a reforma derrubou João Goulart”¹²⁰. “Essa coisa de reforma agrária é comunismo e vai desembocar, com as greves, em outro 64”, diziam outros¹²¹. Em editorial abertamente contrário ao PNRA, especialmente descontente com a atuação do ministro Nelson Ribeiro, o jornal *Correio Braziliense* falava em reedição de 64 e advertia:

Hoje, cabe ao senhor Nelson Ribeiro, sob as bênçãos dos ideais reformistas do Governo da Nova República, despertar conhecidos setores da sociedade brasileira, que se reencontram para evitar o que temem: que o caos tome conta do campo. (...) O presidente José Sarney precisa vestir imediatamente uma roupa de bombeiro. Deve esquecer por alguns dias suas visitas aos Ministérios para despachos e para comer nos bandejões, porque S. Exa. se não tem medo de ameaças deve estar informado que seu Governo já sofre críticas duras e graves de pretensos aliados. (...) Que se liberte enquanto lhe é possível, de auxiliares que comprometem a sua autoridade e, de mãos livres, possa realizar o Governo pelo qual estamos todos esperando. Que o presidente se lembre de 1964¹²².

A história como conselheira, o passado como coleção de exemplos e a memória como a sentinela a indicar sempre a iminência do risco. O passado assim cercado, manipulado, cooptado, nas mãos das elites agrárias do país, nas vozes da opinião pública igualmente conservadora, na força política reacionária incrustada na redemocratização, serviu como importante aliado no projeto que pretendia derrotar a proposta contida no PNRA.

Distribuição deliberada do medo, portanto, ancorada na fabricação dos inimigos, na sustentação de um estado de emergência que justifique o recurso às armas e ao uso da força, no apelo ao passado, também transformado em instrumento de afetação a serviço dos setores latifundiários. A charge da revista *Reforma Agrária*, periódico da *Associação*

¹²⁰ Jornal do Brasil. *Brizola recomenda a Sarney cautela na reforma agrária*. 13 de junho de 1985, p. 8.

¹²¹ Fala de Cardoso de Almeida, latifundiário e ex-deputado pela Arena de São Paulo. Jornal do Brasil. *Que reforma agrária será essa?* 02 de junho de 1985. Caderno especial.

¹²² Correio Braziliense. *Batata quente*. 13 de junho de 1985, p. 2. (Assinado por Dario Macedo).

Brasileira de Reforma Agrária – ABRA, no ano de 1985, resume bem a centralidade do medo como estratégia de afetação política contra o PNRA.



Fig. 9 O fantasma da reforma agrária.
Fonte: Revista Reforma Agrária, 1985, p. 87.

Criar e alimentar fantasmas, determinar socialmente os sujeitos que representam o risco, a instabilidade, a desordem, os sujeitos que assombram o corpo social, foi fundamental no escopo que pretendeu transformar o tema da reforma agrária, das ocupações e dos trabalhadores sem-terra em forças que precisavam ser combatidas. Quanto maior o medo, quanto mais crentes na fantasmagoria dos latifundiários, quanto mais interiorizado o perigo, maiores também seriam as vitórias desses setores, explicitadas pelos recuos e pela descaracterização da proposta do governo.

3.2 Ditos de sofrimento e de dor

Na outra face dessa maquinaria, de modo menos espetacular, o medo revelar-se-ia nos pedidos de socorro dos trabalhadores rurais frente à violência do latifúndio, nos ditos que narram a um só tempo a dor e o sofrimento nas queixas policiais, nas palavras que exprimem a angústia, a insegurança e o temor dirigidos aos órgãos ministeriais. Horror diante do despejo, da destruição de casas e de roças, do trabalhador surrado,

torturado, assassinado, perseguido e ameaçado. Ou no ato derradeiro de uma vida que não suportando mais a violência praticou o suicídio.

Encontrar os ditos que sinalizam a presença do medo, falas que apontam para a desproteção, a angústia, a insegurança, desnudando na outra margem do *necrodiscurso* uma sociedade destituída de direitos, marginalizada do poder, sobre a qual recaiu o peso da violência de classe, a força armada do latifúndio. Eis um trabalho necessário e urgente na historiografia.

Trata-se de uma daquelas *moradas vivas de história*, para usar os termos de Arlette Farge (2011, p. 16), em que vemos aparecer diante de nós os fragmentos de vidas ocultadas pela dor, pelo sofrimento, singularidades que denunciam a violência e o poder que a sustenta. É também o lugar da resistência e da luta, em que se observam muitas e diversas formas de reação ao poder, em que se explicitam as iniciativas individuais ou coletivas para dizer e denunciar a violência que sofrem. São lugares em que ecoam os gritos de dor e de sofrimento, mas também o brado de sujeitos que resolveram encarar o poder do Estado e das forças particulares dos grupos latifundiários.

A intensificação da reação antirreformista elevou assustadoramente os índices de todas as formas de violência no campo e, embora o *Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário* – MIRAD tivesse dificuldade em admitir que isso fosse consequência direta da publicação do PNRA, apesar da grita dos latifundiários, não conseguiu esconder o fato de que as propostas de reforma agrária ali apresentadas acabaram por mobilizar os proprietários em torno de tensões já existentes, explicitando:

certos confrontos de interesses e determinadas forças políticas que se movimentam em torno de algumas grandes situações de litígio, que tem mantido e propiciado, nas últimas décadas, um clima permanente de tensão social no campo¹²³.

Ora, essa tensão resultou em um total de 320 mortos no ano de 1985, dos quais 258 foram assassinatos, somados a 59 “acidentes” de trabalho e 03 casos de suicídio. Os dados faziam parte do levantamento de conflitos de terra do MIRAD, seu próprio instrumento de controle dos dados, sua própria versão na contabilidade dos mortos no campo, mensuração da violência que é resposta aos protestos dos grupos socialmente engajados na luta pela terra, como a CPT e o MST, mas também disputa que pretende instituir a autoridade do Estado nessa questão.

¹²³ MIRAD. *Conflitos de terra: levantamento dos conflitos de terra em que se registram mortes, ocorridas no país em 1985*. Brasília, DF, 03 de fevereiro de 1986, p. 45.

Parte desse levantamento foi construído a partir dos chamados expedientes (cartas, telegramas, abaixo-assinados, denúncias telefônicas, manifestos) dirigidos ao próprio MIRAD ou ao *Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária* – INCRA. São queixas, denúncias, pedidos de investigação, depoimentos, relatos produzidos individual ou coletivamente, declarações diante de delegados de polícia, que trazem à tona a complexidade das tensões sociais em todo território nacional, além de exporem formas variadas de violência física e psicológica a que as populações rurais foram submetidas; territórios do medo, portanto, embora silenciosamente pronunciado.

Se os jornais acabaram por se tornar o lugar primordial das exposições *necrodiscursivas* dos fazendeiros, dos empresários rurais, aqui, nessas queixas, encontramos as microtécnicas de imposição do poder, diluídas em formas muito distintas de distribuição do medo, completando um imenso *dispositivo*, aqui entendido como a rede de mecanismos diversos, ditos ou não ditos, discursivos ou práticos¹²⁴, dispostos na reação contra a reforma agrária, intensificando a violência no campo.

Na distribuição cotidiana da violência, a casa, o lar, constitui-se em espaço de grandes riscos, local preferencial para os ataques surpresa contra os trabalhadores e os seus familiares. A casa é o cenário mais presente nas narrativas dos trabalhadores pegos de assalto pelos fazendeiros, pelos policiais, pelos pistoleiros.

A destruição da casa dos trabalhadores implica estabelecer um limite entre a posse e os despossuídos, entre quem tem ou não o direito estabelecer-se, quem pode ou não levantar morada. Sobre as terras do outro (o patrão, o fazendeiro, o grileiro) há um interdito que pressupõe impedir a permanência duradoura dos trabalhadores com seus familiares e suas histórias¹²⁵. Criar raízes na terra não é permitido, cultivar memórias, tampouco. Limpar a terra pressupõe também destruir tudo que é sólido e estável.

¹²⁴ O conceito de dispositivo, na obra de Michel Foucault, compreende um conjunto variado de elementos discursivos ou não, práticas, instituições, ideias, leis, decretos, enunciados filosóficos, científicos etc. dispostos pelo poder, seus mecanismos de controle, de dominação. Sobre a noção de dispositivo em Foucault, ver REVEL, Judith. *Michel Foucault: conceitos essenciais*. São Carlos: Clara Luz, 2005, p. 39 - 40.

¹²⁵ Friedrich Engels já demonstrou como o estabelecimento da propriedade privada pressupõe a subjugação do outro, da natureza, dos bens coletivos; a vitória sobre a propriedade comum e coletiva; a submissão da mulher pelo homem, sobretudo quando da invenção do casamento monogâmico. Ver ENGELS, F. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo: Boitempo, 2019. Em *Os despossuídos*, Karl Marx, com apenas 24 anos, toca na questão da propriedade privada, ao analisar a aprovação de uma lei, pela Dieta Renana (assembleia de deputados por estamentos), que proibia os pobres de coletarem madeira e gravetos caídos no chão. A lei propunha a punição do “furto” de madeira com base na justificativa de violação da propriedade privada. Além de demonstrar como a propriedade privada se estabelece pelo ato violento contra a natureza, apropriando-se de seu caráter livre e coletivo, Marx também questiona a sua legitimidade jurídica, posto que, “se todo atentado contra a propriedade, sem qualquer distinção, sem

Pressionados para abandonar a fazenda em que habitavam há 13 anos, no município Porto Nacional – GO, os posseiros Nicolau Rodrigues dos Reis, Maria Raimunda Coelho da Luz e João Rodrigues dos Reis, dirigem-se ao ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, para contar que Dona Maria estava em casa com seu filho cego e duas noras, quando, “na volta de uma hora da tarde, ouviram tiros muito fortes na direção das nossas casas. Ficamos com medo, o tiro demorou mais ou menos cinco minutos”¹²⁶. A fazenda estava em processo de análise para fins de desapropriação e os tiros, segundo acreditavam os posseiros, eram uma tentativa de fazê-los sair da terra.

Também em Porto Nacional, os posseiros da Fazenda Mangues informam ao ministro que, “no mês de setembro de 1985, o senhor Isnak Gomes da Silva, pretendo dono da referida propriedade, chegou na casa da companheira Marilda Rosa de Jesus e tocou fogo na casa, jogou semente de capim na roça já pronta para plantar”¹²⁷.

Cercar, invadir e destruir a casa. Aí estão reunidos os elementos que configuram a centralidade da casa nesses conflitos agrários, primeiro porque ela abriga o “inimigo” a ser eliminado, o objeto da cobiça dos fazendeiros e de seus homens armados; segundo porque, ao derrubar ou queimar as casas, garante-se, mesmo que provisoriamente, o afastamento dos trabalhadores das terras.

Em algumas situações, a casa torna-se um cenário para o terror, palco de distribuição da violência para todos os sujeitos que ali habitam, normalmente surpreendidos nas horas de descanso, ou de confraternização familiar.

Foi em casa, enquanto jantava com quatro crianças, que o lavrador Domingos Gomes de Melo, ouviu os gritos de “teje preso” e o estampido das balas que lhe tiraram a vida pelas mãos de pistoleiros a serviço do subdelegado e latifundiário do município de Timbiras – MA, em 17 de julho de 1985. Diz-nos o documento produzido pelo MIRAD, *Conflitos de terra: levantamentos dos conflitos de terra em que se registram mortes, ocorridas no país em 1985*, que as crianças saíram “correndo perdidas pelo mato” e que uma delas foi encontrada com o rosto deformado, “não se sabe se foi de espancamento pelos assassinos ou queda dentro do mato”.

Mas o terror e o sofrimento produzidos aí não podem ser tratados com a mesma imprecisão, pois, embora a linguagem utilizada pelo MIRAD dê pouca atenção a esses

determinação mais precisa for considerada furto, não seria furto também toda propriedade privada”? Ver MARX, Karl. *Os despossuídos*. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 82.

¹²⁶ Carta ao Ministro do Desenvolvimento e da Reforma Agrária. 18 de março de 1986.

¹²⁷ Carta ao Ministro do Desenvolvimento e da Reforma Agrária. 01 de abril de 1986.

sentimentos, o pavor distribui-se não somente entre os pequenos, afugentados, atordoados, mas certamente entre as mulheres que, ao aproximarem-se, encontram o corpo de Domingos, “sem vida, com uma das mãos quebradas, um braço deslocado, com marcas de quatro balas”, indicando ter sido arrastado pelos assassinos, em vista de haver muito sangue por dentro da casa até o local do corpo”¹²⁸.

O MIRAD recorreu às informações cedidas pela *Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Maranhão* – FETAEMA, para registrar a morte de Domingos Gomes de Melo, aspecto, aliás, bastante revelador do papel que tiveram os sindicatos de trabalhadores, a CPT, o MST, na explicitação da violência pelo país. Esses grupos cumprem não apenas a tarefa de apoiar as lutas dos trabalhadores rurais, mas também a de documentar as circunstâncias em que os direitos e a própria vida desses trabalhadores correm perigo; a de arquivar os documentos do medo, do horror e da violência.

São incontáveis os registros desse tipo de execução no seio familiar, prática que visa não somente a eliminação deste ou daquele posseiro ou liderança sindical enredada nas disputas pela posse da terra, mas também tem como escopo a distribuição coletiva do medo, imprimindo sobre os presentes, sobre os que permanecerão vivos, um claro aviso do que também poderá lhes ocorrer, caso permaneçam nas terras ou ousem desafiar o poder dos fazendeiros e seus aliados. A exposição do assassinato sobre os presentes, é, pois, tática de controle sobre as vidas insistentes, como que por uma *pedagogia da violência*, reprimindo resistências, desarticulando formas de enfrentamento e destruindo os mecanismos de manutenção e reprodução da vida.

Uma violência de tipo *exemplar*, que não se encerra no ato punitivo sobre o corpo da vítima, mas estende-se aos membros da família e da comunidade, forjando por meio do suplício corpóreo impingido ao vitimado, uma memória que é, ao mesmo tempo, lembrança do passado e advertência para o futuro dos sujeitos resistentes.

Me parece não estarmos tão distantes daquela *ostentação dos suplícios* de que tratou Michel Foucault, em *Vigiar e Punir*, de uma prática ritual que pressupõe a inscrição do poder no corpo físico, produzindo dor, marcando-o com sinais que não devem ser apagados; e um suplício que é, também, a ostentação do triunfo da justiça, a glória daqueles que aplicam a pena, a “vitória” e a força dos que possuem a prerrogativa e os instrumentos de punição (FOUCAULT, 2014, p. 37).

¹²⁸ MIRAD. *Conflitos de terra: levantamento dos conflitos de terra em que se registram mortes, ocorridas no país em 1985*. Op. Cit., p. 123.

Ed Carlos de Sousa Guimarães, ao tratar sobre a pistolagem no Pará, considera que se trata também de *violência disciplinar*, na medida em que a execução dos trabalhadores rurais na presença dos seus familiares cumpre uma função de *docilização* dos corpos e de adestramento do comportamento dos vivos, mecanismo de controle, direcionado “muito mais à vida do que propriamente à morte” (GUIMARÃES, 2010, p. 84).

Os efeitos da difusão e o enraizamento do medo, sobretudo do pavor provocado pelos atos de execução na presença dos parentes e dos conhecidos da vítima, não se deixam captar facilmente na documentação ministerial ou nas informações jornalísticas, mais preocupadas com a narrativa sequencial dos acontecimentos do que com os problemas de ordem subjetiva, psicológica ou emocional.

No entanto, parte considerável desse medo explicitar-se-á em inúmeros registros de “abortos espontâneos”, partos interrompidos ou em suicídios, revelando a amplitude da violência disseminada no campo, inclusive sua interiorização em níveis mentais, *topologia da violência*¹²⁹ que já não é mais da ordem do visível, do frontal, dado seu deslocamento para regiões intrapsíquicas, invisíveis e subjetivas.

Pois não foi outro, senão o terror provocado por um despejo forçado, a causa da morte dupla de Maria das Mercês Taveira de Sousa e seu bebê, em 07 de julho de 1985, em Goiás. Após uma sequência de ataques que visavam a expulsão de nove famílias do povoado Terra Nova, no município de Araguatins, pistoleiros a serviço do grileiro Jair Rocha tocaram fogo em estradas, queimaram as plantações e os barracos dos moradores, enfiaram cano de carabina no ânus de um lavrador, ameaçaram mulheres e crianças com tiros. Nesse trágico cenário, Maria das Mercês, que estava grávida de gêmeos, interrompeu o trabalho de parto e faleceu juntamente com sua criança¹³⁰.

O assassinato duplo de mãe e filho, porque é esse o enquadramento dado pelo MST, que registrou o infortúnio de Maria das Mercês no dossiê *Assassinatos no campo: crime e impunidade: 1964 – 1985*, deve ser entendido como desdobramento de uma política fundiária que desterritorializa, que nega o acesso à terra, que expulsa os trabalhadores em favor do latifúndio. A morte de mãe e filho se dá em meio a outras

¹²⁹ Refiro-me ao trabalho de Byung-Chul Han em suas considerações sobre uma topologia da violência na atualidade que já não opera mais no nível do visível, do confronto, do ataque, da utilização da força bruta sobre os corpos. O novo *topos* da violência é invisível, atua em níveis subcutâneos, penetra as regiões intrapsíquicas da sociedade moderna. Ver HAN, Byung-Chul. *Topologia da violência*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

¹³⁰ Relatório presente no dossiê *Assassinatos no Campo: crime e impunidade – 1964 – 1985*, de autoria do MST. Uma discussão sobre este dossiê será realizada no capítulo 6 desta tese.

violências, como mostra o documento do MST: ameaças, intimidações, incêndio das estradas e das plantações dos lavradores. No enredo trágico, pode-se ler:

Assim, foram perdidas 45 linhas de milho, 25 linhas de feijão, 8 linhas de mandioca, 80 linhas de fava, 10 linhas de batata-doce. Não satisfeitos com esses prejuízos, os pistoleiros passaram a humilhar e ameaçar muita gente. Colocaram um cano de carabina no ânus de um lavrador, puseram cinco mulheres em fila e começaram a atirar para pressioná-las¹³¹.

Eis uma miríade de violências, que antecede, que perpassa e ultrapassa os casos em que se registraram mortes. Uma realidade que só pode ser compreendida na medida em que se alarga o entendimento da violência, perscrutando, em primeiro lugar, as condições sócio-políticas que as engendram. Nesse sentido, logo, a publicação do dossiê *Assassinatos no campo*, de autoria do MST, constitui-se em documento de explicitação da barbárie no campo, na medida em que produz o relato das violações de direitos, das formas cruentas de violência; além de produzir memória histórica sobre esse passado doloroso, do qual, agora, tento elaborar uma interpretação possível, ao menos respeitosa da vida e da trajetória dos trabalhadores violentados.

Nem Maria das Mercês, nem seu bebê foram inseridos no levantamento oficial do MIRAD para os conflitos em que se registraram mortes em 1985. Esse fato corrobora, em primeiro lugar, a baixa representação da violência sofrida pelas mulheres no contexto dos conflitos pela terra no Brasil; em segundo lugar, evidencia a estreiteza da concepção de violência no campo, ignorando as suas manifestações mais sutis e seus efeitos nos níveis mentais e emocionais.

As mulheres foram vitimadas pela agressão aos seus corpos, por sevícias, delitos sexuais, estupros, lesões corporais, como mostra o documento do MIRAD, mas os impactos intrapsíquicos causados pelos despejos, pelas invasões de propriedade, pelas ameaças, pela destruição dos bens ou pela execução pública de seus entes queridos, é parte inerente desse grande quadro de violações de direitos nas áreas rurais, que encontra sua força na produção e na distribuição do terror.

O tormento de uma sociedade, o grau de apavoramento que, em determinado tempo e espaço, acomete um grupo social, pode também, é verdade, ser pensado a partir do suicídio, esse ato derradeiro de aparente caráter individual e intimista, mas profundamente revelador da deficiência de nossas formas de organização social. O

¹³¹ MST. *Assassinatos no campo: crime e impunidade – 1964 – 1986*. São Paulo: Global, 1987, p. 374.

suicídio como sintoma e como produto de determinadas formas de sociabilidade (MARX, 2006, p. 24).

Uma sociedade que, não sendo capaz de suprir a necessidade básica da alimentação aos seus cidadãos, contribuiu, por exemplo, para que o agricultor João Francisco Filho, com fome há 40 dias, matasse a mãe, a mulher e os três filhos e, em seguida, tentasse o suicídio cortando os órgãos genitais e enfiando uma faca no abdômen. Isso foi em 1984, em Alagoas¹³².

Pensar esse tipo de ato como desdobramento de ineficientes políticas públicas, como expressão da violência sistêmica do país, é uma dificuldade, mormente porque, como reverberou no jornal *Folha de São Paulo*, mais parecia uma fatalidade da natureza, a inevitável tragédia humana que não conseguiu resistir às intempéries climáticas, “capricho da natureza que secou a terra e levou milhares de famílias ao abandono completo”¹³³.

O MST também incluiu a tétrica história da família de João Francisco Filho no seu dossiê de *Assassinatos no campo*, complementando o quadro de violações ali expostos, apontando para o problema dos suicídios. “Os casos de suicídio”, diz o MST, “por dívida, ou em consequência direta da violência do aparato policial, demonstram o quadro de desespero a que os trabalhadores estão submetidos”¹³⁴.

Ora, a sociedade brasileira produziu muitos e diversificados casos de suicídio nas áreas rurais na década de 1980, não apenas expondo as populações dessas regiões ao completo abandono e motivando-as ao extremo ato de atentado contra a própria vida, mas também criando formas de inviabilização da vida e da permanência no campo. Muito frequentes são os casos em que o suicídio se deu após sucessivas tentativas de expulsões, acompanhadas de ameaças, de espancamentos, de torturas. Esses episódios desnudam existências impedidas antes mesmo do ato extremado, à quem a terra foi negada, a produção da subsistência foi proibida e a vida foi ameaçada. O medo, a tensão, o descontrole emocional e a loucura, antecipam a tragédia do suicídio nas áreas rurais, revelando a complexidade dos conflitos de terra no país, alargando a compreensão da violência na medida em que, impossibilitando a vida, conduz homens e mulheres ao autoextermínio.

¹³² Jornal Folha de São Paulo. *Flagelado da seca mata toda a família e tenta suicídio*. 3º caderno, 26 de fevereiro de 1984, p. 21. Documentado também no dossiê *Assassinatos no campo: crime e impunidade – 1964 – 1986*, p. 519.

¹³³ *Ibid.*

¹³⁴ MST. *Assassinatos no campo: crime e impunidade – 1964 – 1986*, op. cit., p. 492.

João Jurandir Barbosa, posseiro na Fazenda Ingá, no município de Conceição do Araguaia – PA, embrenhou-se nos matos ao ver se aproximar de seu lote um carro preto do governo, logo depois foi encontrado enforcado em uma árvore, em 10 de abril de 1985. João tinha sido preso dias antes e espancado pelos soldados da polícia militar durante uma ação de expulsão da fazenda Ingá, de propriedade do deputado Marcos Guimarães Siqueira Lima (PMBD-MG)¹³⁵.

O caso de João Jurandir Barbosa foi incluído no dossiê *Assassinatos no campo* como suicídio; do mesmo modo o enquadrado o levantamento do MIRAD para o ano de 1985, ainda que o órgão do governo ressaltasse a dificuldade de apuração destes casos, a imprecisão das informações. Não é simplesmente um corpo pendurado numa árvore o elemento suficientemente revelador do suicídio, mormente quando o posseiro já foi vítima de prisão, expulsão e tortura, como atesta o próprio MIRAD: “posseiro suicidou-se por medo da polícia depois de ter sido torturado e expulso da fazenda Ingá”¹³⁶.

Importa, no entanto, ressaltar aquilo que, para o MST, era uma certeza, inquestionável: João Jurandir foi morto. Suicídio ou assassinato, o fato é que a “Autoria”, asseverava o MST, era da “Polícia Militar (responsável)”¹³⁷.

Sucessivas pressões pela expulsão dos posseiros da localidade de Joncon, também em Conceição do Araguaia, além da prisão de lavradores e despejos forçados, em maio de 1985, compõem o desfecho infeliz da posseira Carmem Lúcia da Silva que, já enlouquecida, cometeu suicídio¹³⁸. Infelizmente as informações sobre a existência de Carmem Lúcia, sua luta pela permanência na terra em conflito, seus atos de resistência, seu enlouquecimento, seus medos e mesmo sua morte são parcos.

Sobre ela o MIRAD só informa que enlouquecera e suicidara-se por medo de pistoleiros que a ameaçavam. Ela aparece ao lado do nome de João Jurandir Barbosa e completa uma tabela de três suicídios, todos precedidos pelo medo causado pelo espancamento, pela tortura policial, pelas ameaças de morte.

Um resto muito pequeno de sua memória ficou registrado no dossiê *Assassinatos no campo*, por ele sabemos que era casada com Sebastião Mineiro e que, juntamente com 400 posseiros, estava envolvida numa luta para permanecer na fazenda. O MST também informa, ao contrário do que fez o MIRAD, as sucessivas investidas do referido culpado

¹³⁵ *Assassinatos no campo: crime e impunidade, op. cit.*, p. 520.

¹³⁶ MIRAD. *Conflitos de terra: levantamento dos conflitos de terra em que se registram mortes, ocorridas no país em 1985, op. cit.*, p. 27.

¹³⁷ *Assassinatos no campo: crime e impunidade, op. cit.*, p. 521.

¹³⁸ *Ibid.*

pela morte de Carmem Lúcia, o senhor Justiniano Clímaco da Silva, que reivindicava a posse das terras e a expulsão dos trabalhadores, além de registrar as pressões da polícia militar e do GETAT para a retirada dos trabalhadores em 1982.

Apesar dos poucos casos documentados pelo MIRAD, os suicídios foram incluídos nos relatórios como resultantes dos conflitos agrários. Além dos despejos, da violência física, das ameaças, das violações sexuais, também o endividamento dos trabalhadores rurais e a possibilidade de perda de seus bens para os credores, principalmente os bancos, aparece entre as principais motivações para o ato suicida.

Caminhar livremente pelas terras em conflito também podia representar grande perigo, pois os caminhos frequentemente tornavam-se alvos primordiais para tomar de assalto trabalhadores, posseiros, lideranças sindicais, líderes religiosos, agentes de pastoral. A ida para o trabalho, a volta para casa, a caminhada em direção à igreja em que se professava a fé, os passos na direção do sindicato, esses movimentos escondiam, por vezes, o risco para as vidas marcadas pela violência do latifúndio. Nos caminhos encontramos parte da insegurança a que as populações rurais estavam submetidas, neles ecoam vozes interrompidas, gritadas no momento da morte; neles também se escutam outras tantas a pedir socorro às autoridades públicas.

Enquanto se dirigia de bicicleta para a cidade, Gonçalo Ferreira Campos Souza, delegado sindical do STR de Lago da Pedra – MA, foi atingido por quatro dos cinco tiros disparados por Almir Maia da Costa, rico fazendeiro e granjeiro da região. Gonçalo levava consigo a contribuição sindical dos seus companheiros e um abaixo-assinado em favor da reforma agrária¹³⁹. O assassinato do trabalhador foi melhor registrado pelo boletim *Grito no Nordeste*¹⁴⁰, na edição de julho/agosto de 1985, reportagem atenciosa que serviu de informação para o MST, que incluiu os relatos ali produzidos no dossiê *Assassinatos no campo*, e na edição n. 47, de setembro de 1985, do *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*.

O assassinato de Gonçalo foi em 11 de agosto de 1985, pouco mais de um mês após os apelos das lideranças religiosas da Diocese de Bacabal ao ministro do *Serviço Nacional de Informações* – SNI, o general Ivan de Souza Mendes, a quem solicitavam

¹³⁹ *Grito no Nordeste*. Ano XIX, nº 85, julho/agosto de 1985, p. 9.

¹⁴⁰ Boletim pertencente à *Ação Católica Rural* – ACR, entidade fundada por Dom Helder Câmara, em 1965, em Recife. A edição nº 1 do *Grito no Nordeste* é datada de janeiro/março de 1967, contendo 19 páginas, datilografadas, e na capa, o mapa do Nordeste, ressaltando a abrangência do periódico. Ali, naquele primeiro número, já se esboçava a preocupação da ACR com os trabalhadores do campo, com necessidade de organização. Sobre a ACR, ver: LIMA, Maria do Socorro de Abreu e. *A Ação Católica Rural: mudanças e desafios políticos de 1978 a 1985*. *Crítica Histórica*, Alagoas, vol. 9, n. 18, p. 89 – 118, dez. 2018.

urgentes providências para o “clima de tensão e intensa agitação social desencadeado pelos latifundiários, ‘grileiros e fazendeiros’ da região, organizados “ostensivamente contra o Plano Nacional de Reforma Agrária”¹⁴¹.

A nota oficial dos religiosos denunciava a formação de um bloco de cerca de trezentos latifundiários contrários à reforma agrária, que, em assembleia, discutiram as formas de impedir a execução da proposta do governo, além de formarem um fundo financeiro para compra de armas, sob o pretexto de defesa da propriedade privada. Também denunciavam as hostilidades que a ação pastoral da Diocese de Bacabal vinha sofrendo, com ameaças e acusações de incentivo às invasões. A nota termina por responsabilizar as autoridades do governo de Sarney “por qualquer ato de violência e terrorismo praticado pelos fazendeiros contra Padres, Agentes Pastorais, Sindicalistas e Posseiros na região”¹⁴².

Ora, a nota é uma expressão fundamental da luta empreendida pelos religiosos ligados à *Pastoral da Terra*, é um modo de fazer ecoar publicamente as inúmeras situações de violência no campo, e de demarcar o posicionamento desses mesmos religiosos no campo político e social. Trata-se da voz da Igreja emprestada aqueles que, via de regra, não encontram canais suficientes para exprimirem a violência que sofrem cotidianamente.

Ainda no Maranhão, também em 1985, dez bispos assinam a *Carta ao povo de Deus*, fruto de dois dias de reunião em São Luís, para tratar da intensificação da violência no meio rural. Ali, na *Carta*, os bispos descortinam o clima de tensão social vivido naquele estado, apontando as tensões da região:

23 mortes, 9 feridos, 70 prisões arbitrárias e brutais pela polícia militar, 75 ameaças de morte contra padres, lideranças sindicais e de comunidades, uns 70 conflitos de terra envolvendo perto de 40 mil famílias de lavradores: este é o saldo triste apurado desde o começo do ano no interior maranhense¹⁴³.

A denúncia se completa delimitando os responsáveis:

¹⁴¹ Nota Oficial da Diocese de Bacabal ao Ministro do SNI, General Ivan de Souza Mendes. Bacabal, 04 de julho de 1985. In: SNI. *Clima de tensão e intimidação social no município de Bacabal/MA*, 18 de julho de 1985. Disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1861497&v_aba=1. Acesso em: 10/06/2021.

¹⁴² *Ibid.*

¹⁴³ Carta ao povo de Deus. São Luís, 08 de novembro de 1985. Disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1864553&v_aba=1. Acesso em: 10/06/2021.

[...] Fazendeiros, pistoleiros, uns juizes, polícia militar do Estado agem conjuntamente contra os lavradores para tirar-lhes a vida, reprimir sua organização, sufocar sua esperança de direito e de terra. [...] Ontem fizemos a tentativa de ser porta-vozes, junto ao governo do Estado, dos anseios dos lavradores e exigir medidas urgentes para pôr fim à violência; recebemos, em troca das denúncias apresentadas acusações falsas contra pessoas da Igreja consideradas causadoras dos conflitos e portadoras de subversão no campo, como acontecia na ditadura da Velha República¹⁴⁴.

A luta se transforma em argumento da calúnia, da detração, da perseguição e da morte. O mesmo argumento utilizado pelos militares, o mesmo *modus operandi* que, diante da explicitação da *necropolítica* em curso, mesmo nas democracias, pressupõe como inimigos e perigosos todos os que desafiam o poder.

São as lideranças da luta pela terra que se tornam objetos preferenciais da perseguição das forças antirreformistas, primeiro porque a eliminação dessas figuras representa a desarticulação, mesmo que temporária, da organização dos trabalhadores e suas reivindicações; segundo porque atentar contra essas vidas sobressalentes é um meio de desencorajar os trabalhadores rurais, os anônimos, obrigando-os a submeterem-se a formas arcaicas de relações de trabalho, a se conformarem com ausência de direitos e de garantias trabalhistas, a continuarem a ser homens sem terras nas terras alheias.

O trabalhador conscientizado, ciente dos seus direitos, organizado e inserido na luta, é o elemento que mais assusta os latifundiários. A violência seletiva que faz tombar as lideranças tende sempre a se intensificar quando se acentuam também as diversas formas de organização dos trabalhadores.

As estradas que ligam as lideranças e os trabalhadores, por onde seguem as manifestações de apoio, a ajuda sindical e o trabalho pastoral comprometido com os pobres do campo, tornam-se cenários da barbárie, palcos para o derramamento de sangue, arenas do derradeiro ato de luta daquele que sucumbe às armas do latifúndio.

O padre *comboniano*¹⁴⁵, Ezechielle Ramin, vigário de Cacoal, Diocese de Ji-Paraná – RO, caiu numa estrada no retorno para Cacoal após ser tocado por jagunços que lhe perfuraram o corpo com 15 tiros de balas de diversos calibres. Tantos tiros!

Ezechielle Ramin retornava de um encontro com 300 famílias de posseiros numa área da Fazenda Catuva, reclamada por Osmar Bruno Ribeiro. Segundo informação do *Jornal do Comércio* de Manaus, em 26 de julho de 1985, o padre foi encontrar os

¹⁴⁴ *Ibid.*

¹⁴⁵ A Congregação dos Padre Missionários Combonianos foi fundada em 1872 pelo padre italiano Daniel Comboni. Os primeiros padres combonianos no Brasil chegaram em 1952 em direção à cidade de Serra, no Espírito Santo. Ver <https://combonianos.org.br/historia-dos-combonianos-no-brasil/>. Acesso em: 7 nov. 2022.

posseiros para convencê-los a saírem da área, justamente por temer o acirramento dos conflitos¹⁴⁶. De qualquer modo, não foi a reunião o motivo exclusivo para a morte de Ramin, mas sua penetração na região, seu apoio aos trabalhadores, seu trabalho de conscientização.

O mesmo se daria com padre Josimo Moraes Tavares, vigário da Paróquia de São Sebastião do Tocantins, assassinado em 10 de maio de 1986, com dois tiros fatais, em Imperatriz – MA. Foi o desfecho trágico de uma sucessão de ameaças e atentados que Josimo denunciou incansavelmente, tornando pública não somente a sua, mas também a angústia de inúmeros trabalhadores rurais pelo país.

Ele expôs nacionalmente o clima de intranquilidade no campo, fazendo chegar até o presidente, José Sarney, as ameaças que lhe cercavam. Gritou abertamente os nomes dos fazendeiros, dos grileiros, das associações de proprietários responsáveis pela violência. E sucumbiu, como mais uma vítima do terror estabelecido pelas forças antirreformistas.

Pe. Josimo expressou com grande lucidez a conexão entre o estado de tensão psicossocial no campo brasileiro e o anúncio da reforma agrária, apontando para a insegurança e a instabilidade das populações rurais que, nos campos, nas casas, nas igrejas, nas estradas, nos sindicatos, viviam sob o signo do terror dos latifundiários temerosos de perder suas terras. Ele mesmo tocado no meio de uma estrada, em Augustinópolis – TO, em 15 de abril de 1986, tendo o carro que dirigia crivado de balas, numa tentativa de assassinato, diz-nos:

Entendo que este atentado se põe dentro do contexto social da região, em seu aspecto de luta pela terra. Os lavradores do Bico do Papagaio, vindos de vários estados do Brasil, há muitos anos estão resistindo em pedacinhos de terra, estão enfrentando, sob o risco de vida, a violência dos grileiros, o roubo de terras. Grileiros e fazendeiros da região, considerando a possibilidade real de uma distribuição de terra em favor dos posseiros, liderada pelo Governo Federal, se armam com fortes calibres, e tentam destruir as pessoas que eles julgam ser os cabeças de todo o Movimento dos trabalhadores rurais. O que sofreu é, pois, a demonstração objetiva, inquebrantável, da vontade e da decisão política dos grileiros e de parte de fazendeiros da região de impedir uma mínima realização do Plano Nacional da Reforma Agrária (PNRA) do Governo Sarney. Pois qualquer tentativa de aplicação do PNRA, significaria também, para eles, uma perda do enorme poder político e administrativo que controlam neste extremo norte goiano¹⁴⁷.

¹⁴⁶ Jornal do Comércio, 26 de julho de 1985.

¹⁴⁷ Declaração de Josimo Moraes Tavares. Imperatriz – MA, 17 de abril de 1986.

Pe. Josimo registrou essa *Declaração* no *Cartório do 1º Ofício* de Imperatriz, em 18 de abril de 1986, documento em que descortina o enredo do cerco que lhe fora montado, da perseguição que sofrera e da tentativa de morte na estrada rumo à Imperatriz. A *Declaração* fazia parte das estratégias de Josimo Tavares para tornar público não somente a intimidação individual que sofria, mas também o desespero coletivo da região do Bico do Papagaio, marcada pela intensificação da violência.

Antes, em 1984, já liberto da prisão que sofrera sob a acusação de participar do assassinato de um fazendeiro, uma tentativa explícita de intimidar o religioso, padre Josimo relata em entrevista à *Convívio*¹⁴⁸, como o terror foi se estabelecendo na região do Bico do Papagaio, onde,

De agosto a outubro de 1984, 127 casas foram queimadas, 27 lavradores e 02 agentes de pastoral foram presos, 04 agentes de pastoral estão com processos na justiça, todos criminais, 04 lavradores continuam presos, 09 líderes de comunidades foram obrigados a sair de suas casas, porque estão ameaçados de prisão pelos Policiais Militares. [...] O clima de violência e insegurança invade todas as famílias, desde as pessoas mais idosas até as criancinhas¹⁴⁹.

Aí estão reunidos, na voz de um único sujeito, centenas de outros pequenos relatos de violações de direitos por todo o país, coro de reclamações e pedidos de socorro aos órgãos do governo que não puderam reverberar publicamente. Mas é importante registrar que inúmeras manifestações, individuais ou coletivas, de posseiros, de pequenos proprietários, de padres, de bispos, de associações sindicais, organizações religiosas e tantas outras, chegaram até os ministérios do governo, à Câmara Federal, ao presidente da República, gerando uma demanda pela resolução dos crimes no campo, impondo ao governo uma responsabilidade e uma culpa por cada novo ato de despejo forçado, de trabalhador surrado ou morto.

¹⁴⁸ Trata-se da *Convívio: Sociedade Brasileira de Cultura*, entidade civil, de natureza cultural, sem fins lucrativos, fundada por Adolpho Crippa, em 1961, com sede em São Paulo. A entidade publicou a revista *Convívium*, voltada para temas filosóficos, políticos, artísticos e literários. A entrevista do Padre Josimo a que me refiro foi reproduzida na íntegra em: CPT. Pe. Josimo: a velha violência da Nova República. São Paulo: Ícone Editora Ltda, 1986.

¹⁴⁹ Entrevista ao padre Josimo. In: CPT. Pe. Josimo: a velha violência da Nova República. São Paulo: Ícone Editora Ltda, 1986, p. 53.

4 LIMPAR A TERRA, IMPEDIR A VIDA

4.1 *Banir: quando os corpos incomodam*

Podia construir casa de barro, nada de alvenaria, nada que demarcasse o tempo de presença das famílias na terra.

(VIEIRA JÚNIOR, 2021, p. 41)

Em *Torto Arado*, obra aclamada de Itamar Vieira Júnior, uma característica fundamental da precariedade da vida nos campos brasileiros aparece citada várias vezes pela advertência dos “donos da terra” para que os trabalhadores não construam casas de alvenaria. É que a solidez que o concreto representa estava proibida naquele mundo frágil, transitório e fugidio dos trabalhadores rurais em suas relações de dependência com os patrões e os mandatários do território.

De barro deve ser a casa não apenas para ocultar o tempo de duração dos homens no chão que ocupam. Na fragilidade da morada se encontra, também, a facilidade de banir os trabalhadores sempre que as circunstâncias exigirem, sempre que seus corpos pareçam incômodos, ou que sua presença represente uma ameaça aos interesses daqueles que se assenhoram da terra.

Daí porque é necessário vedar aos pobres da terra o direito de construir alicerces, e isso inclui negar-lhes, também, o direito a um passado de longa duração com a terra. Daí porque a história dos trabalhadores rurais é também um relato da destruição de suas casas, suas roças, seus utensílios domésticos, seus corpos, suas vidas e seu passado.

Os moradores de Água Negra, fazenda onde se desenrolam as histórias de *Torto Arado*, reconhecem o valor de seu passado e a força de suas histórias para afirmarem o seu direito de permanecer na fazenda.

“Chegamos à fazenda há muitos anos, cada um aqui sabe como foi. Essa história foi repetida muitas vezes. Mil vezes. Muitos de nós, a maioria, posso dizer, nasceram nesta terra. Nasceram aqui, nesta terra que não tinha nada, só o nosso trabalho. Isto tudo aqui só existe porque trabalhamos esta terra. Eu nasci aqui. Meus irmãos nasceram aqui. Crispina, Crispiniana e a família também. E os que não nasceram, já estão a maior parte de suas vidas em Água Negra. Os donos pisavam os pés nesta terra só para receberem o dinheiro das coisas que plantávamos nas roças. Todo mundo sabe das histórias de seu Damião, seu Saturnino e Zeca, meu pai. E sabe das histórias do jarê e de tudo que vivemos aqui. Sabe melhor que qualquer forasteiro quantas secas já vimos

se abaterem sobre a fazenda e quantas enchentes comeram nossas roças na beira do Utinga e do Santo Antônio” (VIEIRA JÚNIOR, 2021, p. 219)

O passado é o documento de pertencimento ao lugar. É porque ali nasceram, viveram, trabalharam, criaram seus filhos e morreram, que devem ali permanecer, legitimados pelo direito de quem faz a terra produzir, dar frutos, gerar vida. Para garantirem o direito ao chão que pisam reconstróem suas memórias, narram a trajetória de suas vidas, contam como chegaram à terra em questão, ressaltando sempre as escaramuças dos pretensos donos para retirá-los do lugar.

Água Negra é o Brasil. É um microssomo do país. Essas histórias estão presentes em todo o território brasileiro, onde se encontra uma constante luta pela terra, que transita entre a expropriação dos trabalhadores rurais e a potência das inúmeras formas de resistência, na tentativa de erigir alicerces de concreto e de história.

4.1.2 *Queimaram minha casa, destruíram minha roça*

“Eu, Jovino Alves Leotério, lavrador, domiciliado e residente em Sumauma, município de Sítio Novo, pai de família de três filhos, declaro que no dia 25 de julho de 1980, às 5 horas da manhã, estava pisando o arroz, me rodearam dentro de minha casa, com as armas em riba de mim. Pediram para calar a boca, falaram que esses padres que andam por aí não valem nada, um dia carregam minha mulher e eu só fico para olhar, queria notícias das espingardas que os padres tinham deixado em Sumauma, queriam saber onde estava o valentão daqui, falavam do Pedrão. Me levaram no quarto, tomaram minha espingarda, procuraram revólver em baixo de meu colchão, não encontraram. Me trouxeram para a fazenda, no caminho diziam no meio do caminho vamos te matar, eu ficava quietinho. Quando cheguei na fazenda, o José Ferreira diz que não tinha direito a mais nada, que é para desocupar a casa e queimar. Pedi um prazo, disse que não dava de jeito nenhum, que eu era teimoso. Passei o dia em baixo de ordem dele na fazenda. Éramos 21 homens e uma mulher. Às cinco da tarde nos despacharam. Dia 26 passei o dia todinho carregando meus trens para casa do meu sogro. Dia 29 de julho tocaram fogo na minha casa, parece que foi o cabo de Axixá, segundo o professor de Santa Luzia, a quem o cabo contou” (KOTCSHO, 1981, p. 37).

Isoladas, essas palavras podem sugerir o fracasso e a derrota de Jovino. E, por outro lado, a vitória do latifúndio e de seus aliados na investida contra os trabalhadores rurais. Pode-se, é verdade, enveredar por uma interpretação histórica marcada pela fragilidade, pela submissão, pela impotência e até pela passividade dos posseiros. Continuaríamos, assim, seguindo o cortejo dos vencedores.

Mas é justamente na força e na potência dos posseiros de Sumauma que se encontram as razões da expulsão de Jovino e da destruição de sua casa. É pela insistência e pela obstinação de permanecerem na terra. Porque se recusaram, muitas vezes, a

abandonarem seus lares e suas plantações. Essa teimosia é um elemento chave para compreendermos a centralidade da destruição material da casa e das roças dos posseiros.

Frequentemente, antecede a destruição das casas uma série de avisos e mandos para que os posseiros deixem a área que ocupam. Tudo começa com a chegada de um sujeito desconhecido se dizendo dono da terra, alegando ter comprado uma parte ou a totalidade do terreno, às vezes com uma documentação falsa, ou nem isso.

Na região do Bico de Papagaio – GO, uma dessas figuras ameaçadoras dos posseiros era o juiz João Batista de Castro Neto, grileiro e grande aliado dos fazendeiros, responsável por uma imensa operação de expulsão de trabalhadores da região, a *operação limpeza*, como foi frequentemente denominada. Do juiz grileiro, diz-nos a lavradora Joana Maria da Conceição, domiciliada e residente em São Miguel, município de Itaguatins – GO.

“[...] Em novembro de 1976 o Dr João Batista mandou de novo a polícia mandar prender ele. Eles levaram Raimundo para a fazenda Jussara para assinar, obrigado, como invadidor da Fazenda dele. O Dr João Batista estava lá, Para obrigar ele assinar, eles jogaram ele na água, fizeram ele arrancar os plantidos que ele tinha na sua posse, cortaram tudo, derrubaram a casa dele sobre ele, e ele estava dentro com a mulher e seu filho¹⁵⁰.

Raimundo Ferreira da Silva, domiciliado em Lagoa da Canafístula, em Axixá – GO, conta:

O dia 12 de setembro, a polícia chegou, mais ou menos 10 policiais, e me falou que o Juiz, João Batista, me mandava desocupar porque a terra é do Crispin. Eles me mandaram assinar a ordem do juiz. Eles levaram meus trens nas duas C-10. Minha mulher pedi para fazer o almoço primeiro para os meninos, mas eles não aceitaram. Eles nos levaram em Axixá e jogaram meus trens no meio da rua. O dia seguinte 13 de setembro eles derrubaram minha casa e hoje 14 queimaram a casa. Eles despejam muitos posseiros e derrubaram algumas casas¹⁵¹.

Martinho Nunes de Sousa, morador de Sampaio, em São Sebastião do Tocantins, declara:

Em 1974 chegou nesta região João Batista de Castro Neto, nesta época juiz de Itaguatins. Ele queria tomar toda esta região e tomou. Em 1974 o gerente do Dr João Batista de Castro Neto, chamado João Carinho um pistoleiro perigoso, chegou na posse do meu sogro. Ele passou logo e cerca dividindo a posse. [...] o gerente do Dr João Batista de Castro Neto, João Carinho chegou e falou para comprar. Eu não aceitei vender. Isso foi em junho de 1974. Logo depois ele

¹⁵⁰ Depoimento de Joana Maria da Conceição. In: CPT. *Denúncia caso Araguaia-Tocantins*, 1981, p. 69. (Nos depoimentos que se seguem, preserva-se a escrita dos documentos analisados).

¹⁵¹ Depoimento de Raimundo Ferreira da Silva. In: CPT. *Denúncia caso Araguaia-Tocantins, op. cit.*, p. 63.

botou fogo na morada da filha da minha sogra, e tirou minha sogra da sua casa e mandou ela pra Sampaio. Ele deu um conto de reis para pagar o transporte para vir para Sampaio. Nada mais¹⁵².

Eis como se dá o trabalho de *limpeza* da terra. Desalojam-se os posseiros, fazendo-os correr, fugir, mudar; arruinam-se as plantações; derrubam-se ou queimam-se as casas. Não raro, usam-se tratores para aplainar o terreno livre dos moradores, para eliminar quaisquer vestígios da presença de homens numa determinada área.

Busca-se, dessa forma, reduzir o posseiro à condição daquele que nada tem de seu, que não construiu nenhum patrimônio, que não tem propriedade alguma, alheio nas terras alheias, sujeito ilegítimo e incômodo, ao qual se deve banir, afastar para as margens.

Quanto mais conscientes da importância de registrar suas queixas, mais os trabalhadores produzem documentos da barbárie provocada pelo latifúndio nos rincões do Brasil. As histórias individuais se somam, se avolumam, se repetem e dão conta de uma regularidade na forma e no conteúdo da violência. Já não são vozes isoladas, nem situações de violações esporádicas. Em bloco, os relatos expõem o projeto de expulsão dos pobres da terra em favor do latifúndio, abrindo caminho para a penetração do grande capital no campo.

Dito isso, deve-se considerar a narrativa dos posseiros como mais uma faceta da sua resistência para continuar na terra; se destroem sua casa, se queimam sua roça, se os tangem para outro lugar, resistem narrando, criando enredos, dando a conhecer seu passado.

Setembro de 1980. A partir dessa data muitos relatos de despejo foram produzidos e registrados em cartório. Nesse tempo, a *operação limpeza* comandada pelo juiz João Batista de Castro Neto se intensifica, provocando o despejo de cerca de 200 famílias na região do Bico do Papagaio. Tais depoimentos são, em primeiro lugar, o registro histórico da relação de cada trabalhador com a terra em disputa.

Na forma como são apresentados, esses depoimentos dividem a vida dos posseiros entre o antes e o depois da chegada do autointitulado dono da terra. Dizem os trabalhadores quando chegaram, como encontraram a terra virgem, as benfeitorias que realizaram, os barracos que levantaram, os filhos que tiveram, os animais que criaram, os casamentos que contraíram. Mas chegou o suposto dono, com papel, com polícia, com juiz, com o GETAT. É o tempo do desassossego. Um corte, uma quebra violenta, uma

¹⁵² Depoimento de Martinho Nunes de Sousa. In: CPT. *Denúncia caso Araguaia-Tocantins, op. cit.*, p. 62.

inflexão que se faz, em primeiro lugar, pela tentativa de negar aos posseiros um passado na terra que ocupam.

Passado que os posseiros rememoram, para ser registrado no papel em cartório, na delegacia, no sindicato, nos órgãos de regularização fundiária. Que fique claro como vieram a se tornar donos, de fato, da terra; sempre numa perspectiva de que o direito sobre este bem deve-se aquele que nela trabalha. Daí porque Eraquito Alves Bandeira, residente em Sampaio, no município de São Sebastião de Tocantins, declara:

“Quando meu pai nasceu, já meu avô era posseiro nesta terra. E meu pai tem hoje 77 anos. Meu avô e meu pai fizeram muitas benfeitorias nesta posse. [...] Em 1974, João Carinho, mandado do Dr João Batista, demarcou nossa posse dizendo que João Batista comprou esta terra do Governo. Ele começou a nos perseguir. [...] por causa de todas essas perseguições e ameaças, meu pai foi obrigado de sair, e vendeu sua posse ao juiz João Batista de Castro Neto, por mixaria”¹⁵³.

A violência da expulsão interrompe uma história que abarca, às vezes, gerações, buscando apagar, pela retirada dos posseiros, pela destruição de suas benfeitorias, de seus bens, de suas casas, os vestígios da ocupação humana na terra pretendida pelo fazendeiro ou pelo grileiro.

Ora, esse aspecto não se trata simplesmente de uma determinação de ordem particularista deste ou daquele fazendeiro/grileiro mais violento. Em muitos casos, está na forma da “lei”, ou na forma como a fazem alguns juristas comprometidos com a grilagem de terras, a exemplo do juiz João Batista de Castro Neto.

Foi ele quem, em 25 de agosto de 1980, resolveu expedir mandado liminar de manutenção de posse em favor dos fazendeiros Crispim Batista de Moraes e Franklina de Moraes Batista, que deveria:

[...] ser cumprido com as cautelas legais, inclusive com o concurso da força plo, digo, policial necessária à sua execução, devendo ser requisitadas ao 3º Batalhão da Polícia Militar, sediado em Arguaina, os policiais necessários tendo em vista a violência reinante na área e a agitação perpetrada pelo Frei Henrique e Padre Nicola A pone, colocando em risco a vida dos proprietários e dos empregados das fazendas da região. [...] por outro lado, *que sejam desfeitas as benfeitorias construídas pelos suplicados* em detrimento da posse dos suplicantes [...] ¹⁵⁴.

Não basta ao juiz deferir o pedido de manutenção de posse aos solicitantes; sua decisão se completa com a apreciação negativa e depreciativa dos posseiros ali residentes,

¹⁵³ Depoimento de Eraquito Alves Bandeira. In: CPT. *Denúncia caso Araguaia-Tocantins*, op. cit., p. 61.

¹⁵⁴ Mandado de manutenção de posse, pelo juiz João Batista de Castro Neto. In: *Denúncia caso Araguaia-Tocantins*, op. cit. p. 24. (Grifos meus).

envolvendo-os numa trama de perturbação da ordem, de agitação social e dos supostos “riscos” que os trabalhadores representem para os fazendeiros. No argumento para o uso da força policial, completa o juiz – “eis que, segundo se sabe, andam os invasores adredeamente armados”¹⁵⁵.

Ali, na avaliação unilateral do juiz, os trabalhadores rurais aparecem não apenas como invasores, mas também turbadores, que agitam, perturbam, tumultuam. Trata-se, sabe-se, de uma estratégia de legitimação do desejo e da decisão de banir os posseiros, constituindo-os em perigo, em sujeitos incômodos e “ilegítimos” nas terras em litígio. Segue-se à expulsão dos corpos a destruição das benfeitorias, para que não reste nenhuma dúvida de que a terra é livre de posseiros.

Não bastasse a violência da expulsão e da classificação criminosa dos trabalhadores, a decisão judicial ainda orienta o uso da força policial, indicando os caminhos, selecionando participantes para a *operação limpeza*, desnudando a rede de relações em curso, principalmente a submissão dos policiais, transformados em agentes protetores do latifúndio.

Somado às artimanhas de falsificação de documentos que atestam a inexistência dos homens nas áreas pretendidas, o banimento, por vezes aparatado pelas forças policiais, abre caminho largo para que os fazendeiros, os grileiros, os empresários rurais, cumpram a determinação do GETAT, que exige do pretendente a um título de terra, o atestado de que na área pretendida não existem posseiros¹⁵⁶.

Em matéria publicada no *Diário da manhã*, de Goiânia, em 20 de setembro de 1980, o advogado da CPT na região do Bico do Papagaio, Osvaldo de Alencar Rocha, demonstrou como funcionava a *máquina de grilagem*, desnudando seus agentes e suas formas de atuação. Entre os métodos usados para expulsão dos trabalhadores, destacam-se os documentos fraudulentos, as indenizações sob ameaças, a violência policial e as tocaias dos jagunços.

Mas é na atuação dos órgãos oficiais e no papel representado por juízes mancomunados com os fazendeiros que se encontra o “sucesso” do trabalho de expulsão, como consta nos relatos que Osvaldo de Alencar prestou ao *Diário da manhã*.

Nos casos mais simples os fazendeiros expulsam o posseiro pela violência e sem muitas precauções, mas, nos casos em que envolvem muitas famílias, tomam sempre o cuidado de acobertar essa violência com mandados legais, e é aqui que a convivência das autoridades se torna importante. Conta Osvaldo

¹⁵⁵ *Ibid.*

¹⁵⁶ Ver a seção *Relato*, do documento *Denúncia caso Araguaia-Tocantins*, *op. cit.*, p. 19.

Rocha que, como quase toda a região do Bico do Papagaio está sob ação discriminatória, e, portanto, fora da jurisdição de João Batista de Castro, os fazendeiros não podendo despejar legalmente os posseiros com sua ajuda, concedem laudos de vistoria falsos de funcionários do Getat, certificando a inexistência de posseiros nas terras, para assim se habilitarem a titulá-las. “Uma vez tituladas, declara Osvaldo – elas voltam à jurisdição do juiz, e então o magistrado de Araguaína concede imediatamente liminares para despejos dos posseiros¹⁵⁷.”

Nessa rede, não há lugar para os pobres da terra, em sua maioria analfabetos, grande parte sem documentação pessoal, sem títulos de propriedade, distanciados dos cartórios pelas dificuldades de deslocamento até as cidades, carentes de recursos econômicos, desconhecedores dos seus direitos. Aí reside uma parte importante do trabalho da *Comissão Pastoral da Terra*, prestando assessoria jurídica aos trabalhadores, tarefa igualmente perigosa, visto que também os representantes da CPT se tornam alvos da *máquina de grilagem* e da violência que lhe é inerente.

A CPT publicou, em 1981, um grande e contundente dossiê de documentos sobre a participação desses agentes, em especial o GETAT, na promoção dos conflitos agrários e da violação de direitos no norte de Goiás. A publicação foi intitulada de *Denúncia: o caso Araguaia-Tocantins*.

Um extenso volume de fontes contendo estudos acadêmicos, notas da CPT à imprensa, cartas de membros da Igreja, depoimentos de lavradores, recortes de imprensa, cópias de documentos cartoriais, mandados de segurança, decretos de manutenção de posse e de expulsão dos posseiros. São 111 páginas de uma grande denúncia centrada, especialmente, sobre o GETAT, que a CPT considera estar “por detrás e acima” das agruras dos posseiros no norte goiano, e a quem denomina como “inimigo dos lavradores”¹⁵⁸.

Um instrumento a serviço do capital, um aliado no processo de apossamento das terras públicas, facilitador da grilagem em sua área de atuação. São essas as conclusões da CPT sobre o órgão. Atribuições que a CPT julga observáveis desde a concepção e instalação do GETAT:

E, se a especulação inicial do sobre o porquê do GETAT limitou-se riscar no mapa a sua área de atuação e dentro dela constatar a região onde se desenrolou a única guerrilha rural da atualidade brasileira, já agora a observação geográfica mais atenta dá conta do Polo Carajás e seus acessos [...] E, justamente no “Bico do Papagaio”, estão previstas construção de duas hidroelétricas e por lá também passará estrada de rodagem ligando Boa

¹⁵⁷ Diário da manhã. Os caminhos da grilagem. 20 set. 1980. In: *Denúncia caso Araguaia-Tocantins*, op. cit., p. 78.

¹⁵⁸ CPT. *Denúncia caso Araguaia-Tocantins*, op. cit., p. 20.

Esperança (Maranhão/Piauí) a Imperatriz e Marabá. Tangenciando o “Bico do Papagaio” passarão também a rodovia e a ferrovia São Luís-Marabá-Carajás. [...] Ou seja, o GETAT veio para aplainar os caminhos da penetração do grade capital multinacional e nacional numa região conflitada e indefinida do ponto de vista da propriedade fundiária¹⁵⁹.

Em artigo presente nessa coletânea de documentos, Benedito Monteiro associa a criação dos órgãos GETAT e GEBAM ao AI-5, na medida em que esses órgãos, além de estarem diretamente subordinados ao Presidente da República, têm suas atividades vinculadas aos problemas declarados como de interesse da Segurança Nacional. Isso significava que, pela primeira vez no Brasil, a legalização fundiária se tornava atribuição exclusiva do *Conselho de Segurança Nacional*, esvaziando as atribuições do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e dos órgãos de regularização fundiária, como o INCRA¹⁶⁰.

Mais revelador dos propósitos embutidos na criação desses órgãos, ou dessas novas tecnologias de governo, é o fato de suas áreas de atuação priorizarem justamente aquelas escolhidas ou já contempladas por obras de grande envergadura, como as barragens, as rodovias, as hidrelétricas, os projetos de colonização particulares etc. As terras selecionadas pelo grande capital para gerar lucro, seja pela introdução da agropecuária de exportação, seja pela geração de energia para alimentar a indústria de bens duráveis, ou simplesmente para gerar especulação imobiliária.

Sobre a instalação do GEBAM nos municípios de Almeirim, no estado do Pará, e Mazagão, no Amapá, Benedito Monteiro lembra que essa é justamente a área onde está situado o projeto Jari¹⁶¹, “e onde os problemas fundiários foram criados ou são consequência desse famoso projeto cujo centro de planejamento e de decisão infelizmente estão fora do país”¹⁶².

¹⁵⁹ *Ibid.*, p. 16.

¹⁶⁰ MONTEIRO, Benedito. GETAT E GEBAM: instrumentos de anti-reforma agrária. In: CPT. *Denúncia caso Araguaia-Tocantins*, *op. cit.*, p. 107.

¹⁶¹ O Projeto Jari foi implantado na região amazônica em 1967, por iniciativa do norte-americano Daniel Keith Ludwig, patrocinado pelos incentivos fiscais do Estado brasileiro, que visava atrair investimentos nacionais e estrangeiros para a região da Amazônia, que as forças políticas da ditadura consideravam um imenso vazio improdutivo. O ambicioso Jari tinha como principal objetivo a produção de celulose, mas visava ainda a produção de arroz, a instalação da pecuária, a mineração de caulim e bauxita. A vinda de Ludwig para o Brasil e a instalação do Projeto Jari correspondiam aos objetivos econômicos da ditadura militar para o aproveitamento econômico da Amazônia, ancorado na ideia de integração, desenvolvimento, modernização e ocupação da região. Sobre o Projeto Jari, ver: CAMARGO, Maria Luíza Gutierrez. *O latifúndio do projeto Jari e a propriedade da terra na Amazônia brasileira*. Dissertação. (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

¹⁶² MONTEIRO, Benedito. GETAT E GEBAM: instrumentos de anti-reforma agrária, *op. cit.*, p. 109.

No bojo da implantação do projeto Jari encontra-se a desorganização da produção extrativista praticada secularmente, a derrubada de mata nativa para a implantação da indústria da celulose, a expulsão das populações locais, restrições à circulação dessa população nas áreas do projeto, o recrutamento de uma imensa massa de trabalhadores mal remunerados e com condições precárias de trabalho, a formação de favelas sobre palafitas pelas populações descartadas pelo Jari, violência contra posseiros resistentes etc. (CAMARGO, 2015).

Abrem-se, então, os caminhos de (e para o apossamento da) terra. E se ao GETAT e ao GEBAM coube “aplainar os caminhos” de tal empreendimento, a eles também se atribuem inúmeras manifestações de violência e de desassossego dos trabalhadores rurais, o que acaba configurando esses órgãos como agentes provocadores de conflitos e de tensão social.

Vindos de canoa, nos lombos dos burros ou a pé, mais de 1.200 pessoas reuniram-se em Imperatriz, no dia 25 de junho de 1981, para exigir das autoridades uma solução para os problemas sociais da região do Bico do Papagaio. No evento, sob a mira das metralhadoras de 100 homens da Polícia Militar, os presentes denunciaram a cumplicidade do GETAT com os “fazendeiros e grileiros que os torturam e ameaçam, forçando-os a abandonarem suas terras”¹⁶³.

O protesto foi noticiado pelo jornal *Resistência*¹⁶⁴, que acusa diretamente o GETAT de participar das ações criminosas contra os trabalhadores.

A situação fundiária do Bico do Papagaio vem se agravando há muito tempo, e está atingindo proporções que podem levar a um desfecho de consequências violentamente imprevisíveis, tudo sob as vistas do Getat que, criado para resolver o problema vem de maneira inexplicável acobertando e participando das ações criminosas dos grileiros contra os lavradores. De acordo com uma nota redigidas por estes ‘o Getat dá toda cobertura aos grileiros, ajudando a polícia e os jagunços. Os grileiros andam pelos povoados acompanhados por funcionários do Getat e pela polícia obrigando os posseiros a assinar papel em branco, torturando os posseiros, derrubando e queimando casa’¹⁶⁵.

¹⁶³ *Resistência*. *Lavradores protestam contra o Getat*. Belém, PA, jun. 1981, ano IV, n.26, p. 15.

¹⁶⁴ O jornal *Resistência* é um periódico de responsabilidade da *Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos* e foi lançado pela primeira vez em fevereiro de 1977. Um periódico abertamente de oposição ao regime militar, *Resistência* deu espaço aos grupos de contestação à ditadura e publicou matérias destacando o autoritarismo, a violação de direitos humanos, a censura do governo. A luta pela terra e a violência nas áreas rurais do Brasil estiveram no centro dos debates promovidos pelo periódico, especialmente o drama dos posseiros diante da grilagem. Sobre o jornal *Resistência*, ver: COSTA, Josué Ivan. *A voz do resistência: um jornal contra a ditadura militar*. (Monografia) Faculdade de História da Universidade Federal do Sul e do Sudeste do Pará, Marabá, 2018.

¹⁶⁵ *Ibid.*

De olho nesse processo, falando a partir de Goiás, no já citado dossiê que denuncia o caso Araguaia-Tocantins, a CPT dirige-se ao poder público para reafirmar:

Consideramos o GETAT como o primeiro responsável pela ‘operação limpeza’ da área sob sua jurisdição expulsando posseiros e reservando as terras para o latifundiários, empresas nacionais e multinacionais, indo contra os verdadeiros interesses do povo brasileiro transformando este órgão num inimigo dos lavradores e num inimigo da própria nação brasileira¹⁶⁶.

Se insisto nesse trabalho corajoso da *Comissão Pastoral da Terra*, que se faz a voz dos trabalhadores rurais para desnudar a violência do Estado, mas que também entende que é preciso deixar falarem os próprios trabalhadores, abrindo espaços para que suas reclamações, suas dores e suas reivindicações sejam ouvidas, é para enfatizar a importância do ato que transforma violência em notícia, em relato, em denúncia, em documento para ser lido, visto, publicado.

Esse ato que nos permite, hoje, acessar uma parte, ainda que pequena, das “vozes” dos posseiros expulsos, dos choros e dos lamentos das viúvas do latifúndio, e da resistência cotidiana que acontece no campo. É um trabalho de produção de memória da dor e das inúmeras formas de encará-la.

20 de agosto de 1980. De Tocantinópolis – GO, Dom Cornélio Chizzini, bispo dessa prelazia, e Dom Celso Pereira de Almeida, presidente da CPT Tocantins-Araguaia, fazem ecoar a *Carta ao povo de Deus*, “para denunciar os fatos mais graves que acontecem nestes últimos tempos na região do norte de Goiás”¹⁶⁷. É um relato cronológico da violência autorizada pelo juiz João Batista de Castro Neto, a quem a *Carta* cita nominalmente como responsável pela perturbação na região.

Listados, os episódios narrados dão conta de um projeto sistematizado de expulsão e “limpeza” da região, refutando qualquer justificativa que tenta reduzir os conflitos agrários em situações isoladas. Vale reproduzir o relato:

1. no dia 17 de junho deste ano a polícia cometeu violências no povoado de Sumaúma, município de Sítio Novo, acompanhada pelo grileiro José Ferreira de Carvalho.
2. no dia 19 do mesmo mês, nas redondezas do povoado de São Miguel, município de Itaguatins, acompanhada pelo grileiro Antônio Costa Filho.
3. no dia 2 de julho, no povoado de Água Amarela, município de São Sebastião.

¹⁶⁶ CPT. O GETAT e violência. In: CPT. *Denúncia caso Araguaia-Tocantins*, op. cit., p. 54.

¹⁶⁷ Dom Cornélio Chizzini; Dom Celso Pereira de Almeida. *Carta ao povo de Deus*. In: CPT. *Denúncia caso Araguaia-Tocantins*, op. cit., p. 46.

4. no dia 3 de julho, nas redondezas de Duriti, município de São Sebastião.

5. nos mesmos dias, nos povoados de Piraquê e Macaco, município de Xambioá, e Tocantinópolis, acompanhados dos grileiros Jesuino José da Silva, Humberto e José Lins Siqueira. Na fazenda Lontra, município de Aragoínas, com o grileiro Daniel, de Goiânia.

6. nos dias 24 e 25 de julho, 18 policiais, o oficial de justiça, Lindomar Lisboa Madalena, e um tenente de Araguaína atacaram os povoados de Sumaúma, Centro dos Mulatos e Beira do Socó nos municípios de Sítio Novo e Araguatins. [...] Os grileiros que acompanharam os ataques foram: José Ferreira de Carvalho, de São Paulo, Demerval Rodrigues da Cunha, e Oliveira e seu irmão Elisário Rodrigues da Cunha Filho, de Aguarari¹⁶⁸.

A insistência em registrar a presença de tantos grileiros nas operações descritas pretendia ampliar a visão sobre a montagem de uma estrutura de apropriação das terras públicas na região do Bico do Papagaio, norte de Goiás, uma máquina de grilagem que reunia órgãos estatais, forças policiais, cartórios, juízes, fazendeiros e empresários, além das milícias privadas.

Tudo feito sob encomenda, tudo conforme a disposição governamental para limpar as áreas de interesse econômico. “É o novo método do governo”, como estava escrito na nota à imprensa da CPT, de 04 de fevereiro de 1981.

- através da ação dos grileiros e pistoleiros que espalham terror aonde e como quiserem;

- através da atividade de seus órgãos como o GETAT ou DNOCS e a CODEVASF que na área do São Francisco e no Pará produzem enchentes e criam problemas aos lavradores ribeirinhos, como aparece nas denúncias dos colonos de Curu-Recuperação no Pará e dos colonos de Bebedouro na Bahia, limpar áreas para instalar empresas.

A situação no campo é violenta e é uma violência encomendada pelos órgãos governamentais para expulsar o camponês de sua terra e substituí-lo com os projetos das multinacionais: JARI, JICA, CARAJÁS, PROALCOOL, PROVARZEA, etc.¹⁶⁹

Importante destacar o olhar ampliado desse documento, a visão que não se restringe aos problemas fundiários do norte de Goiás, mas que se abre às situações semelhantes em outras regiões do país, demarcando, assim, a dimensão de projeto do que foi constantemente discutido como *operação limpeza*.

¹⁶⁸ *Ibid.*, p. 50.

¹⁶⁹ CPT. Nota à imprensa. In: CPT. *Denúncia caso Araguaia-Tocantins*, op. cit., p. 60. (Grifos do documento).

Isso se deve ao espraiamento da CPT pelo país, à sua interiorização e à sua decisão de ir ao encontro do trabalhador rural¹⁷⁰. Parte da disponibilidade de religiosos e religiosas, leigos e leigas, para acompanhar a vida no campo, para estar ao lado dos pobres da terra, apoiando suas causas, prestando solidariedade e assessoria, partilhando a fé em Cristo e educando os trabalhadores para o conhecimento dos direitos sociais, preparando-os para a resistência.

Já se disse: resolver ficar na terra é um risco. Outra forma de resistência igualmente perigosa e que também está na base da destruição material dos bens dos trabalhadores, principalmente suas casas, é a recusa do pagamento arbitrário das quotas de produção agrícola¹⁷¹. Inúmeros relatos de trabalhadores cearenses ilustram esse aspecto.

Em 10 de abril de 1988, os trabalhadores rurais da Fazenda Jardim, no município de Santa Quitéria, escrevem abaixo-assinado relatando as investidas dos donos e procuradores da propriedade para retirá-los do lugar. No cerne da questão está a luta dos trabalhadores pelo pagamento das quotas de produção conforme o *Estatuto da Terra*.

Dizem os trabalhadores parceiros naquela fazenda:

4. A partir de 1985, tomamos conhecimento do ESTATUTO DA TERRA e descobrimos que não podíamos mais pagar a renda desta forma, mas dentro da LEI. Então fomos ao patrão com uma proposta de pagar a renda de 10% (dez por cento) como manda o ESTATUTO DA TERRA, como também não sermos obrigados a trabalhar dois dias por semana para o patrão e podermos vender livremente a produção do algodão.

¹⁷⁰ No Maranhão, por exemplo, o problema da grilagem foi investigado pelo padre Victor Asselin, primeiro vice-presidente da CPT, que desnudou a complexa rede de grilagem na região do Pindaré, mormente a partir dos anos 1960, quando se observa o processo de incorporação das terras públicas do Maranhão ao modelo de propriedade privada do sistema capitalista. No livro que resultou de suas investigações, Asselin mostra como os interesses estaduais de apropriação das terras se juntam aos objetivos do governo federal para aproveitar economicamente a região da Amazônia legal, processo que se realiza por meio da montagem de uma infraestrutura capaz de atrair empresários do Brasil e do exterior, além de uma série de dispositivos legais que tornaram as terras devolutas da União em áreas de segurança nacional a serem exploradas diretamente pelo Conselho de Segurança Nacional. Na rede de grilagem oficialmente montada pelo governo federal se somaram outros tantos dispositivos particulares de tomada das terras públicas, como a falsificação de títulos de propriedade, o suborno de agentes públicos, o uso de pistoleiros e da própria polícia contra os posseiros, ameaças, destruição de casas, perseguições, falsas acusações aos posseiros resistentes em abandonar suas terras, prisões ilegais e assassinatos. Ver: ASSELIN, Victor. *Grilagem: corrupção e violência em terras do Carajás*. Petrópolis: Vozes; CPT, 1982.

¹⁷¹ A quota de produção agrícola diz respeito à participação do proprietário nos frutos da produção, um pagamento pelo uso das terras. Geralmente, esse pagamento ficava apalavrado entre as partes, ou era imposto pelo fazendeiro. No Ceará, era comum a exigência da meia, a metade da produção entregue ao proprietário, que participou do contrato apenas com a terra nua, sem nenhuma benfeitoria. *O Estatuto da terra* estabeleceu, nesse caso, que o pagamento fosse de apenas 10% da produção.

5. Não sendo aceita nossa proposta o patrão deu entrada de uma ação na justiça pedindo a nossa expulsão da terra onde sempre moramos, trabalhamos, e construímos benfeitorias como: cercas, casas, algodão, frutíferas, etc.

7. [...] Ainda no verão de 1986, a polícia, junto com o Sr José Francisco, Sr Antonio Dias Albuquerque e José Dilha, arrancaram a porteira e botaram gado dentro do roçado, provocando a total destruição do algodão dos trabalhadores¹⁷².

Os trabalhadores exigiam o cumprimento do artigo 96, inciso VI, alínea (a) da lei do *Estatuto da Terra*, que estabelecia o pagamento da quota devida ao proprietário da terra nos contratos de parceria como não sendo superior a 10%, quando o proprietário concorria apenas com a terra nua¹⁷³.

Nesse episódio, o elemento que mais assusta e preocupa os proprietários rurais é o defrontar-se com trabalhadores sabedores da legislação agrária, munidos de informações que põem em risco todo o passado de relações trabalhistas marcadas pela exploração e submissão dos camponeses, acentuadas pela ignorância de seus próprios direitos.

É muito sintomático que os trabalhadores rurais demarquem suas histórias de violência no exato momento em que ousaram conhecer as leis. O que era para ser princípio de libertação se transforma em elemento desencadeador de violações e sofrimentos.

Assim o fazem os moradores da Fazenda Monte Castelo, em Quixadá, também no Ceará, em 1982:

Nós vinha pagando renda da nossa produção de algodão, e essa renda era meia, até 1977, e nós ainda deixava toda a forragem dos nossos roçados para o gado da fazenda. [...] Aí tomamos conhecimento com a Lei nº4.504, do Estatuto da Terra e pegamos a se reunir pra estudar ele. Desde então descobrimos que nas condições em que nós recebe a terra aqui, só a terra nua, com todo trabalho feito por nós, desde a broca, cercas até a colheita, nós tinha o direito de pagar uma renda só de 10% (dez por cento) de milho, feijão e algodão. [...] Desde esse tempo até agora nós não tivemos mais sossêgo, pois estamos recebendo diversos tipos de amiação, pressão e violência¹⁷⁴.

¹⁷² Abaixo-assinado dos trabalhadores da Fazenda Jardim. CPT. Conflitos no campo. Pasta CE. Fazenda Jardim, pasta 13. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/0Byo7P47EvrO9VWp3ak4ya1VIYU0?resourcekey=0-g9giHGOYv2gHN9Ot576J_A. Acesso em 27 set. 2021. (Grifos do documento).

¹⁷³ Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4504.htm#art96vif. Acesso em: 27 set. 2021.

¹⁷⁴ Abaixo-assinado dos moradores da Fazenda Monte Castelo. CPT. Conflitos no campo. Pasta CE. Fazenda Monte Castelo, pasta 92. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/0Byo7P47EvrO9V0ZtS1pLV1N1Mm8?resourcekey=0-Jvesn1R1AVuo65IljUn3vQ>. Acesso em 27 set. 2021.

A sucessão de violências incluiu ameaças, interrogatórios policiais, apreensão de safras, destruição das plantações, derrubada de cercas, cerceamento do direito de circular na fazenda, incêndio de casas. No dia 17 de outubro de 1981, por exemplo, “por mais ou menos às 3 horas da madrugada”, o filho do proprietário da fazenda, “acompanhado de mais quatro trabalhadores botaram fogo numa casa de taipa que estava sendo levantada”¹⁷⁵.

No caso da Fazenda Monte Castelo, a teimosia dos parceiros, somada ao estudo da lei do *Estatuto da Terra*, garantiu a vitória dos trabalhadores. Conseguiram, por determinação judicial, o direito de permanecerem na fazenda, derrotando a ação de despejo tentada pelo proprietário; além de garantirem o cumprimento da lei do *Estatuto da Terra*, passando a pagar somente 10% da produção do milho, do feijão e do algodão, pelo uso da terra.

O objetivo é dificultar a permanência na terra, impossibilitar a reprodução da vida, tornando impossível a produção de alimentos, a criação de animais, a construção de moradias, a colheita da produção. Busca-se tornar a fazenda um lugar insuportável para os trabalhadores: primeiro impedindo a atividade agrícola, garantia de sustento e renda; depois, transformando-a em lugar intranquilo, onde reina um clima de medo e apreensão pela iminência dos ataques do patrão e seus prepostos. De todas as formas, o que se quer é banir os trabalhadores rurais, sobretudo quando estes se mostram conscientes dos seus direitos e das leis que os amparam.

Há uma imagética característica desses processos de expulsão dos trabalhadores, quadros visuais que denunciam a desordem que ficou, o rastro de desespero que ali se operou e a prova material da destruição do que antes era vida e esperança. A destruição restou captada nas imagens, sobrevivência comprobatória da violência que retira os pobres de seu pedaço de chão. Espantam-se os homens, restam as cinzas das casas queimadas, os tijolos caídos, a madeira amontoada, os farrapos e algum objeto pessoal. Sobra o silêncio de uma terra “limpa” e morta.

Dom Cornélio Chizzini, bispo de Tocantinópolis, e Dom Celso Pereira de Almeida, presidente da CPT Araguaia-Tocantins, na *Carta ao Povo de Deus*, dão testemunho dos fatos graves na Prelazia de Tocantinópolis: “Podemos visitar alguns lugares, verificar com nossos próprios olhos as cinzas que sobram de algumas casas”¹⁷⁶. Na *Carta* denúncia, completam:

¹⁷⁵ *Ibid.*

¹⁷⁶ Carta ao povo de Deus. In: CPT. *Denúncia caso Araguaia-Tocantins, op. cit.*, p. 49.

Em dois povoados chegaram antes do sol nascer, às 4 horas da manhã. Invadiram casas, prenderam os posseiros (em Sumaúma 22 homens permaneceram presos o dia inteiro na fazenda do grileiro) despejaram de suas residências as famílias, queimaram casas, humilharam homens, mulheres e crianças, proibiram de continuar a trabalhar na roça, tomaram ferramentas, foices e espingardas e de caças e obrigaram a assinar documentos da justiça, mesmo sem contar os nomes¹⁷⁷.

Essa miríade de violações vai criando por todo o país espaços vazios¹⁷⁸, povoados mortos, documentados em restos fotográficos aqui e ali, no trabalho de jornalistas, na câmera de algum membro da CPT, na página de algum jornal, no boletim pastoral, formando um horizonte visual constitutivo do que aqui se denomina *banir*.

Pelo menos duas modalidades de imagem sobressaem quando se trata de documentar o despejo: a que apresenta apenas destruição material dos barracos e dos pertences dos trabalhadores; e a que introduz a figura humana vitimada, fazendo-a compor o cenário de destruição.



Fig. 10 Casas queimadas por pistoleiros em mato Grosso do Sul, 1967.
Fonte: MST. Assassinatos no campo. 1987.

¹⁷⁷ *Ibid.*, p. 50.

¹⁷⁸ O processo de colonização portuguesa no Brasil se deu sobre o paradoxo da construção e destruição, o povoamento e o despovoamento, o crescimento econômico e a morte. Uma contradição, diz-nos Victor Leonardi, que caracteriza nossa entrada na modernidade, marcada pela dinâmica da destruição, da intolerância e da violência. Ver: LEONARDI, Victor. *Entre árvores e esquecimentos: história social nos sertões do Brasil*. Brasília: Paralelo 15 Editores, 1996, p. 280.



Fig. 11 Casas destruídas e abandonadas em Sento Sé – Bahia. Foto: Tucha.
Fonte: CARVALHO, 1980, p. 108.

Embora possa parecer, à primeira vista, que o processo de expulsão se completou, na maioria das vezes essa primeira modalidade visual tenta chamar a atenção para os vazios territoriais que vão se criando no Brasil, na medida em que uma ou mais casas são destruídas. Vazia, sem os homens da terra, sem seus animais ou suas plantações, a imagem produz um sentimento de abandono, de ruína, de morte, de desolação. Da desordem que ficou, impera um ar de tristeza, quiçá, sombrio; restou uma terra fantasma, de onde apenas se pode imaginar a vida que outrora a animava.

Cada casa destruída e cada família expulsa é, por assim dizer, mais um passo na direção do sufocamento da vida e da terra. Esse esvaziamento, que os posseiros

denominaram com maestria, por *limpeza*, transforma a comunidade, o assentamento, a gleba, o lote, antes ocupados pelo trabalho e pela vitalidade dos homens, em espaços ermos, inóspitos, inférteis, inúteis, mortos. Porque só o trabalho anima a terra e só quem nela trabalha sabe o seu real valor.

A outra forma de apresentação visual, mais recorrente, capta os trabalhadores rurais em meio aos escombros, agarrados aos restos de suas casas, apegados à madeira que restou em pé, à parede que sobrou, aos objetos pessoais que conseguiram salvar. É evidente que essa modalidade de imagem toca diretamente à violência sofrida pelos sujeitos fotografados, seus semblantes são, quase sempre, de desolação, de tristeza, de desespero. Há a intenção de provocar a emoção, “fotos aflitivas não perdem necessariamente seu poder de chocar” (SONTAG, 2003), embora o poder de comoção não possa ser garantido plenamente, como também não há garantia de que a resposta diante das imagens do horror seja sempre a da negação e a da luta contra a violência.

Mas há algo mais. Mesmo que essas imagens possam sugerir destruição, acabamento, perda e derrota, e que o semblante dos resistentes possa suscitar tristeza e dor, pode-se, de outra forma, vê-las como expressões visuais da resistência camponesa. Destruída a casa, os trabalhadores permanecem ali, agarram-se ao que sobrou, insistem em ficar, não arredar o pé, provar a propriedade do barraco, agora somente escombros, e documentar a violência sofrida.

Ora, não ignoramos o trabalho de montagem que constitui a possibilidade de imagens como as que vos apresento logo abaixo, posto que toda fotografia é um trabalho técnico, de corte, de montagens, um enquadramento consciente e um querer mostrar de tal ou tal maneira, que pressupõe sempre um comprometimento político daquele que a executou. Mas também é verdade que, nesse trabalho, o deixar-se fotografar, o posicionar-se diante da câmera, mesmo em condições precárias, revela o desejo de partilha, de publicidade e de denúncia. O sujeito fotografado sabe, certamente, o potencial político de tais imagens, de alguma forma ele aposta nesse trabalho como uma possibilidade de justiça.



Fig. 12 Mulher sem terra diante de casa destruída na Fazenda São Bernadino, RJ¹⁷⁹.
Fonte: CPT.



Fig. 13 Posseiros expulsos em Itabatá – BA
Fonte: CPT.

¹⁷⁹ Essa imagem, em especial, correu o mundo por meio da publicação do relatório da *Anistia Internacional* de 1988. Estampou a capa do relatório, nomeado *Violência autorizada nas áreas rurais*, que trazia ainda dizeres que denunciavam a conivência do Estado com os assassinatos, a obstrução dos inquéritos de investigação dos casos, as centenas de prisões arbitrárias, a tortura e os maus tratos provocados por policiais no campo. O autor da fotografia é João Roberto Ripper e pode ser consultada no site *Imagens Humanas*, que tem como objetivo principal colocar a fotografia a serviço dos direitos humanos e valorizar a vida e as histórias das populações menos favorecidas. Ver: <https://imagenshumanas.photoshelter.com/about/index>. Acesso em: 16 dez. 2022.

É como se essas mulheres dissessem – isso aqui é meu, aqui é meu lugar. E que estão dispostas a reconstruir tudo novamente, com a força e a teimosia característica daqueles que não aceitam abandonar o lugar em que sempre viveram. As mulheres não apenas observam a situação de violência, elas encaram, enfrentam, lutam, combatem, resistem. O olho que olha diretamente para a câmera dirige também um recado – continuamos aqui e de pé.

Um olho que ultrapassa a câmera, para ir buscar lá onde essas imagens possam alcançar, as outras vítimas da violência do latifúndio, os outros tantos sujeitos expulsos e despossuídos da terra; olhar que também encara os seus algozes para dirigir-lhes a mensagem de que ainda resistem, que não é chegado o fim, e que continuarão firmes na disposição de lutar pela vida e pela terra. Olho que desafia o tempo, invade o presente e encontra o meu e o seu olhar, a interrogar-nos, a nos fazer pensar sobre as violações que, em nossa temporalidade, continuam a produzir imagens como essas.

Este é o ato desafiador e corajoso que precisamos saber identificar nesse tipo de imagem duplamente política. Primeiro porque denunciam a violência contra as populações rurais no Brasil e no mundo; depois, porque evidenciam a força presente na aparente fraqueza dos trabalhadores rurais e a disposição para o enfrentamento do poder, seja dos policiais, seja dos pistoleiros, dos jagunços, ou dos próprios grileiros, fazendeiros etc. É luta que nasce dos e nos escombros. A força e a potência gestadas no exato instante em que se desenrolam a violação dos direitos humanos no campo. A ênfase na fraqueza ou na força é uma decisão política do historiador, do mesmo modo que também o é a forma de ver essas imagens.

O corpo resiste. Está ali. Demarca presença. Impõe-se fisicamente. O olho encara a câmera e os agressores. O rosto entesado, sisudo, diz menos sobre a tristeza do que da decisão de reagir. O destino dessa imagem no texto do historiador pode evidenciar a teimosia dos trabalhadores, evidenciando, no lugar da derrota, a vitória, ainda que momentânea, daqueles que se colocaram diante do poder dos senhores da terra e dos seus jagunços. Anterior a decisão de destruir a casa, o barraco, o lar, estava a resistência, e a imagem dos escombros não caracteriza o malogro definitivo de uma luta. Me parece mais apropriado pensar nas estratégias que se seguiram à derrubada, luta que segue, vida que persiste e corpo que resiste.

4.2 O corpo resiste

Quando não sobra mais nada, quando tudo vem ao chão, resta-lhes a voz, com a qual fazem ecoar o grito que exclama, a um só tempo, a angústia do despejo e a denúncia da violência que sofreram. É o corpo do trabalhador, única materialidade resistente, que continua a desafiar o poder do fazendeiro, do grileiro, das empresas, dos órgãos de governo.

Este é o aspecto fundamental desses relatos: se, por um lado, eles exprimem dor e sofrimento, por outro, eles nomeiam publicamente os seus agentes promotores, denunciam o Estado, as forças policiais, os fazendeiros, os pistoleiros, os agentes da justiça etc. Reagem com seus corpos, mesmo distantes da terra que lhes fora roubada, mesmo quando as ameaças que sofrem põem em risco a própria vida. Falam, gritam, choram, escrevem, rememoram; gestos e manifestações corporais de onde se pode encontrar a resistência camponesa.

Na cena pública, o corpo que grita e que chora é também o corpo que se impõe, que resiste e desafia o poder do latifúndio. Há um misto de sofrimento e de luta nas lágrimas derramadas publicamente, e a pesquisa histórica precisa saber evidenciar a força presente nesses instantes de emoção.

Quixadá, Ceará, 02 de novembro de 1985. Missa de sétimo dia e ato público pelo assassinato dos agricultores Raimundo Varelo Ribeiro e Francisco José Félix Ribeiro, pai e filho, respectivamente. Foram assassinados com tiros e facadas no dia 27 de outubro, por autoria do gerente da Fazenda Alto Alegre, onde moravam e trabalhavam.

Compareceram ao ato diversos trabalhadores rurais, representações sindicais, membros da CPT, integrantes de partidos políticos, membros da *Central Única dos Trabalhadores* – CUT. E a viúva de Raimundo Varelo com três dos seus filhos.

Ela subiu ao palanque montado para o ato, vestida de preto, óculos no rosto, portando uma toalha branca no ombro direito, uma bolsa no outro, pegou o microfone, pôs a mão na cabeça e chorou. Entre uma fala e outra, enxugava as lágrimas com a toalha branca, recortando seu discurso com soluços e pedaços de história do assassinato do marido e do filho mais velho. Minervinha Ribeiro chorou.



Fig. 14 Minervinha
Fonte: O Povo, 3 nov. 1985, p. 8.

A testa franzida, os olhos chorosos, a mão na cabeça, esses elementos nos permitem aproximarmo-nos um pouco do sentimento de dor, de tristeza, mas também de indignação que invadiu Minervinha naquele momento. Ao historiador também cabe conjecturar os sentimentos dos homens no tempo, sobretudo quando a sua expressão restou, de alguma forma, indicada nos rastros do passado a que chamamos de fontes.

Ora, ali, na praça lotada de trabalhadores e apoiadores da luta pela terra, o choro de Minervinha deixa de ser emoção individual e particular para se tornar sentimento público, a ser partilhado pelos presentes. Não deixa de ser um apelo para que o público veja o seu sofrimento, preste atenção, se solidarize, se comova. É como se à audiência fosse dirigido um pedido: chorem comigo.

Convite à comoção coletiva, lá onde o choro já não é mais somente por Raimundo Varelo Ribeiro e Francisco José Félix Ribeiro, mas o é também por todos os trabalhadores rurais assassinados, por todos os posseiros despejados e ameaçados. É um convite à revolta, à indignação, e à luta contra a violência sofrida individual e coletivamente. A lágrima pública é, como ressalta Georges Didi-Huberman, um chamado às armas, à ação, à atividade, à busca de justiça (DIDI-HUBERMAN, 2017, p. 198).

A partilha da dor na praça pública é um desejo de afetação do outro, busca-se produzir afetos, tocar o sentimento dos expectadores; pretende produzir adesões não só para o luto, mas também para a luta que o acompanha e o constitui. Minervinha não é, naquela ocasião, simplesmente uma *viúva da terra*¹⁸⁰, mas também uma ativista em busca de justiça para os violentados no campo. Seu choro é tristeza e revolta ao mesmo tempo. É busca de consolo e instrumento de denúncia.

Entre as lágrimas, Minervinha expõe as tentativas de expulsão sofrida por ela e sua família, antes e depois do assassinato dos seus familiares:

Dois homens que estavam presentes na hora do assassinato, além dos três foragidos – o gerente da fazenda, José Paulino da Silva, seu filho, Gilson Paulino da Silva, e o genro, Francisco Rabelo Sobrinho, continuavam dentro da fazenda Alto Alegre, e um deles, Antônio Lourenço, a tinha “aconselhado” a abandonar o lote de terra em que vive¹⁸¹.

Ela questiona a propriedade da terra, baseando-se no entendimento de que seu pertencimento ao lugar está legitimado pela vida que lá construiu. “Como sou eu, que vivo lá desde que nasci, e agora não tenho para onde ir, tenho que sair, enquanto eles cometem um crime e têm o direito de ficar”¹⁸²?

Esse é o tipo de entendimento que faz os trabalhadores resistirem obstinadamente. Em muitos casos, morre-se agarrado ao *chão de umbigo*, como dizem os trabalhadores, fíncados na terra de trabalho, perto dos entes queridos, no lugar de construção de suas memórias. Retornam, então, ao pó que sempre manipularam e, desse modo, impõem sua presença e sua permanência no lugar através de seus corpos mortos, massacrados.

Há muitos relatos nesse sentido, como o de Gervásio, morador no município de Sento Sé – BA. Sua pequena propriedade, de onde retirava seu sustento, estava no meio

¹⁸⁰ Sobre o assunto, ver: CAVALCANTI, Klester. *Viúvas da terra: morte e impunidade nos rincões do Brasil*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2004.

¹⁸¹ Jornal O Povo. *Agricultores pedem justiça e rezam pelos seus companheiros*. 3 nov. 1985, p. 8.

¹⁸² *Ibid.*

do caminho das águas da Barragem de Sobradinho¹⁸³. Sento Sé era um dos municípios a serem inundados pela obra, o que significava, também, o deslocamento das populações nas áreas atingidas. Aí começa o assombro de Gervásio, e também a sua resistência.

Ao contrário de muitos, que cederam às pressões da CHESF para venderem suas terras a preços irrisórios, ou que aceitaram ser transferidos para os projetos de colonização administrados pelo INCRA¹⁸⁴, ou que simplesmente foram empurrados para as caatingas, nas terras mais inférteis da região, Gervásio resolveu ficar.

Vale ressaltar que, até 1979, como destaca Martin Broeckelmann, em estudo publicado na revista *Reforma Agrária*, da ABRA, as obras da barragem já tinham desalojado 72.000 pessoas das margens do Rio São Francisco, especialmente aquelas que habitavam as áreas mais férteis do rio, reservadas para a inundação. Os planos de aproveitamento das águas represadas não incluíam projetos de irrigação da terra para geração de alimentos e subsistência das famílias, pelo contrário, visava a geração de energia para o *Polo Petroquímico de Camaçari*, há 700 km de distância. Não incluídos na concepção da barragem, os pobres da terra foram, de diversas formas, obrigados a desocupar a área (BROECKELMANN, 1979).

O jornalista Murilo Carvalho registrou uma parte da teimosia de Gervásio no livro *Sangue da terra: a luta armada no campo*, publicado em 1980. Pelo depoimento de João Grilo, negociante ambulante e sitiante em Sento Sé, sabe-se que:

Mandaram intimar o Gervásio, mas ele não foi. Mandaram de novo, o oficial da justiça foi e ele respondeu que não aceitava não, que só saía dali aos pedaços, que a terra era dele e não entregava a ninguém. Que tinha sido o suor dele e os trinta e tantos anos de serviço que fizeram a propriedade, ele e os filhos que vieram crescendo, trabalhando lá naquela serra de caatinga brava. [...] Então o Gervásio fez papel de homem, chamou os filhos e se dispôs a defender o pedacinho de chão dele, a se defender da justiça dos grandes, que só serve pra eles. Então os soldados foram e o Gervásio já esperava, foi aquele tiroteio danado, morreu o soldado Sebastião, que, coitado, era até bom moço, foi é mandado pelos grandes, tinha que ir. E mataram o velho Gervásio também. Velho arretado de valente, lutou até de facão. Mas os filhos tiveram que fugir e o corpo do velho ficou largado lá, ninguém enterrou (CARVALHO, 1980, pp. 113 - 114).

¹⁸³ A Barragem de Sobradinho começou a ser construída em 1973, sob responsabilidade da *Companhia Hidrelétrica do São Francisco* – CHESF. Essa represa criou o maior lago artificial do mundo, com 37,5 bilhões de metros cúbicos de água represada, numa superfície de 4.214 km quadrados. A construção da barragem inundou as cidades de Casa Nova, Remanso, Sento Sé e Pilão Arcado, além de atingir trechos de mais dois municípios: Barra e Xique-Xique.

¹⁸⁴ Sobre os projetos de colonização, ver: Xavier, Maria Regina de Souza. *História e memória: experiências de migrantes paraibanos em Serra do Ramalho – BA (1970-1989)*. Dissertação (Mestrado em História), Departamento de Ciências Humanas, Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Santo Antônio de Jesus – BA, 2011.

João Grilo entendeu a vitória do valente Gervásio sobre as artimanhas dos grandes. Daí em diante, é a memória do velho que permanece no lugar, como símbolo de resistência, de coragem e de determinação.

Pois é, o velho ficou lá, morto naquela serra, o chão que tomaram dele, mas quer dizer que não tomaram tudo não, porque aquele cantinho onde Gervásio ficou, morto, ninguém mais tira dele não, nem o Eurico, nem os grandes (CARVALHO, 1980, p. 115).

Trata-se da memória da luta dos trabalhadores rurais que não se entregam e que desafiam os projetos de “modernização” tão caros ao governo militar. É a *resposta da vítima*, como ressalta José de Souza Martins, ao destacar as tensões, os desafios e as contradições que os sujeitos atingidos lançam sobre os chamados grandes projetos, como hidrelétricas, barragens, rodovias, programas de colonização, etc. (MARTINS, 1993, p. 64).

É a resistência que se realiza, também, no próprio ato de construção dessa memória, que pressupõe a produção de um lugar, de uma narrativa, de um status para a luta de Gervásio, permitindo que, de alguma forma, os fragmentos de seu enfrentamento com o poder nos cheguem e que possamos revisitar sua história. São fragmentos esparsos, às vezes mínimos, não somente porque tratam dos homens “comuns”, daqueles que chamamos “os de baixo”, mas também porque foram alvo de censura, vetos e interdições.

São pedaços de memória como o poema *Serra Gervásio*, de autoria dos poetas Lourival Tavares e Pedro Murilo, vetado pelos técnicos da censura militar em 1982, por abordar a situação dos posseiros. Gervásio, agora retomado poeticamente, continuava a enfrentar o poder. Escrita da resistência e resistência pela escrita. Ei-lo, o poema e o veto da censura:

SERRA GERVÁSIO
DE: LOURIVAL TAVARES E PEDRO MURILO

No sertão do São Francisco
Lá na serra do Gervásio
Morava um velho baixinho
Cujo nome era Gervásio
Deixou sua terra querida
A trinta anos atrás
Há quarenta quilômetros
Da margem do São Francisco
Ficava a serra Gervásio
Município de Santo Sé
No estado da Bahia
Morava um cidadão de fé
A mandado de grileiros
Da costela do Rei Sol
Foi Eurico do cartório
Beixar-lhe uma entimação
Dizendo ao velho e aos filhos
Pra não ficar mais ali não
Eurico muito esperto
Ficou logo fora da guerra
Bastião e Raimundo grande
Subiram o alto da serra
Poucos minutos depois
Bastião se viu em trevas
O velho era valente
No punhal e no facão
Deu uma surra no Raimundo
Como quem surrava um cão
Raimundo deu garra da arma
Matou o velho dragão
Hoje não existe mais
A serra do Gervásio
Onde tinha uma cacimba
Que dava água demais
Gervásio embora morto
Não sai da terra jamais
O soldado Raimundo grande
Quando conta essa história
As lágrimas caem dos olhos
Por fé matado Gervásio
Um velho de cinquenta anos
Que precisava viver mais
Hoje na terra baiana
Não tem serra e nem Gervásio
Um velho de cinquenta anos
Que precisava viver mais
Gervásio embora morto
Não sai da terra jamais.

São Luis, Ma. 20/ 05/81.

Lourival Alves Tavares
LOURIVAL ALVES TAVARES



Fig. 15 Veto à música serra Gervásio.
Fonte: DCDP.

Ora, mas o que incomodava tanto à censura na narrativa sobre Gervásio? O documento da *Divisão de Censura e Diversões públicas* – DCDP, que versava sobre a não liberação dessa e de outras canções dos mesmos autores, estabelecia que elas abordavam temas tais como relacionamento sexual, protesto político e social, a condição

do operário, apresentado como ser inferiorizado, e a situação dos posseiros. Quanto à letra de *Serra Gervásio*, destacou a técnica de censura, Maria Angélica L. de Resende, responsável pela análise, “são versos que promovem o desrespeito aos militares”¹⁸⁵.

Logo, os versos foram vetados com base no Decreto 20.493/46¹⁸⁶, que em seu artigo 41, alíneas “a”, “d”, e “h”, negavam, respectivamente, autorização das diversões públicas que: 1. Contivessem ofensa ao decoro público; 2. Provocassem incitamento contra o regime vigente, a ordem pública, autoridades constituídas e seus agentes; 3. Induzissem ao desprestígio das forças armadas.

Ora, não resta dúvida que o elemento mais incômodo à censura era a produção da memória de um posseiro teimoso e valente, que desafiou policiais e subverteu a ordem militar. É a revolta de Gervásio que assusta, é a resposta camponesa que preocupa, certamente pelo fato de que ainda estava fortemente arraigada a mentalidade que apregoava ao campo o espaço primordial da “subversão” comunista.

A canção foi proibida pelas mesmas razões que mantinham o trabalho da CPT e dos demais grupos engajados na luta pela terra sob forte suspeita e vigilância. Foi vetada porque era, a um só tempo, memória da violência e da resistência, como tantos boletins pastorais que a CPT produziu e espalhou pelo Brasil.

Em 1979, a CPT publicou um boletim especial sobre os impactos da construção de barragens nas margens do Rio São Francisco e as muitas formas de resistência da população afetada pelas obras. *As ilhas da resistência*, é este o título da publicação, que mereceu do SNI a classificação de documento contestatório, produzido por uma entidade de orientação da esquerda clerical. Era, de fato, um poderoso documento de contestação, uma reunião de inúmeros depoimentos dos trabalhadores sobre os descaminhos das construções de barragens, de hidrelétricas, e uma denúncia contundente dos responsáveis pelas violências relatadas.

A CHESF aparece documentada como a *Besta Fera* que desceu no rio, identificada pelos trabalhadores como a principal responsável pelas agruras desencadeadas pela construção da barragem. Expulsão, destruição das casas, ruína das plantações, morte dos animais de criação, por falta de alimento ou afogados pela inundação das terras; não pagamento das indenizações prometidas, falta de abrigo para

¹⁸⁵ DCDP. Parecer nº 550/82. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_NS/CPR/MUI/LMU/18343/BR_DFANBSB_NS_CPR_MUI_LMU_18343_d0001de0001.pdf. Acesso em: 06 dez. 2021.

¹⁸⁶ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-20493-24-janeiro-1946-329043-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 06 dez. 2021.

os deslocados, doenças provocadas pelas más condições de vida, sobretudo pela contaminação das águas, destruição das vazantes, e, por consequência, impossibilidade de realização da agricultura de subsistência, fome, miséria, ameaças etc.

Tudo provocado pela *Besta*, a companhia assombrosa que passou a povoar o imaginário popular como a anunciadora dos males. Ouçamos o sonho de Seu Manoel Luís Nascimento, do município de Petrolândia – PE, alvo da construção de outra barragem, a de Itaparica:

Aí, um dia, sonhei que estava lá e via uma mulher estrepada no galho da catingueira, calada. Três vezes perguntei o que queria ali e ela sem responder. Finalmente ela disse:

“Eu sou a besta fera e de hoje em diante vou sair de casa em casa de todo mundo”

Eu disse:

“Na minha você não vai”.

Aí ela disse:

“É a primeira que vou. Chego na quarta-feira”.

[...] “Esperei terça, quarta, quinta, não aconteceu nada, achei que ela não vinha mais”.

“Quando chegou na sexta-feira, peguei os animais e vinha saindo da aguada, quando vi um jipe parado na cancela. Os dois burros brabos correram. Ajuntei os animais, pus no cercado e me encaminhei pro jipe: estavam dois moços. Perguntaram meu nome, perguntaram se a propriedade era minha, se o açude era meu e aí disseram:

“Você vai dar lugar pra gente passar”.

“Eram dois homens da CHESF. Queria terra. Precisavam de 80 metros de largura e 400 de comprimento para passar a estrada.

“Desse dia em diante, ninguém mais sossegou aqui. Aí eu fui ver: Era a Besta fera. Não chegou na quarta, mas chegou na sexta-feira”¹⁸⁷.

Trata-se do bicho do “progresso”, na visão da população atingida, é a fera da “modernização” que, em vez de trazer melhorias, como comumente é propalada nas campanhas dos grandes projetos, desorganiza a vida dos trabalhadores, desterritorializando, destruindo seus bens materiais e suas formas de produção, impedindo a subsistência.

¹⁸⁷ CPT. *As ilhas da resistência*. Goiânia, 1979, p. 79.

Há uma construção ideal e imaginária da *Besta Fera*, criatura monstruosa e criadora da agonia do povo. É relevante destacar o fato de essa fera estar ligada às águas da inundação, ser um bicho gestado nas águas antinaturais do lago artificial, obra da mão humana, de sua interferência na natureza, de sua intromissão no curso do Rio São Francisco. A CHESF é o bicho, é a mão violadora da natureza, é a promotora do medo da perda das terras, medo da expulsão. É a fera da violência¹⁸⁸.

Houve também uma representação visual no documento da CPT, talvez para completar e dar mais sentido ao sonho de Seu Manoel. Bicho gigante, na comparação com os pequeninos lavradores, a *Companhia* monstruosa desaloja as pessoas, esmaga suas propriedades, tange-os para longe. A fera, animal desconhecido, se estabelece no lugar, finca suas garras, toma posse com ares de bicho perigoso, pronto para o ataque.

Para que não restasse nenhuma dúvida da identidade daquela representação gráfica horrenda, para que não se perdesse o objetivo político desse tipo de imagem, a CPT fez questão de informar aos possíveis leitores, alfabetizados ou não, o nome do bicho: “Eu sou a poderosa CHESF”.

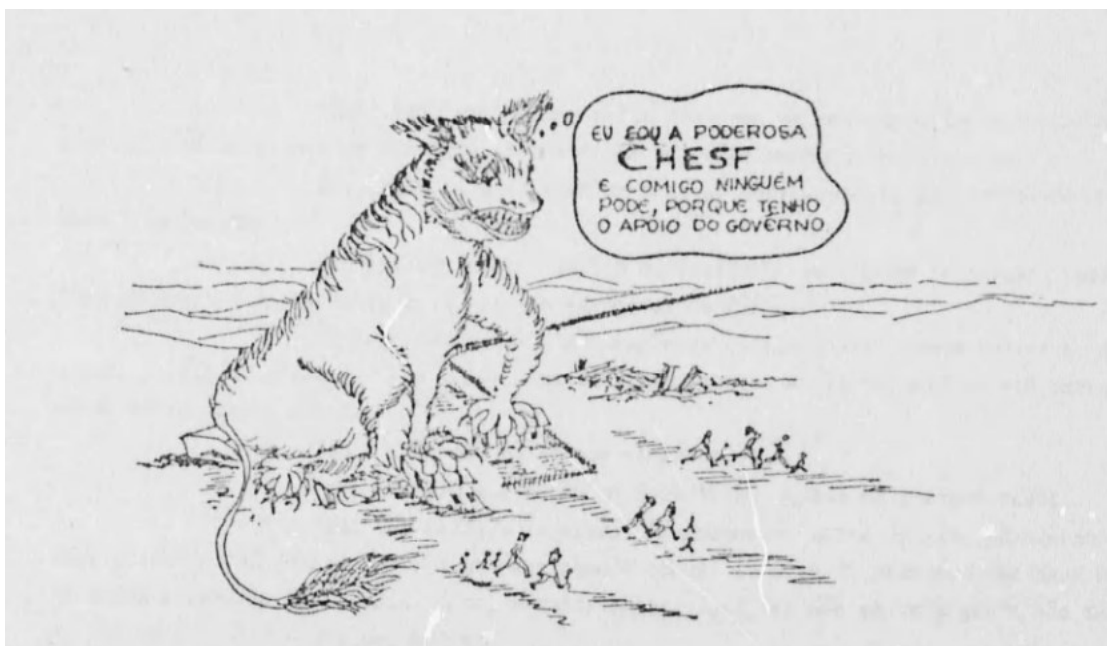


Fig. 16 CHESF: a besta-fera.
Fonte: CPT. *As ilhas da resistência*, p. 79.

¹⁸⁸ A historiadora Karuna Sindhu de Paula (2011), em trabalho de dissertação sobre as intervenções técnicas no Rio Jaguaribe, situado do Ceará, localizou relatos fantásticos, representações imaginárias, e uma crença fortemente impregnada nas populações às margens do rio, da existência de um imenso bicho nas profundezas das águas do Jaguaribe. O Bicho do rio, como o chamam, guarda uma intensa relação com a interferência técnica nas águas, associa-se aos males do rio. Ver PAULA, Karuna Sindhu de. *Travessia por 'terceiras margens' de um rio: natureza e cultura no Rio Jaguaribe*. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

Por esse recurso iconográfico a CPT cumpria pelo menos dois objetivos: 1) representar visualmente o desespero das comunidades afetadas pelas obras de barragens e de hidrelétricas na região, tocando, inclusive, os seus pesadelos e suas visões fantásticas; 2) atingir politicamente o problema da expulsão e desalojamento das populações rurais promovidas pelo governo federal, com seus “grandes projetos” de “modernização” econômica, demonstrando a violência inerente a este modelo de entrada nos caminhos do capital, e, principalmente, reiterando sua concepção de que é o Estado, com seus órgãos administrativos, com suas tecnologias políticas, o grande promotor de violações no meio rural.

N’*As ilhas da resistência*, a CPT questiona os projetos de barragem e de produção de energia que não incluem as populações afetadas. Vale destacar as indagações de Dom José Rodrigues, bispo de Juazeiro – BA:

“Seriam mesmo necessárias essas obras nas proporções que estão sendo feitas? E se são necessárias, por que antes de se pensar nas britadeiras, no cimento armado, nas máquinas, não se pensou no homem, esse homem do São Francisco? Por que tem que se fazer um progresso para enriquecer quem já é rico e desgraçar o pobre”¹⁸⁹?

Questionamento que também está na conclusão do documento, quando a CPT expõe a situação de *calamidade social permanente* a que o povo estava submetido.

O que quer dizer isto? É que a CHESF vai produzir energia elétrica para as empresas, as grandes empresas. A CODEVASF faz irrigação para dar ainda mais vez e apoiar as grandes empresas. Os grileiros, sempre apoiados pelos “de cima”, vão tomando as terras e as passam às grandes empresas. E o povo pequeno, o trabalhador rural? Bem, esse tem que sair. Aí está a explicação do que é CALAMIDADE SOCIAL PERMANENTE¹⁹⁰.

Por força dos fazendeiros, dos empresários rurais, dos agentes do Estado, das forças policiais, dos pistoleiros, ou, ainda, pelos chamados grandes projetos, o que se verifica é a generalização do apossamento das terras do “povo pequeno” em favor dos “grandes”, sob a justificativa da modernidade e do progresso. Generalizado estava a expulsão dos trabalhadores rurais do seu *chão de umbigo*, a *limpeza da terra* como tecnologia estatal que, de partida, toma os pobres, os trabalhadores, como estorvo, como obstáculo, como entrave.

¹⁸⁹ CPT. *As ilhas da resistência*, op. cit., p. 13.

¹⁹⁰ *Ibid.*, p. 55. (Grifos do documento).

5 A ANGÚSTIA DOS CORPOS

Nossa sentença não soa severa. O mandamento que o condenado infringiu é escrito no seu corpo com o rastelo. No corpo deste condenado, por exemplo – o oficial apontou para o homem -, será gravado: Honra o teu superior!

(KAFKA, 1998).

[...] Sobre o corpo se encontra o estigma dos acontecimentos passados do mesmo modo que dele nascem os desejos, os desfalecimentos e os erros; nele também eles se atam e de repente se exprimem, mas nele também eles se desatam, entram em luta, se apagam uns aos outros e continuam seu insuperável conflito.

(FOUCAULT, 2016, p. 65).

Não foram mais vistos os nove trabalhadores rurais que resolveram ocupar parte da fazenda Califórnia III, também conhecida como Princesa, próxima à cidade de Marabá – PA. Era 27 de setembro de 1985. Eram eles José Pereira de Oliveira, Manoel Barbosa da Costa, José Barbosa da Costa, Ezequiel Pereira dos Santos e Francisco de Oliveira da Silva. A área que ocupariam tinha sido demarcada pelo GETAT, eram terras da União, incorporadas ilegalmente pelo fazendeiro Marlon Lopes Pidde.

Capturados por pistoleiros armados, foram levados até a sede da fazenda numa C-10 preta. Ali, foram amarrados em troncos de árvores para a sessão de torturas – bofetões, coronhadas, pontapés. Ezequiel Pereira teve seu chapéu queimado na própria cabeça. Os trabalhadores foram despidos e obrigados a sentar em cima de formigueiros, onde permaneceram por dois dias e duas noites. Seguiu-se uma chuvarada de disparos de balas que desfiguraram os corpos e despedaçaram os rostos dos supliciados.

Apenas cinco corpos foram encontrados depois de alguns dias submersos no rio Itacaiúnas, amarrados por cordas e presos a pedras. Estavam em avançado estado de decomposição, completamente desfigurados, o que dificultou a identificação de alguns dos trabalhadores. Da cena que encontraram, os policiais disseram nunca terem presenciado tanta *selvageria*¹⁹¹. É que os corpos revelavam o sofrimento a que foram submetidos, davam conta de um verdadeiro suplício.

A carnificina revelar-se-ia com a chegada dos policiais designados para a busca no rio:

¹⁹¹ VEJA. *Um plano para o caos*. 16 out. 1985, p. 45.

No meio do rio, viram um vulto pálido flutuando. Aproximaram-se, lentamente. Fora da água, apenas a cabeça de um homem. O rosto estava inchado, os olhos esbugalhados. Os vermes comiam o pouco da carne que restara na face do cadáver. Tinha na cabeça um buraco feito à bala, por onde saíam e entravam mais vermes. Um dos policiais não suportou e vomitou. Perceberam que havia outros corpos submersos e não entenderam por que não estavam boiando. [...] Os homens assassinados estavam amarrados uns aos outros e tinham enormes pedras presas aos pés, por isso não flutuavam. Dois deles tinham abdome aberto à faca. Estavam vazios, sem as vísceras. [...] Os corpos não tinham olhos, dedos, narizes, orelhas. Todos estavam praticamente ocos – os peixes haviam comido os órgãos internos. Tão adiantado era o estado de putrefação, que apenas os irmãos gêmeos, Manoel e José Barbosa da Costa, foram reconhecidos (KLESTER, 2004, p. 103 – 104).

Igualmente brutas foram as imagens que acompanharam os relatos do resgate dos corpos, elas circularam nacional e internacionalmente, como retratos do que, no Brasil, se impunha aos corpos indesejáveis, a carne precária dos pobres do campo; ao mesmo tempo em que desnudavam o modo de operação dos senhores da terra, fazendo funcionar um regime particular de punição, marcada pela espetacularização do sofrimento e da dor¹⁹² do outro, centrada na angústia do corpo.



Fig. 17. Policiais resgatam corpos no rio Itacaiúnas.
Fonte: Amnesty International Brazil Briefing, 1988, p. 1.

Numa única imagem, a recusa do olho e do nariz, busca para não ver e não sentir o fétido odor dos corpos em decomposição, talvez uma ação instintiva, dessas que o nosso

¹⁹² Uma tentativa de diferenciação entre a dor e o sofrimento pressupõe que no primeiro termo encontram-se as manifestações sensoriais no corpo adoecido, na carne ferida, a dor fisiológica. O sofrimento, por sua vez, remete à elaboração mental da dor sentida, às significações sociais que lhes atribuímos, o valor moral que investimentos na interpretação da dor. A dor e o seu aspecto simbólico. Sobre isso, ver: LE BRETON, David. *Antropologia da dor*. São Paulo: Fap-Unifesp, 2013.

corpo produz para reagir a uma agressão, a um risco, a uma ameaça. Olho e nariz que recusam, talvez, o defrontar-se com a decomposição da humanidade, mais do que dos corpos humanos. Ou ainda, o impacto causado pela exposição daquilo que deveria ter ficado escondido, que não deveria vir à tona, aquilo que, sendo exposto, desnuda e denuncia dadas formas de produção e gestão dos mortos.

Ainda assim, é no corpo putrefato que se encontram o choque do horror e a possibilidade para uma reflexão que seja capaz de problematizar a violência inscrita nos corpos vulneráveis e sem proteção.

Daí a sua centralidade nesta discussão. O que pretendo é pensar uma abordagem histórica da dor e do sofrimento dos corpos dos trabalhadores rurais, tratar da violência a que foram submetidos, especificar as suas formas de submissão e de violação. Isso por acreditar que a leitura dos/nos corpos sofredores é reveladora não somente do tipo de sociabilidade violenta e necropolítica em que estamos (ainda hoje) inseridos, mas também das variadas formas de enfrentamento que as camadas populares travam com o poder, lutas que marcam o corpo e o tempo.

Arlette Farge lembra que a exibição do corpo que sofre obriga a sentir e a refletir, a detestar ou a compadecer-se (FARGE, 2008, p. 39). Os carrascos o sabem – supliciar publicamente a carne humana visa afetar a comunidade, o público, o outro; o espetáculo pretende produzir afecções, notadamente para controlar, pelo medo, as manifestações de desobediência e de enfrentamento do poder. Considere-se, também, a autossatisfação daquele inflige dor ao corpo submisso, o gozo do poder (TODOROV, 2017, p. 291), o prazer que se obtém na relação de dominação e penalização do outro. Aí, também, o suplício exibido, que é também espetáculo do *eu dominador*, presta-se à afecção, dirigida ao próprio carrasco.

O que quero dizer é que ninguém fica insensível à carne sofrida. Sua presença obriga os sentidos: olhar ou cerrar a visão; ouvir os ruídos de dor; sentir os odores que dela exalam, às vezes, o cheiro da morte; tocar sua materialidade, que se impõe frequentemente. Se impõe também nos arquivos, eles estão cheios dessa presença. Inúmeros gritos, gestos, expressões corporais, gemidos, choros, queixas de dor etc., apontam, nos documentos, o sofrimento e as reações dos homens diante do seu sofrer. A história não pode adotar uma postura insensível e indiferente.

É preciso devolver ao corpo a sua dimensão de partícipe da história, evidenciar os entrelaçamentos entre ele e o poder. Deve-se apontar as suas fragilidades, a precariedade produzida no coração mesmo dos mecanismos políticos. Isso é apenas uma das

perspectivas possíveis da análise historiográfica sobre a corporeidade dos indivíduos. Mas o corpo não se integra aos dinamismos sociais de forma tão passiva, e o fato mesmo de aparecerem feridos, massacrados e marcados pelo poder já revelam a potência existente em cada um. A carne torturada é também expressão de uma luta, de um enfrentamento, de um confronto.

Cabe evidenciar o potencial político do corpo, mormente o dos pobres, com os quais se opõem frequentemente ao poder, impondo-lhes manifestações de greves, revoltas, motins, revoluções. “El cuerpo es el elemento menos reconocido del mundo político; sin embargo, es el más poderoso” (FARGE, 2008, p. 20).

Isso pressupõe reconhecer a capacidade que tem as classes populares, com seus corpos, de agir na coisa pública, seja impondo sua presença nos espaços onde não são, frequentemente, bem vindos; seja insurgindo-se, às vezes violentamente, contra as formas de dominação que sofrem. Os momentos de efusão e de furor dos pobres são, por assim dizer, instantes da demonstração da força de sua corporeidade, que grita, que denuncia, que ataca; não esqueçamos aqueles corpos que, diante da exploração do trabalho, param, se recusam, fazem greve de fome, e nos casos extremos, matam-se.

A potência do povo se manifesta também em suas dores, em seus momentos de sofrimento; há um potencial explosivo nesses instantes de angústia das carnes humanas. Logo, a representação da dor humana, seja pelas artes, seja pela literatura, ou pelas ciências sociais, deve considerar essa potência. Narrar o corpo que sofre, incorporá-lo no discurso histórico, não deve ser pensado apenas pela ótica da explicitação da sua fragilidade, sua submissão e sua impotência diante do poder, mas também uma forma de evidenciar a sua força, a sua resistência, a sua ação.

5.1 *Corpos marcados*

Marcado. *Adj.* 1. Que recebeu marca; assinalado. 2. Indicado, reservado; 3. Estigmatizado, condenado; distinto, eminente¹⁹³.

Eles começaram a bater e a marcar a gente. Quando fui embarcar no caminhão, eles me pegaram entre seis brigadianos e me bateram bastante. Pegaram um spray com gás lacrimogêneo, botaram no meu rosto até me sufocar. Aí me colocaram numa ambulância e levaram a uns 2 km do acampamento. [...] Eles queriam ser informados sobre se nós tínhamos armamentos pesados e onde estavam escondidos. Queriam saber da liderança, quem eram, como funcionava, os nomes dos companheiros da direção do movimento. [...]

¹⁹³ Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1988, p. 416.

Inclusive eu ainda tenho as marcas embaixo das unhas – Eles pegavam a faca e cutucavam até eu urrar de dor. Para a gente contar batiam com o revólver na boca e perguntavam (GÖRGEN, 1989, pp. 77 - 78).

Essas são palavras de Jurandir Parcianella, acampado no Rincão do Ivaí – RS e testemunha do Massacre da Fazenda Santa Elmira, em 11 de março de 1989. Os relatos estão documentados na obra que Frei Sérgio Antônio Görgen, ele mesmo vítima do massacre, produziu sobre os acontecimentos que culminaram no assassinato de 19 camponeses. *O massacre da Fazenda Santa Elmira*¹⁹⁴ foi publicado ainda em 1989, registro importante dos instantes de pânico e de horror vividos no ato de expulsão da fazenda, sobretudo pela força das declarações dos próprios trabalhadores, que tiveram no livro a oportunidade de denúncia pública tão restrita em nosso país.

Destaque-se os dois momentos em que Jurandir se diz um sujeito marcado. Primeiro como a personalidade que sobressai e se diferencia das demais, talvez uma liderança, um cabeça, uma potencial fonte de informação sobre o movimento; depois, talvez como consequência dessa primeira caracterização, a marca se transfere para a superfície corporal, e Jurandir sofre as dores de ter seus dedos perfurados por golpes de faca, imprimindo em sua pele a marcação do terror.

Ora, o que a experiência de Jurandir nos revela é a costumeira forma de produção da vida matável em contextos de conflitos de terra no Brasil. É um processo que passa, necessariamente, pela identificação e estigmatização dos sujeitos que desafiam o poder do latifúndio, e desemboca na agonia dos corpos massacrados por esse mesmo poder. É tudo uma questão de marcar a vida e o corpo a ser supliciado.

Ao ser reconhecido entre os acampados no Rincão do Ivaí, Antoninho Mattes, membro da executiva estadual e da coordenação nacional do MST, foi alvo de tortura pelos soldados da Brigada Militar. Veja:

Como eles já me conheciam, já me tiraram da fila e perguntavam de mais gente. Eu fui negando os outros que estavam na ocupação. [...] Daí fui para longe, junto com mais outros companheiros. Eles tiraram minha roupa, à base de pontapés, batendo nos órgãos genitais, na boca do estômago, nas costas; socos, cassetetes, coronhaços... e iam empurrando. [...] Aí me arrastaram... a primeira coisa que eles fizeram foi atijar as formigas, aquelas formigas ardadeiras; me levaram lá e deixaram. [...] Como eles acharam bom, viram que tinham outros muchões (ninhas de formigas), trouxeram mais quatro e colocaram na formiga também (Görgen, 1989, pp. 75-76).

¹⁹⁴ Görgen, Frei Sérgio A. *O massacre da Fazenda Santa Elmira*. Petrópolis: Vozes, 1989.

Prologar a sensação de sofrimento no corpo do outro, expandir a temporalidade da dor, como se ao supliciado fosse dado o prazo angustiante em que deverá ceder ao interrogatório do carrasco. É possível que o leitor tenha a mesma sensação que agora me ocorre, a de estar diante de relatos extraídos dos anos mais duros da ditadura militar brasileira, marcados pelo emprego sistemático da tortura contra presos políticos.

Ora, bem sabemos que a tortura não foi prática exclusiva da ditadura militar, ela está na própria constituição da sociedade brasileira, calcada na subjugação e no sofrimento dos corpos indígenas e negros. O que os episódios de Santa Elmira confirmavam era a manutenção da tortura como arma de controle político das massas descontentes e dos grupos organizados. Além de explicitar a militarização da questão agrária, esta sim uma herança do regime militar, que sempre viu o problema da terra como questão de segurança nacional, certamente pelo medo da organização e da força mobilizadora dos trabalhadores rurais.

O espetáculo da tortura se mantinha, embora a capacidade de reação da sociedade brasileira já estivesse diminuída. Não seria exagero acreditar que isso tinha (ou ainda tem) a ver com o fato de que aqueles que continuariam a ser violentados e torturados fossem, preferencialmente, os pobres, os marginalizados, os pretos, os sem-terra. Vidas precárias que não gozam de comoção pública. Talvez seja necessário repetir, hoje, a advertência que Luiz Fernando Emediato fez, no final dos anos 1980, e nos perguntar – “serão esses pobres seres menos humanos por não terem ideias? Serão esses pobres seres desprovidos de direitos?” (EMEDIATO, 1992, p. 20).

Os colonos de Santa Elmira acumulavam episódios marcantes de resistência e de pressão pela terra no Rio Grande do Sul. Uma luta que remonta a novembro de 1987, quando os trabalhadores sem terra resolvem ocupar simultaneamente três propriedades: a Fazenda Salso, em Palmeiras das Missões, a Fazenda Itati, no município de São Nicolau, e uma área da Universidade de Pelotas. Nos três casos os trabalhadores foram obrigados a se retirar. Novas transferências, novas ocupações: uma parte ocupa uma área particular em Palmeira, a outra é transferida para o Santuário de Caaró, em Caibaté.

Em maio de 1988, os colonos se unem e formam um só acampamento na Fazenda da Barra, em Santo Ângelo. Depois ocupam a Fazenda Buriti, também em Santo Ângelo. No dia 30 de julho de 1988, são transferidos pelo governo do estado para uma área em Tupanciretã. Em setembro de 1988, nova remoção para o Rincão do Ivaí. E, finalmente, em 09 de março de 1989, os colonos resolvem ocupar a Fazenda Santa Elmira, cansados das promessas não cumpridas pelo governo estadual, das violências encampadas pela

UDR, e descrentes com o rumos da reforma agrária da República envelhecida, que naquela altura já havia decretado o fim do MIRAD.

Retome-se a morte de quatro crianças no acampamento do Rincão do Ivaí, envenenadas pelos pesticidas lançados por aviões dos fazendeiros da região sobre os colonos. Marco Rodrigo Toledo (nove meses de idade), Alexandre Batistella (cinco meses), Jaime Rhoden (cinco anos) e Marisa Garcia da Rocha (quatro meses) não resistiram às intoxicações. Além delas, outras 15 crianças foram internadas com intoxicação grave (GÖRGEN, 1989, p. 34).

Não são poucos os registros de violência contra os pequenos sem-terra, os *sem terrinha*, para lembrar o trabalho da historiadora Monyse Ravenna, que juntou muitos relatos da morte de crianças, especialmente nos primeiros acampamentos do MST:

Duas crianças mortas, no acampamento do Herval Seco. Quatorze crianças mortas no acampamento da Fazenda Annoni. Nove crianças mortas no acampamento de Caaró, Palmeira e Tupanciretã. [...] Cinco crianças são envenenadas por aviões agrícolas no Acampamento do Rincão do Ivaí (RAVENNA, 2020, p. 66).

Outras crianças foram vitimadas ainda no ventre de suas mães, mulheres atacadas e submetidas aos maus tratos policiais, espancadas nos momentos de despejo, ameaçadas de morte nos momentos anteriores à expulsão. Ou outras apavoradas ao presenciarem o assassinato de seus parentes, maridos, filhos e demais. “Eva de Melo e Idalina Gonçalves de Lima”, registra Frei Sérgio Gørgen, “abortaram logo após o conflito da Fazenda Santa Elmira, onde sofreram espancamentos, ameaças e ofensas” (GÖRGEN, 1989, p. 94).

Um ritual de sofrimentos acompanha, quase sempre, os crimes encomendados no campo brasileiro. Não bastava matar, era necessário submeter a vítima à dor, à flagelação do corpo, de modo a prolongar a morte.

Se, como destacou Michel Foucault, o *suplício* dos condenados tendeu a desaparecer na passagem do século XVIII para o XIX, na Europa, dando lugar a formas mais sutis de penalização dos condenados, no Brasil, ao que parece, ele permaneceu bastante frequente, especialmente nos casos em que a penalização das vítimas ocorreu longe dos critérios legais, nos rincões do país, por agentes civis investidos de uma lógica própria de “justiça”.

“O suplício”, diz Foucault, “repousa na arte quantitativa do sofrimento”. Ele é componente de um ritual que, em relação à vítima,

Deve ser marcante: destina-se, ou pela cicatriz que deixa no corpo, ou pela ostentação de que se acompanha, a tornar infame aquele que é sua vítima; o suplício, mesmo se tem como função ‘purgar’ o crime, não reconcilia; traça em torno, ou melhor, sobre o próprio corpo do condenado sinais que não devem se apagar; a memória dos homens, em todo caso, guardará a lembrança da exposição, da roda, da tortura ou do sofrimento devidamente constatados. E pelo lado da justiça que o impõe, o suplício deve ser ostentoso, deve ser constatado por todos, um pouco como seu triunfo (FOUCAULT, 2014, p. 37).

Ora, não estamos tratando aqui de culpados ou condenados que deviam receber da Justiça as penalidades correspondentes aos crimes cometidos. Às vítimas que interessam aqui foram apregoados delitos não existentes e sua condenação é apenas expressão da violência particular dos latifundiários, crentes na impunidade e na intocabilidade de seu “poder”. Mas a ostentação do suplício parece querer atingir o mesmo objetivo, o de demonstrar a força e o triunfo.

Decepar o corpo, cortar a cabeça, a garganta, as mãos, as orelhas; retirar os olhos, abrir o ventre. Todas são demonstrações desse ritual; ao que parece, os executores precisam comprovar materialmente a realização da morte. Nos assassinatos por encomenda, o membro decepado poderá servir de prova para o devido pagamento. O certo é que abundam informações sobre as mutilações.

A CPT, regional Norte II (Pará e Amapá), registrou muitos desses casos no *Relatório de Conflitos 1988*. O documento apresenta o quadro de assassinatos de trabalhadores rurais no Pará entre 1976 e 1988 e destaca que, só para o período da República de Sarney, a contabilidade era de 210 trabalhadores mortos, sendo o ano de 1986 o mais violento, totalizando 71. Os requintes de crueldade aparecem em muitos casos.

ADEMAR BATISTA DA SILVA, casado, 4 filhos, com um tiro na nuca e a cabeça decepada, foi encontrado no dia 02/02/88. [...] MANOEL RIBEIRO DA SILVA, lavrador, 34 anos, foi encontrado morto, numa estrada de acesso ao município de Vizeu. Estava com oito perfurações e com os olhos arrancados. [...] GERALDO DE SOUSA, 50 anos, empregado na fazenda HOMENAGEM, PARAGOMINAS. Levou um tiro abaixo do queixo e teve sua orelha esquerda decepada a terçadada, além de outros ferimentos pelo corpo que lhe causaram a morte. [...] DOMINGOS, Lavrador assassinado à beira do PA 279, km 60 rio Branco, em Tucumã, SÃO FÉLIX DO XINGU, tiraram os olhos, cortaram as orelhas e o fizeram em pedaços, suspeita-se que o crime seja autoria de grileiros¹⁹⁵.

Isolados, esses casos poderiam ser apresentados como atos singulares, bizarros e destoantes. O que se revela, porém, é uma regularidade na forma de execução dos trabalhadores rurais, marcada pelo flagelo do corpo. Regularidade que também denuncia

¹⁹⁵ CPT. Regional Norte II. *Relatório de conflitos 1988*, p. 4 e ss. (Grifos do documento).

o perfil dos executores e dos mandantes de tais crimes, desnudando uma certa especialização do trabalho dos matadores de aluguel, dos jagunços, dos pistoleiros. Quanto mais cruéis forem esses sujeitos, tanto mais valiosos e disputados se tornam entre os contratantes, em geral fazendeiros desejosos de verem suas terras limpas de posseiros.

Não era por acaso que Sebastião da Terezona, o *Bastiãozão*, um dos mais temidos pistoleiros do sul e sudeste do Pará, mantinha estreitas relações com grandes fazendeiros da região¹⁹⁶, aparecendo como “fiscal” em suas propriedades, quando, de fato, cumpria a tarefa de vilipendiar trabalhadores, expulsar e assassinar posseiros. Matar, para Sebastião, era um negócio, um trabalho, um meio de vida para o qual recebia o devido pagamento.

Sua estreita relação com fazendeiros poderosos se revelava nos contratos que selava, e as mortes que cometera eram, para ele, apenas o cumprimento de tais acordos. Em uma de suas falas, Sebastião da Teresona relata:

[...] Se matei, alguém mandou e pagou. Empreitei para os Mutran, trabalhei para o Assiz Mutran de carteira assinada. Por que ele não tá preso? Porque tem dinheiro. Eles disseram que ia me ajudar e me largaram aqui dentro. Minha mulher Terezona morreu em dezembro, meus cinco filhos tão passando fome. Eu quero falar com o ministro da justiça ou alguém dele. Quero contar tudo o que eu sei, porque aqui não vão me ouvir [...] empreitei para o João Almeida, para o Vavá (Osvaldo) Mutran e para o Carlos Chamie. Eu disse tudo isso pra juíza (Izilda) Pastana, mas só eu tô pagando. Se alguém fez, alguém mandou e pagou¹⁹⁷.

Bastiãozão era truculento, extremamente violento e frio. O bando de Sebastião da Teresona, com mais de 20 integrantes, caracterizava-se pelas atrocidades que cometiam e pelos requintes de crueldade. O caráter violento e o meticuloso trabalho de espionagem, vigilância e cerco das populações ocupantes nas fazendas a ele confiadas, faziam de Bastiãozão um sujeito valioso nos contratos de pistolagem no Pará.

Um dos integrantes do grupo de Bastiãozão, conhecido como Hamilton, relatou parte do *modus operandi* do bando:

Nós chegamos lá (na fazenda Fortaleza, de Almir Morais, próxima a Marabá) e o Sebastião mandou a gente logo prender os três homens, os posseiros. A gente amarrou eles e baixamos fogo neles na frente da sede da fazenda. Daí saíram as mulheres chorando de dentro dos barracos. Era uma velha duns 40 anos e duas novinhas, de 14 e de 16. A velha nós matamos logo, as novas o Bastião, o Mineirinho e mais dois levaram para dentro da casa [...] Depois de curradas, as duas moças foram trazidas de novo para fora do barraco. Daí o

¹⁹⁶ Jornal do Brasil. *Bastiãozão, campeão de cadáveres*. 08 dez. 1985, p. 28. Sobre Sebastião da Teresona, ver: PEREIRA, Airton dos Reis. A prática da pistolagem nos conflitos de terra no sul e no sudeste do Pará (1980-1995). *Revista Territórios e fronteiras*, Cuiabá, vol. 8, n.1, jan./jun. 2015.

¹⁹⁷ Jornal do Brasil. *Sul do Pará julga pistoleiro acusado de 36 mortes*. 17 jan. 1988, p. 13.

Bastiãozão gritou que elas iam contar tudo para polícia, e furou elas de faca. Nós pusemos fogo em tudo e deixamos os mortos lá dentro, queimando¹⁹⁸.

A sanha de Bastiãozão não é, como pode parecer, uma anomalia, caso único e própria de um sujeito potencialmente violento. A meu ver, o que está em jogo, é a existência de uma racionalidade assassina, que se expressa, dentre outras coisas, pela fragilização, pela desproteção, pela desqualificação da vida dos trabalhadores do campo e, posteriormente, pela violação dos corpos e pela execução de tais vidas.

O flagelo dos corpos é parte integrante dos contratos de morte no campo brasileiro, está distribuído na maior parte dos assassinatos de trabalhadores rurais, seja nas carnes das vítimas fatais, ou daquelas que, permanecendo vivas, carregarão a memória da dor sofrida nos instantes de violência. Em jogo está um poder que precisa deixar marcas físicas ou psíquicas, que necessita afirmar-se por meio da distribuição do sofrimento no corpo alheio.

Não raro são os casos em que tal afirmação pressupõe possuir o corpo flagelado como troféu, como prêmio, como prova material do domínio do assassino sobre o assassinado. A edição nº 59 do JST, de janeiro de 1987, informava que duas orelhas humanas foram encontradas mantidas em frasco de vidro com formol no interior da Fazenda Marajoara, de propriedade do fazendeiro Manoel Sá Júnior, no município de Rio Maria – PA¹⁹⁹.

O MST registrou, igualmente, a execução do posseiro Custódio Fidelis de Lana, em 31 de julho de 1983, por pistoleiros da *Agropecuária Mirassol* – MT. O corpo foi encontrado com sinais de tortura e as duas orelhas decepadas para serem levadas ao fazendeiro²⁰⁰.

Esse é um traço marcante nos assassinatos comandados pela *Agropecuária Mirassol*; a tortura dos corpos das vítimas parecia ser uma determinação, uma ordem, parte do contrato com os agentes executores, fossem ele jagunços ou policiais cumpridores dos atos de despejos.

Essa ênfase no corpo decepado sugere, pelo menos, duas interpretações: a primeira enxerga o sacrifício corporal como uma espécie de castigo, de penalização, mecanismo que pressupõe atingir também aos vivos, a comunidade expectadora de tais atrocidades. O assassinato de um posseiro é também a tentativa de pôr fim as mentes resistentes e

¹⁹⁸ Jornal do Brasil. *Bastiãozão, campeão de cadáveres*. 08 dez. 1985, p. 28. (Grifos do documento).

¹⁹⁹ Jornal dos Trabalhadores Sem Terra. *Fazendeiros guardam orelhas como troféu*. Janeiro de 1987, p. 12.

²⁰⁰ MST. *Assassinatos no campo*, op. cit., p. 298.

insurgentes; em segundo lugar, o desmembramento do corpo sugere a tentativa de desfiguração do indivíduo, a descaracterização do sujeito, facilitando a ocultação do crime e a identificação dos culpados. Trata-se de destruir a integridade do corpo, reduzir o sujeito em partes até que o humano desapareça, não possa ser mais identificável e encontrável.

A técnica da descaracterização dos sujeitos é parte fundamental da ocultação e desaparecimento dos mortos, tecnologia de governo largamente aprendida e utilizada pelos militares brasileiros durante a ditadura militar, constituindo a própria racionalidade do regime autoritário, que fez do desaparecimento uma forma de gestão das vidas consideradas matáveis (FRANCO, 2021, p. 78).

Em dezembro de 1986, a *Agropecuária Mirassol* protagonizou um massacre de posseiros na Fazenda Mirassolzinho, município de Jauru – MT, em meio a uma disputa de terras com moradores que habitavam a região desde de 1982. No dia 17 de dezembro, policiais militares e pistoleiros contratados pela empresa realizaram o despejo de 40 famílias que ocupavam a fazenda, incendiaram casas, mataram animais e destruíram víveres. No confronto, dois policiais foram mortos e o chefe dos jagunços, conhecido por Major Celso, ficou ferido.

No dia 22, pescadores da área encontraram quatro corpos no rio Guaporé, próximo ao município de Pontes e Lacerda, há 30 quilômetros da fazenda Mirassolzinho. As marcas do suplício estavam registradas nos cadáveres, que se encontravam com as mãos amarradas às costas, a garganta cortada e o ventre aberto. A notícia veio a público pela nota que a CPT regional Mato Grosso produziu e que Dom Ivo Lorscheiter, presidente da CNBB, divulgou na imprensa. A nota denunciava o assassinato dos quatro posseiros e o desaparecimento de mais seis homens²⁰¹.

O *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra* registrou que “dos quatro primeiros corpos encontrados no rio Guaporé, no dia 22 (os demais só foram encontrados dia 23), apenas um tinha cabeça”. Destacou ainda que, levados para o cemitério de Pontes e Lacerda, um dos corpos, o único que possuía cabeça, desapareceu. Apenas os corpos degolados foram sepultados²⁰². Essa informação corrobora a afirmação de que a violação dos cadáveres objetiva, dentre outras coisas, impedir a identificação dos mortos e fazê-los restar apenas como desaparecidos na memória social.

²⁰¹ Correio Brazieliense. *Chacina de posseiros denunciada por d. Ivo*. 31 dez.1986, p. 5.

²⁰² Jornal dos Trabalhadores Sem Terra. *Fazenda Mirassolzinho: o massacre dos posseiros*. Jan. 1987, p. 12.

Ocultar a cabeça de um morto é também uma forma de dificultar a posterior transformação da vítima em mártir, posto que este pressupõe um rosto reconhecível e aceitável pelos vivos, uma face para a qual se possa não apenas olhar, mas também adorar, espelhar-se; um rosto modelo, um exemplo que possa orientar a vida. Busca-se, pois, impedir a identificação da comunidade com o morto, negando-lhes o corpo, em especial, a sua face. Os carrascos sabem do poder mobilizador de um morto na luta pela terra e pelos direitos humanos.

É preciso destacar, ainda, o papel que desempenham os policiais militares nesse tipo operação que tem como objetivo explícito a sevícia dos trabalhadores rurais. E, nesse sentido, deve-se problematizar tanto o papel subserviente dos agentes policiais diante do poder dos pretensos donos de terra no Brasil, quanto o modo de atuação desses agentes, que denuncia um *modus operandi* extremamente truculento e autoritário, especialmente quando se trata das populações mais vulneráveis.

Na edição do JST citada anteriormente, uma charge assinada por Falkon introduz essa problemática da submissão dos policiais ao poderio dos fazendeiros.



Fig. 18 Falkon.
Fonte: JST, jan. 1987, p.12.

Desse modo, o jornal apontava para a crescente atuação de grupos policiais no trabalho de perseguir e torturar posseiros e lideranças sindicais, um problema que os grupos comprometidos com a luta pela terra entendiam como nova forma de controle dos trabalhadores rurais, protagonizada pelo efetivo militar, em substituição aos pistoleiros.

Já não se tratava mais de uma ação repressiva das forças militares em estado de contrarrevolução; também não era mais o inimigo interno e a defesa da ordem as justificativas que embasavam tais violações de direitos humanos no campo. Mas não

devemos ignorar o fato de que a cooptação dos policiais militares para o serviço do crime nas áreas rurais seja um sintoma do processo de militarização da questão agrária nos governos do período autoritário.

Já se disse como a repressão militar nas áreas rurais abriu espaço para a atuação das milícias privadas, favorecendo o poderio e o monopólio da violência pelos proprietários de terra (MARTINS, 2017, p. 124). Como corolário dessa transferência de poder, os policiais militares emprestariam sua experiência e seu aprendizado no combate aos trabalhadores rurais durante a ditadura às novas formas de impedimento da democratização da terra no Brasil.

A CPT registrou em seus cadernos de *Conflitos no Campo* como os policiais foram se tornando os protagonistas do desespero dos trabalhadores rurais e da chacina no campo. Na edição de 1986, o destaque foi dado à associação entre os exércitos particulares e a Polícia Militar nos massacres: 137 assassinatos para aquele ano, além de 188 ameaças de morte, 8 pessoas desaparecidas, 334 presos, 199 feridos e torturados. “O autor mais violento”, segundo o relatório, “foi sem dúvida a PM, envolvida em 117 casos de violência, torturas, prisões e massacres”²⁰³.

No ano seguinte, novamente se impõe a tendência da transferência do papel repressor para os policiais militares, corroborando a afirmação dos trabalhadores e seus apoiadores de que se tratava de uma mudança de paradigma na República envelhecida, que se servia do aparato policial para frear a movimentação política no campo. “Em lugar do aparato repressivo e centralizado do Regime Militar, o latifúndio agora se utiliza das Polícias Militares dos Estados como se fossem milícias particulares”. Registre-se: “Enquanto em 1986, a polícia apareceu em 117 ocorrências, em 1987 ela aparece em 179 ocorrências, fazendo-se presente em 156 conflitos de terra, isto é, 26% deles”²⁰⁴.

Naquela altura, abundavam notícias nos jornais brasileiros dando conta do envolvimento de PMs com as milícias particulares espalhadas pelo país. No Pará, fazendeiros “começaram a sondar oficiais da ativa da Polícia Militar e da reserva das forças armadas sobre a possibilidade de aceitarem organizar e comandar grupos de segurança para atuar em suas propriedades contra invasores”²⁰⁵.

Em Goiânia – GO, documentos comprovavam a ligação entre a UDR, a empresa de vigilância *A Solução*, e um grupo de ex-policiais militares, egressos principalmente do

²⁰³ CPT. *Conflitos de Terra no Brasil*. 1986, p. 7.

²⁰⁴ CPT. *Conflitos no Campo Brasil*. 1987, p. 10.

²⁰⁵ O Estado de São Paulo. *Fazendeiros procuram oficiais para milícia*. 21 fev. 1986, p. 12.

serviço de informação da PM. Sobre essa tríplice aliança pesavam acusações de formação de milícias particulares, contratos de assassinato, chacina contra posseiros e queima de arquivo de policiais²⁰⁶.

No Pará, o assassinato de dois agentes policiais desnudou uma poderosa milícia que atuava executando posseiros da região. Capitães de polícia, delegados aposentados da Polícia Federal e até funcionário do Ministério da Marinha integravam a milícia com base montada em Brasília e que reunia em seu núcleo, “pessoas intimamente ligadas ao Serviço Nacional de Informações (SNI), Forças Armadas, Polícia Civil, Polícia Militar e Federal”²⁰⁷.

Vê-se que não era ocasional a participação de agentes de segurança, inclusive integrantes das Forças Armadas, nos exércitos particulares sob o domínio do latifúndio. Certamente, a experiência adquirida no combate às guerrilhas, aos “subversivos” e aos “comunistas” era uma credencial valiosa na escolha dos organizadores e comandantes das milícias. Acabada a ditadura, passariam a combater camponeses civis, homens e mulheres em luta pelo direito de possuírem ou de permanecer em um pedaço de terra; perseguiriam, ainda como *comunistas agitadores*, todos aqueles apoiadores dessa luta, especialmente os membros da Igreja Progressista.

Considere-se, ainda, que o patronato rural buscava justificar a formação dessas milícias armadas com base no direito de defesa da propriedade privada e da legítima defesa. A estreita ligação entre a UDR e a TFP dão conta de um bem arquitetado projeto para acabar com qualquer possibilidade de reforma agrária no país; uma explosiva aliança que conjugava a divulgação de ideias antirreformistas e armamentistas, com práticas de violência no campo, tendo como alvos preferenciais as ocupações de terra, os trabalhadores sem-terra e os religiosos ligados à CPT.

Em janeiro de 1986, a TFP divulgou na imprensa, com patrocínio da UDR, um estudo sobre a legitimidade do uso de armas e da violência para a defesa do latifúndio. Assinado pelos juristas Orlando Gomes, da *Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia*, e Sílvio Rodrigues, da *Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*, o texto *A lei autoriza os fazendeiros à resistência à mão armada*, foi publicado no *Correio do Estado* de Campo Grande – MS.

Nele, Orlando Gomes destacava que “A invasão, concertada ou não, de uma propriedade rural por uma malta de camponeses sem terra é decididamente uma agressão

²⁰⁶ O Popular. *A Solução e UDR explicam*. 18 mai. 1986, p. 10.

²⁰⁷ Correio Braziliense. *Polícia encerra caso das milícias privadas*. 7 set. 1987, p. 16.

injusta”, ao que ficava o proprietário autorizado “o uso de armas se o seu emprego for indispensável à manutenção, ou à restituição da posse”; além de, em suspeita de “agressão” e de “invasão”, poder “acautelar-se, reforçando a sua defesa, na dupla modalidade de reação e restituição, até mesmo contratando guardas de segurança, como fazem bancos e joalherias, quando menos para fim dissuasório”²⁰⁸.

Por sua vez, Sílvio Rodrigues corroborava que, se para o exercício do direito de posse, “houver necessidade de recorrer à violência e mesmo ao uso de armas de fogo, tal expediente será lícito, pois sem ele àquela prerrogativa não estaria tutelada”. Além disso, afirmava a legitimidade de terceiros, na ausência do proprietário, para pegarem em armas na defesa do bem, pois, “não há qualquer razão para impedir que o proprietário de um imóvel rural, situado em município diverso daquele em que reside, contrate guardas para, na qualidade de seus prepostos, defenderem a integridade de sua fazenda”²⁰⁹.

Ora, os juristas reduzem os conflitos de terra no país ao binômio ataque/defesa, além de transformarem os trabalhadores sem-terra, personagens centrais no cenário político brasileiro naquele momento²¹⁰, em bandos desordeiros, desocupados, vagabundos e toda sorte de significados negativos que a palavra *malta* sugere. Da mesma forma em que igualam o modo de atuação desses trabalhadores, especialmente as ocupações de terra, aos assaltos à propriedade privada operada por bandidos.

O que não está dito, e nem poderia, é que os conflitos no campo têm motivações múltiplas e legítimas, que passam, por exemplo, pelo direito que têm os trabalhadores de receberem o salário pelos serviços prestados ao patrão; pelo direito à posse da terra que foi grilada e usurpada por documentos falsos, ou pela imposição deste ou daquele juiz pago pelo fazendeiro ou empresário rural; pelo desalojamento de posseiros por ocasião de obras governamentais, como a construção de barragens e de hidrelétricas; pelo descumprimento das desapropriações para fins de reforma agrária; pelo assédio dos

²⁰⁸ Correio do Estado. TFP. *A lei autoriza os fazendeiros à resistência à mão armada*. 27 jan. 1986, p. 4-5.

²⁰⁹ *Ibid.*, p. 5.

²¹⁰ Conforme José de Souza Martins, o grupo de trabalhadores que se autodenomina sem-terra começou a aparecer em 1981 e cresceu rapidamente nos anos seguintes. Martins os divide em dois grandes grupos: 1) os trabalhadores desalojados por obras de barragens nos grandes rios, geralmente posseiros praticantes de uma agricultura de vazante, expulsos da terra e, na maior parte das vezes, não indenizados e não reassentados; 2) o grupo dos trabalhadores sem terra própria para trabalhar “meeiros, parceiros, pequenos arrendatários, filhos de pequenos proprietários, cujas terras são insuficientes para famílias extensas”. (MARTINS, 1989, p. 98-99). Em outro trabalho, Martins afirma que a emergência do sem-terra no cenário brasileiro, em substituição ao posseiro, coincide com a inauguração da “Nova República”, e a luta pela permanência na terra deu lugar à luta por desapropriações e assentamentos dos trabalhadores sem-terra, resultado da ação desses novos personagens e das novas modalidades de luta, especialmente as ocupações. (MARTINS, 2017, p. 183-184).

grileiros, que tentam obrigar os trabalhadores a assinarem documentos de venda e desistência da posse das suas terras; pela recusa dos trabalhadores em se submeterem a condições de trabalho análogas à escravidão.

É no corpo dos trabalhadores sem-terra que vão desembocar todos esses conflitos, nele se inscrevem os sofrimentos, registram-se as dores, imprimem-se a violência e a exclusão dos pobres da terra.

O MST registrou, no dossiê *Assassinatos no campo: crime e impunidade 1964-1986*, que, na Bahia, no município de Una, em 1985, “Erisvaldo de Souza Santos foi degolado a golpe de machado, enquanto Eronildo Teles da Silva, surdo-mudo, recebeu diversos tiros; os corpos foram encontrados no município de Uma, já em adiantado estado de decomposição”²¹¹.

Os trabalhadores foram assassinados a mando de Paulo Pinto, proprietário da Fazenda Guanabara, que havia sido desapropriada para fins de reforma agrária. O fazendeiro não aceitava a decisão do governo e tentava reverter o processo na justiça, usando documentos para comprovar a produtividade da propriedade.

Como se vê, no plano jurídico, o elemento fora da lei é o fazendeiro, que tenta, por outros caminhos, fazer-se maior que o Estado, criando sua própria lei e usando sua própria força repressora. Torna-se, então, o próprio poder, inclusive o de decidir sobre a vida ou a morte de alguém. É como se esses “poderosos da terra” criassem uma zona livre de qualquer ordenamento jurídico e isento de quaisquer sanções. Nesse lugar sem proteção, os trabalhadores rurais se tornam alvos fáceis da violência e da truculência dos fazendeiros e seus comandados.

²¹¹ MST. *Assassinatos no campo, op. cit.*, p. 434.

5.2 *A ausência de marcas: os corpos desaparecidos*

A dónde van los desaparecidos
busca en el agua y en los matorrales
y por qué es que se desaparecen
por qué no todos somos iguales.

Maná.

É preciso que compreendam: nós não temos
competência para arrumarmos os mortos no
lugar do eterno.

Os nossos defuntos desconhecem a sua
condição definitiva: desobedientes,
invadem-nos o quotidiano, imiscuem-se do
território onde a vida deveria ditar sua
exclusiva lei.

A mais séria consequência desta
promiscuidade é que a própria morte, assim
desrespeitada pelos seus inquilinos, perde o
fascínio da ausência total.

A morte deixa de ser a mais incurável e
absoluta diferença entre os seres.

Mia Couto.

Tudo começou a parecer muito estranho quando Diná Guimarães Gonzaga passou a receber informações de seu marido, Otávio Ferreira Gonzaga, pelo intermédio do seu patrão, Armando Alves Mendonça. O companheiro de Diná saíra de casa no dia 07 de janeiro de 1986, acompanhado por Armando, para prestar serviços em sua fazenda. Foi o começo de uma agonia. Agora, Otávio passaria a ser informação em versões terceirizadas, como se tivesse delegado a outros a sua voz.

No dia seguinte, soube Diná que Otávio tinha resolvido ficar até sábado no trabalho e lhe mandava pedir três mudas de roupa, algumas roupas de cama e duas lonas. Em 09 de janeiro, Armando retornou à casa de Diná para entregar-lhe as roupas que havia levado e disse que Otávio resolvera retornar a pé, estava a caminho. Oito dias se passaram, e nenhum sinal do marido. A aflição de Diná aumentava.

Chegara-lhe, novamente, o informante patrão, e entregou-lhe uma sacola com a roupa que Otávio usava quando partiu, uma carteira de dinheiro e sua faca de cintura. Contou-lhe que encontrou os pertences embaixo de uma árvore, no meio do mato. Os objetos e a imaterialidade de Otávio. Naquela altura, Diná já não suportava mais a falta de informações precisas sobre o marido, não aguentava esperar por uma ausência debilmente informada pela boca do mesmo, e certamente já suspeito, Armando. Resolveu

ir até a delegacia prestar queixa, tomou a decisão de encaminhar ao STR de Unai – MG o sumiço de Otávio.

Diná soube, depois, que três vaqueiros tinham visto Otávio no dia 08 de janeiro, e que ele afirmara estar fugindo de Armando e de mais três jagunços²¹². Nada mais. Otávio era um desaparecido. O desapareceram. Ocultaram sua existência e seu corpo. Entrou no rol dos desaparecimentos documentados pelo MST, no dossiê *Assassinatos no campo*, com poucas informações, tanto do sumiço do trabalhador, quanto das providências policiais e jurídicas sobre o caso. Uma economia de informes também reveladora do pouco ou nenhum valor da vida dos trabalhadores rurais, que deixam de existir sem mobilizar a burocracia estatal.

Na década de 1980, aos poucos, o desaparecimento de trabalhadores nas zonas rurais começa a figurar nos registros da CPT, do MST e mesmo do MIRAD, como mais uma modalidade da violência no campo, uma forma particular que se caracteriza não mais pela marcação e exibição do corpo supliciado, mas pela ausência de marcas, pela ocultação dos cadáveres e pelo sumiço dos sujeitos, lançados em uma zona de incerteza que não é propriamente a morte, mas também não é mais a vida.

A primeira menção ao termo *desaparecido* nos relatórios de conflitos da CPT data de 1985. Nos relatórios parciais produzidos antes dessa data, a referência ao desaparecimento de pessoas estava indicada apenas pela palavra *sequestro* no interior de tabelas que especificavam as demais modalidades da violência no campo.

Por uma questão de escassez documental, ou, talvez, pelo não amadurecimento da percepção do desaparecimento como mais uma expressão da violência, o certo é que, somente no caderno *Conflitos de Terra no Brasil*, de 1985, o problema entra no rol daquilo que a CPT compreendia por conflito²¹³. Assim, registrava-se que, no Maranhão houve 20 desaparecidos, no Pará, 07 e no Paraná, 01 desaparecido²¹⁴.

No caderno de 1986, registrou-se oito pessoas desaparecidas nos estados do Pará e do Mato Grosso, das quais só se sabia o nome de duas, Jazon Francisco Rocha e Laércio Batista Mota, o restante foi notificado como *desconhecido*²¹⁵. Em 1987, a tabela

²¹² MST. *Assassinatos no campo*, op. cit., p. 527 – 528.

²¹³ Ver CPT: *Pastoral e compromisso*, op. cit.

²¹⁴ CPT. *Conflitos de Terra no Brasil*. 1985, 18.

²¹⁵ CPT. *Conflitos de Terra no Brasil*. 1986, p. 39.

indicativa de violência contra a pessoa informou o desaparecimento de 20 trabalhadores rurais²¹⁶. No ano seguinte, o número aumentou para 22 duas pessoas²¹⁷.

Esses registros da CPT apontam a existência de um *poder desaparecedor*²¹⁸ no campo brasileiro, de um mecanismo de eliminação não somente das existências humanas, mas também dos indícios e dos rastros que possam elucidar essa modalidade criminal. Pouco se sabe sobre aquele ou aquela que sumiu, e a inexistência de um corpo, materialidade capaz de confirmar um óbito, joga os desaparecidos numa zona de incerteza, além de dificultar-lhes o reclame de justiça. Sem corpo, não há crime, não há delito, nem culpados.

Pilar Calveiro, ao discorrer sobre o poder desaparecedor na Argentina, desde 1966, o concebe como uma tecnologia de poder, uma modalidade repressiva operada tanto pela política institucional, quanto por agentes particulares, com ou sem ligação com o Estado, com ou sem a participação das forças militares (CALVEIRO, 2006, p. 27). Trata-se, pois, mais do que um desdobramento de outras violências, de uma modalidade específica, produto de uma racionalidade também específica, que pressupõe o apagamento dos sujeitos incômodos, a ocultação de seus corpos e a diluição de suas identidades no vazio.

O terror, que outrora era causado pela exibição do corpo maltratado, agora se insinua pela inexistência do corpo, pela negação da carne sofrida, introduzindo no seio da comunidade a preocupação, a insegurança, o medo e a angústia da espera. A falta de marcas dificulta a marcação da violência, por isso os registros sobre as pessoas desaparecidas no campo são tão exíguas.

Nos cadernos da CPT, as informações se resumem à contabilidade dos desaparecidos, ao lugar de registro e, quando possível, os seus nomes. Mais comum é serem contados como *não identificados*, ou desconhecidos, o que sugere a eficácia desse poder desaparecedor, capaz de despersonalizar os sujeitos, impossibilitar-lhes a identidade.

Aparecerão, aqui e ali, simplesmente como corpos no meio das estradas, no interior dos matagais, sem qualquer possibilidade de identificação, às vezes desfigurados, outras vezes carbonizados, aumentando entre os vivos o medo e a intranquilidade. Isso

²¹⁶ CPT. *Conflitos no Campo Brasil*. 1987, p. 25.

²¹⁷ CPT. *Conflitos no campo Brasil*. 1988, p. 22.

²¹⁸ CALVEIRO, Pilar. *Poder y desaparición: los campos de concentración em Argentina*. Buenos Aires: Colihue, 2006.

porque a privação do corpo, ao qual se possa dar o devido luto e uma sepultura, incide sobre a comunidade dos vivos produzindo *vidas melancolizadas*, presas aos sentimentos de silêncio, de medo, de vergonha, de dúvida, de raiva, “uma patologia social da gestão necrogovernamental” (FRANCO, 2021, p. 121).

É relevante destacar o registro do desaparecimento também nas contabilidades oficiais do governo federal, como parte de uma estratégia que pretende acercar-se do problema da violência no campo, retirando dos grupos de apoio aos trabalhadores rurais a exclusividade das informações sobre o problema. No relatório de conflitos no campo do MIRAD, de 1985, uma porcentagem expressiva dos mortos registrados foi classificada como não identificada. Dos 198 registros, 26 não foram identificados, ou seja, 12,38%. Note-se o entendimento do órgão sobre os corpos não identificados:

São considerados não-identificados, os mortos com óbito confirmado, mas sem identidade (nome completo ou apelido de reconhecimento público) revelada. A localização dos cadáveres, nestes casos, não foi acompanhada de um levantamento preciso da identidade dos assassinados²¹⁹.

Além disso, o MIRAD destaca que mais da metade dos casos de não identificação se deu em uma “circunstância caracterizada por chacina, ou ocorrência simultânea de vários assassinatos em que a localização dos cadáveres se deu bem após dos atos criminosos”²²⁰.

Essa dificuldade de identificação, segundo o MIRAD, devia-se, principalmente, ao isolamento geográfico das áreas de ocorrência dos crimes, fosse dos trabalhadores nos serviços de desmatamento em projetos agropecuários da Amazônia, ou dos garimpeiros, ao ainda dos indígenas.

Ora, o que não se cogita, mesmo levando-se em consideração a ocorrência das chacinas, é a ação deliberada e intencional de ocultação da identidade dos mortos. Uma tentativa de apagamento dos vestígios que possam sinalizar o crime e os seus autores, destruição material dos restos da violência. Um poder desaparecedor difuso, do qual participam os fazendeiros, os grileiros, as empresas agrícolas, os órgãos oficiais, as polícias militares e estaduais. Busca-se o crime perfeito, sem corpo, sem prova, sem culpados, sem possibilidade de investigação.

²¹⁹ MIRAD. *Conflitos de terras: dados relativos aos conflitos de terra, em que se registraram mortes, ocorridas no país entre 01 de janeiro e 31 de outubro de 1985*. Brasília, 1985.

²²⁰ *Ibid.*

Que outra intenção havia, se não a de fazer desaparecer os corpos, na chacina no rio Itacaiúnas? Que outra intenção, se não a de impedir o reconhecimento dos mortos, quando se cortaram os dedos, os narizes, as orelhas, se retiraram os olhos das vítimas? Não era o desejo de tornar oculto o corpo e o delito, o que estava por trás da ação de amarrar os cadáveres às pedras e jogá-los no rio?

Uma parte desse desejo de apagamento aparece registrada nos depoimentos dos trabalhadores rurais pelo país, confrontados com os corpos que surgem, repentinamente, no meio das estradas, nos matagais, nos rios. Corpos indecisos, desconhecidos, mas insurgentes, desarrumando aquela *vontade desaparecedora*. Um telegrama enviado ao MIRAD pela *Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco – FETAPE*, informava, em fevereiro de 1986, que:

Entre os dias 25 e 26 de fevereiro pp, no referido Engenho Itapirema de Baixo, apareceu um cadáver do sexo masculino, todo queimado, que impossibilitou a sua identificação. Empregados da Usina Sta. Tereza estiveram no local e informaram que não era pessoa da Usina. Neste mesmo dia o cadáver desapareceu. Na sexta-feira, dia 28, quando funcionários do IML estiveram no local, já tinham colocado o cadáver no mesmo local, não sabendo os trabalhadores informar quem retirou o cadáver e depois o colocou no mesmo lugar. Os trabalhadores ainda não conseguiram descobrir se este cadáver é de algum membro das famílias de posseiros da área em questão²²¹.

Pelo telegrama ainda é possível saber que os posseiros vinham sofrendo diversas ameaças por parte do administrador da usina, investidas que incluíam o desfile de homens armados em caminhoneta, perseguições e juras de assassinato. Três trabalhadores eram os alvos principais da perseguição: Valdemar de Sousa Bonfim, José Rodrigues e Nelson, eles assumiram a luta em defesa dos direitos dos trabalhadores da usina, e preparavam reunião para discussão desses direitos, que deveria ocorrer em 04 de março.

O corpo carbonizado e os sucessivos desaparecimentos do cadáver em questão indicam a intenção de dificultar o reconhecimento da vítima; o autor do crime sabia, certamente, dos efeitos destruidores do fogo na estrutura corporal humana e das dificuldades de identificação cadavérica nesses casos, aliás, dependendo da temperatura a que os corpos forem submetidos, a identificação torna-se impossível até mesmo pelos métodos mais avançados dos exames de arcada dentária (JORDÃO, SANTIAGO, MONTENEGRO, 2013, p. 3).

²²¹ MIRAD. *Levantamento dos conflitos de terra em que se registraram mortes, ocorridas no país entre primeiro de janeiro e vinte e dois de maio de 1986*. Brasília, 1986. (Anexos).

São muitos os casos desses corpos anônimos nos relatórios oficiais do *Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Agrário*, restos de vidas em decomposição que se tornaram uma sigla: *N.I* (não identificado), se repetindo nas listas da burocracia estatal. Em 1987, por exemplo, registrou-se:

Corpo encontrado com crânio fraturado na estrada de Caruaru; corpo em decomposição encontrado com as mãos amarradas e com marcas de tortura em um terreno às margens da rodovia; três corpos encontrados em covas rasas, um deles decapitado; encontrado morto num carro abandonado nas proximidades da Vila Ipixuma – PA; corpo encontrado na fazenda em covas rasas pelo PM João Batista Argolo²²².

Nas listas do MIRAD, completa-se, pode-se dizer, o processo de dessubjetivação dos pobres do campo, não contados em vida, não merecedores das garantias governamentais e dos direitos básicos para a sobrevivência. Agora, no momento da morte, são, mais uma vez, ignorados, apagados, desfigurados. *N.I* é a sigla que traduz não somente a morte de um corpo indeciso, mas também uma vida inteira não contada como tal.

Mas há, também, os relatos da inexistência dos corpos. Dizem os trabalhadores dos companheiros sumidos, não sabem o seu paradeiro. Em Colmeia – GO, os posseiros da fazenda Vale do Juari, registram os sucessivos despejos sofridos e as violências promovidas por policiais militares. Informam ao ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário:

Agora seis desapareceu dentro da área e ninguém sabe o roteiro que a gente acha que estão mortos. Também esses mortos que o pessoal do ônibus viu desapareceu, pois não saiu nem pra Colinas nem pra Cruzaltina. Os desaparecidos são Eustáquio, a mulher e mais quatro filhos²²³.

Eustáquio, a esposa e os filhos desapareceram, segundo consta no dossiê do MST, no despejo realizado por 50 policiais militares na Fazenda Juari, em Goiás. Na ocasião, várias casas foram queimadas, roças foram destruídas por tratores. Em 17 de março de 1986, “policiais e pistoleiros promoveram um verdadeiro massacre contra os posseiros que lá permaneceram; foram assassinadas três pessoas: dois homens e uma criança”²²⁴.

²²² MIRAD. *Levantamento dos conflitos de terra em que se registraram mortes, ocorridas no país entre primeiro de janeiro e vinte e dois de maio de 1987*. Brasília, 1987.

²²³ MIRAD. *Levantamento dos conflitos de terra em que se registraram mortes, ocorridas no país entre primeiro de janeiro e vinte e dois de maio de 1986*. Brasília, 1986.

²²⁴ MST. *Assassinatos no campo: crime e impunidade*, op. cit., p. 527.

Apesar das dificuldades, o MST tentou, de alguma forma, identificar os desaparecidos e restituir-lhes a identidade. Um esforço que não era simplesmente nomeação de um corpo a ser sepultado, mas de recomposição, na medida do possível, da memória da vida e da morte dos trabalhadores rurais.

Na primeira edição do dossiê *Assassinatos no campo*, de 1986, o problema do desaparecimento diz respeito às vítimas na região do Araguaia, entre 1972 e 1974. Registra-se no dossiê uma lista com 60 nomes de pessoas desaparecidas na região e a especificação da data em que sumiram. Os nomes foram extraídos da pesquisa *Brasil: Nunca Mais*, que registrara, em 1985, 125 desaparecidos políticos no Brasil desde 1964 (BNM, 2011, p. 353).

Há um aspecto relevante nessa seleção dos desaparecidos operada pelo MST. Ao separar os nomes das vítimas na região do Araguaia das demais pessoas desaparecidas, o *Movimento* parece querer evidenciar, de um lado, a repressão política nos espaços rurais, e ressaltar a força violadora que produziu, ali, quase metade das pessoas atingidas em todo o país. Por outro lado, há o objetivo de ressaltar a resistência contra a ditadura que vinha do campo, jogar luz sobre a força dos camponeses, dos trabalhadores rurais, das lideranças. Talvez um esforço de, ao demonstrar a violência sofrida, exaltar, ao mesmo tempo, a luta que se produziu no meio rural.

Me parece uma estratégia para a elaboração de uma memória da repressão e da ditadura que leve em consideração a participação das organizações e dos movimentos sociais do campo, busca pela inserção dos grupos e dos sujeitos que enfrentaram obstinadamente o poder na memória social sobre os anos de chumbo. O que não deixa de ser uma *luta* em torno dessa representação que, historicamente, tem sido marcada e lida pela chave da resistência urbana.

Na segunda edição, de 1987, que cobre também as violências do governo de Sarney, os casos de desaparecimentos dão conta de um problema difuso, entregue aos pretensos senhores da terra, como mecanismo de controle dos trabalhadores rurais e de freio às movimentações políticas no campo. A experiência autoritária brasileira alargou o uso do desaparecimento como tecnologia de poder e entregou-a aos civis após o fim da ditadura, como resíduo, como experiência incorporada, como forma eficaz de enfrentamento dos adversários, dos considerados inimigos, dos elementos incômodos.

No campo, especialmente na década de 1980, quando se fortalecem os movimentos sociais, as lutas trabalhistas, as campanhas pela reforma agrária e surgem

novas formas de representação política, o desaparecimento está associado a essa nova realidade, principalmente como forma de repressão ao movimento de ocupações de terra.

Uma parte da memória desses desaparecimentos foi registrada pelo MST no dossiê *Assassinatos no campo: crime e impunidade – 1964 – 1986*, de onde se pode alcançar algumas das circunstâncias em que se dão esses episódios. A maior ocorrência de desaparecimentos está associada aos momentos de despejos pelas forças policiais, ocasião em que há a dispersão dos posseiros e em que se distribui, de forma generalizada, diversas formas de violência contra pessoas.

As situações de trabalho escravo também são muito recorrentes nos registros de pessoas desaparecidas. Em geral, as vítimas tentam escapar da escravidão, ir embora das fazendas, ou melhor, dos cativeiros; fugir dos olhos dos patrões e de seus capangas. Dá-se, nesses momentos, a reunião de violências simultâneas, perseguições, prisões, torturas, assassinatos.

O MST registrou muitos desses casos, como o de José, assim, sem sobrenome, trabalhador escravizado na fazenda Panelão, no município de São Félix do Xingú – PA. Desapareceu em abril de 1986. Ele e mais outros companheiros foram levados por Antônio Gato para trabalharem na fazenda Panelão. Decidiram ir embora em 05 de abril, por causa das péssimas condições de trabalho, mas foram impedidos de sair porque contraíram dívidas na fazenda. Em 10 de abril, houve nova tentativa de fuga, ocasião em que foi assassinado Antônio Moreira Diniz, também escravizado. “José desapareceu e não se sabe se foi baleado”²²⁵.

O clima de terror se intensifica quando ao desaparecimento dos trabalhadores se somam os achados macabros pelos terrenos e estradas. Restos mortais abandonados ao ar livre, ossadas desenterradas acidentalmente, corpos carbonizados nos matagais, pedaços de gente boiando nos rios. Na maioria das vezes, os achados não capazes de certificar a identidade do morto, mas contribuem, sobremaneira, para aumentar o medo, a insegurança e a tensão entre os parentes e conhecidos das pessoas desaparecidas.

Em 1988, a *Anistia Internacional* fez uma contundente denúncia do Brasil pelos crimes nas áreas rurais e pela impunidade flagrantemente intencional dos agentes produtores da violência. Além dos fortes relatos contidos no *Brasil documento*, uma variedade de imagens contribuíam para enfatizar o horror experimentado pelas

²²⁵ *Ibid.*, p. 529.

populações do campo. Uma dessas imagens mostrava os restos mortais de um trabalhador rural encontrado perto de Redenção, no estado do Pará.



Fig. 19 Caveira encontrada.
Fonte: Anistia Internacional, Brasil
documento, 1988.

Ora, que a escolha dessa imagem tivesse como pretensão causar impacto e chocar a opinião pública é o aspecto mais evidente de sua observação. Dá-se no primeiro olhar. O primeiro plano é o do encontro visual com a caveira, à maneira dos enredos dos filmes de horror. Mas ela também sugere interpretações menos evidentes, que dizem respeito ao modo como o país administra as vidas dos *homens infames*, para usar uma expressão de Michel Foucault (2003).

Saídos da cova improvisada, os restos mortais desconhecidos denunciam o desejo de desaparecimento social desses homens, vontade que se expressa não apenas pela ocultação dos cadáveres, mas também pela negação das investigações policiais, pela não abertura de inquéritos, pelo não julgamento dos culpados, pela não realização de perícias cadavéricas. O enterro clandestino do corpo é apenas o primeiro plano de um processo de apagamento das existências humanas.

É o desprezo pelas vítimas, como sugere a legenda que acompanha a fotografia: “Uma das razões dos assassinatos de camponeses serem investigados ou punidos tão raramente é o desprezo com que a polícia vê as vítimas”²²⁶. Esse era o grande mote do documento da *Anistia Internacional*, a denúncia do país como o grande promotor da violência impune, ênfase na negação do direito à Justiça. “Brasil matando com impunidade”, como estava escrito na abertura do documento.

Uma imagem assim tão crua pretende produzir emoções tanto individuais quanto coletivas. No plano coletivo, essa imagem está carregada de um potencial político que objetiva tocar o problema do Estado matador, realizar o reencontro dos carrascos com o seu crime, forçar-lhes a visão, *abrir os olhos dos assassinos*; imagem como resposta, como julgamento dos crimes e dos criminosos (DIDI-HUBERMAN, 2018, p. 41).

Não é pequeno o fato de uma imagem como essa ser publicada mundialmente na década de 1980, momento em que o Brasil defrontava-se com as vítimas mortas ou desaparecidas da ditadura militar, fosse pela descoberta de corpos, fosse pela publicação de importantes dossiês que atestavam a violação de direitos humanos no país, como o *Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964*, de 1984, o *Assassinatos no campo: crime e impunidade: 1964 – 1985*, de 1986, e, ainda, o livro denúncia *Brasil Nunca Mais*, de 1985, revelador dos crimes de tortura.

A imagem trata não apenas da descoberta de um corpo, ela realiza o desvelamento de um país que mata impunemente. No corpo insurgente vê-se uma nação. No bom estilo de Mia Couto, os mortos desconhecem sua condição, negam o esquecimento e retornam para cobrar dos vivos um lugar na memória social, ou, como lembra Vladimir Safatle, “os mortos nunca se calam. Aqueles cujos nomes o poder procurou anular sempre voltam com a força irredutível dos espectros” (SAFATLE, 2019).

A imagem aproxima a violência própria do tempo de sua produção com as violações do Estado ilegal da ditadura. Une, assim, presente e passado, forçando o olhar sobre a violência permanente, sobre as estruturas que lhe dão sustentabilidade. *Arde* no contato com real (DIDI-HUBERMAN, 2012, p. 216), tanto por denunciar o fogo que a gerou, como pelo fato de lampear nos atos igualmente violadores do passado e do futuro.

O presidente Sarney se defendeu rejeitando a acusação da *Anistia Internacional*, negando a ideia de convivência com os crimes contra os camponeses. Por seu turno, o ministro da Justiça, Paulo Brossard, limitou-se a repetir o ataque contra a *Anistia*, que

²²⁶ ANISTIA INTERNACIONAL. *Brasil documento*. 1988.

denominou de “organismo inidôneo”. Já o governador do Pará, Hélio Gueiros, bastante irritado com as informações contidas no documento, declarou: “anistia é coisa de britânicos, búlgaros, belgas, gente que não tem o que fazer”, “pouco me importo com o que pensam os estrangeiros sobre os acontecimentos nas matas da Amazônia”²²⁷.

Negação, ataque e tentativa de deslegitimação da voz do acusador. Essa é também uma marca do *poder desaparecedor*, é outra de suas capas, que age desautorizando toda e qualquer afirmação que o desafie, diminuindo o valor e a verdade pronunciada, reduzindo a autoridade daquele que a enuncia. A estratégia é fazer com que a desconcertante informação caia no descrédito e no esquecimento, até se perder, ser esquecida, até que desapareça. Daí porque o ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, Leopoldo Bessone, e o Departamento de Polícia Federal não quiseram se pronunciar, silenciar é uma forma bastante eficaz no trabalho de apagamento das vozes incômodas.

Desejo de desaparecimento que se defronta constantemente com a disposição de grupos como a CPT e o MST para reverberar a sua ocorrência. Importante ressaltar, antes mesmo do registro dos casos de desaparecimento, a percepção desse tipo de violência e a ação de documentá-la, para torná-la visível e dizível; a disposição de recuperar parte das histórias dos sujeitos vitimados, de indicar as situações em que esse tipo de violação ocorre. Antes, é o esforço de pensar o *desaparecimento no campo*, que o movimento político das vítimas e desaparecidos políticos da ditadura não foi capaz de realizar²²⁸, o traço mais importante dessa análise.

A CPT e o MST realizam, pois, o seu próprio trabalho de busca dos companheiros camponeses vitimados durante e depois da ditadura, mostrando e documentando a recorrência do desaparecimento dos trabalhadores rurais, a produção de uma massa cadavérica inominável, uma população de mortos destinados ao vazio, vidas que não seriam enlutadas. É um gesto de luto e, especialmente, um esforço de inserção desses mortos na memória política brasileira, alargando a compreensão da violência repressiva do Estado e da violência privada.

²²⁷ Jornal do Brasil. *Acusação da Anistia é rejeitada por Sarney*. 9 set. 1988, p. 4.

²²⁸ Consta no *Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964* o nome de alguns poucos camponeses e lideranças sindicais mortos ou desaparecidos na vigência da ditadura militar, em geral, são sujeitos envolvidos nas guerrilhas do Araguaia, de Trombas e Formoso, ou ligados ao movimento das Ligas Camponesas. Os responsáveis pelo *Dossiê* reconhecem a limitação do trabalho e a ausência de aprofundamento das violências no campo, especialmente da violência privada dos fazendeiros. Ver: *Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1995.

Há um aspecto relevante nesse trabalho da CPT e do MST que diz respeito à modificação das formas de enfeixar as mortes e os desaparecimentos no campo brasileiro. Eles deixam de ser acontecimentos acidentais, consequências de desentendimentos locais, produtos da brutalidade e aspereza “próprias do mundo rural”, como geralmente eram interpretados, para se tornar problemas resultantes da política econômica brasileira que fez a opção pela grande propriedade capitalista, entregando a terra nas mãos de empresários rurais nacionais e estrangeiros. Trata-se do resultado da desterritorialização de camponeses, posseiros e indígenas, para o beneficiamento de obras de grande envergadura, como a construção de rodovias e de hidrelétricas.

São, portanto, mortes e desaparecimentos políticos, gestados pelas tecnologias governamentais. São resultado de uma militarização da questão agrária, que não cessou após o fim da ditadura militar, mas transmutou-se em repressão privada com a participação das forças estatais, civis e militares. Os militares, convém lembrar, continuaram no controle da questão agrária, “como vinham fazendo antes do fim da ditadura militar, numa proposta alternativa e militarizada de reforma agrária, agindo praticamente como um Estado dentro do Estado” (MARTINS, 1986, p. 68).

Uma parte fundamental do trabalho de luto é o encontro com o corpo, materialidade que seja capaz de concretizar a ideia da morte, corpo ao qual se possa dar uma sepultura. No Brasil, a luta pelo direito de localização e sepultamento dos mortos da ditadura tem início com a movimentação dos familiares dos desaparecidos em busca dos seus entes queridos ainda no início da década de 1970 e que resultou em importantes iniciativas, como a publicação do *Dossiê dos mortos e desaparecidos desde 1964*, em 1984, ampliado em 1995.

Uma lista incompleta de 339 mortos ou desaparecidos foi apresentada à sociedade brasileira pelo *Dossiê* em 1984, sendo 144 casos de desaparecidos (BRASIL, 1995, p. 26). Um número que permanece incompleto, especialmente porque categorias sociais como os camponeses e os indígenas, para ficar somente em dois exemplos, foram pouco representadas ou completamente ignoradas desse reclame.

No campo, o *habeas corpus*²²⁹, a reclamação e a busca pelos corpos e pelo esclarecimento dos desaparecimentos encontrou na CPT e no MST o seu ponto de apoio, além de serem também o centro irradiador da produção de uma importante documentação

²²⁹ Referência ao trabalho editado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República – SEDH – PR e publicado em 2010. BRASIL. *Habeas corpus: que se apresente o corpo: a busca dos desaparecidos políticos no Brasil*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010.

da violência do Estado brasileiro contra as populações rurais, mostrando nacional e internacionalmente a agonia dos indígenas, dos posseiros, dos trabalhadores sem terra, dos grupos de apoio à luta pela terra e pela reforma agrária.

O periódico do *Movimento Sem Terra*, o JST, também foi canal de informações sobre os casos de pessoas desaparecidas, a maior parte vitimada pelos despejos forçados pela atuação conjunta entre jagunços e policiais. Por ele sabe-se que, no Maranhão, cerca de 400 pessoas foram expulsas da fazenda Terra Dela, no dia 15 de julho de 1987. A operação contou com 10 policiais e cerca de 100 pistoleiros comandados pelo jagunço Deusdet. “No dia seguinte, um lavrador foi encontrado morto e Manoel Silva Oliveira, Manezinho, está desaparecido”²³⁰.

Em novembro de 1988, ao noticiar a greve dos canavieiros de Pernambuco, o JST informava: “José Batista, município do Cabo, reclamou na justiça o pagamento de horas extras que o patrão negou, foi demitido em represália; recorreu de novo à Justiça, o patrão contratou jagunços e Batista foi sequestrado em abril, é desaparecido até hoje”²³¹. No mês seguinte, destacou-se: “o cacique suruí Iamine, desaparecido desde 16 de outubro, foi encontrado morto e queimado”²³².

No cerne do desaparecimento e morte do cacique estava o conflito entre algumas tribos indígenas e empresas madeireiras que atuavam na compra ilegal de madeira nobre, na região de Aripuanã, extremo noroeste de Mato Grosso e parte de Rondônia. Os índios se contrapunham ao acordo selado entre uma liderança indígena e o madeireiro Américo Minnoti, para extrair madeira da região. No conflito, houve o desaparecimento do cacique Iamine.

Não se trata de discutir, caso a caso, as situações de desaparecimento no campo brasileiro, não há espaço, nem é esse o ponto da discussão. Antes, importa jogar luz sobre esse trabalho de reunião dos casos, de registro, de documentação de acontecimentos tão

²³⁰ Jornal dos Trabalhadores Sem Terra. *Ocupação, despejo e violência*. Ano VI, n. 65, 1987, p. 4.

²³¹ Jornal dos Trabalhadores Sem Terra. *Canavieiros em greve*. Ano VIII, n. 78, nov. 1988, p. 6.

²³² No momento em que escrevo este trecho, o Brasil assiste a um episódio de desaparecimento de uma comunidade indígena Ianomâmi, após o estupro seguido de assassinato de uma criança indígena de 12 anos. O fato ocorreu na comunidade de Aracaçá, na região de Waikás, em Roraima. Após as denúncias do assassinato da menina, que foi divulgada pelo líder indígena Júnior Hekuari Ianomâmi, em vídeo publicado nas redes sociais, um grupo de 24 índios desapareceu e suas casas foram encontradas queimadas. Acredita-se que o incêndio da comunidade e o desaparecimento dos indígenas esteja relacionado aos garimpeiros que atuam na área, foram eles os autores do estupro da menina. Ver BRASIL DE FATO. Ameaças, silenciamento e omissão: por que morte de adolescente Yanomami segue sem solução? Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/05/03/ameacas-silenciamento-e-omissao-por-que-morte-de-adolescente-yanomami-segue-sem-solucao>. Acesso em 04 mai. 2022.

dispersos. Ao fazê-lo, tanto a CPT, quanto o MST, antecipam a busca pelos mortos e desaparecidos políticos desde 1964, tarefa que somente em 1995, o Estado brasileiro começa a realizar, com a criação da Lei 9.140, que reconheceu como mortos 136 opositoristas políticos perseguidos pela ditadura militar e que criou a *Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos* – CEMDP.

Ora, esse trabalho de reunião das migalhas dispersas dos conflitos e das vidas perdidas no campo possibilitaram a construção de um arquivo da memória da repressão política, documentação fundamental na elucidação das violações de direitos humanos contra os trabalhadores rurais e na sustentação das políticas de justiça de transição que, somente a partir da década de 1990 começaram a ser implementadas pelo Estado brasileiro.

Em 2013, a *Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República* publicou o estudo *Camponeses mortos e desaparecidos: excluídos da Justiça de Transição*²³³, trabalho em que se constata a exclusão de 602 novos casos de trabalhadores atingidos pela repressão política entre 1961 e 1988, mas que não tiveram acesso aos direitos da Justiça de transição.

Foram estudados 1.196 casos de camponeses e seus apoiadores mortos e desaparecidos, mas somente 51 tiveram acesso à CEMDP, e apenas 29 tiveram os direitos de Justiça de Transição reconhecidos. Logo, 1.145 foram excluídos desse direito. A pesquisa demonstrou que 602 casos poderiam ter sido encaminhados à CEMDP, mas não o foram, ficando excluídos dos benefícios da Lei 9.140/1995 (BRASIL, 2013, p. 54).

É relevante destacar, no exame dessa revisão, o papel que ocupa a documentação levantada pela CPT e pelo MST, como fontes de informações que possibilitam a ampliação do contingente de trabalhadores rurais e seus apoiadores atingidos pela repressão do Estado e dos seus agentes privados. Em nota sobre os arquivos consultados, o estudo destaca:

A Comissão Pastoral da Terra (CPT), órgão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), foi organizada em 22/05/1975, no Encontro em Goiânia, onde tem sede. Desde então acompanha a luta dos camponeses e as violações de direitos humanos. A partir de 1985, elabora Relatórios Anuais sobre a violência no campo, fontes fundamentais sobre qualquer trabalho sobre o tema.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra de organização e luta dos camponeses pela reforma agrária; mas também pela memória da luta

²³³ BRASIL. *Camponeses mortos e desaparecidos: excluídos da Justiça de Transição*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

camponesa no Brasil, através de inúmeras publicações, dentre as quais o livro *Assassinatos no campo: crime e impunidade. 1964-1986*, uma das fontes deste trabalho (BRASIL, 2013, p. 13).

Essa dimensão do arquivo, que serve hoje à revisão das políticas de Justiça de transição, foi, e continua a ser, parte de uma resistência política na contramão daquela *vontade desaparecedora* das vidas e da memória dos camponeses em confronto com o poder do Estado ou das forças particulares dos fazendeiros, empresários rurais, pistoleiros etc.

Há um número inexato de mortos e desaparecidos tanto no campo quanto na cidade, uma cifra que só cresce, porque continua vigente no Brasil um certo desprezo pelos pobres camponeses ou urbanos, porque ainda impera entre nós o silêncio diante das *vidas infames* que se perdem cotidianamente. Ontem e hoje, cabe interromper esse silêncio, descerrar o véu que cobre a violência contra as populações marginalizadas, fazer com que as vidas perdidas sejam passíveis de luto. É preciso deixar que os mortos retomem seu lugar na história, não na forma de um lamento e uma comiseração, mas restituindo-lhes o papel de agentes históricos que, por seu enfrentamento com o poder, tiveram suas trajetórias interrompidas. É preciso fazer reaparecer a luta, a resistência e o enfrentamento que animaram a vida pretérita, contra todo esforço de desaparecimento.

Terceira Parte: Rosário macabro: a insistente narrativa da dor

6 ASSASSINATOS NO CAMPO: OS MORTOS DA DITADURA

É verdade: os mortos não devem aparecer, saltar a fronteira do mundo deles. Só vêm desorganizar a nossa tristeza.

Mia Couto.

O fato de, recalcada, a morte voltar numa língua exótica (a de um passado, de religiões antigas, ou de tradições remotas); o fato de ela ter que ser evocada em dialetos estranhos; o fato de ser tão difícil dizê-la em sua língua quanto morrer em “casa”, isto define um excluído que só pode voltar disfarçado.

Michel de Certeau.

A morte, um incômodo. É este o sentimento provocado pelo aparecimento de dois homens que tinham sido contados como mortos depois de serem arrastados pelas cheias de um rio no conto *A história dos aparecidos*, de Mia Couto²³⁴. Retornaram reivindicando o direito de estarem vivos, de serem listados como cidadãos, de serem reconhecidos e tratados como tal. A volta dos mortos vivos desestabiliza a aldeia, obrigando-a a encontrar um lugar para os ressuscitados.

Igualmente intransigente é a morte que se anuncia nos hospitais, isto porque ela põe em evidência a incapacidade de uma instituição que, especializada em garantir a vida, não pode evitar que se morra. Daí porque, diz-nos Michel de Certeau, é preciso cercar a iminência da morte com interditos, silêncios, mentiras, eufemismos, tudo o que possa impedir a enunciação do fracasso (CERTEAU, 2012, p. 264). Interditada, a morte só pode retornar sob a forma de linguagens estranhas, disfarçada, travestida, como na língua de um passado.

A escrita da história participa desse trabalho de reintrodução da morte em nosso presente, trata-se de um lugar onde os mortos possam, uma vez mais, reencontrar a possibilidade de serem anunciados, reconsiderados, listados, contados. Era este o desejo

²³⁴ COUTO, Mia. *A história dos aparecidos*. In: COUTO, Mia. *Vozes anoitecidas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 115 – 123.

de Luís Fernando e Aníbal Mucavel, os aparecidos do conto de Mia Couto, que vieram, eles próprios, reivindicar um lugar entre os vivos de sua aldeia.

Outros mortos, porém, só podem ser reintroduzidos na trama histórica pelo trabalho de outros que, seduzidos pela *memória ou pela história*²³⁵, resolvem ocupar-se do passado. Neste ponto, quero tratar especificamente de uma luta pela memória dos camponeses mortos durante a ditadura militar brasileira, luta empreendida pelo MST, a partir da publicação do dossiê *Assassinatos no campo: crime e impunidade – 1964-1985*.

Trata-se de problematizar o interesse pela memória das vítimas camponesas da ditadura, as tentativas de enquadramento desta memória, os usos políticos dela, e, além disso, problematizar a atuação do MST nesse processo, entender os interesses que o permearam. Igualmente, cabe analisar como, em uma sociedade em processo de transição democrática, a reinvidicação da memória dos mortos foi encarada. Isso pressupõe pensar, portanto, aquele incômodo inevitável produzido pelos mortos, que, em vez de conformarem-se, resolvem retornar à morada dos vivos.

6.1 Um dossiê em favor da memória dos camponeses mortos na ditadura

A metáfora da luta e da batalha como elementos característicos da busca pela eleição de uma determinada memória é recorrente nos estudos que se dedicam a este tema e diz respeito às disputas que diferentes atores, individuais ou coletivos, públicos ou privados, travam em torno das representações do passado. Quando solicitada, a memória carrega sempre a intencionalidade de um indivíduo, de um grupo, e, via de regra, constitui-se instrumento contra o que seria o seu contrário, o esquecimento.

Ora, esquecer também pressupõe um silêncio, um não dito, ou um interdito sobre os horrores do passado. O esquecimento, tal qual a memória, é corolário de um processo histórico que seleciona o que merece ocupar lugar no espaço público. Tzvetan Todorov lembra, por exemplo, que a interdição sobre as informações das violências ocorridas nos campos de concentração na Alemanha, ou nos campos da União Soviética,

²³⁵ Ao estabelecer a diferença entre História e Memória, Durval Muniz de Albuquerque Júnior enfatiza o caráter violador da História, que munida de ferramentas teóricas e metodológicas específicas, busca pensar o passado a partir da descontinuidade, da diferença, da ruptura entre passado e presente. A memória, por sua vez, relaciona-se com o passado para encontrar aspectos de estabilidade, continuidade, uma identidade entre passado e presente que favoreça o indivíduo ou grupo que a solicita, daí porque a memória torna-se instrumento fundamental para estabilidade, para manutenção de lugares e papéis sociais. Ver ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. Violar memórias e gestar a História: abordagem a uma problemática que torna a tarefa do historiador um parto difícil. In: ALBUQUERQUE JÚNIOR, *Durval Muniz de. História: a arte de inventar o passado*. Bauru, SP: Edusc, 2007, pp. 199-209.

constitui o próprio “bom” funcionamento desses empreendimentos de extermínio humano (TODOROV, 2017, p. 367 – 368). Impedir o conhecimento das informações, não dizer, apagar e destruir os rastros e as provas da violência, negar os acontecimentos, são todos mecanismos de produção de esquecimento.

Reintroduzir a memória do passado constitui, logo, uma maneira de manter acesa a chama das lutas anteriores contra o esquecimento deliberado dos governos autoritários, sem perder de vista que, todo empreendimento de memória é sempre um trabalho de seleção, de escolha do que deve aparecer e do que deve ser ocultado.

Na tese VI *Sobre o conceito de História*, Walter Benjamin sugere que a tarefa do historiador engajado na luta das classes oprimidas é a de atear ao passado a centelha de esperança, lançar a chama que reacende as lutas, as resistências, os combates; a fagulha provém do presente, nos instantes de perigo, na iminência de novos conflitos e possíveis derrotas dos oprimidos. É aí que se coloca a atividade historiadora que recusou a inevitabilidade da vitória dos opressores do presente e também do passado (BENJAMIN, 2018, p. 11 – 12).

Desse modo, cabe reacender no passado a luz que ilumina as lutas dos que foram “vencidos”, sua desejosa força de derrotar o inimigo, suas artimanhas para fugir da opressão, suas táticas para não se render. Devolver, portanto, ao passado, sua dimensão de conflito, e restituir aos sujeitos combatentes a luta que empreenderam. O presente irradia o passado, e o passado “restituído”, a explicitação dos combates de outrora, podem abrasar as lutas atuais.

Não se trata de defender o “dever de memória” que, ancorado no direito à lembrança, à verdade e à reparação, isenta de toda a crítica a própria memória como fonte para a pesquisa histórica. A atitude de respeito e monumentalização da memória, diz-nos Beatriz Sarlo, é incompatível com a busca de inteligibilidade própria do ofício do historiador. Isso porque, continua Sarlo, “não há equivalência entre o direito de lembrar e a afirmação de uma verdade da lembrança; tampouco o dever de memória obriga a aceitar essa equivalência” (SARLO, 2007, p. 44).

É, antes, a compreensão de que a memória, como outras fontes, são produtos do fazer humano no tempo e no espaço, eivadas de subjetividade e intencionalidades próprias de cada tempo e lugar, que a escrita da história precisa considerar. O entendimento de que a memória e o esquecimento se produz socialmente em meio a jogos e interesses políticos os mais diversos.

Também os defensores do totalitarismo compreendem as implicações políticas dessa escolha, e o fazem “porque não desejam apenas restituir o passado, mas também de certa forma se servir dele no presente” (TODOROV, 2017, p. 270). Essa também deve ser nossa compreensão dos usos políticos da memória, a de que entramos sempre num campo de disputa, com implicações em nosso presente, e também no futuro.

Combates pelo passado, assim também podem ser encarados os conflitos em torno de uma determinada memória, tensões que se apresentam como celebração, como honraria, como promoção de um aspecto do passado, ou como tentativas de silenciamento, de ocultação, de interdição. Régine Robin destacou essa dimensão conflitiva em torno do passado nestes termos:

O passado não é livre. Nenhuma sociedade o deixa à mercê da própria sorte. Ele é regido, gerido, preservado, explicado, contado, comemorado ou odiado. Quer seja celebrado ou ocultado, permanece uma questão fundamental do presente. Por esse passado, normalmente distante, mais ou menos imaginário, estamos prontos para lutar, para estripar o vizinho em nome da experiência anterior de seus ancestrais. Embora surja numa nova conjuntura, um novo horizonte de expectativa, uma nova sede de fundação, nós o apagamos, esquecemos, remetemos à frente de outros episódios, voltamos, reescrevemos a história, inventamos, em função das exigências do momento e das antigas lendas (ROBIN, 2016, p. 31).

O trabalho de memória é, portanto, trabalho de manipulação do passado, e diz respeito aos interesses socialmente ancorados no presente, revelando disputas entre grupos, organizações, partidos, movimentos, facções, tribos, clãs, etc. Nessa relação de forças, quase sempre desiguais, urge pensar como, em determinados momentos históricos, a memória das minorias (dos pobres, dos pretos, dos trabalhadores, das mulheres, dos sem teto, dos sem-terra), torna-se uma questão relevante. Como emergem as memórias dos marginalizados? Quem se interessou por elas? E quais os interesses estão imersos nesse processo?

O interesse pela memória dos camponeses vítimas da ditadura militar brasileira é recente, tanto do ponto de vista das políticas de Estado, quanto do ponto de vista acadêmico. Um avanço importante nesse sentido foi a instalação, em 2012, da *Comissão Camponesa da Verdade* – CCV, criada para subsidiar os trabalhos da *Comissão Nacional da Verdade* – CNV, instalada no mesmo ano pela presidenta Dilma Rousseff.

Criada para dar suporte à CNV, a *Comissão Camponesa* foi incumbida de realizar uma investigação própria sobre a memória camponesa entre 1946 e 1988, a fim de dar visibilidade às lutas e aos sujeitos do campo, bem como às violências sofridas durante este período. O entendimento de que as populações camponesas são vítimas

históricas da exclusão social, da negligência do Estado e do esquecimento, permeiam os trabalhos da CCV. Nas palavras de Maria Rita Kehl,

É fundamental ter claro que, apesar dos processos históricos de luta por direitos e resistência à expropriação, há um esquecimento da história dos camponeses, tanto em relação ao seu protagonismo (na luta contra a ditadura) como nos processos de reparação (KEHL, 2014, p. 92).

Recorre-se à memória como busca da reconstrução histórica dessas lutas esquecidas, para “trazer à luz” sujeitos e processos dispostos nas sombras do passado, no entendimento de que lembrar é fazer justiça. Nesse sentido, a finalidade política do esclarecimento dos crimes cometidos pela ditadura, no campo e na cidade, não se encerra com a abertura dos arquivos e a produção narrativa dos fatos. Há um compromisso com o futuro, tanto no que diz respeito às reparações às vítimas e familiares, quanto no reconhecimento do Estado como responsável direto ou indireto pelas violações de direitos; além disso, lembrar, para a CNV e para a CCV, não se separa do compromisso ético e político de construção de uma democracia que não repita os erros do passado. O dever de memória é também um compromisso com o *Nunca mais*²³⁶, “para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça” (KEHL, 2014, p. 92).

O medo do esquecimento e o esforço para a inclusão dos camponeses nas políticas de memória, justiça e reparação têm suscitado outras iniciativas, como o projeto *Memória Camponesa*²³⁷, a pesquisa que resultou no livro *Camponeses mortos e desaparecidos: excluídos da Justiça de transição; o projeto Conflito e repressão no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988)*²³⁸. São iniciativas que corroboram o imperativo da memória, o *dever de memória*, que marca nossa contemporaneidade, sobretudo em

²³⁶ Analisando as políticas de memória em países que enfrentaram regimes autoritários no Cone Sul, Elizabeth Jelin destaca que a consigna do Nunca Mais marcou os regimes de transição desses países, implicando, guardadas as especificidades de cada lugar, uma associação entre a memória da violência e das atrocidades passadas e a construção de regimes democráticos no futuro. Ver JELIN, Elizabeth. *La lucha por el pasado: como construimos la memoria social*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2017.

²³⁷ Projeto coordenado por Moacir Palmeira, com apoio do Núcleo de Estudos Agrários e de desenvolvimento do Ministério do Desenvolvimento Agrário (Nead/MDA). Trata-se de uma série de seminários, iniciados em 2004, com o objetivo de apresentar as narrativas da ditadura militar de lideranças de várias partes do país. Os seminários iniciaram no Rio de Janeiro, mas ocorreu em outros estados do país. Desses seminários resultaram as publicações *Retratos da repressão política no campo: Brasil 1962-1985*, e *Camponeses mortos e desaparecidos: excluídos da Justiça de transição*. Sobre estas iniciativas, ver MEDEIROS, Leonilde Servolo de. (Org.). *Ditadura, conflito e repressão no campo: a resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

²³⁸ Desenvolvido entre março de 2014 e fevereiro de 2016, com apoio da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperg). O projeto propõe uma “análise da história a contrapelo, do ponto de vista dos vencidos”, com a finalidade de construção de outra memória, a dos camponeses, dando ênfase suas formas de luta, seu combate contra o regime militar, empreitada que pouco ou nunca foi contada. Ver MEDEIROS, Leonilde Servolo de. (Org.). *Ditadura, conflito e repressão no campo, op. cit.*, p. 35.

países que vivenciaram passados violentos. Além disso, o interesse pelos camponeses, pelos trabalhadores e seus apoiadores são reveladores de um entendimento de que não existe memória espontânea e de que, para inserir-se, é preciso lutar, combater, disputar um lugar no passado, bem como merecer uma reparação, seja material ou simbólica, no presente.

O interesse e a disputa pelas memórias da repressão no campo brasileiro podem ser localizados, porém, em datas mais recuadas, inclusive nos anos finais da ditadura militar. Nem bem acabava o governo dos generais e o MST já reivindicava a necessidade de acessar a memória dos camponeses mortos durante os anos ditatoriais, iniciativa que culminaria na publicação, em 1986, do dossiê *Assassinatos no campo: crime e impunidade – 1964-1985*. É sobre este esforço (que acreditamos ter sido negligenciado pelas atuais políticas de memória), que pretendo refletir nesta seção. Neste sentido, buscase analisar processo de construção social da memória dos camponeses vitimados pela ditadura, além de problematizar o papel do MST nessa luta contra o esquecimento.

Em 29 de janeiro de 1985, em Curitiba, teve início o *I Congresso Nacional dos Trabalhadores Sem Terra*, que se estendeu até o dia 31 do mesmo mês, reunindo mais de 1.500 trabalhadores de todos os estados da federação. A reunião de tantos trabalhadores rurais nesse evento foi proclamada pela Executiva Nacional do *Movimento dos Trabalhadores Sem Terra* como um sucesso, demonstração de força, de capacidade de mobilização das forças trabalhistas no campo e, sobretudo, respaldo para afirmar perante o governo de Tancredo Neves a categórica palavra de ordem *Sem Terra não há democracia*, que foi o lema do *Congresso*. Além disso, se considerarmos a juventude do MST naquele momento, o *Congresso* constituiu-se em importante demonstração do espraiamento do movimento pelo país e a sinalização de sua pretensão de tornar-se portavoz nacional das lutas pela terra.

A memória dos mortos em conflitos pela terra teve um momento especial no *Congresso*. O MST apresentou ao público presente um documento sobre os assassinatos no campo ocorridos entre os anos de 1982, 1983, 1984²³⁹. Foram 236 mortos, não incluídos os indígenas, garimpeiros, boias-frias. Além dos crimes, o documento também enfatizava a situação jurídica dos casos, apontando para a impunidade dos responsáveis

²³⁹ Esse documento foi encomendado pelo MST às pesquisadoras Lyz Melo Duarte, Maria Cristina Vannucchi Leme e Maria Joana Araújo Polleto e foi realizada com base nos arquivos da Comissão Pastoral da Terra – CPT, além de informações colhidas em entidades sindicais, publicações da grande imprensa. Ver *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Assassinato no campo – crimes e impunidades 1982 – 1983 – 1984*. Ano III, nº 42, fevereiro, 1985, p. 15.

e a omissão da Justiça brasileira. Alguns desses mortos foram lembrados no evento pelos depoimentos de familiares, principalmente mulheres, viúvas de trabalhadores.

Era o esboço de uma empreitada maior, de uma pesquisa mais apurada sobre crimes contra camponeses durante a ditadura militar. Em abril de 1986, o MST publicou o dossiê *Assassinatos no campo: crime e impunidade – 1964 – 1985*, uma obra de 217 páginas, resultado de dois anos de pesquisa encabeçada pelas sociólogas ligadas à *Comissão Pastoral da Terra*, Maria Cristina Vannucchi Leme e Wânia Mara de Araújo Pietrafesa. Cobrindo todo o período do regime autoritário, o dossiê registrou o assassinato de 1.123 trabalhadores rurais em todo o país.

O dossiê foi produzido a partir de pesquisa realizada em dados produzidos por diferentes instituições e nos casos de assassinatos noticiados pela imprensa nacional. Serviram de fonte os arquivos da CPT, da *Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura* – CONTAG, da *Conselho Indigenista Missionário* – CIMI, dos sindicatos de trabalhadores rurais; os boletins diocesanos e paroquiais de diversos estados brasileiros, além de jornais e revistas²⁴⁰.

Os casos de assassinatos são apresentados em ordem cronológica e por estados da federação, acompanhados de informações pessoais dos camponeses, que lhes conferem um nome, uma idade, uma filiação, uma ocupação; além da autoria e o detalhamento do crime, as providências jurídicas e a fonte consultada. É um inventário da morte de centenas de homens e mulheres, jovens, idosos, adolescentes, crianças; lavradores, posseiros, lideranças sindicais, boias-frias, religiosos. Trata-se de uma contabilidade da morte nos anos de repressão.

Mas não apenas isso. Há pelo menos dois aspectos que gostaria de explicitar e que dizem respeito à importância do dossiê *Assassinatos no campo* no período de transição democrática. O primeiro aspecto refere-se ao dossiê como parte de uma luta pela instituição de uma memória da ditadura pelo viés da repressão, da violação de direitos humanos, da tortura, da censura, que se estendeu também ao campo brasileiro. O segundo aspecto diz respeito à centralidade do MST nesse processo de fabricação

²⁴⁰ Os periódicos listados no dossiê dão conta de uma análise dos assassinatos em âmbito nacional, visto a diversidade de jornais e a abrangência geográfica. Para citar somente alguns: O Estado de São Paulo, Folha de São Paulo, Jornal de Brasília, Folha de Londrina, Diário de Pernambuco, A província do Pará, Folha de Goiás, Jornal da Bahia, Diário da tarde (BH), O Globo (RJ), Última Hora (RJ), Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; além das revistas Isto É, Veja, Senhor, Realidade. Ver: *Assassinatos no campo: crime e impunidade – 1964-1985*, 1ª ed., 1986, p. 215. Disponível em <http://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=BibliotLT&PagFis=4971>, Acesso em 21 de outubro de 2019, às 09:54.

mnemônica, apontando para as estratégias utilizadas pelo Movimento, a fim de apresentar-se como guardião das lutas pretéritas, da memória dos mortos em combate pela terra.

Em artigo recente, Daniel Aarão Reis demonstrou como a opção pela memória do silêncio marcou a transição democrática no Brasil, como a maioria da população preferiu não questionar os anos sombrios da ditadura militar, sob o argumento de que a discussão poria em risco a transição em curso. Preferiu-se anistiar ao mesmo tempo torturados e torturadores, mesmo que estes últimos sequer fossem identificados. Mesmo garantida a Constituição de 1988, reitera Daniel Aarão Reis, o silêncio sobre os anos de repressão foi a via primordial encontrada para o retorno da democracia, que passaria a conviver com os cacoc autoritários (REIS, 2019, s. p).

Para Jeanne Marie Gagnebin, a opção pelo silêncio e a interdição da lembrança dos crimes da ditadura brasileira, resultantes da lei de anistia, estão na base de nossa reconciliação extorquida. Privada do direito de enfrentar esse passado, de elaborá-lo, de encarar de frente os traumas, assumindo responsabilidades, identificando culpados, estabelecendo penalidades devidas, a sociedade brasileira continua devedora e refém do passado que teima em nos perturbar, seja na forma de pedidos de retorno da ditadura, na defesa pública de velhos carrascos, mas também na persistência de crimes contra as minorias, da tortura perpetrada por policiais. É o preço da lembrança proibida, diz-nos Gagnebin, “o silêncio sobre os mortos e torturados do passado, da ditadura, acostuma a silenciar sobre os mortos e os torturados de hoje” (GANGNEBIN, 2010, p. 185).

A psicanalista Maria Rita Kehl analisou estas permanências traumáticas na sociedade brasileira a partir da concepção de *sintoma* social, a manifestação de um passado não resolvido, de um trauma não elaborado, de uma ferida que não foi curada. Para a autora, a permanência da violência policial, sobretudo contra as populações negras e periféricas, é um sintoma de nosso esquecimento das sevícias praticadas no passado, o que nos leva a um processo de naturalização da violência²⁴¹. O sintoma social, diz-nos Maria Rita Kehl,

²⁴¹ Um panorama da tortura no Brasil, elaborado por Nancy Cardia e Fernando Salla, revela que a tortura permaneceu viva nas décadas posteriores ao regime militar e expressa-se, primordialmente, nas ações das polícias militar e civil. O estudo também ressalta a naturalização da tortura como uma prática comum, um mal necessário, visão que se observa não apenas nas falas e ações dos policiais, mas também de membros do judiciário, sobretudo quando dão pareceres favoráveis aos réus que praticaram crimes de tortura. A impunidade dos agentes torturadores e a apatia da sociedade brasileira frente aos casos de tortura são elementos constitutivos da permanência desta prática no país. Ver CARDIA, Nancy; SALLA, Fernando. Um panorama da tortura no Brasil. In: CARDIA, Nancy; ASTOLFI, Roberta. (Orgs.). *Tortura na era dos direitos humanos*. São Paulo: Edusp, 2014, pp. 315 – 358.

não tem outra expressão senão aquela dos sujeitos que sofrem e manifestam, singularmente ou em grupo, os efeitos do desconhecimento da causa de seu sofrimento. O sintoma social se manifesta por meio de práticas e discursos que se automatizam, independentes das estruturas psíquicas singulares de cada um de seus agentes. Assim como ocorre quando o sintoma individual se torna crônico, sem tratamento, também o sintoma social tende a se agravar com o passar do tempo (KEHL, 2010, p. 124).

O sintoma é, pois, a presença de um passado mal resolvido, o incômodo gerado por aspectos do passado que não foram totalmente elaborados, porque foram impedidos, pelo acordo ou pela imposição do silêncio. O esquecimento forçado impede a memória, diz-nos Gagnebin, “memória que vai lutar, brigar para poder voltar” (GAGNEBIN, 2010, p. 179). E o sintoma remete-nos à imagem de um corpo adoecido, à existência de uma enfermidade que, se não tratada, se não cuidada, pode levar o corpo ao enfraquecimento, à paralisia, à morte.

Quando se trata dos traumas sociais, das feridas coletivas geradas por passados de violência, a exemplo dos assassinatos, torturas e desaparecimentos forçados no contexto de ditaduras militares, como a nossa (1964 – 1985), deve-se colocar sempre em questão a necessidade de elaboração dessas circunstâncias violentas, que pressupõe, também, um trabalho de inscrição e escritura, não para manter viva a memória da dor, mas para poder compreender socialmente as condições que tornaram possíveis tais violações, inclusive tentando identificar essas mesmas condições em nosso presente.

Cabe colocar as coisas nos termos de Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2019), ao defender que os traumas sociais não podem ser esquecidos, que eles precisam de inscrição, o que pressupõe evitar que a doença do esquecimento se perpetue e cresça. O que faz do trabalho do historiador um “trabalho com o trauma para que ele deixe de alimentar a paralisia e o branco psíquico e histórico, e possa levar à ação, à criação, à invenção, à afirmação da vida naquilo que ela tem de beleza” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2019, p. 177).

É bem verdade que uma escolha desse tipo pode dizer mais sobre as nossas dores, do que propriamente do sofrimento pretérito. Aí reside a beleza e o sentido do discurso histórico. É um modo de compreensão de nosso presente, que não tem cessado de reintroduzir a violência política, o suplício dos pobres, a exclusão das minorias, a *necropolítica* como paradigma de governo, a segregação dos povos, a negação dos direitos fundamentais à vida.

Não se trata de escolha aleatória, mas uma seleção eticamente comprometida com a urgência momentânea, a urgência de compreensão de nós mesmos, pois

Ao acionarmos um fato, ao acessarmos uma data, portanto, estamos crítica e eticamente assumindo que há, ali, naquela encruzilhada tempo-espacial, um arquivo de nós que precisa ser problematizado para que possamos compreender um pouco mais da nossa figura de sujeito historicamente construído (DUARTE; SILVA; LUCAS, 2017, p. 12).

Trata-se de um corte conscientemente assumido, o que faz do trabalho do historiador um ato político, na medida em que suas escolhas são também expressões de sua forma de ver o mundo, de sua intervenção na sociedade. Não há imparcialidade na escrita histórica, o material selecionado, os sujeitos elencados, os temas abordados, a metodologia empregada, a linguagem utilizada, tudo isso é parte fundamental de uma operação que é, antes de mais nada, uma tentativa de intervenção social do historiador que, sob a égide da ciência, *arma e desarma*, produz crenças (CERTEAU, 2012, p. 54).

A memória interditada, à qual a sociedade brasileira foi obrigada a submeter-se, por meio de um silêncio imposto, não apenas na vigência no regime autoritário, mas também pela República democrática que se seguiu, constitui a patologia social que continua a solicitar tratamento. Se, por um lado, é verdade que este silêncio ainda ecoa entre nós como sintoma de uma sociedade que não acertou as contas com seu passado autoritário, por outro lado, muitas experiências tentaram, mesmo durante a ditadura, perturbar esse silêncio, fazendo ecoar gritos de revolta e de denúncia.

É preciso, porém, analisar historicamente as lutas que, naquele momento de transição, buscaram imprimir outra memória da ditadura que não fosse pela via do esquecimento. Nesse sentido, pois, cabe pensar a atuação do MST e, em particular, a produção do dossiê *Assassinatos no campo: crime e impunidade 1964-1985* não só como elemento de produção e enquadramento da memória da ditadura pelo viés da repressão, mas também como mecanismo de valorização das lutas de camadas sociais marginalizadas, como os trabalhadores rurais, fazendo emergir àquilo que Michael Pollak (1989) denominou de *memórias subterrâneas*, reivindicando para estas um lugar na democracia a ser construída.

A emergência das memórias subterrâneas não é um processo espontâneo, trata-se de uma escolha metodológica, ética e política. É o resultado de um reclame nem um pouco desinteressado pela memória dos marginalizados, dos dominados, dos esquecidos. É a ênfase nos subalternos em um momento de disputa pela memória, ênfase que desarruma a memória dita oficial, e, segundo Pollack, “acentua o caráter destruidor, uniformizador e opressor na memória coletiva nacional” (POLLAK, 1989, p. 4).

Em Walter Benjamim, essa opção pelos dominados é um imperativo ético no trabalho do historiador comprometido com uma análise do passado que dê conta dos oprimidos, das lutas “perdidas”, das derrotas, dos humilhados. À pesquisa histórica cabe lançar luz sobre este passado perdido, escondido, silenciado; “atear ao passado a centelha da esperança” (BENJAMIN, 2005, p. 65), realizar um trabalho de *rememoração* capaz de reabilitar as vítimas da opressão pretérita. Rememoração que, nos termos de Jeanne Marie Gagnebin, “abre-se aos brancos, aos buracos, ao esquecido e ao recalçado, para dizer, com hesitações, solavancos, incompletude, aquilo que ainda não teve direito nem à lembrança, nem às palavras” (GAGNEBIN, 2009, p. 55).

6.2 *Essa memória nos pertence*

“Cabe à humanidade resgatar a sua história para que, conhecendo seu passado construa o caminho do futuro. É o que o Movimento dos Sem Terra faz ao publicar o dossiê ASSASSINATOS NO CAMPO, Crime e Impunidade 1964/1985”. Assim estava escrito na edição nº 52 do *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra* de maio de 1986. A matéria tratava da publicação e do lançamento da pesquisa por todo o país, enfatizando as entrevistas coletivas que o MST promoveu para tornar público àquela “obra inédita no Brasil”²⁴².

É relevante destacar a ênfase no protagonismo do MST pela iniciativa. Embora se tratasse de um trabalho que só foi possível pela associação com outras instituições, como a CPT, o CIMI, a CONTAG, o dossiê era apresentado como uma expressão do interesse do *Movimento dos Sem Terra* pelos mortos na ditadura, aos quais se irmanava. O ineditismo do dossiê residia também no fato de ser o primeiro no Brasil a lembrar as lutas silenciadas, a memória camponesa, que ninguém ousara recuperar. *Quem havia se interessado por isso antes?* Essa pergunta, posta na introdução pelas pesquisadoras responsáveis pelo dossiê, direciona os leitores para encontrar no MST a origem de uma sensibilidade, solidariedade e empatia pelas lutas e vidas sufocadas pela repressão.

[...] Nunca ninguém parou para contar quantas são as mortes ocorridas por questões de terra, quantos são os trabalhadores rurais assassinados por questões de terra e trabalho. Era preciso, urgente mesmo, que se contasse os Josés, Raimundos e Margaridas que aparecem sob a forma de números nas estatísticas, - sempre incompletas, sobre a violência no campo. Dar uma feição humana a esses números e nomes. Além disso, era preciso também resgatar a

²⁴² *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Assassinatos no campo, crime e impunidade. Ano V, n. 52, maio de 1986, p. 15.*

vida, as lutas – a vida inteira de lutas – desses trabalhadores rurais assassinados. Era necessário resgatar seus rostos e suas histórias, preservar, da indiferença e do esquecimento, essa memória camponesa²⁴³.

À pretensão de resgate da memória camponesa somava-se a intenção de instalar a atuação do MST, seu engajamento no combate pela terra, em especial pela reforma agrária, em momentos anteriores à sua própria formação. A intenção era estar na “origem” das lutas camponesas, era compor o quadro histórico dessas lutas, enraizar socialmente o Movimento, ligando-o de alguma forma aos movimentos pretéritos. Daí porque lembrar os mortos durante a ditadura militar era também uma forma de irmanar-se aos “companheiros ligados às ligas camponesas”²⁴⁴.

Observa-se aí o que Michael Pollak denominou de *enquadramento da memória*, trabalho de manipulação do passado a partir das intenções de um determinado grupo (um partido, uma organização política, um movimento social), uma busca no passado por uma imagem que possa conferir maior coesão ao agrupamento social. Diz-nos Pollak,

O trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro (POLLAK, 1989, p. 9 -10).

Sabe-se que não importa qualquer passado quando o que está em jogo é a afirmação de uma ideia, de uma instituição, de um grupo, de um movimento social no presente. Via de regra, recorre-se a artimanhas para dar a este passado um caráter glorioso, heroico, honroso, majestoso, mesmo quando este foi marcado por derrotas. Neste caso, cabe ao presente, como estava evidente na iniciativa do MST, dar continuidade à luta apagada, fazer ressoar novamente as vozes silenciadas, reafirmar, portanto, seu engajamento histórico. Mais que isso, o MST se colocará como herdeiro das lutas iniciadas pelas Ligas Camponesas, os responsáveis pela manutenção não somente da memória, mas das bandeiras sociais, das campanhas, das reivindicações, da busca pela terra.

Ao fazer um balanço do MST nos seus 20 anos de existência, João Pedro Stedile afirma que o movimento “não pode ser compreendido apenas por seus últimos vinte anos”, mas por uma “longa história” que o atravessa, que o antecede, indo firmar as bases do MST antes de sua formação oficial.

²⁴³ MST. *Assassinatos no campo: crime e impunidade – 1964 – 1985*, p. 9.

²⁴⁴ *Ibid.*, p. 3.

Somos herdeiros das lutas históricas dos povos indígenas. Somos herdeiros das lutas históricas dos negros pela liberdade, quando fugiam, e conquistavam sua liberdade e construíam quilombos. Somos herdeiros dos primeiros movimentos camponeses. Alguns se transformaram em verdadeiras epopeias, como Canudos, Contestado, Caldeirão. [...] Somos herdeiros da experiência de organização classista dos camponeses, que construíram muitas organizações nacionais a partir da década de 1950 do século XX, e que depois foram massacrados pela ditadura militar como as ULTABs – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, as Ligas Camponesas e o Master, Movimento dos Agricultores Sem Terra (STEDILE, 2004, p. 9 – 10).

Trata-se, como se vê, de construir uma história de longa duração do MST, de forjar o seu pertencimento à história de resistência indígena, negra, camponesa. Trata-se, ao mesmo tempo, de identificar-se com as vítimas da opressão colonial, da violência do Estado racista, da repressão da ditadura militar. Desse modo, o MST cria retrospectivamente a sua gênese, inventa uma tradição histórica²⁴⁵ em favor dos trabalhadores sem-terra.

O MST apresentar-se-á também como a voz a clamar pela justiça em favor daqueles que tombaram pelas armas do latifúndio durante a ditadura militar brasileira, reivindicando, já em 1986, “a imediata localização e condenação dos assassinos, bem como a proteção e o ressarcimento de todas as perdas e famílias atingidas”²⁴⁶.

Não faz parte do escopo desta discussão estabelecer os pontos de contato entre as atuais políticas de memória, justiça e reparação, e a atuação do MST na década de 1980, antecipando questões sobre a prática da tortura, o julgamento dos torturadores, o ressarcimento das vítimas e familiares, a inclusão dos camponeses em tais políticas etc. Mas é importante, no entanto, sublinhar esta atuação, sobretudo para pensar criticamente a ideia bastante atual de um imenso silenciamento social diante dos horrores da ditadura brasileira.

Ao prefaciá-la a primeira edição do dossiê *Assassinatos no campo*, D. José Campos, bispo de Chapecó e presidente da CPT nacional, destaca que o documento foi encomendado para se “ter uma visão do que foi a violência no campo”, mas a iniciativa não se resumia a um culto da memória dos mártires, mas para “servir de denúncia histórica à sociedade” brasileira.

²⁴⁵ Faz parte da Invenção das tradições a tentativa de estabelecer vínculos com um passado histórico apropriado, de forjar uma continuidade histórica. Trata-se de uma estratégia largamente utilizada por novos grupos políticos, novos movimentos sociais ou instituições recorrer à tradição para afirmarem sua atuação e legitimarem sua existência. Ver HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

²⁴⁶ MST. *Assassinatos no campo: crime e impunidade – 19864 – 1985*, op. cit., p. 3.

É antes de tudo uma denúncia corajosa que clama por Justiça e pede um fim ao arbítrio dos poderosos, que calam a qualquer preço o clamor de milhões de trabalhadores rurais que lutam desesperadamente por um pedaço de terra. Terra que lhes seja VIDA, esperança e futuro para si e para seus filhos. Direito que nenhuma sociedade que se preza, lhes pode negar²⁴⁷.

O MST constituía-se, portanto, no canal de aproximação entre os trabalhadores rurais e o restante da população, o responsável por desvelar e revelar aos cidadãos brasileiros a violência do Estado ditatorial na outra margem da sociedade, o campo, completando, de certa forma, a obra que a Igreja Católica, a CNBB, em especial, havia realizado com a pesquisa *Brasil: Nunca Mais*²⁴⁸. Assim como a obra que resultara desta pesquisa, o livro *Brasil: Nunca Mais*, publicado em 1985, o dossiê preparado pelo MST cumpria a tarefa de expor em caráter nacional a repressão política que se abateu sobre os trabalhadores rurais, demonstrando a violação de direitos humanos para além dos centros urbanos.

Foi justamente nesse sentido que a iniciativa do MST foi apresentada diante da *Sub-comissão de Reforma Agrária e Política Agrícola do Congresso Constituinte*, em maio de 1987. Hamilton Pereira da Silva, representante da CPT, ao pronunciar sua intervenção diante da referida *Sub-comissão*, enfatizou o caráter de complementaridade que tinha o dossiê *Assassinatos no campo* em relação à pesquisa *Brasil: Nunca mais*. Era a outra face da repressão ditatorial que vinha à luz, de uma guerra escondida no campo, que emergia por intermédio daquela pesquisa documental. Dizia Hamilton Pereira aos constituintes:

O que lhes trago hoje, senhores deputados, poderia ser definido como um “Brasil: nunca mais” do campo. É o rosário macabro das vítimas da luta pela terra. [...] O dossiê que lhes apresento *Assassinatos no campo*: crime e impunidade iniciativa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra traz para a sociedade brasileira a face rural daquele “Brasil: nunca mais”. Só que mil vezes mais dramática. Porque aqui sai regime entra regime e a violência permanece. Porque essa violência é filha do monopólio da terra é filha do latifúndio. [...] Estamos convencidos de que esse dossiê é uma contribuição

²⁴⁷ *Ibid.*, p. 7.

²⁴⁸ O projeto *Brasil: Nunca Mais* foi desenvolvido pelo Conselho Mundial de Igrejas e a Arquidiocese de São Paulo, sob a coordenação do Rev. Jaime Wright e de Dom Paulo Evaristo Arns. A pesquisa que deu origem ao relatório e livro *Brasil: Nunca Mais* iniciou em 1979, e se debruçou sobre documentos produzidos pela Justiça Militar brasileira entre abril de 1964 e março de 1979. Entre os objetivos da pesquisa estava a investigação de crimes de tortura e a divulgação desta tortura para toda sociedade brasileira, a fim de cumprir um papel pedagógico comprometido com a não repetição dos crimes do passado. O livro *Brasil: Nunca Mais*, publicado em 1985, é uma síntese do resultado de análise dos mais de 707 processos copiados da Justiça Militar e expõe casos de torturas, prisões forçadas, depoimentos sob tortura, perseguições a indivíduos, grupos sociais e instituições, desaparecimentos, mortes, além das instituições de repressão, os repressores. Era uma “radiografia inédita” da repressão política que se abateu sobre os adversários políticos do governo militar e um estudo, também inédito, no campo dos direitos humanos. Ver BRASIL: NUNCA MAIS. Arquidiocese de São Paulo: Petrópolis: RJ: Vozes, 2011.

importante para a construção do Estado democrático no Brasil. Talvez ele mereça outro nome: “Latifúndio nunca mais”²⁴⁹.

O documento corroborava a posição da Igreja Católica em favor da reforma agrária e sua participação nos debates constitucionais, na elaboração de propostas e exigências de modificações na estrutura agrária do país²⁵⁰. Além disso, tratava-se de sensibilizar a *Assembleia Nacional Constituinte* – ANC, em torno dos conflitos no campo e dos altos índices de assassinatos de trabalhadores rurais. Expor àquele *rosário macabro*, enfatizar os crimes do Estado brasileiro e culpar o latifúndio teve, certamente, um peso enorme sobre a ANC, sobretudo porque a reforma agrária figurou entre os temas de maior mobilização popular, merecedor do maior número de assinaturas na fase de Emenda Popular²⁵¹.

A iniciativa do MST, de publicar um livro de registro (e também de memória) dos casos de assassinatos no campo, garantiu a entrada dos trabalhadores rurais em diversos periódicos do país. O que nos conduz agora a uma reflexão sobre a repercussão do dossiê *Assassinatos no campo*. É importante ressaltar que não se trata, neste ponto, de medir o alcance nacional do documento, mas de pensar a entrada do MST nos veículos de imprensa de maior circulação, de pensar a imagem que constrói para os trabalhadores, para ditadura, para o próprio movimento.

Alguns periódicos noticiaram a publicação do dossiê em matérias que, embora tímidas, rápidas e com pouco espaço nos jornais, garantiram a entrada do MST como idealizador da pesquisa e como fonte da denúncia dos crimes no campo. O *Jornal do Brasil* (RJ) fez menção à publicação na edição de 27 de abril de 1986, destacando a obra *Assassinatos no campo* como “resultado de dois anos de pesquisa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra”²⁵². No mês seguinte, na edição do dia 07 de maio de 1986, numa matéria sobre a posse do presidente do INCRA, Pedro Dantas, o *Jornal do*

²⁴⁹ CPT. Intervenção perante a Sub-comissão de Reforma Agrária e Política Agrícola do Congresso Constituinte. Goiânia, 06/05/1987.

²⁵⁰ Entre 09 a 18 de abril de 1986, realizou-se em Itaici (SP), a 24ª Assembleia Nacional da *Conferência Nacional dos Bispos do Brasil* – CNBB, ocasião em que foi apresentado o documento *Exigências cristãs de uma nova ordem constitucional*, em que a Igreja Católica expunha sua visão e sua orientação política em relação à questão agrária. Dentre estes pontos, incluídos no tópico 7 do documento, que cuida da propriedade e sua função social, destacam-se: “condenação da propriedade fundiária”; “desapropriação de bens, terras e propriedades por razões de interesse social ou de utilidade pública”, “garantir terras para quem realmente nela trabalha”, “implantar uma justiça agrária que previna os conflitos ou agilize sua solução.” Ver SILVA, José Gomes da. *Buraco negro: a reforma agrária na Constituinte*. São Paulo: Paz e Terra, 1989, pp. 36 – 37.

²⁵¹ Sobre os debates da Reforma Agrária na Constituinte ver SILVA, José Gomes da. *Buraco negro: a reforma agrária na Constituinte*, op. cit.

²⁵² JORNAL DO BRASIL. *Dossiê registra conflitos*. Rio de Janeiro, 27 de abril de 1986, p. 19.

Brasil informa que os únicos trabalhadores que compareceram à posse, representando o Movimento dos Trabalhadores Rurais de Goiás, entregaram uma cópia do dossiê ao ministro, “ouvido deste a promessa: Chefes, vamos trabalhar juntos”²⁵³.

Fazia parte das estratégias do MST entregar pessoalmente o dossiê aos responsáveis pelas pastas ministeriais, aos chefes dos governos estaduais, às lideranças políticas. O escopo era espalhar o conteúdo da pesquisa pelo Brasil, aliás, para fora dele também, o que pressupunha expandir, ao mesmo tempo, as redes de colaboração para isso. A Igreja Católica foi importante aliada nessa tarefa de espraiamento do dossiê, divulgando, promovendo e endossando a denúncia dos crimes.

Foi pelas mãos da CNBB, por exemplo, que a obra *Assassinatos no campo: crime e impunidade 1964 – 1985*, foi parar nas mãos do Papa João Paulo II, acirrando as tensões entre a Igreja e o governo de José Sarney naquele momento. O documento foi entregue pelo Secretário-Geral da CNBB, D. Luciano Mendes de Almeida, em maio de 1986, fato que azedou as relações da CNBB com o governo, gerando especulações sobre as intenções da Igreja com esta visita.

Uma matéria do jornal *Correio Braziliense* (DF), de 26 de junho de 1986, referia-se aos rumores de que a visita ao papa teria por finalidade antecipar questões para o encontro que o presidente, José Sarney, teria com o pontífice em julho. A matéria mostrava trechos de uma entrevista com o vice-presidente da CNBB, D. Benedito de Ulhoa Vieira, enfatizando o posicionamento da Igreja em relação à reforma agrária e à Constituinte. A respeito da viagem presidencial ao Vaticano, a matéria destacou:

O vice-presidente da CNBB desmentiu que a viagem do secretário-Geral, dom Luciano Mendes, a Roma, na semana passada, tivesse o objetivo de antecipar alguns assuntos que possam ser tratados pelo presidente Sarney durante sua visita ao papa João Paulo II. A audiência com o papa, que durou apenas 10 minutos, segundo dom Benedito, serviu apenas para que dom Luciano lhe entregasse o documento “Assassinatos no campo: crime e impunidade”, editado pelo movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e que analisa os conflitos do campo registrados entre 1964 e 1985²⁵⁴.

Havia um incômodo de setores do governo e do próprio presidente em relação à atuação da CNBB nas questões políticas do país, na “intromissão” da Igreja em assuntos como a reforma agrária e a Constituinte. No cerne dos atritos, estava o então ministro da Justiça, Paulo Brossard, que se colocou publicamente contrário à interferência religiosa

²⁵³ JORNAL DO BRASIL. *Presidente do Incra não crê em violência contra a reforma agrária*. Rio de Janeiro, 07 de maio de 1986, p. 15.

²⁵⁴ CORREIO BRAZILIENSE. *Brossard deixa a Igreja assustada*. Distrito Federal, 26 de junho de 1986, p. 5.

nas questões do governo, acusando a CNBB de adotar uma postura próxima às da Santa Inquisição, na medida em que “Ela seleciona pessoas, separa entre boas e más, e aplica rótulos de quem presta e quem não serve”. As palavras de Brossard eram uma clara resposta às declarações de D. Aloísio Lorscheider, no final de maio de 1986, ao acusar o presidente, José Sarney, de fazer reviver o “velho sistema fascista”²⁵⁵.

Uma matéria da revista *Veja* de 09 de julho de 1986, intitulada *O cerco da Igreja*, enfatizou o acirramento dos ânimos entre Igreja e Estado, além tecer especulações sobre o teor da visita que José Sarney faria ao Papa João Paulo II, viagem que deveria ocorrer em setembro de 1986, mas que fora antecipada para o mês de julho. Segundo a revista, um dos motivos da visita ao pontífice seria a apresentação de um documento preparado com a colaboração do *Serviço Nacional de Informação* – SNI, que continha a “verdade” do governo sobre a questão da violência no campo. “Trata-se de um antídoto contra outro dossiê, levado há três semanas a Roma pelo secretário-geral da CNBB, dom Luciano Mendes de Almeida”²⁵⁶.

O dossiê em questão era *Assassinatos no campo: crime e impunidade 1964-1985*. A matéria da revista não trata dos pontos de descontentamento do presidente em relação ao documento elaborado pelo MST, mas é evidente que sua publicação contribuía para piorar a imagem do governo no andamento da política de reforma agrária, sobretudo porque lançava luz sobre a violência da República envelhecida, apontava para as aproximações entre esta e a ditadura militar. Além disso, o dossiê reforçava a crítica de setores da Igreja Católica, que, naquele momento, desacreditavam das intenções do presidente de encaminhar propostas de reforma capazes de diminuir a “guerra” no campo.

No balanço da violência no campo para o ano de 1986, a CPT, por meio do caderno *Conflitos de terra no Brasil*, destacou a permanência dos altos índices de conflitos e de assassinatos nas áreas rurais do país, enfatizando a existência de uma verdadeira “guerra interna” de setores do Estado e do latifúndio contra as populações do campo. Foram 137 assassinatos, 188 ameaçados de morte, mais de 30 mortos sem especificação, 08 desaparecidos, 334 presos, 199 feridos²⁵⁷. Para a CPT, àqueles números eram indicativos de uma realidade permanente de violações de direitos dos camponeses e seus apoiadores, demarcando uma linha de continuidade com os anos anteriores.

²⁵⁵ VEJA. *O cerco da Igreja*. 09 de julho de 1986, p. 21.

²⁵⁶ *Ibid.*, p. 20.

²⁵⁷ CPT. *Conflitos de terra no Brasil*, 1986, p. 6.

A contiguidade entre o novo governo civil e a ditadura militar não foi ressaltada apenas pelos números reveladores da “chacina no campo”, mas também pela participação de antigos colaboradores do regime nos crimes contra os trabalhadores rurais. No caderno em questão, uma denúncia direta informava que:

Antigos torturadores da ditadura, estão hoje a serviço dos interesses do latifúndio. Nomes tristemente famosos nos porões do Governo Militar, como o do médico tenente coronel Amílcar Lobo Moreira Silva, reaparecem como autores de assassinatos de lavradores e como seus torturadores²⁵⁸.

É evidente que esta associação entre a “nova” república e a “velha” ditadura tornou-se instrumento poderoso nas mãos de setores de oposição ao governo de José Sarney, evidenciando a complexidade e as peculiaridades da transição democrática brasileira, que não pode ser realizada sem o pacto político com os militares, uma transição que se deu de *modo higiênico*²⁵⁹.

Ao analisar a conjuntura política brasileira em 1985, e as possibilidades reais de uma reforma agrária no país, José de Souza Martins destacou que, justamente esse compromisso com a ditadura militar (que não se resumia aos acordos políticos que levaram Tancredo Neves ao poder, mas estendia-se à manutenção do modelo econômico, à aliança com os latifundiários, às formas de repressão às lutas sociais etc.), impossibilitava a efetividade de mudanças que viessem beneficiar os trabalhadores rurais. As esperanças de modificações profundas já não animavam o comentarista, visto que:

O próprio pacto político envolve que não se toque em determinadas questões, a não ser moderadamente. Penso que será assim com a reforma agrária, que tem sido motivo de muitos conflitos em todo país. Os proprietários de terra estão no pacto político e não aceitarão qualquer interferência nos seus direitos de propriedade tão absolutos (MARTINS, 1986, p. 30).

O pessimismo e a desconfiança foram expostos de maneira mais ácida pelo presidente da *Comissão Pastoral da Terra*, D. José Gomes, em entrevista ao *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*, em maio de 1987. Em resposta à questão dos fatores da violência no campo, o bispo enfatizou a continuidade no padrão de atuação dos latifundiários, como nos tempos de repressão. “Não existe diferença entre uma ditadura

²⁵⁸ *Ibid.*, p. 6.

²⁵⁹ Termo utilizado por José de Souza Martins para referir-se à transição democrática brasileira, que se processou por meio de um pacto entre os partidos de oposição e nomes do próprio governo militar. A candidatura de Tancredo Neves, do PMDB, partido de oposição que nasce da fragmentação do partido da ditadura militar (PDS), só foi possível, segundo Martins, devido ao apoio de uma ala do próprio partido da ditadura. Ver MARTINS, José de Souza. *A reforma agrária e os limites da democracia na “nova república”*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1986, p. 15.

militar e uma ditadura civil comandada pelo poder econômico”, disse D. José Gomes, e destacou o latifúndio como elemento de desarticulação das políticas agrárias.

Diria mesmo que a ditadura do poder econômico é mais cínica do que a ditadura militar. E foi só falar em Reforma Agrária que o latifúndio reagiu, se armou, resistiu juridicamente às desapropriações do governo e, com violência, na impunidade, investiu contra os posseiros e sem terra. E o governo sempre tentando iludir o posseiro e o sem terra, dizendo que fará a Reforma Agrária. Mas o latifúndio ri e zomba das desapropriações, ameaça resistir armado e o governo faz “ouvido de mercador”. E pior ainda, diz que violento é o posseiro e o sem terra. É o governo quem provoca a violência²⁶⁰.

Assim, como nos tempos da ditadura, a violência no campo continuava a ser o resultado de uma política de Estado concentradora de terras e controlada pelo latifúndio. Em conjunto, o dossiê *Assassinatos no campo*, do MST, e o caderno *Conflitos de terra no Brasil – 1986*, da CPT, evidenciavam esta linha de continuidade, a aliança entre o passado da ditadura e o presente da República envelhecida. O elo entre os dois tempos era explicitado pela ótica dos horrores cometidos contra os trabalhadores rurais. O levantamento dos mortos, a compilação dos crimes, o somatório dos corpos e a narração da violência tornava-se a estratégia encontrada pelo MST e pela CPT para expor em caráter nacional os limites daquele governo de transição apresentado como nova ordem política.

Os dois documentos aproximavam o passado e o presente a partir de uma realidade que parecia ser uma constante na história brasileira, aliás, o escopo da CPT e do MST era justamente tornar visível esta continuidade da violência no campo como marca dos conflitos por terra no país e, desse modo, chamar a atenção das autoridades brasileiras, do governo, da Justiça, além da imprensa e de toda a sociedade para uma “guerra” persistente no campo.

O MST denominou como um “grito de alerta” a publicação do dossiê *Assassinatos no campo*, responsabilizando o poder judiciário e a grande imprensa pela omissão dos crimes, ao mesmo tempo em que exige a punição dos assassinos e a reparação dos familiares das vítimas. É relevante destacar que a apresentação parcial dos mortos servirá também de mote para o MST reafirmar a centralidade da reforma agrária como caminho para redução dos conflitos.

Exigimos uma política agrária que vá ao encontro dos interesses dos trabalhadores rurais, a imensa maioria da população que vive no campo, para

²⁶⁰ Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. *Igreja: Teologia da Libertação sai reforçada de Itaiçi*. Ano VI, n. 63, junho de 1987, p. 11.

implantação da Reforma Agrária ampla e radical. [...] Por fim, queremos alertar que jamais nos esqueceremos da negligência como foram tratados todos esses crimes hediondos. Nossa paciência está chegando ao limite. Não suportaremos mais tantas injustiças²⁶¹.

A memória dos mortos, dos “crimes hediondos” e das “injustiças”, funciona, nesse sentido, como chama que mantém acesa a luta dos trabalhadores rurais, além disso, serve de instrumento de legitimação do próprio MST, na medida em que assume o compromisso com esta memória, serve-se dela para ampliar a sua atuação e sua visibilidade nacional. Aí, mais uma vez, percebe-se a intenção do MST de assumir o lugar dos injustiçados do passado, de colocar-se como continuadores de uma luta anterior da qual seriam herdeiros.

Cabe ressaltar que a produção discursiva do MST na década de 1980, sobretudo a partir de 1985, será marcada pelo uso de duas imagens, quase sempre dispostas em associação: a da reforma agrária e a da violência no campo. Em conjunto, essas imagens compunham uma forma narrativa de apresentação das lutas do Movimento, apontando para a impossibilidade de dissociar o fim da violência de uma séria política de distribuição de terras.

O dossiê *Assassinatos no campo* era uma espécie de documento concreto desta associação e parecia materializar essa realidade, torná-la mais visível, mais crível. Convém pensar que o rito de entrega do livro físico às autoridades governamentais, religiosas, jurídicas, não se resumia à denúncia dos crimes e dos criminosos, mas constituía parte da estratégia de produção de uma visibilidade, e também de uma dizibilidade em que reforma agrária e violência encontram-se imbricadas.

O dossiê materializava a aproximação entre o MST, outros grupos sociais e entidades civis, como a *Ordem dos Advogados do Brasil – OAB*, a *CNBB*, especialmente com a *CPT*. A publicação do documento garantiu, de certa forma, a sensibilização destes setores à luta camponesa e ao movimento *Sem Terra*, respaldando sua atuação e aumentando sua visibilidade.

Sintomático neste sentido, foi o lançamento oficial da segunda edição do dossiê *Assassinatos no campo: crime e impunidade – 1964 – 1986*, que ocorreu na 25^a *Assembleia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil*, entre 22 de abril e 1º de maio, em Itaici, município de Idaiatuba, São Paulo. O evento tinha como escopo a

²⁶¹ MST. *Assassinatos no campo: crime e impunidade – 1964 – 1985*, op. cit., p. 8.

avaliação global da caminhada da CNBB e a definição de diretrizes para os próximos quatro anos.

O MST ganhou espaço reservado nessa *Assembleia* e sua entrada se deu pela afirmação da violência no campo como resultado da indefinição do governo acerca da política agrária. O fechamento da participação dos representantes do MST na reunião se fez por meio da entrega do dossiê *Assassinatos no campo* a cada um dos bispos presentes²⁶².

A segunda edição do dossiê foi ampliada, estendendo a temporalidade da pesquisa para o ano de 1986, cobrindo os crimes do governo Sarney. A nova edição, produzida pela *Global Editora*²⁶³, ganhara uma capa ilustrada em que se via um camponês morto, estendido sobre os braços de latifundiários, além de uma contra capa que trazia o seguinte texto:

Quanto vale a vida de um trabalhador rural sem terra? Quantos hectares ou quantas cabeças de boi? Quantos ainda terão de morrer para que possamos resolver a questão da distribuição da terra no Brasil? A memória dos assassinados merece uma resposta, exige uma solução. Neste trágico livro estão assinalados os que tombaram em defesa de um ideal: viver como seres humanos. Assim acontece na história dos povos: os melhores morrem antes²⁶⁴.

Reiterava-se aí o entendimento de que somente a reforma agrária poderia pôr fim à violência no campo e reafirmava-se também o imperativo da memória dos mortos como razão constitutiva da luta presente. Tzvetan Todorov denomina este uso da memória como *exemplar*, na medida em que serve-se do passado, retirando dele as lições das injustiças sofridas para lutar contra as que são produzidas no presente (TODOROV, 2008, p. 52 – 53).

²⁶² Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. *Igreja: Teologia da Libertação sai reforçada de Itaici*. Ano VI, n. 63, junho de 1987, p. 10.

²⁶³ A *Global Editora* foi fundada em 1973 e tornou-se uma das mais expressivas editoras do final dos anos 1970 no Brasil. A linha editorial da *Global* caracterizava-se por publicar autores do pensamento socialista e temas de cunho político, especialmente de crítica e oposição ao regime militar brasileiro. Integrava, pois, aquilo que Flamarion Maués denominou de editoras de oposição, que uniam ação editorial e engajamento político, inserindo-se nas questões sociais do país, intervindo no processo político. Ressalte-se ainda a aproximação da *Global Editora* com grupos políticos marcadamente oposicionistas da ditadura, como o Partido dos Trabalhadores – PT, o Partido Comunista do Brasil – PCB, o movimento pela Anistia, Sem-Terra, a campanha pelas Diretas Já, etc. Faz parte das publicações políticas da editora livros como *Dossiê Herzog: prisão tortura e morte no Brasil*, de Fernando Pacheco Jordão; *Guerra de guerrilhas no Brasil*, de Fernando Portela. Sobre as editoras de esquerda no Brasil e sobre a *Global Editora*, ver MAUÉS, Flamarion. Livros, editoras e oposição à ditadura. *Estudos Avançados*. São Paulo, vol. 28, nº 80, p. 91-104, 2014. MAUÉS, Flamarion. A tortura denunciada sem meias-palavras: um livro expõe o aparelho repressivo da ditadura. In: SANTOS, Macdowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida. (Orgs.). *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*. Vol. 1. São Paulo: Editora HUCITEC, 2009, pp. 110-134.

²⁶⁴ MST. *Assassinatos no campo: crime e impunidade – 1864-1986*. 2ª ed. São Paulo: Global editora, 1987. (Texto da contra capa).

Ressalte-se ainda que, a segunda edição introduziu dados referentes a outras formas de violência no campo, para além dos assassinatos. Casos de conflitos entre indígenas e posseiros, acidentes de trabalho, violência policial, suicídios, desaparecimentos, mortes por fome e por falta de assistência médica foram incorporados ao documento. Esboçava-se aí uma orientação não só do MST, mas também da CPT, que pretendia alargar o conteúdo do que se entendia por violência no campo, apontando para formas mais sutis e institucionalizadas.

Coube ao advogado Luiz Eduardo Greenhalgh a escrita do prefácio da segunda edição. Este é um fator relevante e diz respeito ao espraiamento das alianças do MST, buscando na ordem jurídica o apoio para a causa da reforma agrária, dos conflitos por terra e para o próprio Movimento, como sociedade organizada. O resultado foi positivo nesse sentido, pois, nas palavras de Luiz Eduardo Greenhalgh, àquele documentário representava um “assomo de civismo do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra”, expressão de uma resistência característica do homem do campo, daqueles que, como o MST, “não se conformam com os assassinatos no campo, com as injustiças e as perseguições, com a omissão dos governos”²⁶⁵.

Apesar do teor do dossiê, um relatório de crimes e de mortes, sua publicação aparecia como manifesto para o futuro, instrumento para nutrir as esperanças de que os “fatos tenham um basta”²⁶⁶, para “fazer brotar o arco-íris da paz e da Fraternidade”, caminho para alcançar a reforma agrária, a partilha da terra, injustamente distribuída, pela ganância concentradora²⁶⁷. Tratava-se, portanto, de uma escrita de honraria aos mortos, mas também um documento de busca pela justiça para a violência do presente.

O dossiê *Assassinatos no campo* situa-se na intersecção entre passado e futuro, como desejo, como vontade de memória, e como instrumento de orientação para o devir. Isso me faz lembrar as reflexões de Michel de Certeau acerca da função funerária da historiografia, imbuída de encontrar um lugar para os mortos para que os vivos se orientem (CERTEAU, 2011, p. 109). A historiografia como gesto de sepultura, como “prática simbólica necessária à confirmação da vitória dos vivos sobre a morte” (CATROGA, 2015, p. 61).

²⁶⁵ *Ibid.*, p. 11.

²⁶⁶ Luiz Eduardo Greenhalgh, no prefácio à segunda edição, p. 12.

²⁶⁷ Dom José Gomes, no prefácio à primeira edição. In: MST. *Assassinatos no campo: crime e impunidade – 1964-1986*. 2ª ed., *op. cit.* p. 15.

A produção e a publicação do dossiê *Assassinatos no campo* representou, em primeiro lugar, a busca pelos mortos, evidenciando um querer saber, um desejo de verdade e justiça. Em segundo lugar, o dossiê também é a expressão de um processo de construção social da memória camponesa e dos efeitos da ditadura no campo, na medida em que promove a inserção dos trabalhadores rurais, das lideranças camponesas, dos apoiadores da luta pela terra, de homens e mulheres comuns na memória dos anos de chumbo. O dossiê constitui-se, portanto, na materialização de uma busca dos mortos, mas também um desejo de prestar-lhes homenagens, dar-lhes um lugar na memória da ditadura.

É um desejo de presentificação da ausência, que é também, uma vez mais, a expressão de uma recusa da morte. Ressalte-se que também a escrita foi a estratégia escolhida pelo MST para dar aos camponeses mortos pela ditadura um lugar no mundo dos vivos. Como nos inscitos funerários, o dossiê *Assassinatos no campo* cumpre a função de demarcar uma presença, ao mesmo tempo em que honra, presta homenagem, estabelece um lugar, documenta a presença dos ausentes. Tal qual n' *A história dos aparecidos*, que tiveram que providenciar, após serem proclamados populações existentes, a documentação dos vivos (COUTO, 2013, p. 123).

Ressaltamos ainda que, ao ser publicado em pleno processo de transição democrática, em meio a uma nova ordem política que se autodenominou “Nova República”, o dossiê acabou por enfatizar a permanência do caráter autoritário da sociedade brasileira, na medida em que explicitou a permanência da violência contra as populações rurais. Ao expor os crimes da ditadura, o MST, através do dossiê, chamava a atenção para o padrão autoritário e violento que a República governada por Sarney não foi capaz de modificar, demonstrando a incapacidade para livrar-se dos entulhos do regime precedente.

Igualmente, é relevante destacar o enquadramento da memória dos camponeses pelo MST, que assumiu publicamente o lugar de promotor e guardião dessa memória, enfatizando a sua atuação pioneira. Trata-se de um esforço de colocar-se na tradição de luta pela terra no Brasil, de defesa da vida dos trabalhadores rurais. Esforço, igualmente, para forjar uma identidade para o Movimento, identidade que se apoia nos mortos em combate pela terra, homens, talvez mártires, que ajudam a reforçar a imagem do MST.

Por fim, cabe enfatizar que o dossiê *Assassinatos no campo*, e a luta do MST para torná-lo público, devem ser tomados como esforços de não silenciamento, como negação de uma transição apaziguadora, como recusa aos impedimentos da memória da

ditadura. Trata-se, é verdade, de um pedaço de história esquecido, perdido no tempo, mas extremamente revelador das múltiplas formas de luta por uma outra memória do regime autoritário, memória que contraria o pacto de um imenso silêncio social.

Ao recorrer, hoje, a essa experiência do MST, tenho plena consciência de que também me coloco na luta, porque “o combate”, lembra Tzvetan Todorov, “não está terminado. Ele ocorre em outro lugar: na manutenção da memória, no julgamento que fazemos sobre o passado, nas lições que tiramos dele” (TODOROV, 2017, p. 367).

Ao finalizar esta discussão, me deparo com uma nota de repúdio do MST pelo assassinato do líder indígena, Zezico Rodrigues Guajajara. Ele foi assassinado com tiros de espingarda na terça-feira, dia 31 de março de 2020, próximo à aldeia Zutuia, no município de Arame – MA. “Denunciamos o assassinato de mais um lutador defensor da vida e do bem comum”; “O assassinato de Zezico não pode ficar impune!”; “Nenhum assassinato pode ficar impune!”, diz a nota²⁶⁸.

Não é apenas a persistência da violência contra populações rurais e indígenas que ressalta neste tipo de notícia. Também continua sendo urgente um esforço de pensar as mortes de ontem e de hoje, seja na forma de repúdio e pesar, ou encontrando um lugar para esses mortos na historiografia, que, em sua dimensão tumular, marca um passado, nos liberando para construirmos novo futuro.

²⁶⁸ MST. *MST repudia assassinato de líder indígena, no Maranhão*. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/04/01/mst-repudia-assassinato-de-lider-indigena-no-ma/> Acesso em: 8 abr./ 2020, às 15:36.

7 CONFLITOS NO CAMPO BRASIL: REGISTROS DA AGONIA

7.1 *Uma nação chamada conflito*

A nação é sempre o resultado da imaginação, uma *comunidade imaginada* (ANDERSON, 2008, 32). Imaginemos, pois, uma nação que, em vez de ser pensada por seu território e pela delimitação de suas fronteiras expresse, por outro lado, os espaços ignorados pelo poder que a governa. Pensemos essa nacionalidade não a partir da população abarcada pelo poder no interior de cada comunidade, mas daqueles que ficaram de fora, que foram esquecidos, ignorados e marginalizados. Uma nação, imagine-se, que leve em conta não a promoção e a gestão da vida da população, mas que esteja centrada na produção de mortes e na fabricação de corpos matáveis.

Essa nação já foi, de alguma forma, imaginada, e o esboço dessa comunidade está registrado nos cadernos de *Conflitos no Campo no Brasil*. Na disposição de visitar as fimbrias do território brasileiro, de ir ao encontro dos trabalhadores esquecidos pelo poder e de registrar a violência no campo, a CPT realizou também a tarefa de nos apresentar um país marcado, de norte a sul, pelos conflitos de terra, demonstrando a generalização do problema.

Há uma geografia dos conflitos no campo, há um mapa da violência. Uma nação que bem poderia se chamar *Conflito*, posto ser essa a realidade que contorna todo o seu território e abrange, direta ou indiretamente toda a sua gente. Meu interesse é pela confecção do mapa, pelo delineamento, pelos esboços e contornos que, no interior de cada edição dos *Conflitos no Campo no Brasil*, vão dando volume ao grande desenho do país da conflitualidade rural.

Em 1985, a CPT publicou o primeiro caderno de *Conflitos de Terra no Brasil*, como esforço de alargamento e amadurecimento do trabalho que já realizava, desde 1981, de reunir os dados dos conflitos espalhados pelo país. Em parceria com a *Sociedade Editora e Gráfica de Ação comunitária – SEGRAC*²⁶⁹, a CPT tornava material, em papel, em formato de caderno, o relatório da agonia dos homens do campo.

²⁶⁹ A SEGRAC foi fundada em 05 de abril de 1982, com sede em Belo Horizonte – MG. Entre os objetivos estabelecidos no estatuto da entidade estavam a assessoria técnica a entidades e movimentos comunitários, no campo de edições de cadernos e folhetos de formação; edição de material didático, livros, folhetos, jornais e impressos em geral; formação cultural, socioeconômica, política e religiosa dos associados e de terceiros residentes nas periferias urbanas. SIAN. Atividades da Sociedade Editora e Gráfica de Ação

De certa forma, esse esforço para dar materialidade aos dados dos conflitos estava vinculado aos objetivos que a CPT buscava atingir com a publicação dos cadernos: *denunciar* as graves violações de direitos humanos dos trabalhadores rurais no Brasil, *noticiar* o “violento massacre”, *exigir* do Estado e da Justiça o fim da “guerra interna”, *mobilizar* entidades para assumirem a defesa dos trabalhadores do campo e *conclamar* o povo brasileiro para unir-se e mobilizar-se contra os opressores²⁷⁰. Ou seja, apresentar dados concretos e verificáveis para servirem de instrumento de responsabilização do Estado e dos agentes privados pela violência no campo. Cadernos que são, ao mesmo tempo, documentos, provas, elementos probatórios dos acontecimentos que a CPT apresentava.

Daí o cuidado de estabelecer, em princípio, o modo de operação do setor de documentação responsável pela edição e publicação dos cadernos: “os números apresentados referem-se apenas à documentação existente em arquivo, e, portanto, apenas os que são claramente confirmados”²⁷¹. O caderno de 1987 apresentava os “nossos critérios de trabalho”, para reafirmar seu compromisso com a realidade, indicando a possibilidade de verificação dos dados expostos, posto que eram “obtidos por meio de jornais de circulação nacional, boletins de entidades sindicais e de igrejas, e das notícias que os Regionais da CPT enviam ao Secretariado Nacional”²⁷².

Ora, a CPT já acumulava, naquela altura, acusações de falsear os dados sobre os conflitos, além de ser apontada, desde a ditadura militar, como uma das entidades responsáveis pela intranquilidade no campo, incitando à luta de classes, juntamente com as CEBs ou o *Movimento Sem Terra*. Entende-se que o cuidado em apontar as fontes de pesquisa e os métodos de análise dos dados era uma forma de responder a tais acusações, necessidade que acompanhou toda a trajetória da CPT até os dias atuais.

A tentativa de criminalização e deslegitimação da CPT foi uma constante desde a sua formação, e a emergência do novo governo civil, em 1985, não foi capaz de adotar outra forma de tratamento em relação à CPT, posto que continuava a enxergar nela um agente de oposição política, de agregação das esquerdas revolucionárias e de incitação

Comunitária – SEGRAC, mar. 1984. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/OOO/84009558/BR_DFA_NBSB_V8_MIC_GNC_OOO_84009558_d0001de0001.pdf. Acesso em: 9 nov. 2022.

²⁷⁰ CPT. *Conflitos de Terra no Brasil*, 1985, p. 11.

²⁷¹ *Ibid.*

²⁷² *Ibid.*

aos conflitos, tal como figurava nas descrições e análises produzidas pelos órgãos de vigilância da ditadura militar.

Em 1988, uma apreciação da CPT realizada pelo *Ministério da Marinha – Comissão Naval em São Paulo*, dava conta de que a entidade, por ocasião do anúncio do PNRA, “acirrou o clima de insatisfação em algumas regiões do Brasil, o que gerou violências entre os trabalhadores rurais e proprietários de terra, estimulando o sentimento de revolta popular contra autoridades governamentais e proprietários de terra”²⁷³.

O fato é que, em 1985, na aurora da tão propalada “Nova República”, vinha a público uma versão melhorada dos relatórios anuais dos conflitos no campo. É sintomático que esta publicação amadurecida, seja apresentada justamente quando da inauguração do novo governo civil, para muitos mais construído sobre os alicerces do que sobre os escombros da ditadura (CAMPELLO DE SOUZA, 1988, p. 568). A análise da situação dos conflitos para aquele ano demonstrava, de certa forma, que essa analogia tinha plena validade, tanto pelo alto índice de violência no campo, quanto pelos recuos na proposta de reforma agrária contidas no PNRA.

Conflito, na interpretação da CPT, tem significado concreto, implicação direta na vida das pessoas, consequência quase sempre associada à violência, ao sangue e à morte. Nos 768 conflitos registrados pelo documento de 1985, 560 mil pessoas foram atingidas, e dessas, 216 foram mortas. Esses números são o aspecto mais marcante dos relatórios anuais dos *Conflitos no Campo*. Eles denunciam a necropolítica da *ditadura acabada*²⁷⁴, e configuram uma espécie de balanço da violência, um saldo, uma apuração, restos do autoritarismo expressos em números de mortes.

De uma certa forma, essa estratégia dos mais diversos grupos sociais, de colocar a *ditadura acabada* diante de seus crimes, desarrumava o projeto dos militares que procuravam sair de cena imunes e impunes, preservando a imagem das forças armadas brasileiras. Esses dispositivos necrocontábeis, que também são documentos de memória das vítimas da ditadura, as da cidade e as do campo, acabam por desnudar um grande projeto de morte operado durante a vigência do regime instalado em 1964, colocando

²⁷³ MINISTÉRIO DA MARINHA. Comissão Naval em São Paulo. *Comissão Pastora da Terra – CPT*. 11 jul. 1988. Disponível em:

²⁷⁴ Referência ao último volume da série de livros de Elio Gaspari sobre a ditadura brasileira. *A ditadura acabada* trata do final do regime ditatorial, cobrindo o final do governo de Ernesto Geisel e a gestão do presidente Figueiredo, até 1985, quando a presidência passou às mãos do poder civil. Ver: GASPARI, Elio. *A ditadura acabada*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016.

sobre suas costas, a responsabilidade por cada vida perdida, cada corpo violado, cada cadáver ocultado, que agora teimavam em aparecer, listados e contados.

Diga-se que a CPT não foi a única a fazê-lo. Tampouco os cadernos de *Conflitos no Campo* foram exclusivos documentos dessa apuração dos números da morte. Já o dissemos que o MST produziu o seu dossiê *Assassinatos no campo: crime e impunidade* (1986); a CONTAG apresentou *A violência pela mão armada do latifúndio* (1984); a CNBB publicou o *Brasil: Nunca Mais* (1985).

Outra iniciativa, também organizada pela CPT, em parceria com o *Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas* – IBASE e o *Centro Piauiense de Ação Cultural* – CEPAC, foi a publicação, em 1988, do livro *O genocídio do Nordeste*, obra que trata mortalidade do povo nordestino no decorrer de 1979 a 1983, período de seca intensa na região. Trata-se de um levantamento das vítimas fatais da fome, da seca, da desnutrição, da disenteria, da falta de assistência médica, causas consideradas pelos textos ali presentes como ações deliberadas de assassinato, eliminação intencional das vidas humanas, *crime evidente*.

A obra apresenta um levantamento concluído em 1985, que dá conta da comprovação de 5 mil óbitos na região e uma estimativa de que mais de 700 mil pessoas tenham sucumbido pela irresponsabilidade governamental da ditadura, autores humanos d’*O Genocídio do Nordeste*:

O crime de genocídio está caracterizado: houve mortos, foram causadas *lesões graves à integridade física e mental das pessoas*; o grupo foi *intencionalmente submetido a condições de existência capazes de ocasionar-lhes a destruição física total ou parcial*. [...] A denúncia política que fazemos do GENOCÍDIO perpetrado contra os Nordestinos certamente vai encontrar situações semelhantes no país. Levantar esse problema, a partir dos mortos da seca de 1979-83, talvez tenha o mérito de não permitir que tais fatos, anormais e perversos, sejam considerados normais pela sociedade brasileira (CPT, 1988, p. 26)²⁷⁵.

A intenção era colocar a ditadura diante dos mortos que ela produziu, introduzir o problema no centro dos debates que buscavam encontrar para o Brasil um caminho de democratização, apresentando as imagens e os dados (os registros numéricos, as listas de mortos) da necropolítica do regime acabado. Me parece que a produção imagética de uma listagem com os nomes das vítimas, acompanhada da contagem dos mortos, diz respeito a uma *arte de fazer* que pretende pôr diante dos olhos do observador, *fazer ver*, portanto, um real que não podia ser alcançado simplesmente pelos ditos e acusações de uma

²⁷⁵ Grifos do documento.

ditadura assassina. Os mortos precisavam aparecer, ser vistos, palpáveis de alguma forma, reconhecíveis e encontrados, ainda que na leitura extensa de uma lista.

Daí a produção e exibição dos quadros e listagens, como a d’*O Genocídio do Nordeste*, uma relação dos nomes dos mortos na seca de 1979-83.

| | | |
|--|--|---|
| Lauriano dos Santos Marcelo Ferreira Barros Marta Marta de Franco Marta Isabel Barros Espírito Santo Marta Tomazis Marta de Souza Freire Martinha Costa Santos Miguel Romualdo | Rita de Cúcia CAMBAÚ Ana Paula da Costa Antônia Lucila do Nascimento Benedito de Aguiar Cícero Pereira da Silva Francisco Portela de Souza Francisco Ricardo dos Santos Jacinto Alves de Aguiar Marta de Lourdes de Jesus Marta Lucia Marta Paula de Aguiar Raimunda de Lima | Antônio Eudes Rodrigues da Silva Antônio Eufraim Barros Antônio Francisco da Costa Antônio Francisco Sampaio Antônio José Araújo Antônio José da Silva Antônio José Soares Antônio Luís da Costa Antônio Luiz Gomes Antônio Marques Barbosa Antônio Marques Sampaio Antônio Matias Ricardo Antônio Pereira da Silva Antônio Raimundo Barbosa da Silva Antônio Sérgio Gomes Antônio Venâncio Sobrinho Antônio Vieira de Lima Antônio Wagner Pereira de Souza Benedita Rodrigues Feitosa Caldiane Alves de Souza Carlos Alberto Carlos Alberto da Silva Carlos Eduardo de Souza Araújo Cícero Gonçalves da Silva Cleonice Tavares da Silva Cosme Soares Cruz Creolando Tavares da Silva Damilo da Silva Nascimento Daniel da Silva Laurindo Danilo da Silva Laurindo Dávid de Almeida Duarte Domingos Flor Quadro Douglas Vieira de Souza Elias Rodrigues dos Santos Eliene Eliza Rosa de Silva Eliângela Gomes Emanuel Mesias da Silva Enoque Ferreira da Silva Eva Barbosa da Silva Evangelina Braz de Pinho Felício Damilo Rodrigues Francisca Cleide Cosme da Costa Francisca Gonçalves da Conceição Francisca Maria da Conceição Francisco Odorico de Souza Francisca Rosa Onofre Rodrigues Francisco Alan Francisco Antônio dos Anjos Francisco Araújo da Costa Francisco Camargo Lima Francisco Cardoso de Freitas Francisco Chaves Freitas Francisco Cleisen Francisco das Chagas Gomes Francisco das Chagas Rodrigues Francisco dos Santos Ferreira Francisco Edivan Alves Pereira Francisco Eládio Francisco Gomes do Nascimento Francisco José da Costa Francisco Lacerda Rodrigues |
| VARZEA DO POÇO Alcione Ferreira de Oliveira Ana Lúcia R. J. Antônia Soares de Oliveira Basílio João dos Santos Etelvina S. de Jesus Izauri Souza Reis Jeri Adriane A. Dias Jucilina S. de Oliveira Márcia Chaves dos Santos Manoel Joaquim da Silva Manoel João Emanuelina Marta de Jesus Marta Justina de Jesus Marta Sara Silva Marilene Almeida Nascimento Maristela Rosa de J. Renam Sara Silva Roberto Almeida Teama A. Araújo Vitor José da Silva | CARNAÚBA Antônia Edna Ribeiro Souza Antônia Josélia Ribeiro Souza Antônio Alexandre da Silva Antonio Oliveira Matos Expedito Oliveira Matos João Ferreira de Matos José Gomes da Silva José Ribeiro Souza Leoniza Maria da Conceição Luciádo Ferreira de Matos Lucimar Oliveira Matos Márcia Ferreira de Oliveira Marta Gonçalves de Santos Marta Mendes Vieira Ricardo Pereira Vieira | |
| CEARÁ Antônio de Maria Rodrigues da Silva Antônia Félix de Oliveira Antônio Marcos Melo Martins Francisca Aristides da Cruz Francisca das Graças Alves da Costa Francisco de França Sales Joaquim Pereira de Souza José Dias José Vicente de Lima Lucinete Alves da Silva Manoel Alves da Costa Marta Ironeide Alves da Costa Marinete Alves da Costa Raimunda Teles Nascimento | CRATEÚS Aldelene Germano Soares Aldelene Germano Soares Alina Rodrigues de Souza Alzira Gomes da Silva Amália Dornéila de Oliveira Ana Cláudia de Silva Ana Cristina de Souza Ana Lúcia de Oliveira Ana Lúcia Rodrigues Costa Ana Paula Ana Paula da Silva Ana Zélia Moura Angelina Antônio Alexandre Antônia Cláudia Rodrigues Antônia de Maria Oliveira Antônia Gomes Barbosa Antônia Maria de Oliveira Antônia Soares da Silva Antônio Cleide Rodrigues Marrom Antônio de Maria Alves de Araújo Antônio de Souza Filho Antônio dos Anjos Nascimento | |
| ACARAÚ João Francisco Albino Manoel Manoel Francisco | | |

Fig. 20 Relação dos mortos pela seca 1979-83.
Fonte: O genocídio do Nordeste.

Como está estabelecido na própria obra, assim dispostos, os nomes (tanto Francisco, Antônio, José, Maria, Ana!), “materializam o Genocídio”, buscando a responsabilização dos culpados, “políticos e latifundiários” que “deverão receber ao menos o repúdio da opinião pública nacional” (CPT, 1988, contracapa).

Fundamental é a caracterização dessa matança como política de governo, tal qual aquela eliminação dos “inimigos da ditadura”, dos opositores, dos que se colocaram contra o arbítrio do regime. Recusa-se encarar a morte de 5 mil nordestinos como efeito

das intempéries climáticas, explicação que anula qualquer responsabilidade humana. A verdade é que a ditadura abriu duas frentes de eliminação da população brasileira; se, de um lado, declarou abertamente guerra contra aqueles que considerava inimigos internos (torturando, perseguindo, desaparecendo e assassinando), por outro, deixou morrer outros tantos brasileiros, entregues a condições sociais politicamente organizadas, expostos à seca, à fome, às doenças, ao despejo, à expropriação, às armas dos latifundiários etc.

O acirramento dos conflitos de terra é uma dessas condições criadoras da morte, intensificação que ocorre, na maioria das vezes, com a participação dos órgãos governamentais, responsáveis por colocar em funcionamento as tecnologias de destruição da vida no campo brasileiro. A CPT, n' *O Genocídio do Nordeste* lembra que:

Nos anos de seca o conflito pela terra se acirrou. Dos 273 assassinatos de trabalhadores entre 1964 e 1986, no Nordeste, 27 (9,8%), aconteceram entre 1964 e 1970; 35 (12,82%) entre 1971 e 1977; 141 (51,64%) entre 1978 e 1984; e 70 (25,64%) entre 1985 e 1986. Mantendo-se a progressão, teríamos, entre 1985 e 1991, 210 crimes de morte, configurando-se um genocídio institucionalizado, convivendo com o outro, circunstancial (CPT, 1988, p. 92).

Para demonstrar a correlação entre o aumento do número de conflitos e a intensificação da produção de mortos no campo, a CPT criou, em cada ano, o quadro comparativo dos conflitos, evidenciando a permanência da situação dos camponeses no Brasil durante a república civil governada por José Sarney.

Quadro 3 - Quadro comparativo : 1985 - 86 - 87

| Tipo de Conflito | Número dos conflitos | | | Pessoas Envolvidas | | | Hectares conflitivos | | | Nº Assassinados | | |
|------------------|----------------------|-----|-----|--------------------|---------|-----------|----------------------|------------|------------|-----------------|-----|-----|
| | 85 | 86 | 87 | 85 | 86 | 87 | 85 | 86 | 87 | 85 | 86 | 87 |
| Terra | 636 | 634 | 582 | 405.456 | 594.448 | 667.177 | 9.557.902 | 12.615.947 | 17.633.879 | 125 | 105 | 109 |
| Trabalhista | 76 | 95 | 109 | 159.185 | 203.521 | 317.406 | — | — | 303.800 | 14 | 17 | 24 |
| Sindical | 13 | 08 | 10 | — | — | 500 | — | — | — | — | — | — |
| Garimpo | 04 | 07 | 11 | — | 12.604 | 9.599 | — | — | 3.578 | 3 | 15 | 16 |
| Seca | 09 | — | 53 | 1.400 | — | 50.420 | — | — | — | — | — | 1 |
| Política | — | — | — | — | — | — | — | — | — | — | — | — |
| Agrícola | — | — | 17 | — | — | 318.627 | — | — | 1.800.125 | — | — | 4 |
| TOTAIS | 738 | 744 | 782 | 566.041 | 810.573 | 1.363.729 | 9.557.902 | 12.615.947 | 19.741.382 | 142 | 137 | 154 |

Fig. 21 Quadro de conflitos 1985 – 86 – 87.
Fonte: *Conflitos no Campo*, 1987, p. 19.

Uma profusão de números, forma bastante antiga de imprimir confiabilidade ao que se diz, uma *embriaguez estatística* (CERTEAU, 2012, p. 55) que pretende dar ao discurso o ar de cientificidade necessário à produção de crenças, também esses atraídos pela sedução matemática como fiadora do real. Pelos números, pelas tabelas, quadros, gráficos e listas nominiais, o poder do discurso da CPT, que aparece anualmente sob a forma de cadernos de *Conflitos no Campo*, se insinua como verdadeiro (e não se trata de

negar a veracidade dos dados), mas de ressaltar a apresentação matemática dos conflitos como uma estratégia política da CPT para tornar-se crível e confiável no discurso público.

Ora, a afirmação dessa verdade também apoiava-se nas outras iniciativas similares, nas listas de mortos do MST ou da CONTAG, por exemplo, na medida em que elas acabavam por corroborar a existência de uma política nacional de produção em massa de morte das minorias marginalizadas.

As populações indígenas, deve-se ressaltar, também foram abarcadas por esse projeto assassino, vítimas da expulsão de seus territórios, da grilagem em suas terras, da construção de obras de barragens, de estradas, usinas hidrelétricas etc. Um verdadeiro extermínio dos povos originários se processou durante a ditadura²⁷⁶.

Uma denúncia insistente desse processo de extermínio foi realizada pelo CIMI no jornal *Porantim*²⁷⁷, apresentando em cada edição, um episódio de violação dos direitos dos indígenas, da tomada de suas terras, da negação de participação política e da violência do estado brasileiro. Um instrumento de resistência e de veiculação da luta indígena que também expôs a mortandade indígena como resultado dos dispositivos necropolíticos da ditadura.

O *Porantim* deu ênfase tanto à violência direta e visível sobre os corpos indígenas, quanto à violência sistêmica e institucional, que mata o direito de existir, de possuir a terra, de participar da vida política nacional, de deliberar sobre a própria autonomia indígena.

Na capa da edição de dezembro de 1983, o *Porantim* denunciou o pacote de medidas do Poder Executivo que tentava imprimir sobre os nativos a pecha de serem sujeitos completamente “incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil”; expôs o projeto de expansão da mineração sobre as terras indígenas, medida autorizada pelo presidente Figueiredo, que estendia às empresas particulares o direito de explorá-las. Sob

²⁷⁶ Ver VALENTE, Rubens. *Os fuzis e as flechas: história de sangue e resistência indígena na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. A Comissão Nacional da Verdade – CNV, estimou que o número de indígenas mortos no período de 1946 a 1988 é de, pelo menos, 8.350, em decorrência da ação direta de agentes governamentais e de sua omissão. Ver: BRASIL. *Violação de direitos humanos dos povos indígenas*. In: BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade. Relatório: textos temáticos*. Vol. 2. Brasília: CNV, 2014, p. 205

²⁷⁷ O *Porantim* foi criado em 1978, sob a responsabilidade do *Conselho Indigenista Missionário* – CIMI. O periódico assumiu a defesa da causa indígena, concentrando em suas edições informações sobre o estado das populações indígenas do país, as lutas, as resistências e as violações sofridas. Durante a ditadura, o *Porantim* foi um importante instrumento de denúncia da política de desterritorialização e extermínio do povo indígena pela orientação capitalista do regime.

o argumento do desenvolvimento e da Segurança Nacional, entregava-se as terras à gula das empresas mineradoras²⁷⁸.



Fig. 22 Porantim.
Fonte: Porantim, nº 53, Dez. 1983 (capa).

Em conjunto, essas linguagens organizadas pelas entidades defensoras dos direitos humanos dos camponeses, dos indígenas e de todos aqueles violentados pela ditadura, criam uma *rede*²⁷⁹ discursiva caracterizada, primordialmente, pela ênfase na produção da morte como projeto político. Logo, é a *rede*, mais do que a ação em separado, que dá a dimensão do problema nos estertores da ditadura.

Dentro da *rede* as afirmações pronunciadas por cada uma dessas entidades têm mais chances de reverberar como verdade, como fato; elas se apoiam umas nas outras, reafirmando o que foi apresentado; a legitimidade da sentença proferida depende das

²⁷⁸ A autorização foi estabelecida no Decreto nº 88.985, de 10 de novembro de 1983. No parágrafo 1º, do artigo 4º, o Decreto estabelece que: “Em casos excepcionais, considerado, cada caso, pela Fundação Nacional do Índio, e pelo Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, poderão ser concedidas autorizações de pesquisa e concessões de lavra a empresas privadas nacionais, habilitadas a funcionar como empresas de mineração”. In: PORANTIM, ano VI, nº 58, Dez. 1983, p. 5.

²⁷⁹ Sobre a noção de rede, ver: LATOUR, Bruno. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

outras sentenças, que podem legitimar o discurso tornando mais real, mais crível e aceitável (LATOUR, 2011, p. 35).

Os *Cadernos de Conflito no Campo* funcionam, pois, como elemento componente e criador dessa *rede*, aparecendo para nós como sintoma de uma época em que parte da sociedade organizada deseja prestar contas com o seu passado autoritário recente, e pretende, por outro lado, evitar o apagamento da memória da violência ali operada.

Tão importante quanto mostrar as mortes e os conflitos registrados, é a apresentação dos espaços em que eles se dão, onde ocorrem, onde são mais recorrentes, onde se mostram mais agudos. Daí uma característica marcante dos relatórios da CPT, a confecção de um mapa da violência, um desenho que permite visualizar um Brasil em transe, tanto pelo número elevado de ocorrências, quanto pela variedade delas.

A preocupação com a cartografia dos conflitos estava nos primeiros registros da CPT, antes mesmo da publicação dos cadernos em 1985, lá onde importava mostrar “O mapa da violência e a resistência dos lavradores” e “identificar e traçar um quadro geral, o mais completo possível, dos conflitos de terra no Brasil”²⁸⁰. Isso pressupunha ir ao encontro das pessoas, adentrar as fimbrias do território brasileiro, perseguir as informações de violência nas distâncias do país, importar-se com os homens simples, na maioria das vezes esquecidos e marginalizados pelo poder público.

Um interesse pelos pobres da terra que a CPT, desde sua origem, soube tão bem cultivar, na disponibilidade de seus agentes, na coragem dos religiosos, na crença que faz do outro marginalizado a figura do próprio Deus. *Uma vida que dá sentido ao credo*, como repetia Pedro Casaldáliga, exemplo de entrega e de doação. Ele mesmo entranhou-se no Brasil para viver com esses homens esquecidos, para experimentar sua vivência em tudo, até mesmo na ameaça constante da morte.

A morte como onça que ronda, porque o trabalho pastoral implica também o desvelo das injustiças sociais, a denúncia da violência contra os homens do campo, a exibição dos responsáveis públicos e particulares pela miséria do povo de Deus. Pedro Casaldáliga relata que, em setembro de 1970, pouco mais de dois anos após sua chegada ao Brasil, redigiu um informe sobre a situação de escravidão em que se encontrava a terça parte dos habitantes da Prelazia de São Félix do Araguaia.

²⁸⁰ CPT. *CPT: pastoral e compromisso*, op. cit., p. 18.

Eram os peões, carne de carregação, trabalhadores braçais, comprados fraudulentamente no Norte e no Centro do País e descarregados para os trabalhos de ‘derrubada’ e plantação de pastos nessas infinitas fazendas de centenas de milhares de hectares, verdadeiros campos de concentração. O informe se intitulava *Escravidão e Feudalismo no Norte de Mato Grosso*. [...] O documento era apenas uma trágica ladainha de casos em carne viva de peões enganados, controlados a revólver, espancados, feridos ou mortos, cercados na floresta, em total desamparo de qualquer lei, sem nenhum direito, sem saída humana (CASALDÁLIGA, 1987, pp. 34 – 35).

Em outubro do ano seguinte, a interiorização de Casaldáliga nos problemas da Amazônia deu ao Brasil uma poderosa denúncia dos problemas da região: a carta pastoral *Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio*. O conteúdo da carta repercutiu dentro e fora do Brasil, causando incômodo dos militares e de parte da imprensa. Casaldáliga conseguiu furar o cerco da censura e fez sua denúncia ecoar pelo mundo mostrando um Brasil profundo e a capilaridade da violência no país.

Esses documentos que procuravam mostrar e denunciar a realidade dos pobres do campo, tal como o manifesto *Y-Juca Pirama, o Índio: aquele que deve morrer*²⁸¹, publicado no final de 1973, são expressões de um nova religiosidade católica no meio do povo brasileiro, da qual D. Pedro Casaldáliga era um representante. São indicativos de um trabalho pastoral que ultrapassava os limites geográficos da Amazônia, de uma preocupação com a realidade nacional e, de forma mais abrangente, a América Latina.

Essa preocupação expandida explica a criação de pastorais tão abrangentes, como o CIMI e a CPT, frutos da reunião de bispos e leigos, do encontro da fé com os pobres do campo. O próprio D. Pedro Casaldáliga é considerado o grande mentor da CPT, o pai, “o legítimo iniciador”; Pedro, o bispo de visão profunda e alargada, que abrangia toda a América Latina, que ele chamava de a “Grande Pátria” (CANUTO, 2021, p. 158).

Nesses lugares onde as distâncias somavam as pessoas para menos, tão perto do abandono, como disse-nos Manoel de Barros²⁸², a CPT buscou histórias de violência e de resistências, menos para integrar essa gente ao todo do Brasil e mais para ressaltar, talvez, a existência de outro país, marcado pela exclusão, pelas relações de trabalho arcaicas, por situações de escravidão trabalhista, pela seca, pela grilagem, pelos despejos, pelas enchentes, pelas ameaças, pelas prisões, pelos assassinatos etc.

²⁸¹ *Y-Juca-Pirama, o índio, aquele que deve morrer: documento de urgência de bispos e missionários*. 1973. Disponível em: https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/j1d00163_0.pdf. Acesso em 28 dez. 2022.

²⁸² Referência à poesia *Entrada*, que abre o volume *Poesia Completa*. Ver: BARROS, Manoel. *Poesia completa*. São Paulo: LeYa, 2013.

Aí também reside outra contribuição fundamental da CPT, a de transformar o *conflito*, termo genérico, vago, impreciso, em acontecimento plenamente reconhecível, especialmente para as próprias vítimas, ajudando-as a reconhecê-lo no cotidiano, instrumentalizando os homens e as mulheres do campo para a luta contra as situações em que ocorrem os conflitos.

O *conflito* desdobra-se em formas muito variadas de violência que é necessário conhecer. Me parece que o objetivo da CPT é dar materialidade ao termo, tornar seu reconhecimento possível, na medida em que seu significado alcance o dolo sofrido por cada trabalhador rural espalhado no Brasil. Daí a importância de estabelecer as categorias, as formas em que o conflito se apresenta. Essa preocupação estava posta já em 1980, quando a CPT começa esse trabalho de investigação.

Cria-se, por assim dizer, uma *gramática*²⁸³ dos conflitos no campo, colocando em funcionamento e em circulação uma linguagem específica capaz de diferenciar cada acontecimento, de traçar a característica que individualiza cada episódio. Há sempre uma batalha semântica nos jogos de poder que buscam imprimir sobre este ou aquele aspecto do real um significado (KOSELLECK, 2016, p. 102). Nomear é apoderar-se das coisas, é um ato potente, que estabelece relação com a realidade existente e uma outra que queremos dar a ver (GOMES; GUIMARÃES NETO, 2018, p. 30).

Essa *gramática* também é uma forma de enquadramento, lá onde está definido, com suas peculiaridades, o *despejo*, o *massacre*, a *ameaça*, o *trabalho escravo* etc. Enquadramentos conceituais, mas não só. A forma mais usual de apresentação dessa nomeação pela CPT se deu por meio de quadros visuais, seja para dar a conhecer a caracterização dos conflitos, ou para exibir a sua distribuição pelo país. Mostra-se um país marcado pelo conflito, um problema de todas as regiões, mais agudo aqui, menos presente ali, mas uma questão distribuída por todo o território.

²⁸³ Sobre a noção de gramática da violência, ver: SILVA, Luiz Antônio Machado da. Violência urbana, segurança pública e favelas: o caso do Rio de Janeiro atual. *Caderno CRH*, v. 23, n. 59, pp. 283-300, Mai./Ago. 2010.

| 7 - Conflitos de Terra em 1989 (Violência Contra Posse - Propriedade) | | | | | | | | | | | |
|---|----|-----------------|---------------------|----------------|------------------|----------|---------------------|-----------------------|--------------------|---------------------|--------|
| Regiões | UF | Nº de Conflitos | Famílias Envolvidas | HA Conflitivos | Despejo Judicial | Expulsão | Destruição de casas | Tentativa de expulsão | Ameaça de expulsão | Destruição de roças | Roubos |
| NORTE | AC | 40 | 1.393 | 2.052.552 | — | 02 | 02 | 01 | 04 | — | — |
| | AM | 06 | — | 194.558 | — | — | — | — | — | — | — |
| | AP | 01 | 30 | — | — | — | 01 | — | 30 | — | — |
| | PA | 66 | 2.060 | 923.833 | 62 | 154 | 34 | — | 123 | 35 | 37 |
| | RO | 04 | 232 | 1.809.505 | 200 | — | — | — | — | — | — |
| | RR | 06 | * | — | 7.347.810 | — | — | 14 | — | — | — |
| TO | 34 | 810 | 138.639 | — | 20 | 04 | 19 | — | 60 | — | 01 |
| SUBTOTAL | | 157 | 4.525 | 12.466.897 | 282 | 160 | 70 | 01 | 217 | 35 | 38 |
| NORDESTE | AL | 17 | 702 | 5.326 | — | 300 | — | — | 105 | — | — |
| | BA | 66 | 4.368 | 360.488 | 90 | 261 | 14 | 176 | 889 | 90 | 91 |
| | CE | 20 | 881 | 44.829 | 300 | — | 01 | — | — | 01 | — |
| | MA | 26 | 4.147 | 280.976 | 90 | 350 | 63 | 132 | 130 | — | — |
| | PB | 11 | 319 | 34.727 | 21 | 150 | 22 | 40 | 151 | 40 | — |
| | PE | 12 | 444 | 11.035 | 150 | — | — | 400 | — | — | — |
| | PI | 06 | 282 | 34.638 | — | — | 06 | — | — | — | — |
| | RN | 01 | 120 | 300 | — | — | — | — | — | — | — |
| | SE | 07 | 533 | 6.831 | 250 | — | 30 | 800 | 63 | 63 | — |
| SUBTOTAL | | 166 | 11.796 | 779.150 | 901 | 1.061 | 136 | 1.548 | 1.338 | 194 | 91 |
| SUDESTE | ES | 08 | 156 | 41.500 | — | — | — | 100 | — | — | — |
| | MG | 27 | 432 | 106.612 | 150 | 50 | — | 50 | 56 | — | — |
| | RJ | 11 | 820 | 12.264 | 01 | — | — | 38 | — | 01 | — |
| | SP | 12 | 650 | 38.607 | 165 | — | — | — | — | — | — |
| SUBTOTAL | | 58 | 2.058 | 198.983 | 316 | 50 | — | 188 | 56 | 01 | — |
| SUL | PR | 24 | 2.808 | 32.887 | 90 | — | — | — | — | — | — |
| | RS | 26 | 4.573 | 58.076 | 488 | 530 | 30 | — | 500 | — | — |
| | SC | 20 | 1.374 | 36.783 | 20 | — | — | — | 700 | — | — |
| SUBTOTAL | | 70 | 8.755 | 127.746 | 598 | 530 | 30 | — | 1.200 | — | — |
| CENTRO-OESTE | DF | — | — | — | — | — | — | — | 63 | — | — |
| | GO | 19 | 1.155 | 53.852 | 150 | — | — | — | — | — | — |
| | MS | 09 | 2.970 | 60.186 | 790 | 41 | — | — | — | — | 01 |
| | MT | 21 | 895 | 793.440 | 70 | — | 70 | — | 181 | 70 | — |
| SUBTOTAL | | 49 | 5.020 | 907.478 | 1.010 | 41 | 70 | — | 244 | 70 | 01 |
| TOTAL | | 500 | 32.154 | 14.480.254 | 3.107 | 1.842 | 306 | 1.737 | 3.055 | 300 | 130 |

Fig. 23 Conflitos de terra 1989.
Fonte: Conflitos no campo, 1989, p. 40.

O ano de 1985 foi celebrado por diversos setores e instituições, especialmente por parte da imprensa, como marco de construção de uma nova nação, da emergência de um novo tempo que se queria melhorado, porque ancorado na iminência da Democracia. Ora, os tempos de redefinição dos rumos políticos de um país são também os da produção de significações discursivas, da elaboração de imagens que possam, de alguma forma, *modelar a imaginação* da população.

Não é irrelevante o fato de, exatamente nesse momento, a CPT começar a publicar anualmente os seus relatórios. Me parece que essa iniciativa também pretende tocar o problema da elaboração imaginária do país, dar a ver e conhecer a população por uma lente que permita enxergar os lugares recônditos, as existências marginais, e, especialmente, a condição em que se encontravam as populações. Talvez a CPT quisesse entregar ao novo presidente, chefe da “nova” nação, o retrato de um Brasil excluído, marcado pela violação dos direitos.

Daí o trabalho de *mapeamento*, que requereu dessa entidade instalar-se nesses espaços distantes, aproximar-se das comunidades viventes, o que pressupunha, obrigatoriamente, ampliar a presença da CPT em todo o território nacional. Um documento divulgado pelo SNI em 1979 dava conta do espraiamento da CPT por todas

as regiões do país, *uma ampla estrutura*, como destaca o SNI, “constituída de uma Diretoria, um Secretariado, um representante da Comissão Episcopal de Pastoral da CNBB e de 19 regionais”²⁸⁴.

Ao tornar ativa a presença da Igreja nas regiões de conflitos sociais (MARTINS, 2017, p. 172) a CPT realizou, também, o trabalho de cartografia da conflitualidade, mapeando sua ocorrência, classificando, contabilizando e denunciando local e nacionalmente o problema. Dessa tarefa tem-se um mapa de apresentação do Brasil não por seus contornos geográficos, sua hidrografia ou vegetação, mas um desenho onde se pode localizar a agonia das populações camponesas.

Destaca-se, em cada região, o número e os tipos de conflito, permitindo a análise da intensidade por blocos regionais e a verificação das condições políticas criadoras das tensões em cada área. Destaque-se que há sempre uma preocupação da CPT em estabelecer a diferenciação dos conflitos pelo país, levando em consideração as características sociais que, em cada, lugar, geram violência.

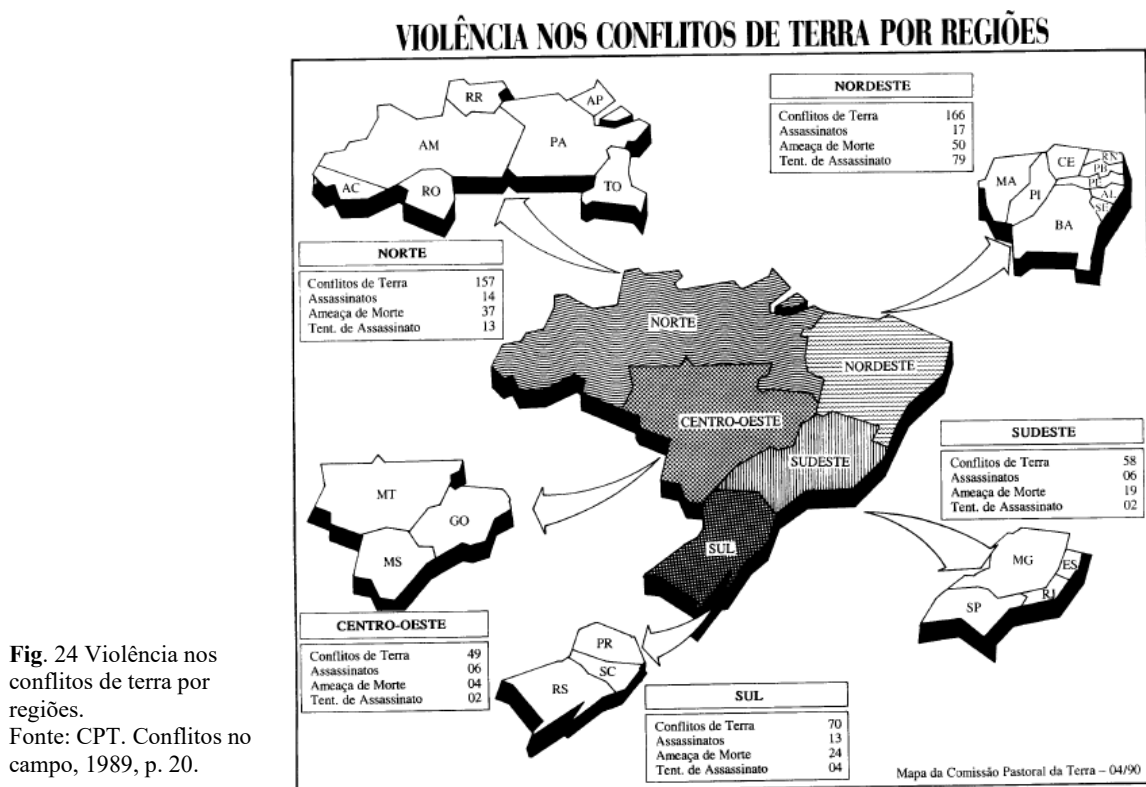


Fig. 24 Violência nos conflitos de terra por regiões.
Fonte: CPT. Conflitos no campo, 1989, p. 20.

²⁸⁴ SNI. *Comissão Pastoral da Terra – CPT*. 1 nov. 1979.

Nesse ponto, a CPT muda a escala de apresentação do Brasil em conflito para mostrar ocasiões em que as tensões atingiram este ou aquele posseiro, o indígena, o agente de pastoral; ou para dizer do “acidente” de trabalho, da situação de trabalho escravo. Numa espécie de *microanálise*²⁸⁵, ela nos apresenta nomes, identidades, individualidades que não são frequentemente captadas pelos discursos políticos. Por ela, conhecemos um pouco de história dos *homens comuns* encontrados frequentemente nos enfrentamentos com o poder.

Na edição de 1988 dos *Conflitos no Campo*, essa opção da microanálise possibilita que o leitor saiba que, em Pernambuco, o cortador de cana, José Batista Silva, foi desaparecido. “Ele ingressara com uma ação trabalhista contra seu ex-patrão, Amaro Ladislau Dutra, proprietário do Engenho Arariba de Baixo e aguardava decisão, quando foi sequestrado por três policiais civis”²⁸⁶.

No Ceará, em Itapipoca:

Desde 1976, o fazendeiro Pedro Gilson Gaspar iniciou perseguição a 14 famílias de posseiros, várias delas tendo nascido no local. Este é o conflito da fazenda Malamba, em Itapipoca. E 88 foi bastante marcado pelas ações do próprio fazendeiro, pela polícia e capangas. Os posseiros sofreram perseguições das mais diversas. Prisões ilegais, ameaças de morte e até uma tentativa de estupro. Prosseguiram tantas humilhações. José Raimundo dos Santos e Benedito Barbosa do Nascimento foram espancados. Casas foram invadidas, instrumentos de trabalho foram apreendidos. O trabalhador José A. Gomes de Azevedo (que nem mora no local) foi preso e, na cadeia, foi obrigado a engolir dois formulários pelos comissários Caetano e José Augusto²⁸⁷.

Os culpados também estão arrolados na cartografia dos conflitos. Em Minas Gerais, “o fazendeiro Pedro Trindade Filho se serviu de pistoleiros e PMs para alcançar seu intuito de expulsar os posseiros de terra”:

Primeiro a ameaça de destruição e, logo depois, mataram o posseiro Hermes Bispo da Silva, 67 anos. Seu filho Almir Queiroz foi baleado. Um bando de pistoleiros e PMs derrubaram a casa do posseiro Alaor Neves Miranda. Três outros posseiros estão ameaçados de morte. José Dias de Matos, 60 anos, ex-presidente do STR de Itaobim, era secretário geral do mesmo sindicato quando foi abatido com um tiro de cartucheira a mando Djaniro Gil de Souza²⁸⁸.

²⁸⁵ Sobre a microanálise na historiografia, ver: LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter. (Org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp, 2011. GINZBURG, Carlo. Micro-história: duas ou três coisas que sem a respeito. In: *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

²⁸⁶ CPT. *Conflitos no campo Brasil*, 1988, p. 32.

²⁸⁷ *Ibid.*, p. 29.

²⁸⁸ *Ibid.*, p. 33.

Os pormenores dos acontecimentos, a exposição dos nomes dos envolvidos (pessoas anônimas), a idade, a ocupação; o relato, ainda que breve, dos eventos; a citação das armas usadas nos crimes, a localização do conflito na fazenda, todos esses elementos tornam mais factíveis e mais concretos os dados duros dos quadros, das tabelas e dos mapas. As narrativas das violências em cada lugar se somam e formam um grande quadro, revelado como naqueles quebra-cabeças de centenas de peças minúsculas, de difícil montagem.

A nação se observa não somente por seus blocos em conflito desenhados no mapa, mas também pelas pessoas reais, pela movimentação delas, pela história que está contada no relatório, de modo a preencher de significado a imaginação do Brasil que está sendo proposta.

Ora, o tempo da *ditadura acabada* era também marcado pela esperança, apesar das incertezas. Nesses momentos, diz-nos Marcos Napolitano, “se buscam novos limites para os valores democráticos, procurando novos caminhos para o “*day after*” das ditaduras” (NAPOLITANO, 2020, p. 282). São ocasiões propícias ao exercício da imaginação do futuro da nação que, como aparece na formulação de Napolitano, se pretende renovada.

Nos relatórios de *Conflitos no Campo* há uma imagem, que não deixa de ser instrumento para a imaginação, que desarruma a transição para um “novo” tempo, e que desnuda o caráter envelhecido da nação. Nos quadros, nas tabelas, nos mapas, nos relatos, mostra-se um país em conflito com o seu próprio povo, a nação pensada a partir do campo, da concentração de terras, da grilagem, da expulsão, da ameaça de morte, da tortura, dos assassinatos.

Pedro Terra definiu muito bem essa nação no poema *As pedras gritarão*, que abre a edição de 1987 do *Conflitos no Campo Brasil*.

Há uma nação de homens
excluídos da nação.
Há uma nação de homens
excluídos da vida.
Há uma nação de homens
calados,
excluídos de toda palavra.
Há uma nação de homens
combatendo depois das cercas.
Há uma nação de homens
sem rosto,
soterrados na lama,
sem nome,
soterrados pelo silêncio.

Incontáveis.
 Formigas revolvendo socavões.
 Homens de lama
 e fulgor.
 Perseguidos pelos delírios dos metais:
 o ouro da terra,
 no sonho,
 o estanho das armas,
 na carne.
 Nesse tempo de palavras dilaceradas,
 levadas à moenda até o bagaço mais seco,
 o silêncio pesa como os olhos
 de uma criança depois da fuzilaria.
 Mas como gritar?
 Se os lançados da ponte
 não têm um nome que os distingue?
 Se calarmos,
 as pedras gritarão²⁸⁹.

O esforço para não calar depende, dentre outras coisas, da sobrevivência dessa imagem que a CPT ajudou a produzir, sobretudo porque, não sendo o melhor retrato do país, tornar-se-á incômoda para o Governo, para os setores latifundiários, para o empresariado rural, e até para uma parte da própria Igreja Católica. Para sobreviver, a *gramática* e o *mapa*, a *tabela* e o *quadro* do país precisarão ser replicados, e isso pressupõe conectar-se a outras vozes, ligar-se a outras instituições, dentro e fora do país, uma espécie de *rede*²⁹⁰, que dá funcionamento e legitimidade tanto à CPT, quanto ao discurso que ela fabricou.

7.2 CPT: as veias da democracia no campo

Numa feliz alusão às veias, por onde corre o sangue que chega ao coração, para depois retornar ao corpo, irrigando-o, nutrindo-o e dando-lhe vida, José de Souza Martins referiu-se à CPT como sendo essa veia vital, por onde “está correndo”, no Brasil, “o sangue novo da democracia direta, da nova ordem política construída pacientemente pela revolta das formigas”²⁹¹.

²⁸⁹ CPT. *Conflitos no campo Brasil*, 1987, p. 3.

²⁹⁰ Em Bruno Latour, a rede é o que dá legitimidade aos discursos dos cientistas em ação. “A construção do fato”, diz-nos Latour, “é um processo tão coletivo que uma pessoa sozinha só constrói sonhos, alegações e sentimentos, mas não fatos”. Essa dimensão pública da atividade científica pressupõe que todo fato só poderá ser enunciado e confirmado na presença dos atores da rede. “Para ser científico, um enunciado precisa ser validado e retomado pelos ‘caros colegas’”. Ver LATOUR, Bruno. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

²⁹¹ MARTINS, José de Souza. *Na revolta das formigas*. CPT, 1985.

Esse canal se estabeleceu no meio do povo a partir de um entendimento de que somente experimentando a realidade dos pobres do campo, os agentes de pastoral poderiam contribuir com o trabalho de apoio à organização e à luta dos trabalhadores rurais. A CPT tornou-se, pois, “companheira das comunidades que decidem enfrentar a realidade opressora”²⁹², não perdendo de vista que os protagonistas da libertação são os próprios trabalhadores, conscientes, informados, organizados, politizados e atuantes.

Em 1983, numa espécie de balanço dos quase oito anos de sua existência, a CPT publicou o livro *CPT: pastoral e compromisso*, editado pela *Vozes*. Nele, explicita-se a *resposta pastoral* diante de uma realidade caracterizada como “trágica”, marcada pelos números elevados de conflitos e de assassinatos no campo. Lá, se reafirma o verdadeiro serviço da *Comissão*, o de querer “servir à causa da necessária organização popular”, que deveria “nascer do povo enquanto agente político”²⁹³.

Uma parte fundamental desse objetivo, a CPT o sabia, só poderia ser alcançada na medida em que o povo tivesse acesso à informação, ao conhecimento da própria realidade, dos problemas do campo, dos direitos trabalhistas, das violações sofridas. Era preciso romper as *cercas*²⁹⁴ do conhecimento e da censura, fazer penetrar no meio popular as notícias sobre os rumos do país, em especial dos problemas referentes à questão da terra e dos trabalhadores do campo. Um enfrentamento, portanto, na medida em que, tanto na vigência da ditadura, quanto na República envelhecida de José Sarney, as ações que buscaram informar os camponeses foram encaradas como incitação à luta de classes e investidas oposicionistas de grupos de esquerda de viés comunista.

A luta se processaria também na arena da informação e da produção de notícias, posto que, como ironizava a CPT:

No Brasil, é subversão levar as notícias da realidade e o próprio conhecimento das leis e dos direitos ao povo. É subversão traduzir para linguagem simples o conteúdo das leis e decretos do governo. É especial subversão colocar advogados à disposição do povo e apoiar o seu direito à defesa frente à violência que o atinge cada vez mais organizadamente ²⁹⁵.

Isso explica porque uma marca fundamental da presença e do trabalho da CPT entre os camponeses foi a criação e a propagação de boletins impressos, instrumentos de registro do cotidiano dos trabalhadores rurais, lugares em que ficaram documentados as

²⁹² CPT. *CPT: pastoral e compromisso*. São Paulo: Vozes, 1983, p. 72.

²⁹³ *Ibid.*, p. 74.

²⁹⁴ Ver TAVARES, Ana Helena. *Um bispo contra todas as cercas: a vida e as causas de Pedro Casaldáliga*. Petrópolis: Editora Vozes, 2020.

²⁹⁵ *Ibid.*, p. 75.

violações de direitos, as políticas governamentais de expropriação da terra, a ação dos agentes violadores e também as muitas e variadas formas de resistência.

Lá onde está a CPT encontra-se também um boletim, um panfleto, um jornal; eles contribuem para o processo de informação e formação dos trabalhadores, e, por outro caminho, buscam levar ao conhecimento da população nacional os fatos e a situação do campo. Aqui o *Alvorada*, ali, *Paneiro*, *Poeira*, *Aroeira*, *O Roceiro*²⁹⁶ etc. Em cada lugar, um impresso destinado a registrar a vida e a movimentação política dos homens do campo. São hoje fontes fundamentais de acesso da pesquisa histórica preocupada não apenas com o braço do poder militarizado nas áreas rurais, mas também imbuída da tarefa de contar os inúmeros enfrentamentos que se deram nesses espaços pouco representados pela historiografia.

A isso a CPT chamou de trabalho de “formação” de uma *consciência nacional* em relação à problemática do campo. Diria também que os impressos, como os relatórios de *Conflitos no Campo*, que interessa mais de perto aqui, contribuem para dar maior capilaridade ao trabalho da CPT, que diz respeito à denúncia da violência no meio rural. Nos boletins pastorais, por exemplo, registram-se as violações das comunidades, as mais afastadas, as mais abandonadas pelo poder público; eles captam o menor ruído dos conflitos; eles documentam as vozes de sofrimento do mais anônimo dos trabalhadores. Esses *capilares*²⁹⁷ também nutrem as vidas distanciadas com informações políticas do país em que vivem, inserindo-os nos debates em torno da democratização do país, da reforma agrária, dos direitos humanos etc.

Por isso a produção desses impressos foi tão vigiada pelo serviço de informações²⁹⁸ da ditadura militar, sempre enxergando neles uma forma de subversão e manipulação dos homens do campo pela ala progressista da Igreja Católica. Mas a vigilância não foi prática exclusiva do período do regime ditatorial. Acabada a ditadura, permaneceria a desconfiança em relação aos impressos produzidos pela CPT, principalmente porque o processo de redemocratização representou, para os trabalhadores rurais e seus aliados na luta pela terra, o fortalecimento das lutas em torno da reforma

²⁹⁶ O *Alvorada*, boletim da Prelazia de São Félix do Araguaia; o *Paneiro*, editado pela CPT Regional Norte I – Manaus; o *Poeira*, editado pela CPT Regional Paraná; o *Aroeira*, editado pela CPT Regional do Mato Grosso; o *Roceiro*, editado pela CPT Diocese de Crateús, Ceará.

²⁹⁷ No sistema circulatório, os capilares são vasos minúsculos que funcionam como pontes entre as artérias e as veias, permitindo que os nutrientes e o oxigênio chegue até os tecidos, e que os resíduos dos tecidos passem para o sangue.

²⁹⁸ Para uma discussão sobre a comunidade de informações ver GOMES, Paulo César. *Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira (1971 – 1980): a visão da espionagem*. Rio de Janeiro: Record, 2014.

agrária, da Constituinte, da aplicação do *Estatuto da Terra*, dos Direitos Humanos dos camponeses e populações indígenas, da violência no campo.

Além disso, iniciava-se por todo o país a movimentação dos trabalhadores sem-terra, realizando ocupações e instalando acampamentos como forma de pressão para a realização da reforma agrária. Como nova forma de luta, a ocupação foi tomada pelos setores latifundiários como “invasão” e ataque à propriedade privada, visão que foi incorporada por parte do Governo.

Também permanece vigente a caracterização dos membros do clero como manipuladores das populações rurais e indígenas, uma visão que considera esses grupos como incapazes de organização e de contestação da ordem política, a não ser pela ação dos “agitadores” religiosos (GOMES, 2014, p. 180). A CPT, por sua vez, aparecerá como entidade que “tem procurado criar no homem do campo, por meio de várias publicações distribuídas pelo território nacional, um clima de ressentimento contra o Governo e o regime político vigente”²⁹⁹.

No enfrentamento dessa posição acusadora, a CPT dava continuidade ao trabalho de produção e publicação dos dados sobre os conflitos rurais, aproveitando-se, de certa forma, da autoridade da Igreja Católica para abrir espaços de reverberação do conteúdo dos relatórios. Alguns jornais de maior circulação do país, como o *Correio Braziliense* e o *Jornal do Brasil*, por exemplo, fizeram ecoar a voz da *Comissão*, apresentando nacionalmente a realidade cruenta das populações camponesas.

Enquanto os boletins pastorais discutiam, ao nível local, entre as comunidades afastadas dos grandes centros urbanos, a violência a que estavam submetidas, os *Conflitos no Campo Brasil* ampliavam a visibilidade do problema, alcançando a chamada grande imprensa. Alargava-se, pois, a rede de abrangência das informações, introduzia-se a questão da violação de direitos dos camponeses no cenário discursivo nacional.

Em 26 de fevereiro de 1986, o *Correio Braziliense* veiculou o conteúdo do relatório de 1985 da seguinte forma: “Luta no campo matou 216 ano passado”. Os principais números da agonia dos camponeses estavam ali reproduzidos, 86 mil famílias envolvidas em conflito, quase meio milhão de pessoas, 768 conflitos espalhados pelo território, 216 mortos, 1.363 feridos e 557 presos. O argumento da CPT para o aumento da violência também foi enfatizado, destacando-se “o recuo do Governo no que diz

²⁹⁹ SNI. *Boletim Cheiro da terra – CPT de Santa Catarina*. 8 ago. 1983.

respeito à implantação da reforma agrária; a convivência das autoridades com milícias privadas”³⁰⁰.

Eis o aspecto relevante na construção e extensão da rede discursiva em torno da violência no campo: a CPT torna-se a principal fonte de informações, o banco de dados mais completo e a voz mais presente nos veículos que publicizaram a situação no meio rural, tanto no Brasil, quanto no exterior. Isso também explica a tentativa de negar e deslegitimar o discurso público da CPT por parte do Governo (na ditadura e na República envelhecida), jogando sobre ela a responsabilidade no acirramento dos conflitos.

Ora, nos tempos do autoritarismo e da censura, ou nos tempos em que operava-se a *Contra-Reforma Agrária*, consubstanciada nos recuos da proposta reformista anunciada em maio de 1985, a CPT se tornou, no plano público, o principal canal de denúncia da violência no meio rural, o que acabava por caracterizá-la, também, como o maior agente da crítica à política fundiária dos governos, bem como de exposição da necropolítica estabelecida em cada momento histórico.

Em janeiro de 1989, o *Correio Braziliense* fez uma espécie de balanço da reforma agrária no governo Sarney, chamando a atenção do público leitor com um lead que apelava fortemente para o resultado extremado do fracasso dessa política: a violência e a morte. *Mortes e ameaças no caminho da reforma agrária*, eis a chamada. Tratava-se de uma matéria de página inteira, onde estavam distribuídas as diversas consequências do não cumprimento, pelo governo, das promessas realizadas quando assumiu os rumos do país.

O assunto dominante da matéria era, sem dúvida, a violência no campo, e a CPT figurava, ao lado da CNBB, como a principal interlocutora das afirmações ali presentes.

A impunidade aos assassinatos no campo também preocupa a Igreja. Segundo informações da Comissão Pastoral da Terra (CPT), organismo anexo da CNBB, em 1988 foram assassinados 93 trabalhadores no campo. Os assassinos escolheram, na maioria das vezes as lideranças dos trabalhadores, dirigentes sindicais, assessores e padres³⁰¹.

Segue-se a citação dos mortos:

No Acre, além de Chico Mendes, foram mortos outros quatro trabalhadores rurais, todos em Xapuri. Nenhum desses assassinatos anteriores foi apurado. No Amazonas, por questão de terra, houve o massacre dos Tikuna, quando 14

³⁰⁰ Correio Braziliense. *Luta no campo matou 216 ano passado*. 26 fev. 1986, p. 40.

³⁰¹ Correio Braziliense. *Mortes e ameaças no caminho da reforma agrária*. 11 jan. 1989, p. 12.

índios morreram. Na Bahia, 23 assassinatos, incluindo um bebê de seis meses, um índio e um líder sindical³⁰².

A imagem do padre Josimo estava estampada na matéria, figurando como uma vítima do latifúndio, dando destaque ao fato de que “nem padres nem agentes de pastorais escapam da violência no campo”. Lembrava-se também de Nativo da Natividade, morto em 23 de outubro de 1985. Tantos nomes, tantos números! Inclusive daqueles que estavam na mira dos assassinos, a lista dos homens marcados para morrer. Porque, pelos dados produzidos pela CPT, a relação dessas figuras ameaçadas era extensa.

Na parte inferior da página foi incluído um quadro em que constavam os nomes e a quantidade de *sacerdotes e agentes mortos* (16 pessoas) e dos *religiosos jurados de morte* (38 nomes, entre bispos, padres, freis, freiras e agentes de pastorais). Ressalte-se que ao final do quadro, uma informação dava conta da CPT como a autora e fornecedora dos dados. Quadro semelhante foi exposto na edição de 24 de janeiro de 1989, distribuindo *os marcados para morrer*³⁰³ por estados da federação, especificando seus nomes, ocupação e local de morada.

Reproduzia-se na matéria o formato das listas e dos quadros tão característicos do modo de operação da CPT para o registro da violência. Transportava-se para o jornal de grande circulação a *contabilidade macabra* tão recorrente para o público camponês, tão presente no cotidiano dos trabalhadores e dos agentes religiosos das comunidades rurais. Ela agora estava disponível também para o público urbano, para toda a nação; vontade de visibilidade e dizibilidade que encontrava eco nas páginas daquele jornal, multiplicando a voz da CPT, reproduzindo suas denúncias, suas críticas, seus apelos e sua solidariedade aos homens do campo.

Mas os dados assim expostos provocaram reações indignadas de integrantes do governo, que recorreram, uma vez mais, à tática de acusar os apoiadores dos trabalhadores, jogando sobre eles a responsabilidade do aumento das tensões. Foi o caso do delegado Romeu Tuma, diretor do Departamento da Polícia Federal, que, perante a *Comissão Parlamentar de Inquérito* do Senado (1989), que apurou as causas da violência no campo, acusou a Igreja de incentivar invasões. No seu depoimento, declarou que

A Igreja colabora com as invasões de terra e contribui para a situação tensa, assim como a influência da Central Única dos Trabalhadores (CUT), as organizações internacionais exageram a dimensão dos fatos e a imprensa, muitas vezes, distorce as informações sobre os conflitos agrários no Brasil. [...]

³⁰² *Ibid.*

³⁰³ Correio Brasiliense. *Ministro manda DPF apurar ameaças no campo*. 24 jan. 1989, p. 13.

os conflitos se dão principalmente porque a Comissão Pastoral da Terra (CPT), organismo ligado à Igreja, é bem organizada na região e também devido à influência da CUT³⁰⁴.

Tudo não passava, pois, de um problema criado pelos opositores, aumentado pelas lentes irresponsáveis dos organismos internacionais e pela imprensa brasileira. Essa tática permaneceu vigente por toda *República envelhecida*, contribuindo para aumentar as rugas entre o governo e a Igreja, obrigando essa última a defender-se constantemente, a negar publicamente sua participação em atos criminosos, a reforçar seu papel de defensora das causas e dos direitos dos trabalhadores do campo.

A meu ver, parecia mais preocupante para o governo aquilo que se dizia sobre a “guerra no campo” do que o problema propriamente dito. A produção de uma dada visibilidade incomodava mais do que as imagens reais dos crimes e dos corpos sofrentes. Era um problema de narrativa, de disputas no campo discursivo, portanto.

Não somente a CPT e o MST foram responsáveis por essa produção discursiva, mas também outras entidades, como a CUT, acusada por Romeu Tuma. Elas dispuseram-se a denunciar a situação dos conflitos no Brasil, inserindo-se na rede em que o problema era discutido. Em 1985, por meio do seu *Boletim Nacional*, a CUT penetrava no debate por meio de uma edição especial em que sobressaía, em letras aumentadas, um *Basta!* à violência no campo, ali explicitada pelas imagens de horror (cada vez mais frequentes nos meios de divulgação periódica) e das vítimas martirizadas.

³⁰⁴ Jornal do Brasil. *Tuma acusa Igreja de incentivar invasões*. 16 jun. 1989, p. 5.

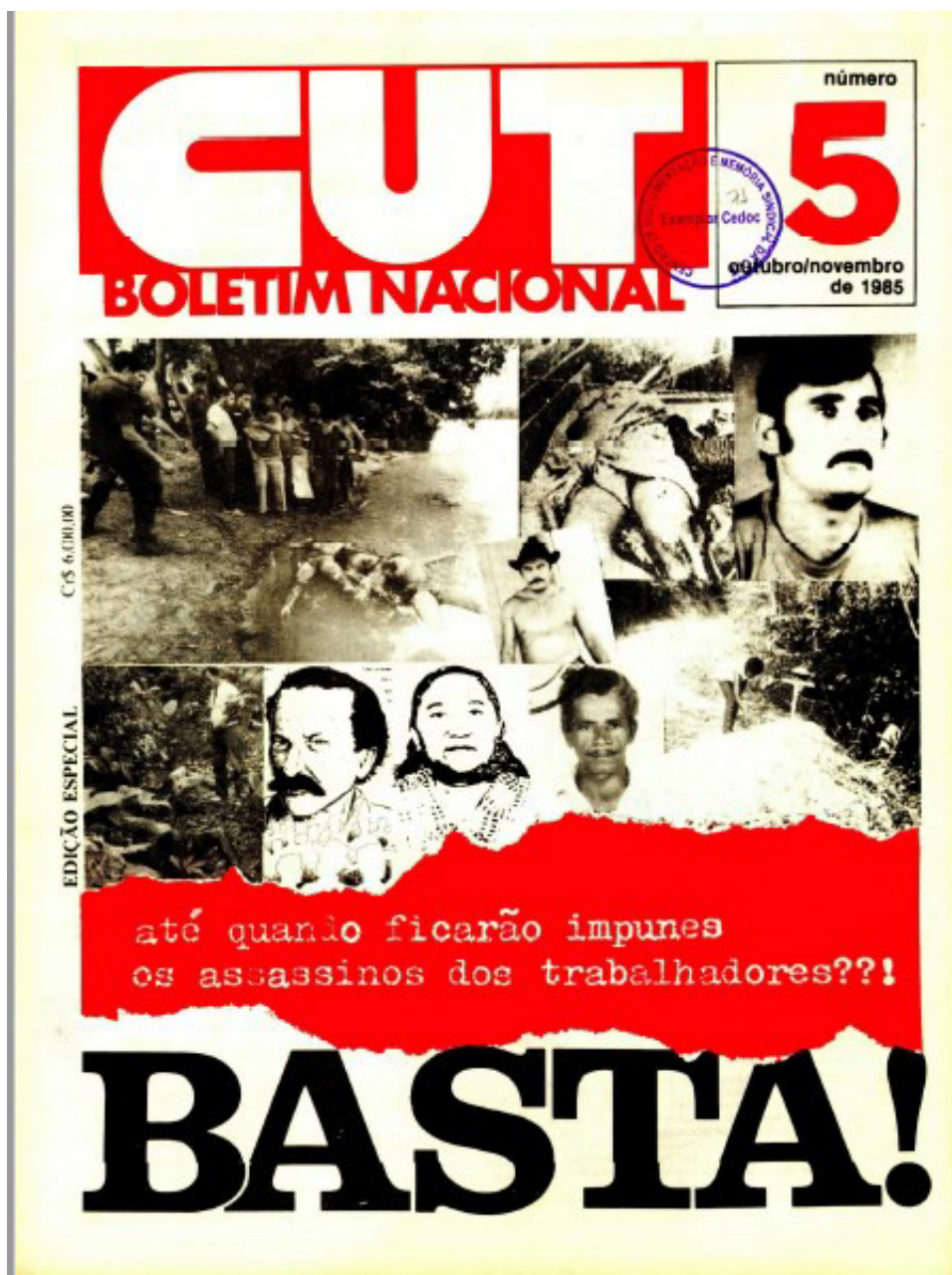


Fig. 25 Boletim CUT
Fonte: Boletim CUT, 1985 (capa).

A discussão central do *Boletim* era a impunidade de assassinos e mandantes, responsabilidade direta dos governos estaduais e federal. Uma marca da ditadura, a impunidade também caracterizava a República autodenominada *nova*; era a *terceira cara* da guerra no campo, segundo a CUT, acompanhada da pistolagem (a primeira cara) e da manutenção da concentração de terras (a segunda cara).

Na capa, estavam dispostos nove casos em que os crimes, mesmo quando identificados os seus mandantes e assassinos, não foram punidos. O *Boletim* resume cada

um dos episódios, destacando sempre o desenrolar dos acontecimentos que levaram os culpados a escaparem da Justiça, quase sempre ajudados por seus representantes, fossem os policiais ou os juízes.

Recorrendo a uma forma discursiva que se tornava cada vez mais frequente entre apoiadores dos trabalhadores rurais, a CUT concluiu:

É uma *estatística macabra*. Em 1984 eram conhecidos 116 assassinatos de trabalhadores rurais, cinco por mês. Em 1985, a média vem crescendo mês a mês. Em setembro e outubro, um trabalhador rural foi assassinado a cada dois dias. Dirigentes sindicais, líderes de comunidades, padre, advogado, dezenas de trabalhadores foram alvos de pistoleiros de aluguel ou dos latifundiários em pessoa³⁰⁵.

E ao enfatizar o problema da impunidade, responsabiliza o governo Sarney pela continuidade do tratamento aos criminosos.

[...] Mas os trabalhadores não estão dispostos a continuar de braços cruzados enquanto pais e filhos são assassinados todos os dias e a “Nova República” se mostra absolutamente incapaz de punir um único assassino ou mandante. A Justiça, agora como antes, continua rápida para proteger o latifundiário e grileiro, rápida para conceder “reintegrações de posse” e condenar as invasões, mas continua lenta e inútil para prender e punir bandido a serviço do latifúndio³⁰⁶.

Como se vê, também a CUT, ao tocar o problema da violência no meio rural, desconstrói a retórica novidadeira da República do *presidente accidental*, para usar expressão do historiador Jorge Ferreira (2018). Mostra-se, ao contrário, as faces envelhecidas da gestão, incapaz de realizar modificações na política fundiária, de levar adiante um projeto de reforma agrária, e, especialmente, de desvencilhar-se do seu compromisso com os poderosos da terra, atualizando os benefícios e garantido a proteção dos latifundiários, mesmo quando transformados em bandidos assassinos.

Desconstrução da novidade que se dá também pela exibição das estatísticas dos mortos, tal como a CPT, o MST, a CONTAG, o CIMI demonstraram. São vozes que se somam e apresentam uma certa regularidade discursiva, aumentando a visibilidade do problema, criando sua importância como questão social.

Isso explica, em parte, porque o governo resolveu produzir seus próprios dados sobre a violência no campo, realizar sua própria matemática dos conflitos, para disputar com a CPT e outras fontes, a produção da “verdade” sobre o problema. Tratava-se de

³⁰⁵ CUT. *Boletim Nacional da CUT*. Um basta aos assassinatos impunes! 1985, p. 2. (Suplemento). (Grifos meus).

³⁰⁶ *Ibid.* (Grifos do documento).

responder a essa *rede* que ia se formando e se ampliando, dialogar com ela, às vezes negá-la, desmentir suas afirmações, mas, de todo modo, inserir-se no debate. Através do MIRAD/INCRA, a partir de 1985, viu-se publicar os registros dos conflitos de terra³⁰⁷ em que ocorreram mortes, acompanhados dos quadros referentes aos números de mortos, de desaparecidos, de suicídios, das mortes por “acidentes” de trabalho.

Um último aspecto que merece ser destacado, fator de alargamento e de reforço da *rede* em questão, é o que poderíamos denominar de *internacionalização discursiva* do problema da violência no campo. Aí também, a meu ver, a CPT desponta como a principal voz e fonte de fornecimento das informações que circulam além fronteiras nacionais.

A *Anistia Internacional* foi, certamente, a entidade externa mais interessada na questão da violação dos direitos humanos no campo brasileiro na década de 1980. Ela reportou anualmente a situação dos trabalhadores rurais em seus relatórios, onde estão registrados a sintomática elevação da violência na vigência do governo Sarney.

Em 1983, ainda na ditadura, o relatório da *Anistia* denunciou a prisão arbitrária dos padres franceses Aristides Camio e François Gouriou, e 13 posseiros em São Geraldo do Araguaia³⁰⁸. Em 1984, a entidade se mostrava alarmada com a elevação e a seletividade dos crimes:

A Anistia Internacional continuou alarmada com os relatos de assassinatos arbitrários de membros do movimento sindical rural. Quinze camponeses ligados ao movimento teriam sido mortos com a alegada aquiescência das autoridades locais durante o ano. No dia 12 de agosto de 1983, a sindicalista Margarida Maria Alves foi assassinada em sua casa, em Alagoa Grande, Paraíba, por um pistoleiro supostamente empregado do dono de uma fábrica local³⁰⁹.

No relatório de 1986, já concluído o primeiro ano do novo governo civil, a *Anistia Internacional* destacou o aumento acentuado de assassinatos no campo e a flagrante inoperância governamental, especialmente em relação a apuração dos crimes e punição dos responsáveis.

A Anistia Internacional preocupava-se há anos com o número de sindicalistas rurais, advogados, camponeses, índios e outros mortos no contexto de disputas

³⁰⁷ Tem-se o registro referente aos anos de 1985, 1986, 1987, estudos em áreas específicas, como a região do Bico de Papagaio. Essa documentação pode ser acessada no *Sistema de Informações do Arquivo Nacional* – SIAN.

³⁰⁸ Ver Amnesty International Report 1983, p. 116.

³⁰⁹ Amnesty International continued to be alarmed by reports of the arbitrary killing of members of the rural trade union movement. Fifteen peasants linked to the movement were reportedly killed with the alleged acquiescence of local authorities during the year. On 12 August 1983 the trade unionista, Margarida Maria Alves, was murdered in her home in Alagoa Grande, Paraíba, by a gunman allegedly employed by a local factory owner. Ver Amnesty International Report 1984, p. 132.

de terra. De maio de 1985 houve um aumento acentuado no número de assassinatos de trabalhadores rurais e seus assessores, principalmente nos estados do Pará, Goiás, Maranhão, Bahia e Minas Gerais. A organização acredita que muitas das vítimas foram mortas por causa de sua participação em sindicatos rurais ou em outros grupos que buscam informar os trabalhadores rurais e seus direitos e para resolver conflitos sobre a posse da terra. A Anistia Internacional estava preocupada com as alegações persistentes de que o Estado, autoridades e a polícia falharam em conduzir ações rápidas, efetivas e investigações imparciais sobre tais assassinatos, ou para agir quando relatórios foram enviados a eles alegando que homens armados estavam ameaçando para matar trabalhadores rurais³¹⁰.

A impunidade favorece o alto índice de letalidade e expõe a cumplicidade dos poderes constituídos com os autores dos crimes. Segundo dados compilados nos relatórios de *Conflitos no Campo*, entre 1985 e 2018, foram 1.938 pessoas assassinadas em conflitos no Brasil, desses casos, um percentual de 92% continuavam impunes e seus mandantes e executores nunca foram responsabilizados (RIBEIRO *et al.*, 2020, p. 418).

A visibilidade internacional seu deu, além da publicação das informações sobre a situação tensa no campo, pelo acionamento dos organismos de defesa dos direitos humanos, chamados para acompanhar e encaminhar medidas de responsabilização do Estado brasileiro. Em agosto de 1983, uma denúncia foi registrada perante a 36ª sessão do *Conselho Econômico e Social das Nações Unidas*. Essa medida resultou em uma interpelação formal, apresentada ao governo brasileiro em fevereiro de 1987, pela *Comissão dos Direitos Humanos da Nações Unidas* (PRESSBURGER; ARAÚJO, 1991, p. 11).

Para representar o Brasil na referida *Comissão do Conselho Econômico e Social* da ONU, a CPT enviou o seu assessor jurídico, Thomaz Miguel Pressburger, para apresentar diante da reunião os problemas fundiários do país e as recorrentes violações perpetradas contra o campesinato brasileiro. O enviado discorreu sobre os muitos aspectos da violência no campo, destacando a violação dos direitos civis e políticos, dos direitos econômicos e sociais e a militarização da questão agrária³¹¹.

³¹⁰ Amnesty International had been concerned for some years about the number of rural trade union leaders, lawyers, peasants, Indians and others killed in the context of land disputes. From May 1985 there was a sharp increase in the number of killings of rural workers and their advisers, particularly in the states of Para, Goiás, Maranhão, Bahia and Minas Gerais. The organization believed that many of the victims had been killed because of their participation in rural trade unions or in other groups seeking to inform rural workers of their rights and to resolve conflicts over land tenure. Amnesty International was concerned about persistent allegations that the state authorities and the police failed to conduct prompt, effective and impartial investigations into such killings, or to take action when reports were submitted to them alleging that gunmen were threatening to kill rural workers. Amnesty International considers that persistent failure to prosecute the perpetrators of such abuses may be evidence of acquiescence in the crimes by the state authorities concerned, and may encourage their being repeated. Ver Amnesty International Report 1986, p. 131.

³¹¹ Ver SNI. *Exposição do problema fundiário brasileiro nas nações unidas*. 1984.

Como resposta, a ONU indicou um relator especial para analisar o caso, o Sr. Amos Wako, que apresentou suas conclusões em 1986. Ao governo brasileiro foi enviada uma carta denunciando que o grande número de trabalhadores agrícolas, posseiros e camponeses têm sido mortos por pistoleiros. Em vários casos, a polícia tinha participação. O relator pediu ainda que as autoridades brasileiras mandassem informações sobre as medidas que estavam sendo tomadas³¹².

Em 1989, como resultado da movimentação de algumas entidades brasileiras, como a *Apoio Jurídico Popular* – AJUP, a ABRA, o CIMI, a CPT, o MST, a CONTAG, entre outras, a questão da violência e da impunidade dos crimes no campo se tornou temática de discussão no *Tribunal Permanente de los Pueblos*. Na preparação da *Sesion Sobre la Impunidad de Crímenes de Lesa Humanidad en America Latina*, que ocorreria em 1990, no México, ficou acordado que “el problema de la impunidad en Brasil debería enfocarse principalmente en relación a los crímenes que tienen que ver con los conflictos de la tierra³¹³”.

No Brasil, a sessão de instrução, de caráter nacional e destinada a colher informações sobre a impunidade no país, delegou à CPT a responsabilidade de preparar o material sobre a violência no campo. Também ficou decidido que as conclusões da terceira sessão do *Tribunal Nacional dos Crimes do Latifúndio*³¹⁴, realizada nos dias 11 e 12 de agosto de 1989, nas dependências do *Teatro Municipal de São Paulo*, serviriam de base para análise do problema dos crimes de impunidade.

No conteúdo da ata dessa terceira sessão do *Tribunal dos Crimes do Latifúndio*, o trabalho da CPT estava lá registrado, como comprovação das violações de direitos no meio rural.

A sociedade assiste horrorizada à macabra estatística de assassinatos de lavradores, índios e de outras pessoas que se propõem a participar de suas lutas reivindicatórias. [...] o levantamento dos conflitos de terra no Brasil durante o ano de 1988, feito pela Comissão Pastoral da Terra, indicou números impressionantes: mais de 700 mil pessoas estiveram envolvidas diretamente

³¹² JORNAL DO TRIBUNAL NACIONAL DOS CRIMES DO LATIFÚNDIO. *Governo ignora interpelação da ONU contra a violência*. 1987, p. 2.

³¹³ CPT. *Sesion del tribunal permanente de los Pueblos*. 1989.

³¹⁴ O *Tribunal Nacional dos Crimes do Latifúndio* foi uma iniciativa de várias entidades representantes dos trabalhadores, de associações populares, de partidos políticos, reunidos em torno da *Campanha Nacional Pela Reforma Agrária*. O objetivo do *Tribunal* era realizar um julgamento público da violência do latifúndio, a partir de alguns casos exemplares. Um júri simulado, o *Tribunal* contou com a participação de juristas de renome nacional e observadores externos. As sentenças do *Tribunal*, segundo os objetivos, seriam substanciadas no Direito comum e no Direito dos Povos, sendo atribuído ao referido *Tribunal* a competência para encaminhar suas decisões às instâncias judiciárias nacionais e internacionais. Ver: *Jornal do Tribunal Nacional dos Crimes do Latifúndio*. Ver também: FAJARDO, Elias. *Em julgamento a violência no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1988.

em 680 conflitos relacionados com a posse da terra, entre pequenos agricultores, lavradores sem terra, posseiros e índios de um lado, e o latifúndio ou o Estado do outro, chegando a um número de 104 assassinatos, 68 tentativas de homicídio, 153 ameaças de morte, 2.189 casos de trabalho escravo e 45 bóias-frias mortos em acidentes de trabalho³¹⁵.

Sobre a impunidade, temática central do *Tribunal Permanente de los Pueblos*, a ata registrou:

Manipulações de pretextos processuais, evasivas e diversionismos, posturas abertamente acumpliciadoras, que foram a tônica das ditaduras militares, agora se repetem com trágica inalteração, garantindo a impunidade dos autores de forma afrontante. [...] Dos mais de 1.500 trabalhadores rurais, índios, sacerdotes, religiosas, advogados e outros profissionais assassinados desde 1964 em conflitos de terra, somente 14 casos foram levados a júri, sendo que em seis houve condenação apenas dos executores dos crimes. Somente em dois destes casos os mandantes foram levados às barras do Tribunal e foram absolvidos. Na maioria absoluta dos 1.500 casos, os mandantes – porque sempre existem mandantes nas questões de terra – sequer foram indiciados ou denunciados³¹⁶.

No Brasil, os tribunais simulados, de carácter estadual ou nacional, como do *Tribunal Nacional dos Crimes do Latifúndio*, organizaram-se fundamentalmente como resposta da sociedade civil organizada à escancarada conivência do Estado com os autores intelectuais e os executores dos crimes contra as populações camponesas.

A década de 1980 assistiu a muitas iniciativas de julgamento dos agentes promotores da violência no campo, constituindo mesmo uma marca desse período, uma pequena *era dos julgamentos*, em que a Justiça, as polícias, agentes particulares, órgãos estatais, empresas nacionais e estrangeiras estiveram no banco dos réus. Esses tribunais mantiveram constantes ligações com as experiências homólogas de carácter internacional, inserindo as violações de direitos no Brasil no rol dos crimes contra a humanidade.

Importante ressaltar que houve também vários tribunais estaduais, os Tribunais da Terra, com ênfase no julgamento dos crimes locais. Sabe-se da realização do *Tribunal da Terra em Guarulhos*, em 27 de julho de 1987; no dia 24 de julho de 1987, realizou-se o julgamento em Mato Grosso do Sul; o *Tribunal da Terra do Pará* foi realizado no dia 19 de abril de 1986, no auditório do Tribunal de Justiça do Pará; em 01 de agosto de 1986, no estádio Maracanzinho, foi a vez do Rio de Janeiro julgar os crimes do latifúndio, na realização do *Tribunal da Terra: a tragédia e a farsa da violência no campo*.

³¹⁵ CPT. *Tribunal nacional dos Crimes do Latifúndio: extrato de ata da terceira sessão*. 1989.

³¹⁶ *Ibid.*



Fig. 26 Tribunal da Terra – MS.
Fonte: SIAN.

O cartaz de anúncio do *Tribunal da Terra* em Mato Grosso do Sul direciona o olhar para o elemento a ser julgado, que aparece ali na posição altiva e imponente, sobre o corpo de um trabalhador morto. No chão, a ferramenta de trabalho que produz alimento, gera a vida no campo, a conflitar-se com a arma em punho do pistoleiro, do jagunço, do grileiro, ou do fazendeiro, do policial, a ferramenta de produzir morte.

Pode-se mesmo falar em interiorização do direito à Justiça por meio dessas ações, criando não somente a necessária visibilidade para o problema da violência em cada estado brasileiro, mas também educando as populações rurais, os trabalhadores e seus familiares, para a importância de lutar contra toda forma de violação. Cada julgamento é também a ocasião da condenação das forças políticas estaduais e nacionais; em cada *Tribunal da Terra* o réu maior, o Estado brasileiro, é convidado a sentar-se perante à Justiça e reconhecer o seu crime de criar condições necropolíticas no campo.

Os direitos humanos dos camponeses ocuparam lugar central nessa *era dos julgamentos*, posto a acentuada elevação da violência no meio rural no decorrer da década de 1980, especialmente na vigência da *República envelhecida*. São esses direitos dos camponeses, historicamente marginalizados da política econômica e social, um dos principais temas desafiadores do Brasil em tempos de transição democrática. A internacionalização do discurso sobre a violência no campo resultou em manifestações de apoio e cobranças ao Estado brasileiro por parte de organismos e agentes particulares em diversas partes do mundo.

Trata-se, pois, de uma era de afirmação, *os camponeses também têm Direitos Humanos*³¹⁷, e qualquer tentativa de democratização do país teve que levar em consideração essa nova demanda, esses novos agentes, trabalhadores rurais, homens sem-terra, dispostos a conquistar não somente um pedaço de chão, mas o direito de existir como cidadãos.

³¹⁷ Uma discussão mais alargada encontra-se na quarta parte desta tese.

8 NOTICIAR A DOR QUE É NOSSA

O grande silêncio das coisas muda-se no seu contrário através da mídia. Ontem constituído em segredo, agora o real tagarela.

(CERTEAU, 2012, p. 259).

Há algum tempo Michel Foucault propôs o tratamento dos fatos de discurso como “jogos estratégicos, de ação e de reação, de pergunta e de resposta, de dominação e de esquivas, como também de luta” (FOUCAULT, 2013, p. 19). A ênfase situa-se no caráter combativo das práticas discursivas, que pressupõe sempre um conflito entre interesses desarmônicos quando se trata de impor esta ou aquela verdade, este ou aquele modelo de interpretação da vida social.

Nessa dimensão polêmica, conflituosa, beligerante, o discurso torna-se o mecanismo por meio do qual determinadas formas de saber e de poder se estabelecem, se tornam hegemônicas. Trata-se, de igual maneira, de uma prática de instituição de verdades que encontram sua validade lá onde uma dada visão do mundo conseguiu sobrepor-se a tantas outras. É exatamente neste lugar em que se exprime a disputa e se descortinam as relações de luta e de poder, que podemos visualizar o nascimento de novos objetos, novos problemas, novas formas de saber. São os momentos fecundos da história, instantes preferenciais dos começos ordinários, dos nascimentos mesquinhos, das invenções comezinhas.

É nessa zona conflitiva da história que me situo para apresentar as lutas de representação da *violência no campo* pelo MST, a partir do *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – JST*. Minha problemática diz respeito à fabricação do que comumente denominamos violência no campo, expressão aparentemente familiar, compreensível, integrada à nossa comunidade de sentidos, mas, talvez hoje, saturada, incapaz de nos impulsionar à luta contra sua persistente presença.

Meu intuito é demonstrar como o MST foi (obviamente não o fez sozinho) responsável por evidenciar a violência no campo como um fato narrativo, como realidade a ser vista, pensada, dita, denunciada. Mais especificamente, como transformou assassinatos, torturas, prisões, despejos, ameaças de morte, antes encarados como simples desdobramentos dos conflitos entre camponeses e fazendeiros nos rincões do país, em

violência seletiva, direcionada aos trabalhadores rurais e suas representações, por vezes promovida pelas forças do Estado e da Justiça brasileira.

Há um percurso nada harmônico e pacífico na história desta fabricação discursiva da violência no campo que precisa ser recuperado. Isso diz respeito a embates que se descortinam nos territórios disputados por camponeses e latifundiários, nos conflitos por terra, moradia e trabalho, que resultam em assassinatos, torturas, perseguições; mas embates que também se processam em espaços simbólicos e dizem respeito às batalhas discursivas de apresentação, mas também *invenção*³¹⁸ desta violência como realidade a ser noticiada. É nesta segunda instância em que me coloco, sem, evidentemente, perder de vista a força dos primeiros enfrentamentos.

O *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*, aqui elencado como fonte primordial dessa investigação, será tratado, antes, como mecanismo de produção discursiva da violência no campo, como realidade narrativa, participando de sua elaboração; instrumento de comunicação que atende a diversos objetivos do MST, mormente a necessidade de dar visibilidade às inúmeras formas de violência no meio rural, transformando-as em notícias, investindo-as de uma credibilidade jornalística. É a história da produção da própria “verdade” do MST sobre os crimes no campo. Realidade discursiva que se faz em atos de escrita, que se impõe nas capas, nos editoriais, nas imagens, nas entrevistas, nas cartas do JST. Criação de fatos pela repetição da mesma retórica, pela apresentação do mesmo acontecimento.

No rastro desse processo está o confronto, aquela componente inevitável de toda emergência, de todo começo. Por vezes teremos que recorrer a outras fontes jornalísticas, especialmente aquelas que o MST julgou distorcidas, caluniosas e a serviço do latifúndio. Aí vamos encontrar lutas pela representação da violência no campo, conflitos do tipo *simbólicos*³¹⁹, comprometidos com os objetivos dos grupos envolvidos. Mas esta não é

³¹⁸ Invenção tem o mesmo sentido de fabricação no texto de Michel Foucault e remete aos começos, às rupturas na história, momentos de nascimentos de novos objetos, novos problemas, novas formas de sujeição dos indivíduos, novas formas de saber e de poder. Aqui reside uma das principais contribuições de Foucault para os historiadores, na medida em que sua Filosofia nos convida a inserir a descontinuidade na história, pensar a emergência do novo, os momentos de inflexão, os limiares. Ver FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas, op. cit.*; FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

³¹⁹ Para Bourdieu, “As diferentes classes e frações de classes estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme aos seus interesses, e imporem o campo das tomadas de posições ideológicas reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais” (BOURDIEU, 2011, p. 11).

propriamente uma história do JST, de sua trajetória e de sua constituição em uma mídia³²⁰ organizada para promover o MST. Outros trabalhos já se dedicaram a este fim. Tampouco se trata de uma análise apurada das lutas do MST para contradizer a imagem negativa que parte da imprensa brasileira imputou ao Movimento.

Aqui, o objetivo é analisar as práticas de discurso utilizadas pelo MST para imprimir uma dada visibilidade e dizibilidade sobre os atos de violência nas áreas rurais. Ora, este trabalho pressupõe formas de *enquadramento da violência*, por atos narrativos e visuais, que se prestam não somente ao objetivo que pretende torná-la visível, mas também crível. O enquadramento diz respeito tanto ao problema de seleção do que será reportado pelo jornal, mas também à forma de apresentação. Não se trata apenas de dizer, mas organizar um discurso que mobilize, que produza crenças, que emocione, que produza afetos.

8.1 *Enquadramentos da violência*

As ocupações de terras improdutivas e de prédios públicos tornaram-se a principal forma de atuação do MST e de sua territorialização pelo país desde o seu surgimento, em 1984. A ocupação foi responsável não apenas pela fixação do homem do campo em terras para plantar e morar, mas também pela fixação do MST no imaginário brasileiro³²¹. Essa colonização do imaginário se processou, obviamente, pela combinação com outras formas de luta, outros mecanismos de representação do Movimento. Nesse processo, ganha centralidade a relevância da imprensa como palco de invenção dos sem-terra³²², lócus de uma complexa e conflituosa luta por um capital simbólico para o MST.

O Movimento criou sua própria imprensa, o *Boletim informativo dos Sem Terra*, em 1981, no calor das lutas dos trabalhadores rurais acampados na Encruzilhada Natalino,

³²⁰ Sobre isto ver PERLI, Fernando. O que era simples imprensa virou mídia: como o MST divulgou os meios de comunicação de massa. *Revista Tempo & Argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 21, maio/ago., 2017, p. 181 – 209.

³²¹ Para Bernardo Mançano Fernandes a ocupação é o ponto de partida no processo de construção do MST, constitui sua identidade, pois foi ocupando terras, forçando a entrada de homens e mulheres em áreas improdutivas que o MST iniciou sua trajetória. Ocupar, para o MST, era o meio de existir de fato, concretude da luta. Ver FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 97.

³²² Rachel Bertol analisou esse processo de invenção pela mídia, apontando para os momentos em que a chamada grande imprensa deu maior destaque para as ações do MST, os instantes políticos em que o Movimento ocupou o primeiro plano desses noticiários, além de problematizar a própria invenção do termo sem-terra por esta imprensa, imprimindo no imaginário brasileiro uma novidade que se tornaria o maior Movimento social do país. Ver BERTOL, Rachel. Como os sem-terra se inventaram pela mídia: a novidade social nos anos 1990. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 31, p. 3 – 23, 2003.

RS. As transformações no *Boletim*, até se tornar o *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, em julho de 1984, expressam a busca do MST para alcançar maior número de pessoas, tanto do ponto de vista territorial, quanto no aspecto simbólico³²³. Era preciso ocupar manchetes, criá-las a partir da perspectiva do próprio Movimento.

Diversos trabalhos se debruçaram sobre a produção de imagens negativas do MST, recorrentemente associado à “baderna”, à “invasão”, à “violência”, à “desordem”. Especialmente a partir da década de 1990, as matérias de alguns jornais e revistas promoviam essa associação depreciativa do Movimento, cercando-o de um universo simbólico estruturado entre as imagens da violência e do medo (BERTOL, 2003, p. 13). Eduardo Ferreira de Souza (2004), em estudo específico sobre o discurso da revista *Veja* sobre o MST, demonstrou o processo de enquadramento do Movimento marcado por momentos de silenciamento, de cooptação, de divisão e, principalmente, de *satanização*.

Em parte, a constituição de um jornal próprio para o MST diz respeito a este processo de silenciamento e satanização, parte de uma luta para poder *dizer e desdizer* na mídia o que é o Movimento e o que pretende. Cabe ressaltar as estratégias do JST para dizer a violência que sofrem os Sem-Terra. Isso também precisou ser inventado, um processo simultâneo de nascimento tanto do “Sem-Terra”, um novo ator no cenário brasileiro, quanto da violência que lhe fora direcionada.

Para Eduardo Ferreira de Souza, a notoriedade do MST só se concretizou na segunda metade dos anos 90 do século passado, isso porque, nesse momento, o MST concentrou maior número de pessoas em congressos e manifestações e porque “a mídia deixou de tratar os conflitos no campo como incidentes localizados que mereceriam soluções específicas e passou a reconhecer a necessidade de uma solução ampla para o problema agrário nacional”. Um segundo fator, afirma o autor:

Foi o fato de os proprietários rurais reagirem de forma violenta à organização dos trabalhadores rurais sem terra. O número de assassinatos no campo aumentou enormemente e pelo menos duas chacinas tiveram repercussão nacional, Corumbiara e Eldorado dos Carajás. (SOUZA, 2004, p. 57).

Esses fatos colocaram, evidentemente, não somente o MST, mas toda a luta e os sofrimentos dos trabalhadores rurais em evidência, sobretudo pela exploração das

³²³ Destaque-se que a nomenclatura do periódico sofreu quatro modificações desde sua criação: circulou inicialmente como *Boletim Informativo dos Sem Terra*; em 1983, somente como *Boletim dos Sem Terra*; em 1984, tornou-se *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra* e, finalmente, em 1988, passou a ser denominado *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. Sobre a trajetória do jornal ver BEZERRA, Antonio Alves. *Na luta pela terra - expressões e escritos: o Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (1981 – 2001)*. Maceió: Edufal, 2015.

imagens do horror, da espetacularização dos assassinatos pela mídia. Mas essa abordagem não dá conta da luta para dar visibilidade ao tema da violência, que o MST elaborou nas páginas do JST e da qual a espetacularização midiática dos anos 90 seja, talvez, apenas a culminância.

Aliás, me parece que a análise do que vamos denominar de *enquadramento da violência no campo* constitui aspecto fundamental para a compreensão do próprio surgimento do MST, que se realiza também pela elaboração imagética do Movimento que sofre e resiste, que funda raízes em um processo de luta que se materializa na violência sofrida e na resistência dos trabalhadores rurais.

A memória do MST é também uma memória da violência, das violações de direitos, da terra negada e usurpada; do trabalhador surrado, da criança desamparada, da mulher enlutada, do camponês assassinado, da liderança silenciada. É a memória da vítima, essa potente categoria que, em nosso tempo, gera empatia, dá prestígio, cobra direitos, e, por vezes, imuniza de qualquer crítica ou culpa (GIGLIOLI, 2016, p. 19).

Não se trata, obviamente, de negar todo o passado de exclusão dos trabalhadores rurais neste imenso Brasil, toda opressão que sofreram sempre que tentaram organizarem-se, toda violação e negação de direitos, toda violência que sofreram, todos os corpos que tombaram e continuam sucumbindo. São vítimas reais de um país que instituiu formas de violência seletiva, seja no campo ou na cidade, de uma sociedade excludente e extremamente perigosa para os corpos indesejáveis dos pretos, dos camponeses, dos indígenas, das mulheres, dos homossexuais, dos pobres, dos idosos, alvos primordiais da *necropolítica* do Estado brasileiro.

Mas a própria figura da vítima não pode existir sem um processo de fabricação discursiva da violência que sofreu, do dano que lhe causaram, do direito que lhe foi negado, do esquecimento que lhe foi imputado. Isso envolve não apenas a narração do mal perpetrado contra os sujeitos, mas também as suas formas de enquadramento, a criação de enredos, a repetição do fato, a seleção e a exibição das imagens que melhor o representem; os quadros, os números, as estatísticas, os depoimentos, que configuram credibilidade, buscam confiabilidade.

Ora, os primeiros números do *Boletim Sem Terra* não são também o registro da marginalização, da exclusão e da repressão aos trabalhadores rurais sem-terra organizados no acampamento da Encruzilhada Natalino? É a *história de um povo oprimido* o que se narra no primeiro *Boletim*, de maio de 1981. A saga de mais de 500 famílias, de quase 3.000 pessoas, entre elas arrendatários, parceiros, meeiros, agregados,

peões de granja, filhos de pequenos agricultores, expulsos da terra pelo avanço do capital no campo, pela especulação da terra.

Trata-se da apresentação das condições precárias dos acampados, sem acomodações, sem cama, sem agasalhos, sem comida, nem assistência médica. Além das diversas formas de intimidação e pressão do governo, pela presença de policiais, pela difusão de boatos e disseminação do medo³²⁴.

O *Boletim Sem Terra* é, como bem demonstrou Monyse Ravenna, instrumento de divulgação da luta dos acampados, meio de alargamento das redes de solidariedade em favor dos trabalhadores, espaço de denúncia contra as violências sofridas e formação de uma “opinião pública favorável à causa dos acampados da Natalino” (RAVENNA, 2020, p. 41). Nesse processo de afetação da opinião pública, o enquadramento do sofrimento e da violência contra os trabalhadores rurais, constitui importante mecanismo de sensibilização da sociedade, apelando para a dor, a penúria, a vida difícil no acampamento, a iminência da morte, inclusive das crianças, por fome, frio e falta de assistência médica³²⁵.

O *Boletim* também é o elo entre os acampados e os demais trabalhadores rurais do país, que não apenas reconhecem o sofrimento e a luta dos acampados, mas reconhecem a si mesmos como vítimas iguais de um processo de marginalização das populações camponesas no Brasil, irmanando-se ao sujeitos da Natalino, compartilhando dores e sofrimentos parecidos.

Os acampados da Natalino compunham um quadro maior, mais complexo e mais trágico de uma violência generalizada. O *Boletim Sem Terra* corroborava esse entendimento ao incorporar, na edição de outubro de 1981, os registros da CPT sobre os conflitos pelo país, destacando o reconhecimento dessa instituição em relação à luta dos “sem-terra de Ronda Alta, há sete meses acampados à beira da estrada e desatendidos em suas legítimas reivindicações tanto pelo Governo do Estado como pelos órgãos federais”³²⁶.

³²⁴ Boletim Sem Terra. *História de um povo oprimido*. Maio, nº 1, 1981, p. 2 – 3.

³²⁵ A menina Loivaci Pinheiro, de apenas quatro meses, foi a primeira criança morta no acampamento, vítima pela fome, pelo frio, pela subnutrição e pela broncopneumonia. Morreu nos braços da mãe, no Hospital de Ronda Alta, à espera do atendimento digno, que não recebeu. Sobre a violência contra as crianças sem-terra, ver: RAVENNA, Monyse. *Os sem terrinha: uma história da luta social no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

³²⁶ CPT. Comunicado da III Assembleia nacional da Comissão Pastoral da Terra. In: CPT. *CPT: pastoral e compromisso*. Petrópolis: Vozes, 1983, p.103.

O *Boletim* reproduzia em quadro e tabela aquilo que a CPT chamava de *relato aproximado da realidade*, dada a amplitude do problema e as dificuldades de abarcar todos os conflitos, todas as pessoas envolvidas, e, principalmente, todos os agentes causadores. Ao enquadramento dos conflitos, acrescentava-se a matemática da tragédia no campo, os números “comprobatórios”, elementos que, a um só tempo, apelam para a objetividade, a exatidão, a cientificidade da pesquisa, fundamentais na produção de crenças e essenciais na busca de legitimidade da “verdade” que se pronuncia.

É preciso levar em consideração o fato de que aquelas também eram as primeiras tentativas de sistematização da violência no campo pela CPT, um trabalho de produção e publicação de dados, que carecia de espaço público para reverberar, que precisava encontrar canais de escoamento. Além disso, a fiabilidade dos números da CPT dependia, dentre outras coisas, de uma rede de sustentação para suas afirmações, especialmente quando os dados coligidos eram compartilhados, multiplicados em outros canais e por outras vozes. E nessa *rede*, cria-se o *fato* da violência no campo, tanto mais real quanto mais crenças e seguidores conseguir produzir.

Em setembro de 1982, em Goiânia, realizou-se o *Encontro Nacional dos Trabalhadores Sem-Terra*, reunindo representantes de 16 estados do país, para discutir o problema da falta de terra para trabalhar. Do *Encontro* resultou a *Carta aos companheiros Sem-Terra do Brasil*³²⁷. O encontro reunia diferentes experiências de lutas (dos boias-frias do Sul e do Sudeste, dos arrendatários do Sul, dos posseiros do Centro-Oeste, dos assalariados da zona da cana, no Nordeste); aglutinava os esforços dos trabalhadores na direção de uma organização conjunta, além de expressar a gestação de uma força coletiva denominada *Sem-Terra do Brasil*.

A *Carta*, “que conclama todos os trabalhadores a assumir a luta pela terra”, ressalta um elemento comum aos sem-terra ali reunidos: é o conflito de terra e a violência que dele decorre. Faz parte do processo de construção identitária do sem-terra o reconhecer-se vítima de um mesmo processo de exploração:

Verificamos que em todas as regiões do país inteiro existem conflitos de terra, e o pior de tudo isso é a maneira como se resolvem esses problemas, lamentamos outra vez em dizer que estes problemas são resolvidos com repressão policial, e a corda quebra sempre do lado mais fraco. Nós

³²⁷ Assinaram a Carta aos companheiros Sem-Terra do Brasil, que resultou do encontro, os representantes dos seguintes estados: Goiás, Pernambuco, Maranhão, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Espírito Santo, Paraíba, Piauí, Rondônia, Mato Grosso, Minas Gerais, Santa Catarina, Ceará.

trabalhadores somos vítimas de um sistema que está voltado para o interesse das grandes empresas e latifundiários³²⁸.

É nessa tomada de consciência, que pressupõe o reconhecimento das condições materiais de exploração, os processos de violência em que estão imersos, e as lutas de resistência que travam, que os trabalhadores destituídos da terra se veem como uma *classe*, identificando os traços, os sentimentos, os desejos, os objetivos e as lutas que os tornam companheiros. É forçoso lembrar Edward Palmer Thompson, ao enfatizar que a classe não precede a luta de classes, pois é somente no curso de um processo histórico de luta, que os sujeitos podem descobrir sua consciência de classe (THOMPSON, 2012, p. 275).

Nessa altura, o *Boletim* informativo já tinha se regionalizado, se tornando órgão oficial de informação das lutas de cinco estados: RS, SC, PR, SP, MS, conforme consta no editorial do jornal de número 25, de julho de 1982. Observa-se que a partir daí o termo *violência* vai ocupar maior espaço no periódico, aparecendo nas capas, nos editoriais e no corpo de notícias especiais. Além disso, nota-se a estratégia dos editores para dar destaque ao tema, recorrendo à grafia da palavra em letras garrafais, enquadradas, grifadas, além da associação da notícia com gráficos e tabelas sobre o aumento da violência por todo o país. Aos poucos, o tema vai sendo apresentado como uma questão de ordem nacional, que atinge todos os trabalhadores rurais, em qualquer parte do território.

É indicativa desta orientação a edição número 28, de outubro de 1982, que trazia no centro da página, em letras destacadas por uma faixa escura, o título *Violência: continua o massacre dos posseiros*. Trata-se de uma edição de apenas três páginas e em todas três, há um destaque para o tema da violência, que aparecerá também no editorial e na página final. Os números posteriores seguiram o mesmo escopo, recorrendo a um vocabulário específico para denunciar o recrudescimento das ações contra os trabalhadores rurais. *Massacre, assassinato, despejo, chacina, fome, miséria, prisão*, essas palavras saltam aos olhos do leitor do *Boletim* por meio de estratégias técnicas que conferem maior valor-notícia aos assuntos³²⁹.

³²⁸ Boletim Sem Terra. *Aos companheiros sem terras do Brasil*. Novembro, 1982, p. 3. (Suplemento especial).

³²⁹ Conforme Eduardo Nunes Freire “Os assuntos com maior valor-notícia devem ser destacados. Esse destaque é feito pela área que a matéria ocupa, pelo lugar na página e pelo tratamento tipográfico. Assim, as manchetes são preferencialmente colocadas no alto da página, com corpo de letra maior, ou fontes mais pesadas, e devem ocupar boa parte da página. O tratamento é diferenciado para que fique claro ao leitor os valores-notícia que o jornal dá para cada assunto. Isso serve também para identificar o posicionamento discursivo do periódico”. Ver FREIRE, Eduardo Nunes. O design no jornal impresso diário: Do tipográfico ao digital. *Revista Galáxia*, São Paulo, n. 18, p. 291 – 310, 2009.

Aliás, a partir desse momento, o periódico dos trabalhadores rurais já apresentava significativas modificações editoriais, a começar pela supressão da expressão *Boletim informativo*, passando se chamar apenas *Sem Terra*. Observa-se aí a produção de capas cada vez mais objetivas, com informações curtas, diretas, com maior centralidade para as imagens. O número de páginas também aumentou, passando de três para sete a partir da edição 31, onze páginas na edição 32, 14 na edição 33, até atingir o número de 15 páginas.

A partir de julho de 1984, o *Boletim Sem Terra*, editado desde maio de 1981, entrava em uma nova fase, passando a ser denominado de *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra* – JST. Mais que uma simples mudança de nomenclatura, a reestruturação do principal veículo de notícias do Movimento refletia as ambições de uma organização que pretendia estender-se por todo o país³³⁰. Oficializado o *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra* – MST e estabelecida as lutas futuras, decidiu-se também que um meio de divulgação “forte e amplo”³³¹ era preciso para atender os objetivos igualmente ambiciosos do MST.

Vê-se uma sucessão de capas demarcando a centralidade do tema da violência no campo. Uma após outra, criando a sensação da persistência do problema, dispendo no tempo que avança a permanência do mesmo e velho fato: o massacre dos trabalhadores rurais.

³³⁰ O *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra* passaria a ser mensal, com tiragem de 10 mil exemplares para circular em todo o território nacional. Em poucos meses a tiragem do jornal atingiu o número de 20 mil exemplares e teve sua sede transferida para São Paulo. Destaque-se que a nomenclatura do periódico sofreu quatro modificações desde sua criação: circulou inicialmente como *Boletim Informativo dos Sem Terra*; em 1983, somente como *Boletim dos Sem Terra*; em 1984, tornou-se *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra* e, finalmente, em 1988, passou a ser denominado *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. Sobre a trajetória do jornal ver BEZERRA, Antonio Alves. *Na luta pela terra., op. cit.*

³³¹ *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*, ano III, nº 36, julho de 1984, p. 2.



RETRIBUINDO A SOLIDARIEDADE
Dia 19 de outubro passado uma comissão de agricultores de Nova Ronda Alta distribuiu a sua segunda produção de verduras entre os moradores da Vila "Lomba do Pinheiro", município de Viamão. Esta é a segunda vez que os colonos entregam a sua produção coletiva aos operários da região metropolitana de Porto Alegre. Segundo eles, o gesto representa a retribuição das famílias de Nova Ronda Alta ao apoio recebido durante o acampamento de Encruzilhada Natalino.

Colonos distribuíram 100 caixas de couve-manteiga.

SEM TERRA

BOLETIM INFORMATIVO DA CAMPANHA DE SOLIDARIEDADE AOS AGRICULTORES SEM TERRA

ANO II, Nº 28

Porto Alegre - primeira e segunda quinzena de outubro de 1982

CANTOS DO POVO
É uma coletânea de cantos da Romaria da terra e do poeta gaúcho Adão Preto. "Foi a partir do sofrimento que a gente vive que começaram a surgir minhas poesias", diz o poeta. O livro está à disposição, ao preço de Cr\$ 250,00. Pedidos à CxPostal 1916, CEP 90.000, Porto Alegre -RS.

VIOLÊNCIA
CONTINUA
O MASSACRE
DE POSSEIROS

LEIA EDITORIAL E ÚLTIMA

Sem Terras
fizeram
encontro
nacional
Só com uma carta aos Sem Terras do Brasil, 17 estados participaram. Edição especial e seguir.

CONDENADO POR DEFENDER AGRICULTORES

O jornalista Juvencio Mazzarello, colaborador da CPT do Paraná foi condenado no final do mês passado a um ano de prisão com base na Lei de Segurança Nacional pelo Conselho Permanente de Justiça da 5ª Circunscrição Militar de Curitiba, PR. Os militares negaram ao jornalista o direito ao benefício da suspensão condicional da pena e o direito de apelar em liberdade. Assim que terminou o julgamento, Juvencio foi recolhido pela polícia federal à Penitenciária Central do Paraná, no município de Piraquara. Ele é editor do jornal "Nosso Tempo" de Foz do Iguaçu e autor de "A Taipa da Injusti-

ca", uma publicação da CPT do Paraná que fala sobre as violências cometidas contra os desapropriados da Itaipu binacional.

Pela "Justiça dos militares", o jornalista foi enquadrado na LSN porque publicou no "Nosso Tempo" matérias contendo críticas às autoridades, entre elas os coronéis João Guilherme da Costa Labre e Clóvis Cunha Viana, este último interventor municipal em Foz do Iguaçu.

Nós do Comitê de Apoio do Rio Grande do Sul e do boletim SEM TERRA, que conhecemos Juvencio e o seu trabalho, concor-

damos inteiramente com seu advogado, Wagner D'Angelis, presidente da Comissão Justiça e Paz do Paraná de que a decisão da justiça militar foi "mais política do que técnica, para atender aos interesses das autoridades de Foz do Iguaçu". Juvencio é um intransigente defensor dos trabalhadores rurais oprimidos daquele estado. Por isso, repudiamos essa condenação, nos solidarizamos com o jornalista Juvencio Mazzarello e apoiamos a iniciativa de desenvolver uma ampla campanha de solidariedade ao jornalista condenado e pela revogação imediata da Lei de Segurança Nacional.

Fig. 27 Boletim Sem Terra (capa).
Nº 28, Outubro de 1982.

SAIR OU LUTAR?

A 6ª Romaria da Terra será de protesto contra a expulsão dos trabalhadores rurais do campo. Página central.



SEM TERRA

Porto Alegre - fevereiro de 1983

ANO III Nº 29

VIOLENCIA SINDICALISTA ASSASSINADO

SINDICALISTAS, PADRES E POSSEIROS SÃO PRESOS, MORTOS BARBARAMENTE E OS PISTOLEIROS, A SOLDO DE SEUS MANDANTES CONTINUAM AGINDO COMPLETAMENTE IMPUNES, PROMETENDO MAIS VIOLENCIA PARA O DIA SEGUINTE.

Veja essa realidade do campo na matéria ao lado e nas páginas central e última desta edição.

Elias Zi de Costa Lima, 43 anos, lavrador, pai de 8 filhos foi brutalmente assassinado por grileiros, dia 21 de novembro passado, com dois tiros de revólver calibre 38, à queima-roupa, diante de centenas de pessoas no centro da cidade de Santa Luzia, localizada na Pré-Amazônia Maranhense, região de fronteira agrícola.

Elias Zi, mais conhecido como Zizi, era presidente em exercício do Sindicato dos Trabalhadores Rurais desde agosto de 1982, mas já atuava no movimento sindical em defesa dos trabalhadores rurais desde 1973 quando assumiu a delegacia sindical. Por isso era um homem

marcado pelos grileiros da região, contam os moradores. Além de Zizi, já "eliminados", os grileiros contam com uma lista de nomes de outros sindicalistas, entre eles, Antônio de Souza Moraes, ex-tesoureiro do sindicato e João Batista Lira Netto, que foi candidato a prefeito de Santa Luzia pelo PMDB.

O povo está apavorado com a volta do clima de violência na região, que havia diminuído com a proximidade das eleições de 15 de novembro. "Acabou a eleição, acabou a proteção, agora é a taca". Tempo da "taca", tempo de violência, como eles chamam.

SEM-TERRA REALIZAM 2º ENCONTRO REGIONAL

A Regional Sul dos Trabalhadores Rurais Sem Terras deverá realizar o seu 2º Encontro nos dias 16 e 17 de fevereiro próximo, em Chapecó (SC). Depois de realizadas várias consultas entre os companheiros da regional (RS, SC, PR, SP e MS) ficou estabelecida esta data para facilitar aos agricultores que desejarem participar da 6ª Romaria da Terra, a ser realizada no dia 15, no município de Viadutos - RS (veja matéria nesta edição).

No encontro de Chapecó, além de um relato completo da recente reunião da Comissão Nacional Provisória dos Sem Terras, será feita uma avaliação minuciosa dos encaminhamentos feitos a partir do primeiro Encontro da regional (em julho do ano passado) e os próximos passos a serem estabelecidos.

Fig. 28 Sem Terra (capa).
Sem Terra, nº 29, Fevereiro de 1983.

A insistência das capas cumpria não apenas a necessidade de colocar em pauta o problema da violência, mas também representava um modo de participar da campanha nacional de desmobilização do governo militar, desnudando o autoritarismo e as violações de direitos no campo. Desse modo, os trabalhadores rurais inseriam-se no debate e nas lutas pela democratização do país, pautando suas reivindicações, colocando o problema da terra e da reforma agrária como elementos essenciais desse processo. O gesto que enquadra o problema da violência contra os trabalhadores rurais é também um gesto de enfrentamento do regime militar, refletindo a politização das lutas pela terra e a organização do campo em torno de questões que ultrapassavam a simples exigência da "terra para quem nela trabalha".

Aliás, este é, a meu ver, um tema pouco explorado pela historiografia que se dedica ao processo de transição para a democracia no Brasil, que, via de regra, volta-se para as lutas urbanas, buscando ali os argumentos da crítica e do desgaste político do regime militar. Uma análise mais detida nas organizações dos trabalhadores rurais, especialmente a partir do final da década de 1970, pode alargar o entendimento de que a ditadura encontrou no campo, entre os trabalhadores rurais e seus aliados, um poderoso espaço de resistência e de enfrentamento do regime, sobretudo porque nessas áreas, o olho do Estado continuou vigilante, demarcando um processo de *militarização da questão agrária* que durou até os últimos momentos da ditadura.

É esse olho da ditadura no campo, essa sua presença austera, que o *Boletim Sem Terra* registra em suas páginas, apontando os limites da transição brasileira, ressaltando o recrudescimento das políticas de vigilância e de controle naquele espaço, obviamente sob o escopo de garantir a tranquilidade de uma transição “moderada e gradualista”, evitando manifestações de cunho esquerdizante, comunista, ou para evitar políticas “revanchistas”, que viessem responsabilizar os militares pela violação de direitos humanos (NAPOLITANO, 2020, p. 282).

A criação do *Ministério Extraordinário Para Assuntos Fundiários*, em 1982, foi apresentada pelo *Boletim Sem Terra* como medida de ampliação do controle militar:

Até agora, o Governo vinha intervindo nas áreas de conflito através de organismos especiais, como o GETAT e o GEBAM, principalmente, e, à vezes diretamente, através do Conselho de Segurança Nacional. Mas a situação agravou-se e os trabalhadores rurais sem terra (mais de oito milhões) são considerados um inimigo interno extremamente perigoso. O Ministério Para Assuntos Fundiários foi criado para coordenar e ampliar o “tratamento militar” aos problemas de terra e cumprir a missão de que o Incra atestou-se incapaz: garantir a ocupação da Amazônia e da fronteira agrícola pelos grandes grupos econômicos e latifundiários, militarizar o tratamento aos problemas sociais no campo e transformar os conflitos existentes em guerra interna, já que sua proliferação afeta o poder³³².

A CPT corroborava esse entendimento, destacando os entraves que a criação do novo *Ministério* acarretaria para o trabalho pastoral, na medida em que visava dificultar entrada dos agentes de pastorais nas áreas de conflito, “esvaziar os movimentos sindicais e tentar desmoralizar o trabalho da Igreja e o apoio das entidades civis à questão dos camponeses”³³³.

³³² Boletim Sem Terra. *Editorial*. Agosto, nº 26, 1982, p. 2.

³³³ Boletim Sem Terra. *Ministério da terra dificultará, diz CPT*. Outubro, nº 28, 1982, p. 2.

Por seu turno, José de Souza Martins, viu esse processo de *militarização da questão agrária* como tentativa de esterilização política da questão fundiária, além do desenvolvimento de um certo *populismo* militar no campo que, aproximando-se dos trabalhadores, distribuindo títulos de terra, buscava esvaziar a luta sindical, afastar o apoio dos partidos, da Igreja, usurpar “o lugar dos porta-vozes políticos dos camponeses” (MARTINS, 1984, p. 26).

Como corolário da implantação do “Quartel da terra”³³⁴, a violência no campo continuou alarmante, mormente nas áreas de atuação dos grupos executivos GETAT e GEBAM. Os números da CPT para os conflitos ocorridos no ano de 1983 denunciavam um *massacre* dos trabalhadores rurais. Esse é o enquadramento operado pelo periódico *Sem Terra*, já depurado da palavra boletim. *A terra regada a sangue* é o título da matéria, que começa pela tétrica contabilidade:

Cento e dezesseis mortes – 74 assassinatos e 42 bóias-frias vítimas fatais de acidentes de transporte; 6 tentativas de assassinatos de trabalhadores rurais; 5 ameaças de morte; seis expulsões da terra, com espancamento dos lavradores e suas famílias; mais de 30 prisões, com violência e espancamento dos lavradores e cerca de 60 lavouras destruídas ou ameaçadas por jagunços, fazendeiros, donos de engenho e a própria polícia. Centenas de famílias e milhares de pessoas vitimadas³³⁵.

É relevante destacar o cuidado na especificação de cada forma de *violência no campo*, ampliando a compreensão do termo, nomeando cada modalidade, apontando para as muitas manifestações do autoritarismo do Estado sobre o corpo, sobre a vida dos trabalhadores, mas também sobre suas posses, sua família, seus laços sociais, sua liberdade. Com isso, a CPT e o MST, contribuíam para desnudar a multiplicidade da violência presente no termo, um tanto impreciso, *conflito de terra*.

Ressalte-se que, uma tentativa de conceituação do termo foi tentada pela CPT, em 1983. “Conflitos de terras, na visão da CPT, são todas as ações de violência praticadas contra os lavradores e desencadeadas pelos que detêm e defendem o monopólio da terra”³³⁶.

³³⁴ Termo usado por José de Souza Martins no texto “Ministério de Assuntos Fundiários: o quartel da terra. In: MARTINS, José de Souza. *A militarização da questão agrária*, op. cit.

³³⁵ *Sem Terra*. *A terra regada a sangue*. Fevereiro, nº 34, 1984, p. 8.

³³⁶ CPT. *CPT: pastoral e compromisso*. Petrópolis: Vozes, 1983, p. 30. A CPT exemplifica acrescentado que: “a desapropriação para a construção de uma hidrelétrica, onde os lavradores atingidos não são indenizados ou são mal indenizados, se constitui numa violência, num conflito; uma colonização mal feita, na qual não se fornecem títulos definitivos e se expõem os lavradores à ganância dos latifundiários e grileiros e à insegurança por falta de infra-estrutura necessária para o seu desenvolvimento, é uma situação de conflito; uma enchente, causada pela vazão de água provocada pelo mau planejamento e funcionamento de uma barragem, destruindo periodicamente a lavoura dos camponeses cria uma situação de conflito”.

Mas é, certamente, a quantidade de vítimas fatais, de vidas ceifadas, de trajetórias interrompidas pela morte, o traço mais impactante da *guerrilha* cotidiana que assola o campo no Brasil. Em 1983, com exceção de maio, todos os meses do ano registraram assassinatos de trabalhadores rurais, e a estratégia do jornal para dar conta desse fato foi montar um calendário do crime no Brasil, temporalidade do martírio na luta pela terra. Vejamos:

| OS MÁRTIRES DA TERRA | | | | | | ASSASSINATOS NO ANO DE 1983 POR ESTADO | |
|----------------------|-------------------------------|-------------------|-----|-----------------|----------------------------|--|-----|
| DATA | NOME | MUNICÍPIO | EST | DATA | NOME | MUNICÍPIO | EST |
| JANEIRO | | | | AGOSTO | | | |
| 05 | 5 boas-frias | Cambará | PR | 04 | Clemente Francisco de | Eldorado | MS |
| 17 | 9 boas-frias | Adamantina | SP | 12 | Margarida Alves | Ataíde | PB |
| 28 | Isidoro Pereira dos Santos | Irecê | BA | 15 | «Bragança» | Concraína | PA |
| FEBREIRO | | | | 15 | «Ceará» | Concraína | PA |
| 02 | Cassiano Dionísio Lopes | Una | BA | 15 | Vilmar Costa Marinho | Facu | SP |
| 06 | Leopoldino Inácio da Abdia | Bela Vista | GO | 18 | Geraldo Alves | Senador Pompeu | CE |
| 23 | Aristides Teixeira dos Santos | Brejo | MA | 28 | Domingos | Facu | PA |
| 25 | Rufino Coelho Neto | Tamburil | GO | | José Calixto | São Bento do Norte | RN |
| 25 | Manoel Alves Ferreira | PA 150 | PA | | Arlindo | Ouro Verde | MG |
| MARÇO | | | | | Custódio Fidelis de Lana | Jauru | MT |
| 02 | Ananias Oliveira da Silva | Barreiros | BA | | João José da Lima | Bacanaí | MA |
| 07 | José Candido dos Santos | UNA | BA | | Raimundo Nonato Lopes | Passo do Lumiar | MA |
| 07 | Jorge da Conceição | Simões Filho | BA | | Josias Paulino | Ibimirim | PE |
| 08 | Manoel Ricardo da Silva | Bodoquena | MS | SETEMBRO | | | |
| 08 | Manoel Ricardo Silva Junior | Bodoquena | MS | 15 | Gabriel de Oliveira | Vitória da Conquista | BA |
| 10 | 2 boas-frias | | PR | 24 | Amaro Vicente da Silva | Catuama | PE |
| 10 | Tarcísio Satil de Medeiros | ibaterai | GO | | Onilton Oliveira | Canavieiras | BA |
| 10 | Otacílio | Itaberai | GO | | Carlos Alberto Evangelista | Canavieiras | BA |
| 14 | Napoléão A. de Lima | Bom Jesus da Lapa | BA | OUTUBRO | | | |
| ABRIL | | | | 01 | Francisco José da Silva | União dos Palmares | PB |
| 17 | José Soares de Lima | Araguaína | GO | 28 | José Pereira de Souza | Sta Maria da Vitória | BA |
| 25 | Lourenço Cardoso da Silva | Araguaína | GO | | um cortador de cana | | PB |
| 29 | 2 boas-frias | Itai | SP | NOVEMBRO | | | |
| | José Oleiro | Una | BA | 10 | Tony Vicante | Alagoinhas | BA |
| | Boaventura | Itapabi | BA | 25 | Margal de Souza | Antonio João | MT |
| | Antonio Montezemzo | Anita Garibaldi | SC | | Alilton Pereira Xavier | Porto A. do Norte | MG |
| | Manoel Cantídio | Canavieiras | BA | | José Otacílio Cavalcanti | Porto A. do Norte | MG |
| JUNHO | | | | DEZEMBRO | | | |
| 28 | José Pereira | Xinguara (Pacu) | PA | 02 | Jesus Matias | Xapuri | AC |
| JULHO | | | | 4 | coletores de castanha | Marabá | PA |
| 06 | 24 boas-frias | Assis | SP | 14 | coletores de castanha | Marabá/Vizeu | PA |
| 10 | Alcídes Maxacali | Teófilo Otoni | MG | | João Honório Gomes Silva | Conc. do Araguaia | PA |
| 12 | Aparecida Pereira da Silva | Riacho de Santana | BA | | 2 Índios Guaranis | | |
| 19 | João Oliveira dos Santos | Canavieiras | BA | | 1 Índio Caiona | | |
| 21 | João de Paula | Marmeleiro | PR | 19 | José do Carmo | Afuá | PA |
| 21 | Dalmir Henrique Nascimento | | | | | | |

| ESTADO | TOTAL |
|---------------------|------------|
| SC | 1 |
| PA | 8 |
| SP | 35 |
| MG | 4 |
| MS | 3 |
| MT | 2 |
| GO | 6 |
| BA | 16 |
| PB | 3 |
| MA | 3 |
| PE | 26 |
| CE | 1 |
| RN | 1 |
| AC | 2 |
| | 1 |
| TOTAL DO ANO | 116 |

| | |
|---|-----------------------|
|  | João de Paulo, Paraná |
|  | Margarida, Paraíba |

Fig. 29 Os mártires da terra.
Fonte: Sem Terra, nº 34, fevereiro de 1984.

Listados e enquadrados, os trabalhadores, as lideranças assassinadas, se tornam números e imagens evidentes da persistência das violações de direitos humanos no Brasil, contradizendo a retórica da abertura segura, desmentindo a propaganda do governo que, naquela altura, apregoava a realização de uma política fundiária sem fogo, agindo para evitar os incêndios³³⁷. Inscritos na sucessão cronológica dos dias, os mortos em combate na luta pela terra demarcam aniversários fúnebres, instituindo uma memória da dor, da violência, mas também da luta, posto que registra-se o nascimento de um mártir. A memória do sofrimento se torna, por esse modo, o meio de eleição do sujeito martirizado, que na luta pelo social, inscreveu no corpo as dores do mundo.

³³⁷ Essa foi a declaração do ministro Danilo Venturini, do *Ministério Extraordinário Para Assuntos Fundiários*, “É que antes a gente ia apagando o fogo onde ele surgia ... agora, a gente procura agir antes que o problema se agrave”. Ver VEJA. *O planalto foi ao mato*. 04 de maio de 1983, p. 93.

8.2 “Quadro de guerra” do Brasil

Pelo menos desde a edição de nº 28, de outubro de 1982, a temática da violência passou a ser anunciada de alguma maneira nas capas do periódico do MST. Inaugurava-se uma coluna para dar conta de um problema não apenas persistente, mas, assustadoramente, crescente. À estratégia para tornar legíveis os crimes no campo somava-se, aos poucos, o recurso às imagens (fotografias, caricaturas, charges), completando a mensagem escrita, dando a *ver*, no sentido mais elementar da palavra, o terror vivenciado pelos trabalhadores rurais no Brasil. Aliás, o uso de palavras como terror, massacre, chacina etc., formando um vocabulário da violência, também se impunha pela associação com imagens igualmente impactantes, corroborando a complexidade do problema.

Mas, e para fazer justiça ao caráter político e formativo do JST, a incorporação de imagens visuais não se resume ao simples fetiche da *evidência* histórica, à maneira dos historiadores antigos, privilegiando o olhar, a visão, como fiadores de um conhecimento claro, distinto e verdadeiro (HARTOG, 2017, p. 80). Não se trata simplesmente de pôr diante dos olhos, *tornar evidente*, por meio de fotografias, charges, caricaturas, ou mesmo testemunhos orais, a verdade histórica. Trata-se, a meu ver, de introduzir no imaginário social brasileiro, ampliando o seu horizonte visual, as imagens da violência que o país não quer ver.

São imagens de intervenção política, portanto. Iconografia e ação política, entrelaçamento recorrente em nossas sociedades, fundamental na elaboração positiva de líderes de estado, na propaganda de guerra, no chamamento às armas, na detração dos inimigos, na difusão do medo, na fabricação dos mártires³³⁸; ou ainda na definição do mundo civilizado, sempre a partir de uma distância, no tempo e no espaço, do seu outro imagético: o selvagem, o bárbaro, o primitivo³³⁹. Os exemplos são muitos. As possibilidades dos usos políticos das imagens são infinitas³⁴⁰.

³³⁸ Sobre o entrelaçamento entre iconografia e política, ver: GINZBURG, Carlo. *Medo, reverência, terror: quatro ensaios de iconografia política*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

³³⁹ Ver ELIAS, Norbert. *O processo civilizador, volume 1: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro, Zahar, 2011.

³⁴⁰ Isso nos remete às observações de Ulpiano Bezerra de Menezes, ao destacar “o entendimento da arte como agency, em sua capacidade de provocar efeitos, produzir e sustentar formas de sociabilidade, tornar empírica as propostas de organização e atuação do poder etc.” (MENESES, 2003, p. 15). Por sua vez, Carlo Ginzburg, também vê na iconografia política uma forma de ação política, de onde se pode desnudar as responsabilidades e as intencionalidades do artista, sua intervenção social, seu comprometimento não apenas como criador artístico, mas também como militante (GINZBURG, 2014, p. 49).

Esse entrelaçamento entre iconografia e política está presente nos contornos do que se convencionou denominar de *quadro de guerra* no campo, mormente pelo uso de imagens que retratam a morte, o medo e o terror. Reunindo informações de inúmeros casos de violência espalhados de Norte a Sul do país, o JST cria visualmente a imagem-força de um quadro generalizado de conflitos, agudizado pelo número crescente de mortos e pela impunidade. Outro dispositivo completa esse quadro, é o dispositivo do horror. Ele está presente na narrativa do *despejo na noite violenta*, em Santo Augusto – RS, agosto de 1984.

A noite caiu e os soldados, depois de alguma vacilação dos oficiais, agora chutam bíblias e crianças, esbofeteiam mulheres, derrubam a cruz de madeira tosca, cortam fios que prendem as barracas, espalham as brasas do fogo de chão, derramam a água do chimarrão, quebram pratos e viram as panelas da janta que estava sendo preparada³⁴¹.

No dia seguinte, mais violência:

Neiva Cavalin acabou com vários cortes nas mãos, provocados pelo arame da porteira. Entre as mulheres, havia seis grávidas e duas tiveram que ser medicadas no hospital, para onde foram levadas em estado de choque. O menino Alcemir Moisés, de cinco anos, foi jogado sobre um braseiro e acabou sendo pisoteado na mão esquerda por um soldado [...]³⁴².

Agonia, desespero, gritaria, choros, dor, sangue correndo pelos corpos. O quadro se completa com a noite, anunciadora dos perigos, companheira dos assombros, artesã dos temores do mundo. O episódio ganhou uma ilustração do cartunista Corvo, parecendo inaugurar uma série com um propósito muito claro do JST, o de alargar a visibilidade do horror, apostando no poder de comunicação da ilustração, de linguagem concisa, direta e supostamente compreensível por qualquer consumidor.

O artifício visual da ilustração, que acompanha os relatos da *noite violenta*, corporifica a morte, recorrendo à representação clássica da *morte secca*, (o esqueleto, os ossos, a caveira), presente no imaginário ocidental pelo menos desde o século XII³⁴³

³⁴¹ Jornal dos Trabalhadores Sem Terra, ano III, nº 38, Setembro de 1984, p. 4.

³⁴² *Ibid.*

³⁴³ Huizinga (2013) demonstrou como a lembrança da morte (*memento mori*) foi largamente imposta às populações europeias no final da Idade Média, especialmente pela pregação religiosa e pela gravura, e foi fortemente marcada pela concepção da morte que deteriora, que decompõe o corpo, o faz perecer. É a noção de perecibilidade que se impõe nas representações da morte, que recorre às imagens dos corpos em decomposição, devorados por vermes, expostos com os humores e as vísceras à mostra. Três temas se destacam no lamento medieval diante da morte: 1) a perecibilidade da glória dos homens; 2) a visão horripilante da decomposição da beleza humana; 3) a visão da dança macabra, em que a morte submete a todos, sem nenhum tipo de hierarquia social. Ver HUIZINGA, Johan. *O outono da Idade Média: estudos sobre as forma de vida e de pensamento dos séculos XIV e XV na França e nos países baixos*. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

(ARIÈS, 2012, p. 58). Mas, se nesse tipo de iconografia, a morte é reconhecida pelo esqueleto, fase final da decomposição humana, lá onde o corpo se torna anônimo e irreconhecível (MELO, 2020, p. 88), no traço do cartunista Corvo, os sinais de sua personificação são plenamente observáveis na farda da brigada militar, no capacete, no revólver apontado, na viatura afastada. Logo, é uma morte plenamente reconhecível, e, certa forma, familiar.



Fig. 30 Corvo.

Fonte: JST, n. 38, setembro de 1984, p. 4.

Essa elaboração visual da *morte secca* vai se repetir algumas páginas adiante, compondo agora um quadro mais abrangente de informações que denotam as tensões e a violência no estado do Pará, que não era diferente do *quadro de guerra* do Brasil. Pela voz do Padre Ricardo Resende, lê-se:

Quero apresentar alguns fatos, que demonstram a luta que se trava às margens do Araguaia: uma grande lista dos que tombaram dos dois lados desta guerra. [...] Estão relacionados os mortos que tomamos conhecimento, a partir de maio de 1980. Morreram, desde então, 32 representantes de latifúndios, entre fazendeiros e gerentes, pistoleiros. [...] e foram assassinados 46 assalariados rurais e posseiros [...]³⁴⁴.

Os dados da CPT para os conflitos no Pará no ano de 1983 surgem logo em seguida, dando conta de 403 pessoas ameaçadas de morte; 114 lavradores presos ou detidos; 116 espancados, torturados e feridos; 1.179 famílias ameaçadas de despejo e 371 despejadas; mais de 262 casas queimadas e destruídas, com roças e criações. Abaixo e ao lado dessas informações, seguem as tabelas dos mortos entre maio de 1980 e agosto de

³⁴⁴ Jornal dos Trabalhadores Sem Terra, ano III, nº 38, setembro de 1984, p. 8.

1984, no Sudoeste do Pará; e a tabela distribuindo os mortos por municípios na mesma região.

Outro quadro dá conta das denúncias de trabalho escravo na fazenda da empresa Volkswagen, em que trabalhadores seriam negociados como mercadorias, outros teriam desaparecido depois de serem arrebanhados como empregados, além dos relatos de endividamento e cárcere nas dependências da fazenda. O documento especial, denominado *A lei do gatilho*, se completa com informações sobre a *tensão em todo o país*, a partir de levantamentos da CPT e da CONTAG. São conflitos distribuídos pelo Acre, Rondônia, Goiás, Maranhão, Pará, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul.

No centro dessa distribuição espaço-temporal de conflitos e violências, ela, a morte, ressurgue uma vez mais, como a derradeira visitante nos ermos espaços do país, lá onde a terra já secou, as árvores já não têm vida, a solidão já reina absoluta e a proteção já não pode mais chegar. Esquecidos, a mulher, a criança e o cão, (e como não visualizar a cachorra baleia, espectadora da agonia de Fabiano no romance *Vidas Secas*), assistem ao assassinato de um trabalhador, agora pela mão armada da caveira, talvez pistoleira, talvez jagunço, capanga, são tantas as denominações do braço armado do latifúndio³⁴⁵, terceirizado no trabalho de destruição física dos homens sem terras.

³⁴⁵ Sobre o perfil social dos pistoleiros e outros aliados na violência do latifúndio, ver LOUREIRO, Violeta; GUIMARÃES, Ed Carlos. Reflexões sobre a pistolagem e a violência na Amazônia. *Revista Direito GV*, v. 3, n. 1, p. 221 – 246, jan./jun. 2007.



Fig. 31 Schöreder.
Fonte: JST, n. 38, setembro de 1984, p.8

Aqui, a gadanha, instrumento característico da morte ceifadora, é substituída pela espingarda, objeto familiar no universo do trabalhador rural, ao qual está associado a iminência do risco, da violência indiscriminada no campo. Nesta, como na imagem anterior, o elemento *macabro*³⁴⁶ se dá menos pela representação pictórica do corpo descarnado do que pela familiaridade identificável nos sujeitos e objetos do cotidiano do trabalhador rural, porque é justamente aí, nessas familiaridades, que se vê estampada a insegurança, a desproteção, a injustiça, os conflitos e toda sorte de violências.

Essas ilustrações, que, como disse, inauguram uma série visual notadamente disposta a representar o medo, a morte e a desproteção no meio rural, cumprem uma tarefa política fundamental que fazem delas instrumento de reação e de resistência. São criadoras de uma realidade discursiva que se presta à comunicação dos trabalhadores, mormente os analfabetos, talvez uma pedagogia do olhar que possa alargar a compreensão da violência que sofrem. Desse modo, elas ensinam a ver, encaminham olhares, direcionam formas de interpretação da realidade, aproximando o real vivido ao real imaginário.

³⁴⁶ Segundo Huizinga (2013), a palavra *macabre*, surge no século XIV, se tornando, depois, um adjetivo capaz de sintetizar toda uma concepção de morte no final da Idade Média ocidental, associada a elementos fantásticos, hipnotizantes, ao fantasmagórico e ao horripilante. HUIZINGA, Johan. *O outono da Idade Média*, op. cit., p. 231.

O medo como afetação política também está presente nesses artifícios visuais dos cartunistas que produziram para o JST, e, se no jogo de distribuição do terror dos latifundiários estava em questão a negação de qualquer modificação na estrutura fundiária no Brasil, aqui, entre os trabalhadores e seus aliados, a representação do medo sugere tanto uma denúncia do estado psicossocial atormentado em que vivem, quanto a identificação dos responsáveis (militares ou civis) pelo tormento, o que também pode ser lido pela ótica da produção do inimigo. Porque também os trabalhadores do campo precisaram individuar as relações de inimizade em que estavam envolvidos. Não raro, o Estado (mormente na figura do presidente, do governador, da polícia, da justiça), o latifundiário, o empresário rural, o pistoleiro, a imprensa etc. aparecem como personificações do inimigo da luta pela terra.

Embora ciente de que a compreensão das imagens visuais não é da ordem do instantâneo, nem garantida para todo e qualquer público receptor, Rodrigo Patto Sá Motta defende a força comunicativa das imagens, pela rapidez com que transmite suas mensagens, pela mobilização de signos facilmente compreensíveis aos diversos grupos sociais, letrados ou não. Também é verdade que este tipo de expressão visual promove a aproximação dos não letrados, das classes subalternizadas, com os assuntos políticos (MOTTA, 2006, p. 18), possibilitando leituras e formas de inserção nas questões que lhes tocam mais de perto.

Ora, isso nos impele, necessariamente, para o problema da recepção, do consumo e dos usos dessa produção não somente imagética, mas também escrita que é o *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*. Embora essa questão ultrapasse o escopo primordial de minha discussão, cabe ressaltar o cuidado que o *Movimento dos Trabalhadores Rurais* dedicou à distribuição do JST, seu principal instrumento de divulgação e promoção pública. Aliás, o *Jornal* é um elemento de propaganda, e, principalmente, um meio de orientação e formação dos trabalhadores, ferramenta de educação que prepara homens, mulheres e crianças para a luta.

Preocupados com a distribuição efetiva do *Jornal* entre os sem-terra espalhados pelo país e cientes da necessidade de garantir a concretização de sua leitura, a secretaria nacional do *Movimento* criou a figura do *Zelador do Jornal* (que devia estar nos acampamentos, nos assentamentos, nas comunidades, nos municípios), à quem cabia:

- Organizar grupos de leitura coletiva para discutir os assuntos sobre a linha do Movimento – que está na página 2, o editorial; Tem a página da situação nacional, 3; Tem a página dos assentados, das mulheres, da formação.

- Receber o jornal na comunidade, vila, acampamento, assentamento, etc.
- Distribuí-lo para os trabalhadores sem terra e outros;
- Controlar a distribuição, fazendo uma relação das pessoas que recebem o jornal;
- Incentivar assinaturas do jornal;
- Cobrar o despacho imediato do jornal, quando este chega na secretaria do Estado;
- Anotar as críticas e sugestões de mudanças do jornal e enviá-las para a Secretaria do jornal em São Paulo, ou então, falar para alguém da Executiva ou mesmo da secretaria³⁴⁷.

“O Zelador”, para o MST, “é a ponte que leva as informações até os trabalhadores”, o mediador que faz o *Jornal* (a voz do Movimento) “falar mais alto”³⁴⁸.

Está claro que isso não basta para avaliar a relação entre o trabalhador disperso pelo país e o JST, tampouco permite perscrutar as modalidades de leitura e discussão dos conteúdos ali contidos, nem alcançar os resultados práticos dessa formação por meio do *Jornal*. No entanto, as orientações contidas nos encaminhamentos dirigidos aos *zeladores* sugerem não apenas a preocupação em concretizar a leitura, individual ou coletiva, como apontam também para um direcionamento do que deveria ser lido e debatido, orientando olhares, selecionando problemas sociais, políticos e econômicos específicos.

O JST compõe o imenso e diversificado leque de possibilidades de formação da massa trabalhadora engajada no MST, que se realiza também nas marchas, nas ocupações de espaços públicos, nos encontros, nas assembleias, nos congressos, nos cursos de formação, nas cartilhas, nas escolas dos assentamentos. Ele é parte de um compromisso com o *saber* necessário à organização da luta, que serve à prática, unidade entre *saber* e *fazer* que transforma a sociedade. Por isso é fundamental registrar: *Como ler o jornal*³⁴⁹. Entre as orientações, destacar a “leitura coletiva”, no núcleo do Movimento, na família, na delegacia sindical, porque isso possibilita tirar as dúvidas e, principalmente, permite que “quem não sabe ler tem também a chance de ficar informado”³⁵⁰.

A inclusão das imagens visuais no JST também diz respeito ao problema da recepção de suas mensagens para um público não leitor da palavra escrita. Bira Dantas³⁵¹,

³⁴⁷ MST. Nossa força depende de nossa dedicação. *Caderno de formação*, n. 13, julho de 1987, p. 6-7.

³⁴⁸ *Ibid.*, p. 7.

³⁴⁹ *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra. É preciso saber fazer*. Ano VIII, nº 71, março de 1988, p. 14.

³⁵⁰ *Ibid.*

³⁵¹ Bira Dantas é natural de São Paulo, se considera um chargista militante e herdeiro de um engajamento político de esquerda que começa na família, que fundou um núcleo do PT em Tatuapé. Seu irmão era

ilustrador colaborador nas páginas do JST na década de 1980, diz que “o MST sabia do enorme número de analfabetos entre seus apoiadores”, o que o impulsionava à criação de escolas nos assentamentos e à criação de iniciativas de alfabetização de jovens, adultos e crianças. Igualmente, o problema do analfabetismo também foi relevante para que “se investisse na utilização da charge como forma de se comunicar de forma mais direta com esta base que ia se formando”³⁵².

Volto ao quadro de guerra. Nos últimos dias do mês de agosto de 1982, quando o governo Figueiredo resolve criar o *Ministério Extraordinário Para Assuntos Fundiários*, sob a argumentativa de que o problema da terra era prioritário³⁵³, buscava-se basicamente intensificar o controle da questão, sobretudo dos conflitos agrários, e criar uma imagem positiva e assertiva do governo em relação à política fundiária.

Tudo se passava de modo a indicar os ventos da mudança na questão agrária, desentrevando a reforma agrária e, conseqüentemente, diminuindo as tensões. A propaganda ficou por conta da grande imprensa. Nela, vê-se estampada a “feliz” escolha do ministro da terra³⁵⁴, Danilo Venturini, e seus esforços de pacificação do campo; a distribuição de alguns títulos de terra; os elogios de representantes da Igreja Católica ao que parecia ser um novo direcionamento da questão agrária; e uma pequena diminuição nos números de conflitos.

Em 04 de maio de 1983, coube a revista *Veja*, numa matéria especial, registrar a “modernização dos métodos” e a “coleção de vitórias” do governo. No enredo, um antigo acampado da Encruzilhada Natalino, à maneira de um obstinado brasileiro que não desiste e não se resigna nunca, é apresentado como exemplar da escolha certa que fizeram todos aqueles que decidiram acreditar nas propostas do governo, sair da Encruzilhada e migrar para o norte de Cuiabá. “Saul Marchiori, 24 anos”, diz-nos a matéria, “plantou arroz, colheu abaixo da média ideal – 20 sacas por hectare, e amarga uma dívida de 1,4

apoiador do Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Apoiava a luta pela democratização da terra e seu trabalho no Jornal dos Trabalhadores Sem Terra refletia essa simpatia pelo MST e por suas bandeiras. Seu traço seguia uma orientação do movimento, pelos editoriais ou pelas notícias a serem veiculadas, a charge era produzida a partir desse direcionamento. Bira Dantas, o *Bira*, como aparece nas ilustrações, contribuiu com o JST até 1987.

³⁵² Entrevista concedida a Alberto Rafael Ribeiro Mendes, em 04 de março de 2021, às 22:31hs, por via eletrônica. Parte da conversa com o chargista Bira Dantas e algumas imagens produzidas para o JST podem ser acessadas no seu blog Charges do Bira. Disponível em: <https://chargesbira.blogspot.com>. Acesso em: 5 mar. 2021.

³⁵³ Jornal do Brasil. *Problema da terra é prioritário*. 14/08/82, p. 2.

³⁵⁴ Danilo Venturini tomou posse em 24 de agosto de 1982. Tornava-se, por este ato, ministro no novo Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários e ainda Secretário do Conselho de Segurança Nacional. Também ficavam sob seu braço o INCRA, o GETAT e o GEBAM.

milhão de cruzeiros junto ao Banco do Brasil”. Mas, contraditoriamente, o colono “está feliz e vai preparando uma segunda plantação e o INCRA o considera ‘um colono modelo’”³⁵⁵.

O responsável por essa inquietante contradição, com faz parecer a *Veja*, era Danilo Venturini, que a revista pintara em cores bem alegres: “afável oficial de 60 anos”, que “trocou a chefia do Gabinete Militar da Presidência da República pela tarefa de dar vida a um Ministério Especial para Assuntos Fundiários”. E completa:

À testa de uma minúscula equipe, Venturini mapeou regiões conflagradas por conflitos em torno da posse da terra e, sempre dispensando soluções aparatosas, tratou de rastrear caminhos que levassem à paz. Conseguiu bons resultados em pouco tempo e a confiança de colonizadores. Hoje, mesmo homens às voltas com naturais dificuldades de domar a terra apostam no futuro e aposentam a idéia de percorrer o caminho de volta”³⁵⁶.

Essa narrativa ganhava força pelas declarações positivas e elogiosas de D. Paulo Evaristo Arns ao ministro da terra, ao afirmar que “suas intenções são as melhores” e que “seus planos têm sido apresentados com realismo para a solução dos conflitos de terra”³⁵⁷. Assim, buscava-se também propagandear a suposta reaproximação ou conciliação entre a Igreja Católica e o governo, sob a narrativa da diminuição dos conflitos no campo, tema caro à Igreja e responsável pelas ácidas investidas do Clero contra as políticas militares no setor agrário.

O espetáculo da pacificação do campo não se sustentava quando confrontado com os conflitos existentes no país, que o JST reunia e expunha em um grande quadro de convulsão nacional, uma “onda de violência” que assumia a “dimensão de uma guerra”. Chama a atenção o modo como o JST justifica essa “dimensão da guerra” a partir dos números dos conflitos e dos assassinatos, além dos relatos em que se deram os acontecimentos, de modo a colocar diante do leitor a violência em seu estado mais interiorizado, capilar.

Os pormenores dos crimes tornam a notícia mais vívida, mais concreta e também mais crível. É certo também que se pretende narrar o choque, causar espanto, imprimir certa dose de emoção, aproximando o leitor e a vítima no exato momento em que se deram os fatos.

³⁵⁵ *Veja*. *O planalto foi ao mato*. 04/05/1982, p. 93.

³⁵⁶ *Idem*. (Optamos por manter a escrita encontrada nas fontes).

³⁵⁷ *Jornal do Brasil*. *Novos ares*. 03/04/1983, p. 10.

Como se diante dos olhos pudéssemos acompanhar o momento em que “Raimundo chegava em casa quando dois homens saíram de um Volkswagen amarelo e lhe acertaram quatro tiros nas costas”; ou ainda quando o fazendeiro Wagner Maia Leite

Chegou à casa de João Coelho acompanhado de 10 pistoleiros. O velho, que estava cercado a roça junto com seus filhos Antônio Gaspar e Bartolomeu, foi cercado e levou um tiro na barriga, desferido pelo pistoleiro João Galvão. Bartolomeu tentou reagir e entrou em luta com o jagunço, Cosme, acertando-lhe uma facada. Neste momento, outro tiro acertou a cabeça de Bartolomeu, que caiu morto³⁵⁸.

Mas não é somente um *efeito de real*, que se vale da incorporação do detalhe, da inclusão dos pormenores, acreditando tocar um “real concreto” (BARTHES, 2004, p. 187), que está em jogo aí. Isso é evidente, e é parte inerente ao projeto jornalístico em questão, que precisa ancorar-se em elementos que situem o leitor em um “fora do texto”, marcações de tempo, de lugar, de cenários, de objetos e de acontecimentos nos quais o leitor ou, em termos mercadológicos, o consumidor (porque também o jornal se trata de um objeto de consumo), possa se ver representado, incluído³⁵⁹.

Penso, e me acerco das afirmativas de Jacques Rancière (2010), que se trata bem mais do que a simples vontade de tocar o real; a meu ver, está em curso, no JST, assim como no romance realista analisado por Roland Barthes, a necessidade de encontrar espaços narrativos que possam dar conta das vidas comuns, das existências ordinárias, do seu cotidiano, de suas emoções, de suas trajetórias. Trata-se, nos dizeres de Rancière, de um *efeito de igualdade*, que introduz a vida ordinária no relato³⁶⁰.

Ora, os trabalhadores precisaram criar seus próprios espaços de narratividade, precisaram inventar suas próprias formas de apresentação das lutas, elaborar seu próprio discurso para poder dizer a violência sofrida. A insistência em narrar a angústia dos trabalhadores é um ato político que realiza, ao mesmo tempo, a incorporação da *vida nua* na escritura jornalística, e a instituição de sua própria fala no espaço público, denotando sua presença e sua agência. O que o *Jornal* faz, é, por seus meios, demarcar a presença

³⁵⁸ Jornal dos Trabalhadores Sem Terra. *Em setembro, mais sete lavradores assassinados*. Ano III, nº 39, outubro de 1984, p. 10.

³⁵⁹ Sobre o efeito de real no jornalismo, ver DALMONTE, Edson Fernando. Efeito de real e jornalismo: imagem, técnica e processos de significação. *Sessões do Imaginário*, v. 13, n. 20, p. 41 – 47, 2008.

³⁶⁰ Ao comentar a presença do barômetro na obra de Flaubert, que fora tomado por Barthes como indicativo do fetichismo de real no romance realista, Rancière sugere: O barômetro não está lá para comprovar que o real é o real. A questão não é o real, é a vida, é o momento quando a ‘vida nua’ – a vida normalmente devotada a olhar, dia após dia, se o tempo será bom ou ruim – assume a temporalidade de uma cadeia de eventos sensorialmente apreciáveis que merecem ser relatados (RANCIÈRE, 2010, p. 79).

dos trabalhadores rurais, dizer para toda a sociedade brasileira, como parecia dizer o barômetro de Flaubert, estamos aqui, com nossos corpos e nossas vozes.

Talvez seja aí, nesses fragmentos de história que relatam o momento do perigo, do confronto com a polícia, com os pistoleiros, o único momento em que a vida dos trabalhadores se tornou digna de nota; é talvez aí, no extremo da vida, que se encontram também, os únicos indícios de uma violência generalizada, mas silenciada no plano social, ocultada pelas mídias tradicionais. Nesse sentido, portanto, o *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra* é também instrumento de memória, na medida em que registra as existências das vidas anônimas, aquelas que têm como destino comum, o *nada*; relegadas costumeiramente ao desaparecimento (ROBIN, 2016, p. 96).

Mas cada vida contada no JST, no instante do perigo, ou nos momentos de vitória das ocupações, da terra conquistada, da marcha, enfim, é um manifesto contra o destino habitual do desaparecimento. Cada violência noticiada é um grito que desarruma o proposital silêncio. Grito, que pela voz de Pedro Tierra, fazia ecoar:

O quadro de violência no campo em Goiás é parte do quadro geral da violência contra os lavradores em todo Brasil. A cada cinco dias é assassinado um trabalhador em luta pela terra ou em luta sindical no Brasil. Esses números são suficientes para provar que existe uma guerra silenciosa. Mas temos que tratar da natureza desta guerra e a quem ela atinge. Geralmente as vítimas são homens e mulheres que participam das lutas de seus sindicatos, associações ou comunidades. São cabeças, líderes ou dirigentes que se formam nas pequenas lutas de classe. Temos que nos convencer que está em prática no país uma política que busca exterminar as lideranças camponesas, assassinadas a sangue frio por pistoleiros, jagunços, milícias particulares e pelas forças de Estado. As vítimas são selecionadas³⁶¹.

Esboçava-se aí, uma parte fundamental da demonstração do quadro de guerra, a centralidade das lideranças na mira das armas de um país que, a despeito da propaganda de transição segura, punha em risco os trabalhadores rurais e seus aliados, selecionando e eliminando os “inimigos”. É que as lideranças, nas suas mais diversas faces, foram encaradas como entraves ao empreendimento capitalista/empresarial do Estado brasileiro no campo, mormente pelo trabalho de politização das lutas pela terra e de educação da classe trabalhadora.

Isso a Igreja da Libertação já vinha experimentando desde os princípios da década de 1970, quando, por sua aproximação com a lutas do campo, passa a ser vítima direta da violência da ditadura, agudizando as relações entre a Igreja e o Estado. É aí,

³⁶¹ Jornal dos Trabalhadores Sem Terra. *Violência: o objetivo é eliminar as lideranças*. Ano III, nº 39, outubro de 1984, p. 13.

também, a partir da prisão de bispos, padres e agentes de pastoral, o momento em que o problema da terra passa a ter maior importância, impulsionando uma série de documentos e posicionamentos públicos em defesa dos problemas rurais (MARTINS, 1986, p. 67-68).

O que se pode denominar, aqui, de *especialização* da violência no campo, vai se dirigindo progressivamente aos homens e mulheres que se destacaram no trabalho de organização, formação, orientação jurídica, sindicalização dos trabalhadores; além daqueles e daquelas que foram também parceiros na tarefa de ocupação da terra, de levantamento dos barracos, na organização das marchas e romarias; ou ainda daqueles e daquelas que se insurgiram publicamente, emprestando suas vozes e fazendo ecoar no jornal, no boletim pastoral, na rádio, no cartaz, no caderno de conflitos, as dores dos trabalhadores, repercutindo a violência generalizada.

“Os latifundiários sabem”, diz a matéria do JST, de setembro de 1985, “que eliminando uma liderança podem, se não impedir, pelo menos atrasar por mais algum tempo as mudanças necessárias no campo”³⁶². E assim, vai-se destacando os alvos primordiais, os homens e as mulheres marcados para morrer, marcados e, por vezes, avisados previamente, por uma sucessão de recados e de atentados frustrados.

A cotidianidade da ameaça, dos ataques, das perseguições, faz das futuras vítimas seres conscientes de sua própria morte, certeza desconcertante e assombrosa; às vezes, sente-se mesmo certo entendimento de que o caminho de luta que escolheram não pode terminar de outra forma, e que resolveram permanecer combativos, porque militam por uma causa coletiva, que ultrapassa os limites de uma vida individual. São lideranças como Maria Aparecida Rodrigues de Miranda, ou, simplesmente, Cida, presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Unai – MG, que depois de ter o pai assassinado e a mãe baleada por um fazendeiro da região, diz, na iminência da morte:

Nós sabemos [...] que muitos fazendeiros de Unai reclamaram de que, ao invés de mim, tenham matado meu pai. Eles acreditam que os conflitos na região acontecem devido a atuação do sindicato e que, portanto, eliminando os dirigentes, tudo estará resolvido. De certa forma eles têm razão, pois foi depois da criação do sindicato que os lavradores se sentiram encorajados para lutar por seus direitos. [...] Seria uma ilusão pensar em abandonar a luta para preservar nossas vidas. Sabemos que corremos graves riscos de vida, mas entendemos que a única garantia que temos contra nossos inimigos é trabalhar cada vez mais pela organização dos trabalhadores³⁶³.

³⁶² Jornal dos Trabalhadores Sem Terra. *Aumentam as mortes no campo*. Ano IV, n. 47, setembro de 1985, p. 8-9.

³⁶³ Jornal dos Trabalhadores Sem Terra. *Marcados para morrer*. Ano V, n. 51, abril de 1986, p. 13.

Colocar-se assim, na posição da vítima antecipada, o que parece antecipar também o status do mártir, elevado na sua predisposição a morrer pela causa dos pobres, diz mais sobre a condição obrigatória da luta pela terra no Brasil, marcada pela violência histórica que impediu, até nossos dias, uma modificação profunda na estrutura fundiária do país, do que propriamente das idiossincrasias de homens e mulheres predispostos à imitação do Cristo imolado na cruz.

Permanecer na luta é aceitar o risco. Tornar-se liderança é internalizar o fato de que seu engajamento será, quase sempre, enquadrado como atividade perturbadora, conflituosa, que incita subversões e desentendimentos de classe. E isso parece justificar a desproteção em que vivem.

Em fevereiro de 1989, Maria Aparecida aparece em uma lista do *Serviço Nacional de Informações* – SNI, Agência de Belo Horizonte – MG, entre “os marcados para morrer”. O documento recupera sua trajetória como sindicalista e seu trabalho na organização do *Movimento dos Trabalhadores Rurais* no estado, além de seu engajamento em ocupações de terra na região. Também as palavras de Maria Aparecida, no culto ecumênico que lembrou o assassinato de seu pai, estavam ali registradas, pela ótica do SNI: “fez várias denúncias do que vem acontecendo no campo, chegando inclusive a dizer que o próprio presidente José Sarney, parece estar gostando dos conflitos existentes, pois não toma providência que venha beneficiar os camponeses”³⁶⁴.

Por um momento, a sensação que se tem, é que a vítima é o governo, é José Sarney, que a listada também ousara “atacar” dizendo que

os compromissos da Nova República deixam muito a desejar, que os próprios parlamentares, que durante a campanha eleitoral levantaram bandeiras contra os abusos no campo, hoje, vivem acobertando mandantes de crimes e os assassinatos³⁶⁵.

Nenhuma orientação de proteção aos “marcados para morrer”³⁶⁶; nada no documento nos informa sobre os agentes ameaçadores; o histórico dos nomes ali citados, (Maria Aparecida, Fábio Alves dos Santos, Sátiro de Souza Rocha, Luciano Cardoso de Moura, Juarez Lopes Pereira), o engajamento político dessas figuras, no sindicato, nas

³⁶⁴ SNI. Agência Belo Horizonte. *Violência no meio rural. Ameaçados de morte*. 03/02/1989. Disponível em:

http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/OOO/89014666/BR_DFA_NBSB_V8_MIC_GNC_OOO_89014666_d0001de0001.pdf. Acesso em: 5 abr. 2021, 23:27.

³⁶⁵ *Ibid.*

³⁶⁶ Referência ao filme de Eduardo Coutinho. Ver: CABRA MERCADO PRA MORRER. Direção: Eduardo Coutinho. Vídeo (1:59:44 min.). Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/129786?show=full>. Acesso em: 29 jun. 2021.

ocupações, no CIMI, nos protestos públicos, no partido político, nas CEBs, na CPT, tudo isso parecia ser suficiente para informar, apenas, a razão que os tornava alvos da violência. O corpo da sociedade despontava, de modo sutil, como ente ameaçado por trajetórias pessoais envolvidas em atividades de “invasões”, de detração do governo e de seus órgãos, de incitação à greve, associados a elementos da Igreja progressista e a ativistas da esquerda.

Esse tipo de enquadramento, mesmo não acusando diretamente o candidato a morto, justifica, para o corpo social, para os latifundiários, para os empresários rurais, para a mídia, e, quiçá, para a própria vítima, a precariedade de seu corpo e a matabilidade de sua vida. Nossa democracia permanece fincada na criação e justificação de vidas matáveis e de corpos violáveis, que reverberam na criminalização dos movimentos sociais, na culpabilização da vítima estuprada, no assassinato da pessoa negra no supermercado³⁶⁷, ou da criança morta por bala “perdida” nas periferias e morros dos centros urbanos.

Analisando os crimes de pistolagem no Pará, Ed Carlos de Sousa Guimarães discorre sobre a fragilidade da vida dos sujeitos jurados de morte, condenados a uma existência ameaçada, quase uma morte em vida, permeada pelo medo, pelo terror da materialização da jura em qualquer hora e em qualquer lugar. Desse modo, diz-nos, “é uma violência ministrada em doses homeopáticas, e a vítima começa a morrer ainda em vida”. “O jurado de morte é, de algum modo, um ‘morto social’” (GUIMARÃES, 2010, p. 112).

Infelizmente a produção de “mortos sociais” não é uma especificidade dos crimes de pistolagem no Pará. O que se observa, na verdade, é uma generalização desse *modus operandi* em todas as regiões do país onde existam conflitos por terra e onde haja lideranças dispostas a desafiar o poder e a ganância dos fazendeiros, dos grileiros, dos empresários rurais. A condição de “morto social” se impõe também pelos dispositivos estatais postos em prática em dado momento histórico, reprimindo condutas sociais, proibindo manifestações políticas, incriminando engajamentos e tomadas de posição.

São tantos os listados nos cadernos do latifúndio assassino, que, em janeiro de 1987, a CPT elaborou uma imensa relação com os nomes de cada pessoa ameaçada no país, entre lavradores, sindicalistas, parlamentares, bispos, padres. 106 nomes apareciam

³⁶⁷ Refiro-me ao assassinato de João Alberto Silveira Freires, 40 anos, negro, espancado e morto por seguranças no supermercado Carrefour, na zona norte do Rio Grande do Sul, em 19 de novembro de 2020, véspera do dia da Consciência Negra.

na lista que a CPT enviou à *Anistia Internacional*, e que o JST reproduziu em suas páginas³⁶⁸, antecipando a tragédia que se abateria sobre os trabalhadores rurais, uma expectativa de morte. O caderno de *Conflitos no Campo Brasil* para o ano de 1987 confirmou aquela previsão, e apresentou o triste saldo de 154 assassinatos em todo o país, 181 ameaças de morte, 92 casos de tortura, 38 tentativas de assassinato³⁶⁹.

Por vezes, é próprio funcionamento do Estado, por suas leis, suas instituições, nas ditaduras, mas também em períodos democráticos, que demarca, no corpo e na vida da liderança, o estatuto de futura vítima, perseguida, ameaçada, violada física e psicologicamente. Permita-me o leitor, apenas mais um caso, a meu ver, elucidativo do que agora defendo.

Agosto de 1989. Município de Quebrangulo, Alagoas. Ivan Brito de Assis, liderança do MST – AL, foi detido, junto com outros companheiros, sob a acusação de participar de uma “reunião de quadrilha de assaltantes”. No documento elaborado pela polícia, diz-se que Ivan declarou que o movimento ao qual pertence recebe dinheiro de Cuba, que há existência de armas de fogo nos assentamentos da região, que sua função no movimento é “recrutar e organizar invasões em fazendas de Quebrangulo/AL”³⁷⁰. Aliás, a conclusão do documento policial dá-se pela identificação dos causadores de “invasões”. Lê-se,

dentro dos SINDICATOS DE TRABALHADORES RUAIS, sob a supervisão do escritório do MST/AL, que é dirigido por GENIVALDO VIEIRA DA SILVA, assessorado por militantes de outros estados, tais como GERALDO PEREIRA (ES), JOSÉ RAINHA JÚNIOR (ES) e outros³⁷¹.

O engajamento político no Movimento Sem Terra, a adesão à luta em favor dos trabalhadores rurais, a reunião para discussão de pautas de interesse do Movimento, estavam, ali, naquele documento policial, enfeixadas como ações de desordem social, não confiáveis, suspeitas, mormente pela reunião de elementos que, no relatório da polícia, aludiam à presença de armas, à participação de Cuba, ao envolvimento de políticos da esquerda.

³⁶⁸ Jornal dos Trabalhadores Sem Terra. 87: *um ano de muitas mortes no campo*. Ano VI, n. 59, janeiro de 1987, p. 18.

³⁶⁹ CPT. *Conflitos no Campo Brasil*. 1987.

³⁷⁰ SNI. Ativistas de movimentos sindicais, fundiários e religiosos no Brasil. 07 de novembro de 1989. Disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1881253&v_aba=1. Acesso em: 8 abr. 2021, 11:20.

³⁷¹ *Ibid.* (Grifos do documento).

Da voz de Ivan Brito, o que se ouviu, foram os momentos de terror vividos após a sua detenção:

29 de agosto, fui a STR de Quebrangulo. Ali, dois policiais me pegaram. Na delegacia fizeram perguntas, ameaçavam: ‘quem invade terra é ladrão e é tratado a bala’, diziam. Depois chegou o delegado de Viçosa, Ricardo Lessa, e começaram as torturas. Eram oito policiais. Me despiram e colocaram no pau-de-arara, pendurado. Queriam que eu assinalasse nomes de uma lista de militantes do MST. Me deram choques elétricos, 220 volts. Amarraram e puxaram meus testículos com cordas de náilon. Depois, me encaminharam para Maceió. Perto de Viçosa, me deixaram na viatura; veio um fazendeiro me interrogar, apontou-me o revólver; dizia que ali seria o meu ponto final. Seguimos em frente. Na estrada pararam – já era noite –; me colocaram sobre uma ponte, com os pés amarrado. O delegado falou: ‘atira na cara nele. Assim ninguém vai reconhecer o cadáver’. Me recolocaram no carro. Mais uma vez pararam, me abeiraram num barranco e deram disparos de metralhadora, disseram que eu estava morto mesmo, que contasse tudo³⁷².

A tentação de classificar o episódio como uma herança, um entulho autoritário, cacoc da ditadura militar, ainda tão próxima temporalmente, é inevitável. E, de fato, trata-se de uma continuidade, que se observa na forma como são vigiados os sujeitos considerados perigosos, no tipo de enquadramento que as forças policiais realizam, na sucessão de terror psicológico e físico que a ditadura tornou corriqueira, e que tanto povoam nosso imaginário acerca do período ditatorial iniciado em 1964.

Aproximação que também se explicita no próprio ato narrativo, esse recurso denunciatório largamente mobilizado, que transforma a violência sofrida em descrição crua, visível e crível. Sobre a mobilização da narrativa da tortura, diz-nos Francisco Régis Lopes Ramos, “Não bastava escrever sobre a violência abominável, era preciso descrevê-la. Narrada, a tortura deixa de ser técnica aplicável para se tornar aplicação da técnica. Assim emergia a crueza carnal. Aos olhos do leitor, a dor ficaria mais visível” (RAMOS, 2017, p. 9).

Mas não é simplesmente *o que resta da ditadura*, para fazer referência à obra organizada por Edson Teles e Vladimir Safatle, o que salta do depoimento de Ivan Brito. Aliás, talvez nem se trate de restos, mas de um imenso e inteiro processo de eliminação física e tentativa de apagamento histórico das lutas e das lideranças comprometidas com o problema da terra no Brasil, desde os tempos coloniais, do massacre dos indígenas à destruição das experiências coletivas de Canudos, de Caldeirão; ou da desarticulação das

³⁷² Jornal dos Trabalhadores Sem Terra. A violência organizada contra os trabalhadores. Ano IX, n. 87, setembro de 1989, p. 20.

Ligas Camponesas, com suas lideranças perseguidas, presas e mortas. Não é o que resta, portanto, é o que sempre esteve no lugar, não importando os regimes políticos.

Naquela conjuntura, o MST denunciava a prisão de 117 lideranças do Movimento, na maioria dos casos (90%) não havia ordem judicial ou flagrante delito que justificasse as prisões. “As execuções foram feitas por se tratarem de lideranças do Movimento Sem Terra”³⁷³, diz o JST. Cercar as lideranças, demarcar a precariedade de sua de sua vida, instituir a fragilidade de seus corpos, enfim, torná-la vida plenamente matável, exposta publicamente como um morto em vida.

Vale registrar, ainda, o documento que a *Anistia Internacional* produziu, em 1988, corroborando a existência de uma violência cada vez mais especializada e “eficaz” na execução das lideranças. O documento, intitulado *Brasil – a violência autorizada no mundo rural*, evidencia o risco de ser liderança no país, apontando a maior incidência de assassinatos justamente onde os trabalhadores surgem mais organizados e orientados. Lê-se:

Recentemente os assassinatos parecem ter-se tornado mais seletivos. Líderes de comunidade camponesas, sindicalistas, ativos agentes da pastoral, freiras, padres e advogados envolvidos na defesa das reivindicações dos camponeses em questões de terra, têm se visto cada vez mais sujeitos a ameaças e ataques e, por vezes, têm sido as próprias vítimas dos assassinatos. O momento dos ataques e assassinatos tem sido intimamente ligado ao nível de organização ou envolvimento político das comunidades camponesas. Parece que é precisamente quando uma comunidade camponesa se torna mais organizada, seja através das atividades sindicais ou da apresentação de reivindicações sobre a terra aos tribunais, que seus líderes e assessores se tornam alvo de ataques e assassinatos³⁷⁴.

Seletividade que também se mostrava pelas circunstâncias em que os assassinatos se davam, via de regra, tomando de assalto os “camponeses e seus assessores” em momentos em que “estavam sozinhos ou em pequenos grupos”³⁷⁵, o que diz respeito a uma maquinaria, uma arrumação, um projeto previamente pensado e estruturado, que antecede à execução do alvo. Esse aspecto, o MIRAD, na sua tentativa de empreendimento da contabilidade oficial dos conflitos, ressaltou nos termos seguintes:

Os crimes cometidos o são através de tocaias, ciladas e golpes mortais que não permitem ao morto ou àqueles que porventura o acompanham, sequer ver ou divisar os assassinos. Os trajetos e percursos habituais parecem ser meticulosamente estudados, segundo de uma concepção militar, tais como: superioridade numérica, surpresa, rapidez de execução e conhecimento prévio do terreno e da situação rotineira. Trata-se de circunstâncias em que os

³⁷³ *Ibid.*, p. 22.

³⁷⁴ ANISTIA INTERNACIONAL. *Brasil: violência autorizada nas áreas rurais*. 1988, p. 8.

³⁷⁵ *Ibid.*

trabalhadores detêm somente os instrumentos de trabalho e seus acessórios (bilhas de água, sacos de certos produtos agrícolas, lenha para combustível etc.), ou seja, situações em que as possibilidades de reação à altura são praticamente impossíveis³⁷⁶.

*Criminalidade organizada na área rural*³⁷⁷, reconhece o órgão oficial do governo. Identificação, cerco e destruição das lideranças, fato que os trabalhadores tentavam demonstrar discursivamente, visualmente.

A mobilização dos artificios visuais, uma vez mais, tornara-se arma poderosa no trabalho de explicitação desse cerco às lideranças, recorrendo à iconografia policialesca, do alvo, do foco direcionado, do ângulo perfeito, do fogo central e do desejo de tiro preciso. Só que os enquadrados no visor da arma de fogo são os trabalhadores rurais, são as lideranças, são os religiosos, e quem mais aderiu à luta pela terra. As vítimas aparecem de frente, com olhar fixo no alvo, encaram-no, como a reconhecer o seu algoz no instante do perigo. É também um olhar acusador, que transforma a vítima em testemunha, ali, no derradeiro encontro com o fazendeiro matador, ou o pistoleiro cumpridor de ordem, ou o policial no desvio de sua função.

³⁷⁶ MIRAD. *Conflitos de terra: dados relativos aos conflitos de terra, em que se registram mortes, ocorridos no país entre 01 de janeiro e 31 de outubro de 1985*, Brasília, 1985, p. 29 – 30.

³⁷⁷ MIRAD. *Levantamento dos conflitos de terra em que se registram mortes, ocorridas no país entre primeiro de janeiro e vinte e dois de maio de 1986*, Brasília, 1986, p. 1.

Ferreirinha

Fizeram-te desaparecer eu te chamo pelo nome, és meu

Isaias 42, 22, 25



Tem fazendeiro com o dedo no gatilho

Médio Mearim;
Região da Diocese de Bacabal.
Lugar onde ocorrem os maiores
conflitos de terra no Maranhão.

O Governo da "Nova República"
anuncia o Plano Nacional de
Reforma Agrária:

Aumentam as perseguições aos
trabalhadores rurais.

Padres que defendem os lavra-
dores são ameaçados de morte.

A violência cresce a cada dia.

A última vítima foi Gonçalo
Ferreira Campos Sousa.

Até quando o povo vai aguen-
tar tanta dor?

Mais um lavrador é assassinado
no Maranhão.
Gonçalo Ferreira Campos Sousa,
o Ferreirinha.
Assassinado com quatro tiros
em Santa Tereza, município
de Lago da Pedra.

Quem era Ferreirinha?
Lavrador e Delegado Sindical.
Nasceu em 24.06.36, em
Lago da Pedra.
Casado e pai de doze filhos.
Assassinado em 11.08.85

Por que Ferreirinha foi
assassinado?
Lutava pela posse da terra.
Em suas mãos, trazia 314
assinaturas em favor da
REFORMA AGRÁRIA.

Assassino: Almir Maia da Costa,
filho do gileiro
Oswaldo Alexandre da Costa.
O criminoso continua solto.
Onde está a Justiça?

A morte de Ferreirinha
não será esquecida.
Seu sangue vai fortalecer a luta do
povo pela posse da terra.

ACR - DIOCESE DE BACABAL E SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE LAGO DA PEDRA

Fig. 32 Ferreirinha.
Fonte: CEDEM.

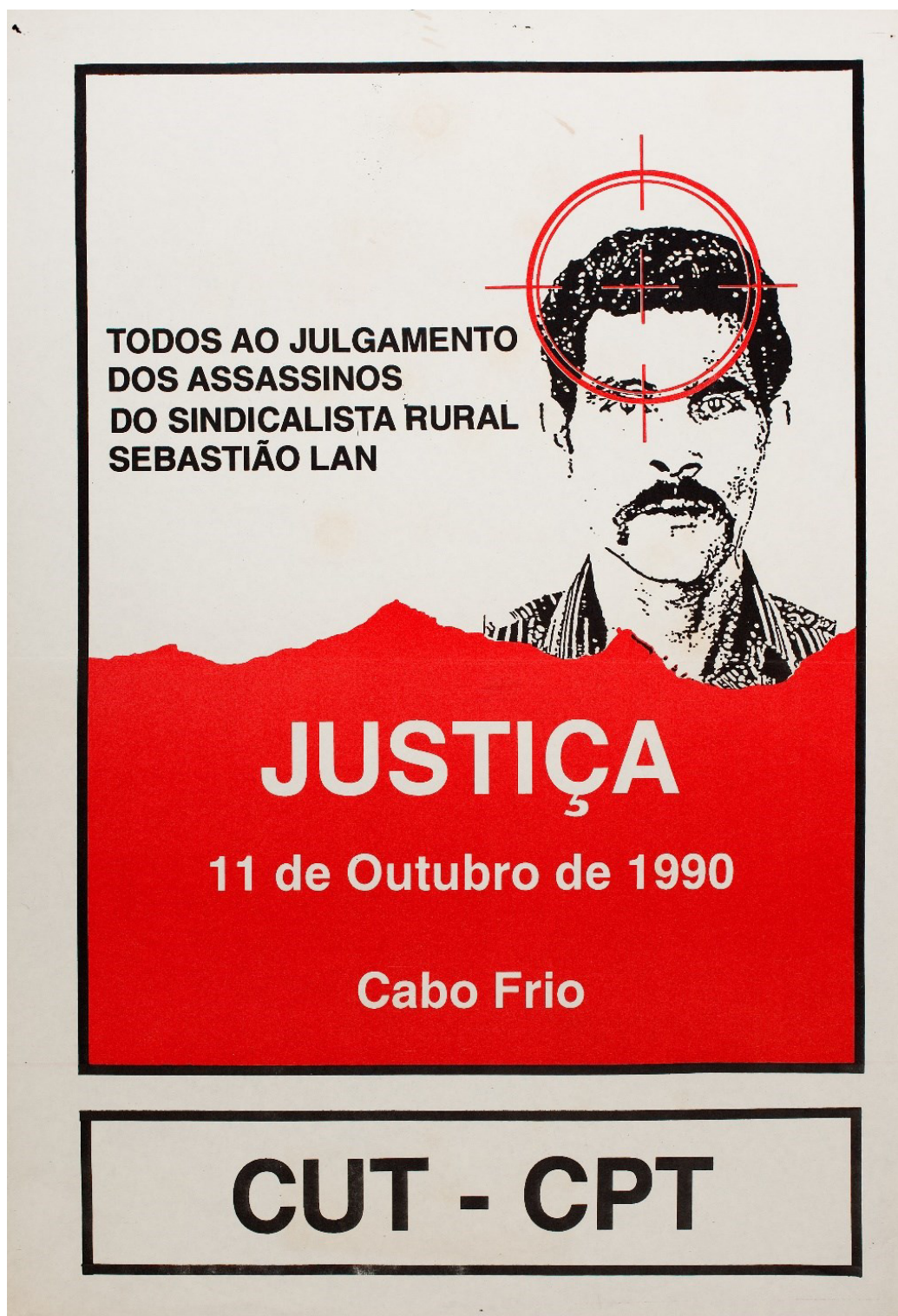


Fig. 33 Justiça.
Fonte: CEDEM

Ferreirinha (Gonçalo Ferreira Campos Sousa), foi morto em 11 de agosto de 1985. Sebastião Lan, faleceu em 10 de junho de 1988, cinco dias após ser atingido por 6

tiros³⁷⁸. Os cartazes que recuperam seus rostos, angulados pela ótica do assassino, ainda que, ali, esteja anônimo, têm o objetivo de reiterar o caráter seletivo e especializado da violência no campo, denúncia que os trabalhadores, seus aliados, os grupos constituídos, a CPT, o MST, a CONTAG, a CUT, e tantos outros, vêm apresentando de forma ininterrupta e incansável.

Os cartazes (como outra modalidade de enquadramento visual) constituem parte, ao mesmo tempo, do lamento e da luta desses sujeitos e grupos que se dispuseram a contabilizar os conflitos no campo. Eles são parte de uma narrativa que se presta ao luto público das lideranças caídas pela mão armada do latifúndio, gritando por justiça, cobrando posicionamento governamental, e, não se pode negar, instituindo um novo estatuto para a vítima, o estatuto do mártir, a nova condição e o novo lugar de onde a luta prosseguirá. O mártir continuará sempre presente.

Por fim, essa iconografia é um meio de tornar viva a memória de homens e mulheres feitos na luta; vidas que, perdidas num instante, levam tanto tempo para serem forjadas. Ela completa a pergunta de Ivo Poletto:

Quantos anos a classe trabalhadora do campo levará para forma na consciência, no discernimento e na disposição de luta figuras como: Margarida, Eloy, Gringo, Benzinho, Quintino, Sebastião Rosa da Paz, Wilson Pinheiro? [...] Quanto tempo levaremos para produzir outro Nativo³⁷⁹?

Em cada nome, um estranho paradoxo de uma luta interrompida (porque a morte encerra uma trajetória, desorganiza projetos e ações, dispersa os lutadores), mas também uma luta que prossegue, na retomada das pautas, na disposição dos que restaram, no nascimento dos novos líderes, na marcha dos trabalhadores e, sobretudo, na presença mística do mártir, tornado modelo e exemplo na caminhada.

³⁷⁸ Sebastião Lan era presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cabo Frio – RJ, atuava na organização dos trabalhadores rurais em torno da desapropriação da Fazenda Campos Novos, onde viviam 350 famílias de posseiros. Sebastião foi assassinado com 6 tiros. O fazendeiro Jamil Muziara, proprietário da fazenda, foi considerado mandante do crime e indiciado como culpado, mas a denúncia acabou sendo arquivada. Sobre Sebastião Lan, ver o documentário Lan. LAN, direção de Milton Alencar Jr., 1988, (20:50 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yBcMmc7u5PE>. Acesso em: 09/04/2021.

³⁷⁹ CPT. *O martírio na luta pela terra*. 31 de agosto de 1986.

Quarta parte: Enlutar: morte é vida.

9 LUTO E PROTESTO: O VALOR DA VIDA DO OUTRO

Dizer que uma vida é enlutável é afirmar que, antes mesmo de ser perdida, essa vida é ou será merecedora de luto quando for perdida; a vida tem valor em relação à mortalidade.

(BUTLER, 2021, p. 70).

9.1 *A vida nasce da morte: da vítima ao mártir*

Duas mulheres, sobretudo, dona Margarida e dona Santana, estavam sofrendo na delegacia, impotentes, e sob torturas – um dia sem comer e beber, de joelhos, braços abertos, agulhas na garganta, sob as unhas – essa repressão desumana. Eram mais de seis horas da tarde, e seus gritos se ouviam da rua: ‘Não me bata!’ Decidi ir até a delegacia interceder por elas. [...] O padre João Bosco, que estava lendo, rezando – como leu e rezou muito estes dias em que conviveu conosco na Prelazia –, fez questão de me acompanhar. [...] Quando o padre João Bosco disse aos policiais que denunciaria aos superiores dos mesmos as arbitrariedades que vinham praticando, o soldado Ezy Ramalho Feitosa pulou até ele – três metros apenas – dando-lhe uma bofetada fortíssima no rosto. Inutilmente tentei cortar aí o impossível diálogo: ‘João Bosco, vamos...’ O soldado, seguidamente, descarregou também no rosto do padre um golpe de revólver e, num segundo gesto fulminante, o tiro fatal, no crânio. Sem um ai, o mártir, – mártir sim! – caiu, esticado, pensei que morto. [...] Entretanto, o padre João Bosco vivia, consciente e generoso, sua agonia de mártir, forte, sofrido, sem oblação. Invocou várias vezes o nome de Jesus. Ofereceu várias vezes seu sofrimento pelos índios, pelo povo. Pelo povo de nossa Prelazia, pelo povo de sua Prelazia de Diamantino. Lembrou-se do CIMI, de D. Tomás Balduino, seu presidente. [...] O padre João Bosco foi santificado com o resto de sua vida, oferecida ao vento da noite e a Deus, aquelas estradas, aquelas fazendas, onde tantas vidas humanas, anônimas, sofreram e sofrem sacrificadas. Foi, aquela, uma via sacra de Redenção pelos caminhos da Amazônia Legal, pelas terras dos índios, dos posseiros, dos peões. [...] E todos sentimos logo que aquela vida imolada virava testemunho e comoção. Era um missionário entre os índios que morria, e morria por libertar da tortura duas pobres mulheres do Povo do interior. [...] Quando enterrávamos, sob o calor do Mato Grosso, quase meio-dia, o corpo-semente do padre João Bosco Penido Burnier, missionário e mártir, perto de uma cerca de arame farpado – símbolo de todas as cercas do Latifúndio que oprime o povo de nossa Amazônia, Deus pôs um sinal no céu: o arco-íris cingiu de Glória e de Paz a nuvem escura que flutuava entre o céu e a terra naquela hora. (CASALDÁLIGA, 1978, p. 131 e ss).

Eis como D. Pedro Casaldáliga, bispo da Prelazia de São Félix do Araguaia – MT, narra o nascimento de um mártir. O mártir, religioso ou leigo, é alguém que decidiu

estar, preferencialmente, ao lado dos pobres, dos marginalizados, dos perseguidos. Eis a opção pelos pobres que faz a Igreja da América Latina mergulhar em uma nova era de martirização, mormente depois das Conferências de Medellín e de Puebla (MARINS, T. (MARINS; TEVISAN; CHANONA, 1984, p. 13-14).

O mártir toma para si as dores do outro e faz dessa dor uma oferta para Deus, convertendo-a em caminho para a entrada na vida eterna. Pela dor, ele aproxima-se de Jesus, imitando-o, irmanando-se no sacrifício e no calvário (LE BRETTON, 1999, p. 217). Não se nega o martírio, não se reclama o sofrimento, não se lamenta a dor da carne. João Bosco não ousou soltar um *ai*. Pelo contrário, na agonia se vê Jesus.

O sofrimento se converte em Glória, a morte dá espaço à vida e o corpo imolado é a expressão da entrega por amor dos marginalizados. Ora, o instante da morte é também o da eleição, a vítima se torna mártir, exemplo, talvez santo; não se trata de fim, mas de início de uma vida santificada. Daí porque não se enterra o corpo vitimado, mas planta-se a semente que deverá fazer brotar a nova vida, a nova terra, as novas formas de sociabilidade.

Padre João Bosco recebera, imediatamente, as bênçãos de Deus que, com o arco da promessa, encheu de luz a terra envolta em trevas. Padre Joao Bosco tornara-se mártir.

Mas há uma outra dimensão do uso social da dor nesse processo de martírio que me interessa primordialmente, e tem a ver com os usos políticos da eleição e do culto dos mártires na luta pela terra. Isso porque no *trabalho de fabricação*³⁸⁰ desses mártires da contemporaneidade não está em curso somente a oferta de uma vida como meio para alcançar a vida eterna. Ele está assentado em uma profunda crítica aos modelos sociais excludentes e expropriadores do sistema capitalista na América Latina.

Uma nova era de martirização se anuncia na segunda metade do século XX na América Latina, principalmente no contexto dos regimes autoritários vivenciados por vários países da região, provocando uma série de transformações na Igreja Católica latinoamericana, cada vez mais próxima dos pobres, dos marginalizados, dos excluídos e dos perseguidos políticos da repressão das ditaduras. Essa inflexão possibilitou a releitura do martírio, atualizando-o, aproximando o sacrifício de Cristo ao de homens e mulheres

³⁸⁰ Aproximando-se das teses de Peter Burke, a *fabricação* diz respeito a um processo de elaboração e apresentação da imagem pública de uma personalidade, processo que envolve diversos mecanismos e linguagens, em que entram em cena a iconografia, a poesia, o teatro, as celebrações, as festas, os calendários etc. Trata-se de construir um personagem, edificar sua imagem, erigir uma memória positiva, enfim, promover publicamente a figura selecionada. Ver: BURKE, Peter. *A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XIV*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

igualmente vilipendiados pelo poder repressivo dos novos tempos. Opera-se, por exemplo, um desvio dentro da tradição cristã dos calendários, incluindo novos santos, mártires da contemporaneidade, figuras atingidas pelo poder dos carrascos ditatoriais (RAMOS, 2014, p. 112).

A possibilidade de divinização da vida e da morte agora se aproximava da região latinoamericana, afastada da cristandade europeia. Iniciava-se um processo de eleição dos santos e dos mártires do povo, com a cara dos camponeses, dos indígenas, dos operários. Um processo de martirização fincado nos problemas e nas injustiças próprias dos países latinoamericanos, o que significa também a denúncia das violências e das condições políticas que as produzem.

Um exemplo dessa busca pelos mártires brasileiros pode ser verificado na publicação, em 1982, de uma edição especial da revista *Sem Fronteiras*, de responsabilidade do *Instituto Comboniano de São Judas Tadeu*, em São Paulo. Dedicada aos mártires da América Latina, a revista selecionou e distribuiu em um calendário anual os mortos que “tombaram pela causa de Deus” na região. *América Latina: foram mortos continuam vivos*, eis o título.

O objetivo da publicação é a celebração da memória de homens e mulheres, leigos ou religiosos que morreram nos conflitos sociais em cada país, que pagaram com o próprio sangue a escolha da defesa e da luta pelos irmãos. Desse modo, apresenta-se:

Há alguns anos, importantes centros de publicação e documentação de vários países da América Latina iniciaram um trabalho de coleta de dados sobre os mártires da recente história da Igreja latino-americana. São trabalhos ingentes, porque não se trata de descobrir somente os nomes de padre e bispos, mas também de leigos, entre os quais camponeses, operários, mulheres do povo; daqueles, enfim, que durante os séculos não tiveram “voz” nem sequer “nome”³⁸¹.

Ora, o novo martirologio latinoamericano busca, para além do caráter sagrado que pressupõe a edificação de figuras martirizadas, atingir o cerne dos problemas sociais, especialmente a opressão dos regimes autoritários que atingiu boa parte da região entre os anos 60 e 70 do século XX. Além disso, tratar da marginalização dos pobres, da violação de direitos básicos, denunciar a tortura, o massacre dos camponeses e povos indígenas. Daí porque os santos e os mártires são lembrados a partir da violência que sofreram, juntando o “nome” à “voz”, que agora pode gritar e denunciar o crime sofrido.

Para o caso brasileiro, estavam listados no calendário:

³⁸¹ SEM FRONTEIRAS. *América Latina: foram mortos, continuam vivos*. 1982.

Sebastião Mearim, líder dos trabalhadores rurais, assassinado pelos grileiros (Pará, Brasil, + 1981); Ângelo Cretan, cacique dos Caingangues, martirizado por defender os direitos de sua nação (Brasil, + 1980); Mateus e Moacir, índios guajajaras, assassinados a mando dos fazendeiros (Maranhão, Brasil, + 1980); Alexandre Vannuchi Leme, estudante, torturado e morto pela Oban (Brasil, + 1973); José Pedro dos Santos, líder sindical assassinado na porta de sua casa por denunciar os desmandos dos fazendeiros (Alagoas, Brasil, + 1981); Marcelo dos Santos, líder sindical assassinado dentro de sua casa, por ter apoiado a luta de mais de 400 famílias em questão com grileiros (Maranhão, Brasil, + 1981); Raimundo Ferreira Lima, o Gringo, camponês, sindicalista, agente de pastoral, assassinado no Brasil (+ 1980); Frei Tito de Alencar, religioso brasileiro de 29 anos, vítima de terríveis torturas infligidas pelas Forças de Segurança em São Paulo, Brasil (+ 1974); João Bosco Penido Bournier, sacerdote, mártir em Mato Grosso, Brasil (+ 1976) [...].

Na eleição do mártir também reside a negação do sistema político opressor e repressor dos pobres do campo e da cidade. O gesto de culto é também um ato político que desafia o poder e as estruturas sociais que sustentam a exploração e a exclusão dos homens. Os novos mártires assumiram a causa dos marginalizados, das populações vulneráveis, e por causa desse compromisso se tornaram alvos preferenciais da violência, “quanto mais ligado ao povo, mais ‘suspeitos’ e ‘condenáveis’” (MARINS, T. (MARINS; TEVISAN; CHANONA, 1984, p. 12).

O mártir da luta pela terra é uma fabricação política e socialmente engajada que pretende tocar profundamente os problemas da concentração fundiária, da exclusão dos trabalhadores do processo de distribuição da terra, da violência contra os camponeses, da desterritorialização das comunidades tradicionais, do trabalho escravo, da agressão aos recursos naturais. O martírio pressupõe um engajamento social que precede a morte do corpo do sujeito violentado e que não se encerra no funeral. Eis porque na morte nasce a vida, o mártir continuará presente, animando e encorajando as lutas. Se, pelo martírio, chega-se à Glória de Deus, por ele, também, se estabelecem os fundamentos da crítica histórica.

Nesse sentido, pois, adverte-nos Ivo Poletto e Hamilton Pereira (Piedro Tierra), membros da CPT, em artigo sobre *O martírio na luta pela terra*:

A lembrança evangélica de que o Ressuscitado é o irmão que teve sua vida ceifada pela tortura da cruz é o melhor caminho para não mistificarmos o sentido do “martírio” dos nossos irmãos assassinados. É necessário não esquecer que eles foram mortos e que sua morte clama por justiça. Eles são, sem dúvida alguma, testemunhos evangélicos que vale a pena dar a vida, mas testemunham, ao mesmo tempo, que a História dos homens está ainda dominada pelas leis da morte, que há interesses de classe contrários à

fraternidade [...] Daí que os mártires são novo convite de Deus para que sejam superados os interesses de classe que exploram o povo³⁸².

À dor dos mártires se juntam as dores do mundo e a memória dessas figuras eleitas é um pressuposto para pôr em discussão as estruturas causadoras da violência. Pôr diante dos olhos e dos ouvidos o mártir é também presentificar e problematizar as causas de seu sacrifício.

A *fábrica* de mártires da luta pela terra é, a meu ver, parte do esforço para poder dizer a violência no campo brasileiro, ela compreende o conjunto de narrativas e de linguagens desse processo, um meio, uma ferramenta, talvez. O certo é que a martirização ultrapassa os limites religiosos para tocar diretamente os problemas sociais, principalmente para questionar a marginalização dos pobres.

Dizer, *se fabrica o mártir*, implica uma operação consciente, deliberada e intencional, que passa pela promoção pública do candidato ao martírio, pela exaltação de sua história de vida, pela celebração de cultos e homenagens, pela produção e reprodução de sua imagem visual, pela inscrição de sua páscoa em festas ou calendários. Assim, insere-se no imaginário social a memória de uma vida que o poder preferia ocultar.

Reconhecer essa maquinaria não diminui a importância do mártir, nem deve ser fator de dessacralização desta ou daquela figura que recebeu da Igreja ou do povo, a aura mística do ser encantado³⁸³. O que se pretende é pensar essa construção da figura do mártir como um ato político, como mecanismo de intervenção social dos pobres, da Igreja e dos grupos de apoio à luta pela terra, no problema da violência no campo. É um modo de dizer que o sangue derramado do mártir relampeja nas outras existências igualmente vilipendiadas.

O mártir da luta pela terra tem um rosto. Se reconhece. Se localiza. Se nomeia. Por essa razão, pode-se sugerir, se diferencia das outras vítimas da violência no campo, anônimas, despersonalizadas, incógnitas; rostos e corpos indecisos. Ora, o que pode parecer uma hierarquização pretensiosa dos sujeitos vitimados é, a meu ver, mecanismo político de enfrentamento do poder e de denúncia das estruturas sociais produtoras de tal violência.

Falo-vos do *discurso de martirização* dessas vítimas localizadas e reconhecidas por seu engajamento na luta pela terra, uma prática enunciativa que pretende criar figuras

³⁸² CPT. *O martírio na luta pela terra*, 1986.

³⁸³ Sobre isso, ver: SOUZA, Edimilson Rodrigues de; CICCARONE, Celeste. A fabricação de mártires encantados e suas apropriações por coletivos rurais e indígenas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 29, n. 85, p. 33 – 48, jun., 2014.

modelares, exemplos de vida e de morte para a comunidade dos vivos. Já o sabemos, o discurso não é somente aquilo diz e traduz o objeto de que se fala, ele participa da invenção do próprio objeto (FOUCAULT, 2012). Não é despreziosa a eleição de mártires pelo discurso, ao contrário, ela visa abrir espaço social para o problema da violência no campo, colocando em foco as figuras exemplares, que gozarão, é verdade, de maior poder de luto público.

O mártir já dispõe, antes de sua morte física, de destacada posição no interior das comunidades de trabalhadores rurais, seja por sua atuação sindical em favor dos direitos trabalhistas, seja pelo apoio jurídico aos camponeses, seja pela ação missionária de religiosos e de leigos na partilha do Evangelho do Cristo histórico e da Igreja que fez a opção pelos pobres.

Politização do luto e do martírio? Sim. Primeiro porque o direito ao luto não está garantido *a priori* e não se distribui igualmente; depois, garantir o choro e o lamento por uma vida é dar-lhe importância, reconhecê-la com tal. Mobilizar formas de pranto e de luto é, pois, uma forma de buscar reconhecimento da vida mesmo quando esta já foi perdida.

No *discurso de martirização* reside não só a edificação da memória gloriosa daquele que deu a vida em favor do outro, mas também a necessidade de julgamento da sociedade, de cobrança, de denúncia; é um convite à revisão das instituições e dos poderes constituídos; é uma oportunidade de análise do modelo de *governamentalidade*³⁸⁴ (talvez seja mais adequado dizer *necrogovernamentalidade*³⁸⁵) a que estamos inseridos.

Conforme D. Pedro Casaldàliga, “La imagen del mártir duele”. (CASALDÀLIGA, 2013) Essa é uma das razões para o investimento no *discurso de martirização*, fazer doer os governos autoritários, as instituições promotoras da morte e o corpo social que silencia e finge não ver a produção cotidiana de corpos matáveis.

³⁸⁴ Conforme Foucault, a *governamentalidade* diz respeito ao conjunto das instituições, dos procedimentos, análises, reflexões, dos cálculos e das táticas de exercício do poder que tem como alvo a população, como forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança. É o estabelecimento do *Governo* como forma de poder em substituição à soberania, à disciplina etc., criando, para isso, uma série de aparelhos específicos e um conjunto de saberes. FOUCAULT, Michel. Governamentalidade. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*, *op. cit.*, p. 429.

³⁸⁵ O termo introduz uma questão que ultrapassa os limites teóricos da *Necropolítica* de Mbembe, e diz respeito à gestão dos corpos após a consumação da morte. Além de produzir mortos, como o governo administra essas mortes? O que faz com o corpo morto? Como distribui a necropolítica sobre os corpos vivos? Conforme Fábio Luís Franco, “Articulados com a necropolítica, os dispositivos necrogovernamentais entram em ação após a ocorrência da morte com a finalidade de gerir os cadáveres e, por meio deles, os vivos”. Ver: FRANCO, Fábio Luís. *Governar os mortos: necropolíticas, desaparecimento e subjetividade*. São Paulo: Ubu Editora, 2021, p. 45.

Esse investimento, vejo-o de muitas formas nas ações da CPT e do MST, no interior de uma luta política para dar visibilidade e dizibilidade ao problema da violência no campo. Erigiu-se um panteão de mártires da luta pela terra, e, em cada um, há uma história de enfrentamento, de resistência e de denúncia, na mesma medida em que há lamentação e tristeza pelas vidas que, no campo, não puderam ser lamentadas.

9.2 Culto dos mártires: missa e protesto

As celebrações religiosas dedicadas ao morto são ocasiões privilegiadas do nascimento dos mártires. Nelas, se desenrolam os rituais de transformação da vítima em figura modelar, onde a vida e a morte são reelaboradas de modo a constituir uma nova existência heroicizada pelo seu sangue. Ali, se realiza também a transformação da morte em vida, ponto de partida para a presentificação do mártir no seio da comunidade. Nas missas, dá-se o encontro do povo com o seu futuro objeto de crença, de fé, de devoção e de identificação.

13 de maio de 1986. Tocantinópolis – MA. Uma multidão estimada em 4 mil pessoas acompanhou os ritos fúnebres do padre Josimo Moraes Tavares, assassinado com um tiro nas costas no dia 10 de maio de 1986. Uma procissão acompanhou o corpo do sacerdote com faixas e cartazes que clamavam por justiça. Na sequência, realizou-se uma missa de corpo presente, celebrada por Dom Luciano Mendes, secretário-geral da CNBB, e assistida por mais 10 bispos, 54 padres e pelo ministro da reforma agrária, Nelson Ribeiro.

A violência do latifúndio atingia em cheio o coração da Igreja Católica. Padre Josimo era coordenador da CPT na diocese de Tocantins – GO e destacava-se no apoio aos posseiros e à luta pela reforma agrária. Havia alertado diversas vezes as autoridades brasileiras, inclusive o presidente José Sarney, sobre os riscos e as ameaças que vinha sofrendo. Caiu em 10 de maio de 86 e sua morte abriu um imenso espaço de discussão sobre a violência no campo, obrigando o governo federal a adotar medidas de emergência para a contenção dos conflitos nas regiões mais tensas do país³⁸⁶.

A primeira missa a Josimo foi marcada pelos protestos dentro e fora da Igreja. Dom Luciano Mendes ressaltou o caráter anunciado da morte do padre, que foi ameaçado e sofreu atentados anteriores ao assassinato. Destacou que a Igreja havia alertado as

³⁸⁶ Jornal do Brasil. *Morte do padre faz governo federal intervir*. 13 mai. 1986, p. 5.

autoridades nacionais sobre a iminência do crime e avisado ao presidente sobre o clima de tensão no extremo norte de Goiás, sul do Pará e norte do Mato Grosso.

No trajeto entre a igreja e o cemitério, em um caminhão que acompanhava o féretro, diversos oradores alternavam-se para manifestar suas homenagens a Josimo e para protestar contra a violência no campo. Ali, antes do sepultamento, um orador afirmava que “o corpo de Josimo morreu, mas seu espírito e sua luta vão continuar presentes”, além de haver quem se referisse ao padre “igualando-o aos ‘mártires’ da Igreja Católica”³⁸⁷.

O documento não deixa claro quem, de fato, pronunciou essas palavras, sabe-se apenas que no caminhão encontravam-se nomes destacados da Igreja Católica, como D. Tomás Balduino, Bispo de Goiás Velho – MT, D. Pedro Casaldáliga, Bispo de São Félix do Araguaia – MT, D. Celso Pereira, bispo de Porto Nacional – GO, D. Luciano Mendes, além do Ministro Nelson Ribeiro; o padre Ricardo Rezende, coordenador da CPT Araguaia-Tocantins, Hamilton Pereira da Silva, Secretário Geral da Central Única dos Trabalhadores em Goiás, e outras figuras ligadas ao movimento sindical e a partidos políticos. Sabe-se, também, que os discursos mais destacados, ou “mais violentos”, como registrou o documento, saíram da boca Pedro Casaldáliga, de D. Celso e de Hamilton Pereira.

O certo é que, naquela ocasião, do alto de um palanque improvisado, quase um altar arranjado, iniciava-se o processo de eleição do padre Josimo ao título de mártir, a partir de uma afirmativa fundamental, talvez a essência do martírio: Josimo não morreu. Sua luta e sua alma continuarão presentes. Isso porque o mártir precisa penetrar na memória social como uma entidade permanentemente viva, companheira e ativa.

Daí a necessidade de reintroduzir, cotidianamente, a imagem, a história, o testemunho, o trabalho social e a vocação do sujeito martirizado no seio de uma dada comunidade de crentes. Há um imperativo: lembrar. “Um povo, uma Igreja que esquece os seus mártires não merece sobreviver!” (CASALDÁLIGA, *apud* MARINS, T. (MARINS; TEVISAN; CHANONA, 1984, p. 12). Do que resulta investir nos mecanismos de construção da memória sempre e mais gloriosa do mártir.

No discurso de sepultamento, proferido por padre Nilson Vieira da Silva, evidenciam-se os marcadores do martírio de Josimo:

³⁸⁷ SNI. *Sepultamento do padre Josimo Tavares de Moraes, em Tocantinópolis/GO*. 1986. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/AAA/86056359/BR_DFA_NBSB_V8_MIC_GNC_AAA_86056359_d0001de0001.pdf. Acesso em: 22 mar. 2022.

Teu sangue como a chuva benfazeja há de fecundar a terra e como semente de cristianismo brotarás como uma manhã radiante de Páscoa trazendo a esperança da Ressureição. [...] Teus exemplos de bravura destemida, de religiosidade, e brasilidade, serão imitados por todos nós. Tua memória jamais será esquecida. [...] Meus amigos não desanimemos. Não recuemos. Ainda temos muito que caminhar. Um novo tempo vai chegar. Lutar não foi em vão. [...] Armados com o vigor do evangelho. Com o capacete da justiça, sem temor, na mesma fé, seguindo os passos de Jesus e as pegadas de Josimo pois agora mais do que nunca como cidadão do céu sem dúvida alcansaremos os nossos ideais de: terra para todos os trabalhadores do bico do p. e do Brasil, trabalho para todos, justiça para todos, pão e moradia para todos, paz e prosperidade para todos a partir da morte do Josimo [...]³⁸⁸.

O sangue da vítima de violência no campo é uma das imagens mais recorrentes e mais representativas desse trabalho de martirização. Ao mesmo tempo em que ele lembra e denuncia as diversas formas de violação de direitos no espaço rural, também aponta para a continuidade das lutas e das resistências que se travam contra o latifúndio. O derramamento de sangue é, também, sinal de enfrentamento e ação dos trabalhadores rurais e seus aliados. Mostra que não há passividade, não há abnegação, não há desistência, não existe fim da luta.

Isso também se constrói visualmente, numa produção iconográfica que alude ao sangue e ao valor da figura martirizada, como se ao expectador fosse dirigido um “veja, esse sangue foi derramado por você, por sua causa”, como Jesus em seu sacrifício.

³⁸⁸ *Ibid.* Optei por manter a ortografia encontrada no documento.



Fig. 34 Assassinado.
Fonte: CEDEM.

Por isso o sangue se transformará em palavra de ordem. *Teu sangue clama por Justiça; Teu sangue clama por Reforma Agrária.* Por essa razão o sangue é, uma vez mais, líquido que rega, fecunda e faz brotar, ou semente que fará nascer ou renascer a luta.

Francisco Domingos Ramos era presidente do *Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pancas* – ES. No dia 18 de setembro de 1987, ele foi ameaçado de morte pelo latifundiário José Milton Breda, dentro do *Sindicato*. Na noite do dia 05 de fevereiro do ano seguinte, após participar de uma reunião, foi assassinado pelas costas, enquanto se dirigia para a sua casa, na comunidade de Montes Claros, em Pancas. Consta que

Domingos Ramos foi assassinado por levar à justiça uma ação de defesa dos direitos trabalhistas de Dona Adelina Nemeck³⁸⁹.

Em 12 de fevereiro de 1988 houve ato público de repúdio ao assassinato do sindicalista, em Pancas. Aproximadamente quatro mil pessoas participaram do evento, que contou com a participação do MST, da CPT, da CUT, do PT, do PMDB, do PDT. Estavam ali, segundo informa o *Boletim da Agência Ecumênica de Notícias*, para “denunciar e também testemunhar sua determinação de continuar a luta pela qual Francisco deu sua vida”. A viúva de Francisco, Maria José, “comunicou sua decisão de participar do sindicato, dispondo-se até mesmo a dirigi-lo, se for o caso”³⁹⁰. O ato foi seguido de missa em memória Francisco Domingos.

Porque martírio é convocação. Aponta para o futuro e chama à ação. É por isso que Josimo, Francisco Domingos, que continuarão vivos pelo mistério do encantamento a eles conferido, se tornam caminho, mostram os passos da caminhada que a comunidade deverá seguir. Isso pressupõe atualizar o legado do sujeito martirizado como uma maneira de prestar homenagem, mas também dar continuidade ao projeto interrompido por ocasião da morte.

Em 08 de junho de 1986, às 19:00 horas, realizou-se, na Catedral da Sé, em São Paulo, a missa de trigésimo dia pela morte do padre Josimo. A celebração foi denominada *Missa da Terra* e foi celebrada pelo cardeal arcebispo de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns, auxiliado por D. Luciano Mendes e pelos bispos D. Décio Pereira e D. Joel Ivo Catapan, mais 40 padres. A missa foi assistida por um público estimado em 1.500 pessoas.

No centro da catedral uma cruz de madeira e a camisa ensanguentada do padre materializavam a violência do latifúndio, e D. Paulo convocou os presentes a repetirem as frases: “O padre Josimo nos transmite a Vida”, “Deus vai nos trazer um novo tempo”, “Nosso Deus é de Justiça e Verdade”, “Não havendo Justiça no campo, não haverá paz no país”³⁹¹. Ali, mais uma vez, nas palavras dos oradores e num panfleto com o roteiro da *Missa da Terra*, reafirmava-se a figura do mártir e do valor do sangue por ele

³⁸⁹ SIAN. Sindicato dos Trabalhadores Rurais. *Carta aberta à população*. Pancas 19 set. 1987. Disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1894224&v_aba=1. Acesso em 29 mar. 2022.

³⁹⁰ SIAN. AGÊNCIA ECUMÊNICA DE NOTÍCIAS. *Boletim* n. 94, 10 mar. 1988, p. 3. Disponível em https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1894224&v_aba=1. Acesso em 29 mar. 2022.

³⁹¹ SIAN. Missa de trigésimo dia pelo padre Josimo Moraes Tavares. 1986. Disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1910790&v_aba=1. Acesso em: 23 mar. 2022.

derramado: “o sangue dos mártires irriga os caminhos da nossa libertação e exige de nós, cristãos e homens de boa vontade, o compromisso de continuar a luta por eles iniciada”³⁹².

A celebração dos mártires está mais voltada para as condições materiais causadoras da violência, destina-se mais aos vivos do que aos mortos; o mártir é, me parece, apenas o pretexto para atingir o cerne dos problemas sociais, para desnudar suas causas e seus agentes, além de cobrar respostas políticas sérias e comprometidas com a modificação das estruturas necrogovernamentais.

Pelo mártir se vê as outras tantas vidas imersas na mesma violência. Por ele e com ele, se desfiam as variadas formas de violações de direitos no campo e na cidade. É um luto coletivo. Como também se configuram as lutas partilhadas e vividas na comunhão de ideias e de interesses.

Daí porque, na *Missa da Terra*, os presentes puderam ouvir os dados da CPT indicando que, somente para o ano de 1986, havia o registro de 2.147 conflitos de terras no país e que em doze estados da federação já se registraram mortes de lavradores³⁹³. Por isso, as preces do *Ato Penitencial* lembravam que:

Doze milhões de irmãos nossos no campo lutam dia a dia para ter um pedaço de terra para sustentar a si e sua família. [...] Na cidade e no campo, mais da metade da população passa fome enquanto grande parte da terra fica sem produzir só para gerar lucro fácil. [...] Pela morte de Pe. Josimo, e de outros 90 agentes de pastoral e trabalhadores, que foram assassinados impunemente, só neste ano, pelos grandes senhores de terra. Pelos posseiros expulsos de sua terra, oito dos quais, assassinados no Vale da Ribeira, em São Paulo [...] ³⁹⁴.

Desse modo, o rito litúrgico expunha a realidade fundiária brasileira, desnudando, principalmente, a exclusão dos pobres da terra, a concentração fundiária, a opção pela grande propriedade capitalista e a impunidade que gera mais violência.

No *Ofertório*, mais uma entrada no problema da violência no campo: os trabalhadores rurais assentados em Porto Feliz – SP, ofereceram no altar uma cópia do livro *Assassinatos no campo: crime e impunidade*, que fez o levantamento de 1.106 assassinatos entre 1964 e 1985.

D. Paulo Evaristo Arns, presidente da celebração, caracterizou aquele momento como “difícilíssimo” para o país e para a Igreja, e decisivo “diante do agravamento da violência fundiária e da urgência em favor da reforma agrária”. Lembrou que “todos os

³⁹² *Ibid.*

³⁹³ *Ibid.* A afirmação foi pronunciada pelo padre Ricardo Rezende, coordenador da CPT na região Araguaia-Tocantins.

³⁹⁴ *Ibid.*

países desenvolvidos realizaram esta reforma na hora certa, e o Brasil deve fazê-la sem demora”³⁹⁵.

A missa dos mortos no campo é uma combinação de fé, de luto, de denúncia e de protesto. Assim, a Igreja Católica, que fez a opção preferencial pelos pobres, abre-se novamente para somar forças com outras representações da sociedade civil na cobrança da garantia do processo de democratização, que deve, obrigatoriamente, incluir os trabalhadores do campo e representar a partilha da terra para os que nela trabalham.

Já se disse como, a partir dos anos 1970, em pleno regime militar, as missas conseguiram abrir um importante espaço de resistência, por onde se exprimiria a reação de diversos setores da sociedade ao arbítrio da ditadura. Principalmente em São Paulo, também na Catedral da Sé, realizaram-se as celebrações de protesto pelo assassinato de Luiz Eduardo da Rocha Merlino, morto sob tortura em 19 de julho de 1971, e pelo assassinato de Alexandre Vannucchi Leme, militante da *Ação Libertadora Nacional* – ALN, morto em março de 1973 (TELES, 2010, p. 267).

As celebrações significaram, além de momentos de protesto e de denúncia, a oportunidade do reencontro e do retorno da sociedade civil ao espaço público e ao cenário político brasileiro, furando a barreira imposta pela ditadura e desafiando o poder dos militares. E, se nos anos 1970, as missas impulsionaram e alimentaram a luta pela redemocratização do país (TELES, 2010, p. 268), especialmente quando centradas nas vítimas urbanas do regime autoritário, nos anos 1980, na vigência do governo civil de José Sarney, elas se tornavam a explicitação de que a democratização não foi capaz de alcançar as populações rurais, nem representou o declínio da violência no campo.

As missas de protesto e de culto aos mártires da terra realizaram, de certa forma, o encontro da cidade com o seu outro, o campo, que aparecia sob os olhos nacionais em cores tristes de se ver, marcado pela intensificação dos conflitos, pela exclusão e expulsão dos trabalhadores rurais de seus locais de vida e de trabalho, e pela escalada vertiginosa da violência em suas diversas formas. Mas também um campo que se agita, que se move, se organiza e que clama por reforma agrária.

A transformação do rito religioso em ato político e de julgamento da sociedade já se manifesta no convite e na convocação da população. As missas dos mortos, sejam as de corpo presente, as de sétimo dia, ou de aniversário de morte, são anunciadas como grandes atos contestatórios.

³⁹⁵ Folha de São Paulo. *Para D. Paulo o momento é “difícilimo”*. 9 jun. 1986, p. 4.

Justamente por esse caráter denunciatório e agregador dos setores descontentes da sociedade brasileira, as missas continuaram na mira dos serviços de informações do governo federal, além de provocarem o arrepio dos poderes locais incomodados com a postura política da Igreja dos pobres. Era o poder em seu exercício de vigilância e de controle dos vivos e também dos mortos. Porque controlar o luto público é uma maneira de manter sob controle a imagem do próprio poder, selecionando quem deve ou não ser lembrado. Além disso, uma memória construída sob a ótica da dor e do sofrimento dos pobres da terra também coloca em risco o poder, sobre quem recai o peso da violência estruturada.

Por isso o SNI solicitava, em outubro de 1986,

Acompanhar encontro nacional entre membros da Igreja e sindicalistas, em 12 de out. 86, em Cascalheira/MT, a ser promovido pela prelazia de São Félix/MT e o Partido dos Trabalhadores (PT). O evento deverá contar com a participação de ativistas de todo o Brasil e exterior³⁹⁶.

Tratava-se do aniversário de 10 anos do assassinato do padre João Bosco Penido Burnier, assassinado em 12 de outubro de 1976. As comemorações em homenagem ao padre estavam previstas para os dias 11 e 12 de outubro de 1986, ocasião em que seria inaugurada a *Igreja dos Mártires da Caminhada*, no local onde João Bosco foi executado.

Da solicitação do SNI resultou um relatório minucioso, produzido pela agência de Mato Grosso do Sul, dando informações sobre todos os momentos e todos os participantes do encontro.

Por ele, sabe-se que a festa incluiu romaria, procissão, exposição de fotografias de vários mártires, peças teatrais e a missa denominada *Eucaristia dos Mártires*. Inúmeras entidades estavam presentes: CUT, CIMI, CPT, MST, *Comissão Pastoral Operária – CPO*, *Comissão Pastoral do Menor – CPM*, Comissão Pastoral da Juventude – CPJ, o *Partido dos Trabalhadores*, diversos bispos e padres, representantes de diversas paróquias e cidades de todo o país. Estiveram presentes representantes de países como o México, Peru, República Dominicana, Chile, Colômbia, Venezuela, El Salvador, França, Moçambique.

Nele, registrou-se a homilia dos bispos ali presentes: D. Antônio, bispo de Jiparaná, homenageou os mártires destacando a decisão de dar a vida em favor dos que

³⁹⁶ SNI. Comemoração do aniversário da morte do padre João Bosco Penido Burnier, e inauguração da Igreja dos “mártires da caminhada”, em ribeirão Bonito/MT. 1986. Disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1954584&v_aba=1. Acesso em 24 mar. 2022.

sofrem as injustiças sociais, lembrando que, no Brasil, lutar pela vida, “é olhar realmente para aqueles que estão condenados à morte”; D. Pedro Casaldáliga fez referência ao sangue dos mártires, “um colírio que nos lavou os olhos para enxergarmos a injustiça estrutural, as falsidades das Novas Repúblicas e a traição de muitos irmãos”³⁹⁷.

O mártir é aquele que faz ver, que abre os olhos. Esse é um dos mais recorrentes significados da celebração martirial, memória da morte para que os demais tenham vida, e isso pressupõe enxergar e interpretar os fatos sociais, realizar o julgamento político do mundo, opor-se às estruturas causadoras da violência e da opressão, tomar posição diante das injustiças sociais.

Em 1986, por iniciativa de D. Pedro Casaldáliga, foi lançado o LP *Caminhada dos mártires*, pela gravadora *Verbo Filmes*, disco em que se destacam as canções dedicadas a figuras como Frei Tito de Alencar, Zumbi dos Palmares, Ezequiel Ramin, Santo Dias, Marçal Guarani. Trata-se de mais um meio e uma forma chamar a atenção para o problema da violência e, sobretudo, para evidenciar o poder mobilizador da figura do mártir.

O próprio Casaldáliga aparece como coautor de algumas canções, como no *Hino da Caminha dos mártires*, e na música *À Frei Tito*. Nos hinos, reafirmava-se a imagem do mártir como a figura que anima e dá sentido à continuidade das lutas, a morte que faz brotar a vida. O sangue que chama à ação. Daí porque, como está escrito no *Hino da caminhada dos mártires*,

Cantamos o sangue
dos nossos melhores,
a prova maior!
Cobramos as flores,
de suas feridas
vivemos a Vida
que a morte ceifou!
[...]
No altar e nos braços
Erguemos, remidos,
seus corpos caídos,
seus sonhos, seus passos.
Serão Caminhada!
Memória seremos!
Mais altas faremos
As vozes caladas³⁹⁸.

³⁹⁷ *Ibid.*

³⁹⁸ DCDP. *Requerimento da gravadora sociedade propagadora soverdi para aprovação das letras: zumbi; canto dos mártires; Joilson; pai nosso dos mártires; hino da caminhada dos mártires; Marçal guarani; à Frei Tito*. Maio, 1986.

Na canção *Mataram Ezequiel*, de autoria de Leôncio José Asfury, a denúncia de um crime:

[...]
 Em missão de paz
 foste alvejado;
 Teu corpo crivado,
 sem vida no chão.
 Desfigurado rosto;
 Mesquinha a ação!
 Jagunços te mataram,
 ordens do patrão.
 Ezequiel, teu sangue,
 Apressa a redenção, apressa³⁹⁹!

A imersão nos problemas sociais é o que faz do *discurso de martirização* um alvo da vigilância e do controle do governo. E que faz a celebração martirial deixar de ser apenas uma homenagem aos mortos para se tornar ato “subversivo” e de “incitamento à luta de classes”.

Isso aparece, por exemplo, no *Relatório Anual de Informações* do Ministério do Exército, de 1986. Na primeira parte, dedicada ao *Movimento Religioso*, que o documento caracteriza como atuação do *Clero Progressista* de inspiração marxista, a missa do décimo aniversário do padre João Bosco Burnier está listada na atividade 27) *Ano dos Mártires da Caminhada*. Na descrição do *Relatório* lê-se:

Os que morreram nos conflitos pela terra, os “oprimidos”, foram transformados em “mártires”, da causa pela terra, e cultuados como santos. O sangue desses mártires foi apontado como “semente da libertação”. [...] Foi incitada a organização e a mobilização para, através da luta armada (grifo do CIE) atingir a “libertação”. [...] Foi mais um trabalho de massa do “clero progressista”, que valendo-se do espírito religioso do povo, deturpou celebrações, mistificando como mártires e santos, através de cânticos, procissões e apelos espirituais, simples trabalhadores rurais que tombaram nos conflitos de terra, muitas vezes incitados por elementos deste “clero progressista”, descaracterizando a fé em nome de uma pretensa teologia – a da “libertação”, confundindo os seguimentos mais simples da população com o único intuito de lavá-los, como elementos de manobra à condução de seus reais objetivos – mudar as estruturas do país e instalar aqui uma nova sociedade⁴⁰⁰.

Nessa análise da autoridade ministerial, há, pelo menos, três aspectos que quero ressaltar: o primeiro diz respeito à permanência de uma postura defensiva do Exército brasileiro em relação à ala progressista da Igreja Católica, que ele considera um grande risco para a ordem do país, especialmente nas áreas rurais. Mantém-se a mesma visão que, durante a ditadura militar, vê essa Igreja como mensageira da ideologia comunista e

³⁹⁹ *Ibid.*

⁴⁰⁰ SIAN. MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. *Relatório anual de informações*, 1986.

pregadora de uma revolução no campo. Do mesmo modo em que se preserva a visão de que os camponeses são incapazes de organização e ação política, dependendo, pois, da manipulação de agentes como os “esquerdistas” religiosos e militantes políticos.

Em segundo lugar, a autoridade sabe que o mártir goza de um estatuto diferente, que a morte de determinadas figuras não passará despercebida, não será invisibilizada. Reconhece que o martírio é capaz de abrir um espaço público de notoriedade para o corpo massacrado no campo, chamando a atenção para o problema da violência, despertando a consciência da população brasileira. Sabe que o martírio desarruma a costumeira produção de corpos executáveis, retirando a morte das vidas precárias do lugar de naturalidade para transformá-la em questão socialmente relevante, em problema de segurança e de governo. Daí resulta a tentativa de desqualificar o sujeito martirizado, negando-lhe a condição de corpo merecedor de luto.

Por fim, ressalte-se a naturalização da morte dos “simples trabalhadores rurais”, dos quais se tenta negar o direito à comoção pública e ao martírio. Implícito está uma interpretação e uma gestão política dos corpos que considera desimportantes, inválidas, imprestáveis, descartáveis e matáveis algumas vidas. Caracterização da vida precária, do corpo vulnerável, definição de quem, nos interstícios do poder, não é merecedor do status, nem do direito à vida.

Negadas socialmente como vidas, são rejeitadas uma segunda vez, no ato da morte, por uma necrogovernamentalidade que tenta ocultar e proibir o lamento e o luto público. “Elas não podem ser passíveis de luto porque sempre estiveram perdidas ou, melhor, nunca ‘foram’, e elas devem ser assassinadas, já que aparentemente continuam a viver, teimosamente, nesse estado de morte” (BUTLER, 2019, p. 54).

A celebração martirial é o lugar onde o luto e o protesto se encontram para conferir aos pobres da terra a dignidade da vida, reconhecendo a importância das suas existências e lamentando a sua perda. É também a tribuna onde se denuncia a violência e se nomeia os seus responsáveis, politização da morte no campo que pretende fazer justiça aos mortos. É, deve-se acrescentar, um lugar de registro da violência no meio rural e arquivo de homens e mulheres comuns, trabalhadores rurais, que, dificilmente, seriam lembrados, pelo fato mesmo de serem enquadrados socialmente como não vidas.

Mostrei, até aqui, exemplos da celebração martirial de religiosos, homens ligados ao serviço da Igreja que tombaram por sua aproximação com os pobres, essa perigosa opção que, na América Latina, fez nascer inúmeros mártires. Mas o martírio não exclusividade dos religiosos. O “mártir”, lembra D. Pedro Casaldáliga, “é aquele que leva

a sua fidelidade ao Evangelho, ao Deus da Vida, ao amor pelos irmãos até as últimas consequências” (CASALDÁLIGA, 1988, p. 231). “Evidentemente”, completa:

[...] para nós, cristãos, aquele que morre conscientemente pela causa da justiça, da verdade, da liberdade, contra a tortura, professando a sua fé no Deus da Vida, que é o Deus de Jesus Cristo, será mártir cristão. Aquele que morre pela mesma causa sem uma fé explícita não será mártir explicitamente cristão. Os dois, entretanto, são mártires, porque foram fiéis a esta causa maior do Reino (CASALDÁLIGA, 1988, p. 231).

Foram tantos os martirizados por sua fidelidade na luta pelos direitos do homem na terra: Margarida Alves, Elói Ferreira da Silva, Gringo, Paulo Fonteles, Nativo Oliveira, Sebastião Lan, Ferreirinha etc.⁴⁰¹ Espalhados pelo país, tombaram pela sustentação de variadas lutas, pela posse da terra, pelo pagamento de salários, contra situações de escravidão, contra ordens de despejos, pela defesa de suas roças e casas, pelo apoio jurídico, no caso de advogados.

O último caso que vos apresento é uma celebração pelo triplo assassinato de Manoel Veríssimo Neto, Raimundo Veríssimo Mano e Francisco Veríssimo Carlos, posseiros na fazenda Jandaíra, no município de Trairi – CE, em 09 de junho de 1986.

Consta do dossiê *Assassinatos no Campo*, elaborado pelo MST, que os assassinatos foram motivados pela resistência dos posseiros contra a presença de homens contratados pelo proprietário da fazenda para realizarem o destocamento e a preparação da terra para o plantio. Diz-se que o dono da fazenda havia prometido um hectare de terra para cada família residente e garantido a não expulsão dos posseiros. Depois de dois meses, porém, ordenou o desmatamento e desalojou várias famílias. No dia 09 de junho, Manoel, Raimundo e Francisco foram mortos por tiro de revólver e espingarda pelo tratorista José Gilson, que foi morto pelos trabalhadores a golpes de foices e facadas⁴⁰².

Em 15 de junho, em Trairi, celebrava-se a missa de sétimo dia, seguida de ato público que reuniu cerca de cinco mil pessoas. O evento iniciou com passeata pelas ruas da cidade, onde os presentes entoaram cânticos e exibiram cartazes denunciando a violência rural e pedindo reforma agrária justa.

A missa foi celebrada por D. Aloísio Lorscheider, arcebispo de Fortaleza, D. Paulo Eduardo Ponte, arcebispo de São Luís – MA, D. José Mauro Ramalho de Alarcon y Santiago, bispo de Iguatu – CE, D. Pompeu Bezerra Bessa, bispo de Limoeiro do Norte

⁴⁰¹ Uma exposição desses mártires foi realizada em 2019, pelo MST, na reunião de cartazes que compõe o livro *Sem Terra em cartaz*. MST. *Sem terra em cartaz*. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

⁴⁰² MST. *Assassinatos no campo*, *op. cit.*, p. 435 – 436.

– CE e D. Benedito Francisco de Albuquerque, bispo de Itapipoca – CE. Além de padres de diversas paróquias.

Na pregação de D. Aloísio Lorscheider, foi feito o apelo aos pequenos para que haja justiça, “pois não serão com promessas das pessoas importantes que será feita a R.A (reforma agrária), pois essas promessas são só para iludir”. E completou dizendo que “o sangue dos lavradores não será inútil e gerará frutos”⁴⁰³.

Recorre-se, uma vez mais, ao sangue fertilizante da luta. Os trabalhadores mortos, Manoel, Raimundo e Francisco adquirem, ali naquela celebração, um estatuto outro, não mais simples trabalhadores rurais, mas exemplos de resistência e de luta que anima e dá continuidade à caminhada.

Ao final da missa, houve ato público diante da igreja, onde se manifestaram entidades como a *Central Única dos Trabalhadores*, o *Centro Brasil Democrático*, a CPT, o *Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Trairi*. Na ocasião foi criticada a Reforma Agrária do governo Sarney, a atuação da UDR no Ceará, acusada de ser responsável pela intensificação dos conflitos no estado. Além de declarações em favor da realização da reforma agrária pelas mãos dos próprios trabalhadores, “na marra”.

A celebração foi vigiada pelo poder público, que enxergou nela mais do que o ato religioso, preocupada com os desdobramentos políticos daquela reunião de lavradores impactados pela violência do latifúndio, pela chacina no campo cearense. A Polícia Militar montou barreiras nas estradas de acesso à cidade de Trairi, interceptou os ônibus que chegavam e revistou os trabalhadores, à procura de armas, em busca de elementos que pudessem, de alguma forma, criminalizá-los, ou, de maneira mais larga, deslegitimar o movimento. Tratava-se de uma operação de desarmamento na véspera de uma missa.

A imprensa local divulgou a operação como medida de segurança, de precaução, e, para escamotear ainda mais a tentativa de criminalização da manifestação, afirmou que as barreiras e a vistoria pretendia garantir a integridade física dos presentes⁴⁰⁴.

Ora, já era pública a opinião do secretário de Segurança Pública do Ceará, Feliciano de Carvalho, acerca do conflito na fazenda Jandaíra e do assassinato dos trabalhadores. Ele culpou a Igreja Católica pelo ocorrido, afirmando que as CEBs estavam inquietando o campo. Por ordem sua, antes do amanhecer, um contingente de 35 policiais

⁴⁰³ SIAN. Missa e ato público em Trairi/CE, 1986. Disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1982559&v_aba=1. Acesso em: 29 mar. 2022.

⁴⁰⁴ Diário do Nordeste. *Missa e passeata reúnem 5 mil pessoas em Trairi*. 16 jun. 1986.

já aguardava os trabalhadores manifestantes. Vinham enlutar os seus companheiros mortos e encontravam barreiras policiais destinadas a desarmar, diga-se, não somente os corpos, mas também os espíritos, a vontade de justiça, a força resistente.

Barreiras que pretendiam, também, dificultar o luto e evitar a transformação dos mortos em mártires, em personalidades simbólicas da luta pela terra; impedir a politização da violência no campo, que os jornais costumavam tratar pelo substantivo simplificador *confronto*. Tentativa que não impediu a realização de grande romaria pelas ruas centrais da cidade de Trairi, da qual participaram homens, mulheres, crianças e idosos que, portando faixas e cartazes de protesto e em alusão à reforma agrária, alternavam-se entre o luto da perda dos agricultores e a luta por Justiça, pela paz no campo.



Fig. 35 Barreira nas estradas – Trairi – CE.
Fonte: Diário do Nordeste, 16 ago.,
1986.

A cruz de Cristo deu o rumo da romaria, símbolo do sacrifício divino que se somava, ali, à simbologia da entrega do homem comum, pelas vestes dos agricultores mortos, ofertadas na celebração eucarística. Tentativa de presentificação do ente ausente, vontade de memória sacrificial, martirológica. Luto e protesto, ou, para lembrar a expressão de Judith Butler, “protesto enlutado” (BUTLER, 2021, p. 69), retirando da

invisibilidade os mortos no campo, dando-lhes o direito à vida, ainda que retrospectivamente.



Fig. 36 Agricultores em romaria pelas ruas de Trairi.
Fonte: Diário do Nordeste, 16 ago., 1986.

Por fim, cabe ressaltar a função de formação e de encorajamento político dos trabalhadores rurais participantes dessas missas martiriais, ensinamento que reúne em um só evento o discurso e a prática da luta por direitos dos homens do campo, uma vez que, o chamado ao culto dos mortos é também uma convocação para a caminhada, a procissão, o debate, o grito de protesto, o levantamento de cartazes etc. É a expressão concreta da reunião dos termos quase homônimos *luto e luta*.

9.3 Nós também temos Direitos Humanos

A vítima não é simplesmente aquela sobre quem pesou a violência em qualquer uma de suas formas. A categoria da vítima faz-se por outros enquadramentos que vão além da violação primária ao nível do corpo, da mente ou da moral. Seu reconhecimento

como tal depende de representações construídas socialmente e de uma série de reclames em seu nome, por sua causa, em seu favor.

A vítima pede comoção, justiça e reparação; ela tem direito à verdade e à memória; direitos que se dão, em primeiro lugar, ao nível do enquadramento que, em determinado tempo e lugar, é dado aquele que sofreu, que foi violado, acusado, preso, escravizado, perseguido, morto etc. A vítima enquadrada é o resultado de uma *operação*⁴⁰⁵ e os seus direitos, conquistados ou por conquistar, são indícios da batalha que antecede e acompanha o reconhecimento social a ela outorgado.

No interior das práticas religiosas da missa, do culto ecumênico ou da procissão, a vítima camponesa, vimos, goza de um estatuto exemplar, heroicizado, santificado: é o lugar do martírio. Isso é apenas uma das outras tantas capas do discurso vitimário. As vítimas reais da violência da concentração fundiária no Brasil não se conformam em ser, simplesmente, figuras modelares que orientam e animam a fé da comunidade, sempre em luta contra o latifúndio. Faltam-lhes as reparações jurídicas, o reconhecimento público do seu estatuto de sujeito violado, a identificação e a punição dos culpados.

Carecem de um enquadramento que dê conta de ressaltar o valor social de suas vidas, vidas reconhecidas como tal, que, quando perdidas, possam merecer o luto e a comoção pública. Mais do que vítimas ou mártires, sujeitos de direitos humanos. Porque isso também não é um dado. É sobre esse tipo de enquadramento que me ocuparei daqui por diante, da transformação das vítimas camponesas em sujeitos de direitos, portadoras do inviolável direito à vida, à igualdade e à liberdade. É sobre o tratamento das violências no campo como problemas dos Direitos Humanos, e também sobre a extensão desses direitos aos trabalhadores rurais.

9.3.1 Os direitos humanos que brotam da luta

Inês Eckert, trabalhadora rural de Ronda Alta, foi a convidada da CPT para discursar na instalação da *Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do*

⁴⁰⁵ Se trata, também, de uma operação discursiva, pois, o status da vítima, reconhecida ou ignorada, depende daquilo que se disse sobre ela. A vítima não existe antecipadamente, não se dá de forma espontânea, não é um dado. Sua existência e seu lugar social é constituído no interior de um discurso que diz não apenas o que a vítima é, mas também os valores que carregam. É o discurso quem lhe confere características, significados, direitos, interdições. Ele é a sua possibilidade e o seu limite. Como lembra Foucault, nenhum sujeito existe definitivamente, mas “se constitui no interior mesmo da história, e que é a cada instante fundado e refundado pela história” (FOUCAULT, 2013, p. 20).

Rio Grande do Sul, em 14 de agosto de 1981. Ela subiu à tribuna, agradeceu o convite, e, em nome dos companheiros e das companheiras de trabalho, disse:

Quando nos convidaram para falar, nos disseram que era para falar de nossos direitos. Mas a gente não está acostumada com isso. Com essa história de direitos. A gente nem sabe certo que direitos a gente tem. A gente só sabe dizer, é que existe muita injustiça. [...] Em vez de falar de direitos, como trabalhadores rurais, e como gente, que precisa ter uma vida decente, digna, em vez de encher papel com muita palavra bonita, que pra nossos companheiros ia parecer mais sonho, imaginação, do que verdadeiro. Nós preferimos falar de nossos problemas. De nossos sofrimentos. De nossa tristeza. De nosso destino⁴⁰⁶.

Inês preferiu, como se vê, falar daquilo que, na sua visão, era a ausência de direitos ou a violação dos mesmos, que lhe aparecia de forma muito simplificada pela sensação de viver em um estado permanente de injustiça. Seu discurso enfatizou o problema da concentração de terras, da expulsão dos trabalhadores do campo, dos baixos salários recebidos, da falta de investimento governamental, dos despejos forçados causados por obras de barragens, da falta de assistência médica, da perseguição e da repressão policial etc.

Ora, embora a noção de direitos lhe parecesse um tanto estranha, Inês sabia perfeitamente elencar as violações cotidianas e caracterizá-las como sendo não justas. É que a noção ou a compreensão dos chamados *direitos humanos* não é um dado, como também não é um dado a garantia e a extensão deles a todos os homens. Reconhecer-se como sujeito de direitos fundamentais é parte de um processo histórico que não se realiza simplesmente com a internacionalização dos direitos humanos⁴⁰⁷, mas que compreende a experimentação cotidiana do acesso a eles, a interiorização de ser um sujeito de direitos, a luta pela sua realização e, em certa medida, a própria percepção da ausência e da negação, em cada contexto histórico, dos bens e dos serviços fundamentais aos homens.

O simples fato de vivermos na *Era dos direitos* (BOBBIO, 2004) não pressupõe a garantia absoluta deles a todos os humanos. É preciso combater para inserir-se, especialmente quando se trata das classes subalternizadas, dos pobres da terra, das populações da periferia do capitalismo.

⁴⁰⁶ CPT. *O clamor dos agricultores: não é justo que continue assim!* Caxias do Sul, 1981, p. 5. In: SNI. Agência Central. Atuação da Comissão Pastoral da Terra. 3 abr. 1981.

⁴⁰⁷ Segundo Flavia Piovesan, a internacionalização dos Direitos Humanos ocorre após a Segunda Guerra Mundial, como resposta aos horrores do nazismo. Ver: PIOVESAN, Flávia. *Direitos humanos e justiça internacional: um estudo comparativo dos sistemas regionais europeu, interamericano e africano*. São Paulo: Saraiva, 2014.

No interior do *Movimento dos Trabalhadores Sem Terra*, no início dos anos 1980, vejo brotar, para usar uma expressão mais condizente com a relação desses homens com a terra, uma luta em torno da garantia dos direitos dos camponeses. Trata-se, a meu ver, de um novo enquadramento das injustiças sociais a que são submetidos, agora sob a ótica dos *direitos humanos*. Por essa chave, gradativamente, a violência do Estado ou a das milícias privadas, a subjetiva ou a objetiva, vão sendo nomeadas repetidamente, por diversas vozes, a pedir as garantias nacionais e internacionais.

Em 1981, a decisão de mais de 3 mil pessoas de formar o acampamento da Encruzilhada Natalino deu início a uma longa história de resistência, de obstinação e também de grandes sofrimentos na busca por um pedaço de terra. Foram longos meses em que os colonos enfrentaram a fome, o frio, as doenças, a intimidação e a repressão policial; houve intervenção federal por meio do coronel Major Curió, que se instalou entre os colonos para ameaçá-los e persuadi-los a abandonarem a Encruzilhada. O acampamento se tornou área de segurança nacional. Era a ditadura que se mantinha firme e controladora.

Foram longos meses até serem os colonos fixados em uma área adquirida pela CNBB, em março de 1982. Era a Nova Ronda Alta. Nessa jornada, os sofrimentos foram relatados pelos próprios ocupantes e por seus apoiadores e, aos poucos, a dimensão dos *direitos humanos* começa a integrar o vocabulário dessa luta, não como um rótulo estranho e externo, mas como resultado de uma conscientização calcada no chão da terra. Os camponeses fazem a luta e nela se fazem sujeitos e humanos com direitos.

No *Boletim* informativo dos acampados, vê-se esse movimento em direção à terminologia dos *direitos humanos*, seja pela reivindicação dos próprios acampados, seja pelos parceiros e apoiadores da luta. Em novembro de 1981, registra o *Boletim*:

O centro de Defesa dos Direitos Humanos, Diocese de Santo André – SP, declaram poder perceber todas as atividades do movimento dos colonos em sua luta pela terra no sul do país. Particularmente, a luta dos acampados em Ronda Alta, os faz constatar mais uma vez, o quanto os direitos humanos são desrespeitados no país⁴⁰⁸.

Eis um traço marcante dessa dobradura da luta Sem Terra no rumo dos direitos humanos, ela se dá (não exclusivamente) por meio de um apoio advindo dos centros de defesa dos direitos humanos e das comissões de justiça e paz espalhadas pelo país, núcleos

⁴⁰⁸ Boletim Sem Terra. *Luta dos sem terra denuncia desrespeito dos direitos humanos*. Nov. 1981, p.6.

que remontam à segunda metade da década de 1970, em plena ditadura militar, e, majoritariamente, ligados à ação da Igreja Católica de viés progressista.

A aproximação dos trabalhadores rurais com esses centros e comissões possibilitará, gradativamente, a releitura dos problemas sociais do campo, especialmente a violência, como questões de violação de *direitos humanos*, estendendo para os camponeses uma fraseologia já bastante presente nas lutas urbanas contra o arbítrio da ditadura militar, especialmente a tortura e o desaparecimento de presos políticos. Ampliasse, portanto, o rol de enfrentamentos políticos dos trabalhadores rurais, agora inseridos e municiados por uma bandeira crescente e mobilizadora, tanto no plano nacional, quanto internacional.

Trata-se da entrada dos trabalhadores rurais brasileiros numa rede discursiva de forte apelo humanitário e de ampla visibilidade internacional, rede capaz de transformar o valor e o lugar social da vida humana, agora investida de direitos fundamentais que devem ser protegidos e respeitados.

É indicativo dessa guinada o caso do *Centro de Defesa dos Direitos Humanos/Assessoria e Educação Popular – CDDH/AEP*, criado em 1976, como órgão da Arquidiocese da Paraíba. Sua ação esteve voltada, prioritariamente, para a zona rural, dado o acirramento dos conflitos de terra e das expulsões dos trabalhadores. A principal tarefa do *Centro* era a prestação de assessoria jurídica aos trabalhadores, ajudando nas lutas contra os patrões e os fazendeiros. Acompanhou de perto as vitórias e as agonias dos trabalhadores em luta contra o arbítrio dos senhores de terra, ávidos em aumentar suas possessões, passando por cima dos posseiros.

Foi o caso do assassinato do camponês José Silvino, 49 anos, morto com seis tiros à queima roupa, na localidade de Salamargo, próximo à Fazenda Ana Cláudia, no município de Espírito Santo – Paraíba.

Aconteceu em 07 de outubro de 1981. Às seis horas da manhã, chega o capataz Manuel Batista, a mando do proprietário da fazenda Ana Cláudia, ao local onde Silvino trabalhava. Salta do carro e diz – “Seu filho da puta ... você é advogado daqui?” “Não, eu não sou advogado” – responde Silvino. “Pois bem, vou dar-lhe um tiro” – completa o assassino. E desferiu seis disparos, fazendo cair por terra o corpo de Silvino, onde permaneceu por mais de seis horas até chegada da polícia⁴⁰⁹.

⁴⁰⁹ Secretariado Nacional Justiça e Não Violência – SP. *Justiça e não violência*. Nordeste: dois casos para reflexão. In: SNI. Agência Rio de Janeiro. Publicação Justiça e não violência. 22 abr. 1982.

O proprietário da fazenda Ana Cláudia, Manoel Aureliano, queria apossar-se das terras do sítio Salamargo, terra improdutiva e abandonada pelos antigos donos. Aureliano se dizia dono, queria expandir sua propriedade, mas não apresentava nenhum documento comprobatório da posse. Mesmo assim, aterrorizava os posseiros, com pressões, destruição das roças e das casas dos trabalhadores. Até culminar no assassinato de Silvino.

O CDDH/AEP acompanhou o caso, denunciou o crime. Uma parte desse apoio se mostra na mensagem a Silvino, de 13 de outubro de 1981. O documento destaca a bravura de Silvino e sua disposição para lutar pelos direitos dos companheiros residentes em Salamargo. Além de denunciar o assassinato, a impunidade e a omissão do poder público.

JOSÉ sabia que era preciso lutar pela terra. Que a terra é para produzir, que a terra é para viver, que a terra é para comer, que a terra é para criar suas famílias. [...] Mas a covardia estava armada. O braço que atirou não foi o que armou. Foi o medo da UNIÃO. Foi a miserável ambição do latifúndio desalmado, para quem a cana e o gado tem maior valor que o homem. Pediram segurança, mas as autoridades não se importaram. E JOSÉ foi morto. José foi assassinado por omissão da terra injusta. JOSÉ foi assassinado pelo poder injusto. JOSÉ foi assassinado pela sociedade desigual⁴¹⁰.

Desse modo, a CDDH/AEP colocava no centro do debate o pouco caso que as autoridades paraibanas fizeram dos trabalhadores de Salamargo, que já haviam denunciado as constantes ameaças e violências praticadas pelos proprietários da fazenda Ana Cláudia. Aliás, os ocupantes de Salamargo haviam recorrido, por meio de carta, ao próprio presidente da República em exercício, Aureliano Chaves⁴¹¹, ao presidente do INCRA em Brasília e as entidades representativas dos trabalhadores rurais em nível regional.

Note como, de forma direta, os trabalhadores encaminham suas pautas, penetrando os canais de reivindicação dos seus direitos. Inês Eckert, a nossa primeira personagem, disse ao final de sua fala na *Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul*:

Nós sabemos que prá acabar com as injustiças depende mais de nossa força e união do que da palavra dos deputados, mas essa comissão de direitos

⁴¹⁰ CDDH/AEP. Mensagem. 13 out. 1981. In: SNI. Agência Rio de Janeiro. *Centro de Defesa dos Direitos Humanos*. 31 mar. 1982. (Grifos do documento).

⁴¹¹ Aureliano Chaves assumiu a presidência da República em 24 de setembro de 1981, em substituição ao presidente João Batista Figueiredo, licenciado do cargo por causa de um infarto do miocárdio. Permaneceu no cargo até o dia 12 de novembro, quando Figueiredo reassumiu a cadeira presidencial. CPDOC/FGV. SOUZA, Patrícia Campos de. Aureliano Chaves. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/antonio-aureliano-chaves-de-mendonca>. Acesso em 31 mai. 2022.

humanos, pode ajudar a falar prá todo mundo, as injustiças que nós estamos sofrendo.

Ora, Inês sabe, de alguma forma, a importância e o alcance daquela comissão de *direitos humanos*, entende que aquele canal tem maiores possibilidades de fazer reverberar socialmente os problemas dos trabalhadores rurais, tem alguma clareza sobre os poderes desse *novo dispositivo* que chama a atenção para os direitos fundamentais.

A CPT/RS, interessada na ampliação desse entendimento, transformou a participação de Inês na *Comissão gaúcha* em cartilha para ser distribuída aos sindicatos de trabalhadores rurais, às paróquias e aos camponeses. O livrinho, intitulado *O clamor dos agricultores: não é justo que continue assim!*, deveria ser utilizado nas “reuniões de base, grupos de família, nas comunidades da base, reuniões de capela, linha etc.” Com uma sugestão: “que se encaminhe a discussão sobre a importância dos trabalhadores rurais se organizarem para defenderem seus direitos e resolverem esses problemas todos”⁴¹².

Observa-se que, aos poucos, os trabalhadores Sem Terra assumem seu lugar de protagonistas nessa organização e ocupam os espaços de reivindicação dos seus *direitos humanos*. No Rio Grande do Sul, a *Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa* tornou-se palco frequente da presença dos acampados da Encruzilhada Natalino. Foi lá que, em janeiro de 1982, uma comissão dos acampados denunciou o recrudescimento da pressão do governo sobre o acampamento. Izidoro dos Santos, Salvador Pinheiro e João Marino de Oliveira acusaram o governo de ter

aumentado as ameaças e a repressão através de dez agentes secretos que chegaram recentemente ao acampamento de Natalino. Os colonos contam que além de ameaças à bala, estes agentes tem armado os ex-acampados [...] como é o caso de Raul Vargas, visto várias vezes no bar da esquina Natalino exibindo um portentoso revólver⁴¹³.

Dessa forma, os colonos ventilavam o ardiloso plano do governo gaúcho para desmoralizar o acampamento e dispersar as famílias ali reunidas. Um documento da Subchefia de Defesa Civil da Casa Militar do governo gaúcho revela, em detalhes, as escaramuças para tentar fazer os colonos abandonarem a Encruzilhada. Era o *Relatório dos Acampados da Natalino*, que trazia informações sobre as atividades realizadas pelos acampados, um organograma com os nomes das principais lideranças, o registro dos

⁴¹² CPT. *O clamor dos agricultores: não é justo que continue assim!* Caxias do Sul, 1981, p. 5. In: SNI. Agência Central. Atuação da Comissão Pastoral da Terra. 3 abr. 1981.

⁴¹³ Boletim Sem Terra. *Agricultores denunciam violência no acampamento de Encruzilhada Natalino*. Fev. 1982, p. 7.

religiosos ali inseridos, além das ações da *Subchefia* no acampamento, com as respectivas reações dos sem terra.

A *Subchefia* chamava as ações de “tentativa de retirada pacífica de famílias da Encruzilhada”, que se davam por meio de “visitas em certos horários à Encruzilhada, visando determinados líderes”, na tentativa de cooptá-los, como demonstra o devido *Relatório*: “Conquistamos um dos líderes principais, Raul Vargas, juntamente com mais cinco famílias”⁴¹⁴. Sabe-se ainda que, realizou-se

Incentivo a ofertas de empregos por parte do governo do Estado, aumentando o interesse por parte dos acampados [...] as equipes, sob o comando do 1º Ten. PM Cerutti, tomaram posição na Encruzilhada, marcando presença permanente no local [...] Intensificamos a atuação na Encruzilhada com a colaboração mais intensa de Raul Vargas e alguns companheiros, visando líderes dos colonos com os quais conversamos sobre o Mato Grosso, colocando nossas dúvidas sobre as intenções da Comissão⁴¹⁵.

Mas faltava, segundo os informantes

Uma ação conjunta de diversos órgãos de fiscalização visando fechar o conhecido ‘Bar do Natalino’ que além de servir como um quartel general para os religiosos e para a Comissão, é a principal fonte de suprimentos dos acampados. [...] um ‘delegado especial’ que faria um Inquérito Policial sobre envolvimento de pessoas perniciosas com acampados da Encruzilhada [...] maior rigorismo nas barreiras, que talvez devido a rotatividade de seus integrantes, pouco fiscalizam, tanto que não possuem controle da entrada e saída do Padre Fritzen [...] por intermédio da imprensa do Palácio Piratini, efetuar uma reportagem com Raul Vargas, o qual está disposto a citar alguns nomes de acampados da Comissão envolvidos em irregularidades⁴¹⁶.

Para desarticular o movimento, o governo gaúcho, amparado pelo poder federal, buscava transferir as famílias para os projetos de colonização em outros estados da federação, como o Mato Grosso. Àquela altura, muitos colonos já retornavam ao acampamento Natalino, depois de experimentarem as péssimas condições de subsistência nas colônias oficiais, relatando a má qualidade das terras, a falta de assistência médica, de auxílio para a alimentação, de segurança. Desfazia-se, assim, a ilusão da terra farta, do trabalho e da riqueza propalada pelo governo federal. Desmoronava, de alguma forma, a imagem midiática que apregoava o retorno da paz no campo, por obra e graça do general Danilo Venturini.

⁴¹⁴ Subchefia de Defesa Civil RS. Relatório Acampados da Encruzilhada Natalino. In: SNI. Agência RS. *V Romaria da Terra da Encruzilhada Natalino RS*. 13 mar. 82.

⁴¹⁵ *Ibid.*

⁴¹⁶ *Ibid.*

Enquanto o governo federal apresentava fantasiosos sucessos no *campo retocado*, abusando de uma imagem positivada das campanhas de colonização, procurava, por outro lado, borrar, com tintas bem escuras, o desenho que os trabalhadores Sem Terra começavam a criar, o da luta e o da organização camponesa. Para isso, cercou a experiência da Natalino de suspeitas, de acusações; espionou suas lideranças, vigiou os seus apoiadores, principalmente os religiosos; cooptou trabalhadores, fazendo-os aliados na delação e no serviço de controle e ameaças aos acampados; entrevistou militarmente por meio do major Curió; tentou impedir o funcionamento das atividades cotidianas da Natalino.

Ora, a ditadura militar se viu aterrorizada pela Encruzilhada, ela representava o enfrentamento direto, o levantar-se popular que, de alguma forma, representava a queda e a fragilidade do governo do último general do ciclo autoritário de 1964.

A experiência da Natalino só reforçou a imagem de um governo decadente, mas que ainda se mantinha autoritário e controlador, na contramão de um discurso apaziguador e democratizante. Ao mesmo tempo em que colocou em cena a figura do Sem Terra e a ocupação como forma de luta fundamental. Acrescente-se que, motivados pela fraseologia dos *direitos humanos*, esses sujeitos desnudam, ao relatarem o cotidiano no acampamento, as violações desses mesmos direitos e passam a ocupar, também, os espaços institucionais de defesa e respeito aos humanos do campo.

Para Caesar Sobreira, a década de 1980, representa uma guinada na luta pelos Direitos Humanos no Brasil, motivada pelo clima de transformações sociais que fez diminuir a repressão política, a censura e as notícias de tortura. Por isso, destaca Sobreira, “os defensores dos Direitos Humanos deveriam mudar suas estratégias porque os direitos violados atingiam os seguimentos mais pobres e mais esquecidos da população”. (SOBREIRA, 2017, p. 230). Nessa inflexão, entende o autor, está a compreensão de uma maior atenção aos trabalhadores do campo e a defesa dos seus direitos.

Ora, dito assim, os camponeses parecem ter sido tutelados por terceiros, “os defensores”, e a extensão dos Direitos Humanos no campo parece ser o resultado de um movimento externo, do qual os trabalhadores rurais só figuraram como sujeitos passivos. Também fica a sensação de que a história dos Direitos Humanos no Brasil segue uma marcha etapista que, depois de consolidar-se nos centros urbanos, ruma para as regiões mais internas e rurais do país.

O objetivo dos defensores dos Direitos Humanos deixou de ser o perseguido político, porque já não existia tal tipo de perseguição no sentido estrito do

termo, e então o objetivo se voltou aos líderes camponeses, sindicalistas, indígenas, meninos de rua e os presos comuns que necessitavam do apoio de todos aqueles que acreditam no Sagrado que se manifesta em todos os homens, mesmo naqueles cujas vidas são um testemunho contra essa sacralização (SOBREIRA, 2017, p. 130).

O que se observa, porém, para além do apoio da Igreja, especialmente da CPT, é o protagonismo dos trabalhadores rurais, das suas lideranças, dos sindicalistas, pautando a questão dos Direitos Humanos, pondo em discussão uma nova agenda de questões que envolve a violência da concentração fundiária, da negação dos direitos trabalhistas, da desproteção jurídica, da privação dos direitos básicos à saúde, educação, moradia, trabalho. Além da violência em forma de prisões, ameaças, perseguições, torturas, assassinatos etc.

Não se trata, pois, de mera inserção dos trabalhadores rurais Sem Terra no movimento do Direitos Humanos, como decorrência da “sensibilidade” dos “defensores” que, em dado momento, enxergaram os problemas do campo. A meu ver, eles, os trabalhadores rurais, também constroem esse movimento, alargam as perspectivas espaciais de sua atuação, expandem o rol de questões e de humanos mercedores de defesa e de proteção.

Ocorre, é verdade, que no campo, especialmente a partir dos anos 1980, já não é tanto a luta contra o arbítrio da ditadura, em forma de torturas e desaparecimentos, ou de prisões arbitrárias, enquadradas na *Lei de Segurança Nacional*, o que motiva a organização dos trabalhadores rurais. A fraseologia dos Direitos Humanos é menos uma bandeira para pensar e julgar os crimes do regime autoritário, do que uma forma de tratar dos problemas e das violações cotidianas, do *presente passado* dos camponeses; não é sobre o passado ditatorial, é sobre o autoritarismo frequente, permanente, que não é exclusividade dos regimes de exceção, mas vigente também na experiência democrática, como se observa no governo de Sarney.

Assim, os problemas sociais dos trabalhadores do campo são, aos poucos, lidos e enquadrados na linguagem dos Direitos Humanos, tanto pelos apoiadores, quanto pelos próprios trabalhadores, o que demonstra, também, a expansão da conscientização em torno desses valores e direitos, dessa nova conceituação, ou desse *novo ator coletivo*, que Elizabeth Jelin denominou, para o caso argentino, de *movimiento de derechos humanos* (JELIN, 2017).

Foi essa conscientização que fez, por exemplo, os colonos do *Projeto Rio Juma*⁴¹⁷, já desiludidos e confrontados com as péssimas condições de subsistência ali encontradas, denunciar, na *Comissão de Direitos Humanos* da Assembleia Legislativa do RS, a “falta de água potável, as condições de moradia são sub-humanas e é impossível cultivar a terra”⁴¹⁸. O relato foi publicado pelo JST, de novembro de 1983, onde se sabe também que: “outro colono, Adelino Gomes da Silva, que havia se inscrito no Projeto Rio Juma”, “desistiu de partir para a Amazônia em agosto, mas sua mudança foi levada à revelia pelo INCRA, ficando sua – mulher e sete filhos – sem os pertences”⁴¹⁹.

A CPT denunciara, aquela altura, a realidade dos colonos transportados para o *Projeto Rio Juma*, demonstrando que

os colonos estão praticamente abandonados, sem o fornecimento de alimentos, que deveria ser feito pela Cobal, passando fome, adoentados, sem assistência médica e sem a mínima infraestrutura que assegure, sequer, a sobrevivência nas matas.

Também o secretário de agricultura do Paraná, Claus Magno Germer, criticou o malfadado assentamento, classificando como “autênticos campos de massacre para os colonos, pela inexistência das mínimas condições de sobrevivência”. E completou: “é preciso respeitar o ser humano. Homem não é lixo pra ser jogado numa lata”⁴²⁰.

Outras experiências malsucedidas de assentamento dirigido ocorriam em outros estados, como no Acre, onde se acumulavam notícias de colonos esquecidos, jogados à própria sorte, e histórias tristes de doentes carregados em redes por estradas de 20 e 30 km de distância à procura de socorro médico, crianças morrendo na beira das estradas, homens ilhados por estradas completamente alagadas e intransitáveis, fome etc.

Eis uma estratégia recorrente em nossa história, que pretende livrar-se dos pobres despossuídos, dos sem terra e dos sem trabalho, confinando-os em espaços ermos,

⁴¹⁷ O *Projeto Rio Juma* foi criado em 1982, como política de assentamento dirigido para a região amazônica, ancorado na perspectiva vigente no governo da ditadura de “unir gente sem terra a terra sem gente”. Situado entre os municípios de Apuí/AM e Sucunduri/AM, tinha como finalidade desenvolver lotes de 60 e 100 ha, com a plantação de gêneros alimentícios e o assentamento de 8.220 famílias, oriundas da própria região amazônica, mas também colonos do sul, do sudeste e centro-oeste do país. Previa-se a criação de uma infraestrutura básica para o *Projeto*, estradas, centros de saúde, ambulatórios, escolas, com recursos oriundos do INCRA e do FINSOCIAL. No entanto, conforme destaca Pedro Fonseca Leal, a escassez de recursos, as demoras nos repasses, prejudicaram o *Projeto*, dificultando o andamento das obras e a manutenção das famílias que lá se estabeleceram. Estima-se que, das 2.600 famílias assentadas no início, apenas 40% permaneceram (LEAL, 2009, p. 163).

⁴¹⁸ Jornal dos Trabalhadores Sem Terra. *Colonos abandonados no meio da Amazônia*. Nov. 1983, p. 6.

⁴¹⁹ *Ibid.*

⁴²⁰ *Ibid.*, p. 7.

hostis e inabitáveis; *campos de concentração*⁴²¹ tropicais, lugares (os quartos⁴²²) de despejo das vidas precarizadas pelo próprio poder que, não sendo capaz de reconhecê-las como vidas, tampouco de criar políticas de inserção social dessa massa “incômoda”, resolve mantê-la afastada, incomunicável, insustentável, até que morra, porque é este o objetivo primordial, a morte dos “indesejáveis”.

O vocabulário do JST, nesse momento, estava marcado pelas palavras *guerra* e *massacre*, repercutindo a escalada da violência. De um lado, mostrava-se o projeto necropolítico do governo, em forma de projetos de concentração desumana dos indivíduos sem terra nos confins da Amazônia; de outro, as violações ao nível do corpo, pelas torturas e os assassinatos. A morte como senhora do campo brasileiro, encurralando os homens, sentenciando-os. A ceifadora que a de vir, seja apressadamente, pela ação rápida de um pistoleiro, ou de modo paciente, que aguarda e assiste o definhando dos homens entregues ao nada das políticas públicas⁴²³.

Uma vez mais, o investimento iconográfico do JST dá a dimensão pavorosa do cotidiano dos trabalhadores rurais. Dois registros merecem destaque. A primeira imagem faz alusão aos projetos de colonização, a opção do governo militar para desmobilizar as lutas dos sem terra e para afastar a possibilidade de uma reforma agrária no país. O desenho é do cartunista Corvo.

⁴²¹ A historiadora Kênia Sousa Rios nos apresenta uma dessas estratégias de isolamento da pobreza e controle dos corpos precarizados, por meio dos *Campos de Concentração do Ceará*, em 1932. Em meio à seca, o poder público do Estado resolve criar espaços de aprisionamento dos flagelados que buscavam socorro na cidade de Fortaleza, o que representava, obviamente, uma estratégia para manter a cidade dos ricos afastada dos miseráveis. Mais que isolamento, os *Campos* (sete no total), funcionavam como lugares de controle, vigilância e disciplina dos concentrados. Ver RIOS, Kênia Sousa. *Isolamento e poder: Fortaleza e os Campos de concentração na seca de 1932*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.

⁴²² JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. São Paulo: Ática, 2014.

⁴²³ No momento em que reviso esta tese, o Brasil assiste às cenas chocantes da situação do povo indígena Yanomami, encontrados em situação de aguda desnutrição, doenças diarreicas e vitimados pela malária. A crise sanitária que atinge os Yanomami deve-se, principalmente, ao garimpo ilegal e à omissão comprovada do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro. Fala-se em tentativa de genocídio da etnia, e já abriu-se inquérito para apurar a responsabilidade da gestão de Bolsonaro no crime de extermínio. Calcula-se que 570 crianças Yanomami morreram nos últimos quatro anos, somente no ano de 2022, foram 100 crianças mortas. Em nota, a Procuradoria Geral da República afirma que a situação dos indígenas é decorrência de uma série de omissões e irregularidades na assistência à saúde e à proteção do povo Yanomami: “No entendimento do Ministério Público Federal a grave situação de saúde e segurança alimentar sofrida pelo povo Yanomami, entre outros, resulta da omissão do Estado brasileiro em assegurar a proteção de suas terras. Com efeito, nos últimos anos verificou-se o crescimento alarmante do número de garimpeiros dentro da TI Yanomami, estimado em mais de 20 mil pela Hutukara Associação Yanomami”. Para a nota completa, ver: Nota Pública – terra indígena Yanomami. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/pgr/documentos/pgr-00022463-2023-ti-yanomami-1.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2023.

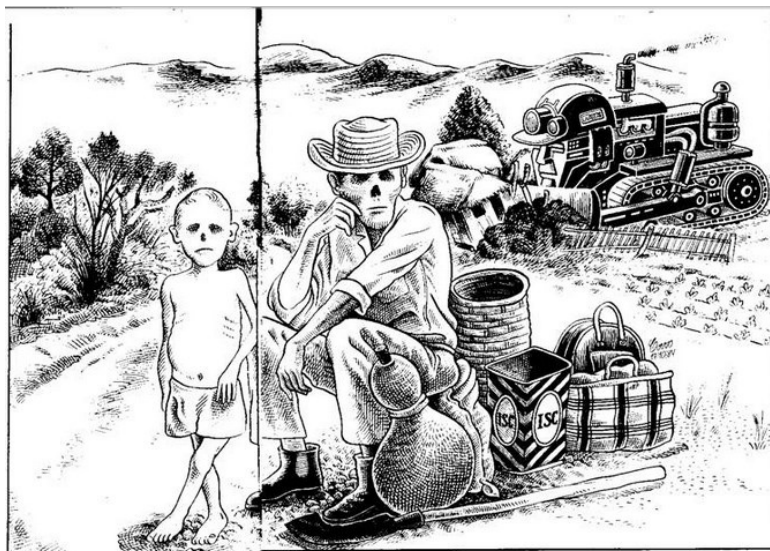


Fig. 37 Corvo.

Fonte: JST, n. 39, Out. 1984, p. 8 – 9.

Criaturas humanas, corpos vivos e caras mortas, cadavéricas. Olham para o nada, ou talvez para o observador, para mim, para você; o certo é que esse olhar pressupõe uma certeza que se anuncia na chegada desses trabalhadores nos projetos de colonização, no meio das florestas de mata virgem da selva amazônica, é a certeza da impossibilidade de sobrevivência, o anúncio da morte. Ao fundo, a máquina militar, que passa por cima dos barracos, que destrói o abrigo, que desfaz a morada. A *máquina projeto* que, em vez de criar meios de sobrevivência, os destrói.

Os trabalhadores que conseguiram, de alguma forma, retornar, diga-se, escapar desses empreendimentos, relataram o difícil trabalho de desbravar a mata fechada, de produzir em terras impróprias e inférteis, de garantir a subsistência com os poucos recursos, somados a ausência de instrumentos de trabalho.

Outros, porém, denunciaram a dificuldade de encontrar meios e caminhos para fugir dos assentamentos, presos e vigiados que estavam, quase escravos nas colônias, distantes de suas terras, incomunicáveis, endividados, proibidos de abandonar os projetos e submetidos a pressões e ameaças de toda sorte. Um episódio do *Projeto Esperança*⁴²⁴, no estado do Amazonas, é ilustrativo desse novo regime de escravidão contemporânea.

⁴²⁴ *Projeto Esperança* foi como ficou conhecido o *Projeto de Assentamento Dirigido Novo Aripuanã*, empreendimento do governo do estado do Amazonas e executado pelo *Instituto de Terras e Colonização do Amazonas* – ITERAM. Foi projetado nos moldes dos *Projetos de Assentamentos Dirigidos* (PADs) do INCRA e teve início em junho de 1982. Os objetivos estabelecidos no plano de assentamento pretendiam assentar 3.300 famílias em lotes de 100 ha., sob a argumentativa de fixar o homem à terra pelo aproveitamento das ocupações já existentes na região e pela absorção de fluxos migratórios de outros estados do país, promovendo, assim, a ocupação de uma área que, afirmava-se, ser de inexpressiva densidade populacional. Sobre o Projeto Esperança, ver: SNI. Problemas fundiários: Projeto de

Em matéria publicada no jornal *A crítica*, de Manaus – AM, em 15 de setembro de 1984, o deputado Mário Frota (PMDB) teceu acusações que davam conta da prisão arbitrária de oito colonos do *Projeto Esperança*, motivada pela tentativa de impedi-los de participarem de um seminário organizado pela CNBB, evento que discutiria os impactos dos grandes projetos implantados na Amazônia.

“O Projeto Esperança, no município de Novo Aripuanã, está sendo transformado pelo ITERAM num verdadeiro campo de concentração” – disse Mário Frota. Nos detalhes, afirmou que

O barco em que viajavam os colonos foi interceptado antes de atracar e do seu interior os colonos foram arrancados pela polícia, que usava uma lancha da Capitania dos Portos, o que aumenta ainda mais a gravidade do fato. Os colonos presos foram levados para o DOPS e, segunda a delegada... [trecho ilegível] Amazonas, depois de interrogados por várias horas foram levados para lugar ignorado, cometendo-se dupla ilegalidade, a prisão e a incomunicabilidade⁴²⁵.

Sobre os colonos presos pesavam acusações de serem cabeças de um movimento de desestabilização do *Projeto*, e o fato de serem interceptados justamente quando rumavam para um seminário onde se discutiria os efeitos das políticas de grandes projetos na Amazônia é elucidativo do clima de vigilância que caracterizava as novas colônias contemporâneas. O sucesso da colonização, nos termos do empresariado e também do Estado brasileiro, estava atrelado a noções como trabalho árduo, controle e disciplina. Como apontam as historiadoras Angela de Castro Gomes e Regina Beatriz Guimarães Neto,

Se as ações das empresas, com o apoio e a parceria do Estado, se davam na perspectiva do controle administrativo, jurídico e policial, especialmente, na instalação e nos primeiros anos do estabelecimento do projeto de colonização, o trabalho do proprietário-empresário era manter a vigilância sobre a área de propriedade da empresa. A posição centralizadora da empresa estabelecia as regras a serem seguidas. Tinham poder de determinar os procedimentos corretos que se esperavam dos colonos, sobretudo o de trabalhar nas lavouras e não questionar a ordem dominante (GOMES; GUIMARÃES NETO, 2018, p.140-141).

O que significava impedir qualquer prática de contestação e movimentação política. O trabalhador colono era bem vindo, desde que fosse completamente despolitizado.

Assentamento Dirigido PAD Novo Aripuanã, Amazonas. Disponível em https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1947596&v_aba=1. Acesso em 29 jun. 2022.

⁴²⁵ A *Crítica*. *Frota denuncia abuso no Projeto Esperança*. 15 set. 1984.

Isso ajuda a explicar porque havia uma forte preocupação em manter os trabalhadores distantes de qualquer debate sobre direitos, sobre participação política. Se as colônias passaram a ser acusadas de se transformarem em campos de concentração não foi apenas pelo fato de confinarem e manterem distantes e incomunicáveis os seus habitantes, mas também pelo fato de tentarem vedar qualquer aproximação dos trabalhadores com ideias consideradas desnecessárias e ineficazes. Isolamento dos corpos e das mentes.

Não se trata apenas de controle dos corpos em uma espacialização específica entregue às vontades da empresa particular. O controle também diz respeito ao tempo, negando-se aos trabalhadores confinados o acesso aos novos ideias de direitos humanos, de condenação ao trabalho escravo, de negação da tortura, de defesa da democratização do acesso à terra etc. Nega-se o presente e o futuro reintroduzindo ali, nas colônias, velhas formas de relações de trabalho e de dependência do passado colonial, já inscritas na própria nomenclatura dos projetos de *colonização*.

Entende-se, também, porque alguns indivíduos e instituições, notadamente comprometidos com a luta pelos direitos humanos, pela terra, por direitos trabalhistas etc., serão vistos como agentes de perturbação da “ordem” idealizada nas colônias, promotores de conflito e convulsão social, inimigos do avanço econômico brasileiro e do governo.

A movimentação dos trabalhadores na direção da busca das condições necessárias à sobrevivência nas colônias ou o murmúrio em torno de direitos são, frequentemente, encaradas como sinais evidentes de “desordem” e indicativos da penetração de ideias e agentes externos “perigosos” à sustentabilidade dos projetos.

Um informe do SNI, agência de Manaus, datado de 12 de setembro de 1984, dá uma dimensão do controle no *Projeto Esperança*, além de indicar a estratégia dos informantes para imputar aos apoiadores dos trabalhadores colonos a responsabilidade pelo insucesso do empreendimento. Os outros são agentes da desordem. Essa é a tônica do informativo:

O projeto que vinha se desenvolvendo normalmente, apenas com críticas eventuais de um ou outro colono, publicadas em jornais de Manaus. A partir da chegada em Novo Aripuana/ AM do padre Antonio Ramiro Benito [...] começaram as investidas contra o projeto, na manipulação dos colonos ali assentados, outrossim, em junho de 1984, por solicitação da Associação dos Agricultores Sem Terra de Curitiba – ACAST, vinculada aa CPT/PR. [...] E segundo informes da ACT/SNI, em meio desse contingente, for detectado infiltrações de militantes do PC do B. Por outro lado, juntou-se ainda a essa leva, em princípios de set/84 famílias procedentes do Araguaia/GO. Em seu

meio, elementos, também infiltrados, ligados a CPT/GO. A partir daí recrudesceram as críticas contra o projeto, aflorando lideranças entre esses novos colonos, que passaram a pressionar e reivindicar auxílio-alimentação, crédito rural⁴²⁶.

Como se vê, a ação de padre Antonio Ramiro e da CPT, segundo o informante do SNI, aparece como perniciososa, negativa, propiciadora da agitação e manipuladora. Ora, que essa é uma estratégia de deslegitimação e criminalização dos religiosos apoiadores dos trabalhadores do campo já o sabemos. O que me parece mais importante é o fato de o agente informante tratar da luta por direitos como o resultado de uma infiltração religiosa/esquerdista, cercada por uma linguagem quase policial, que tenta culpabilizar e encontrar os contraventores⁴²⁷.

A segunda imagem é do cartunista Celso Schöreder, e diz respeito ao alto número de assassinatos no campo para o ano de 1984, “a cada 5 dias um assassinato”, como estava estampado na capa da edição de outubro de 1984 do JST. Somente no mês de setembro daquele ano, foram sete trabalhadores mortos em crimes encomendados.



Fig. 38 Schöreder.
Fonte, JST, n. 39, Out. 1984, p. 10.

⁴²⁶ SNI. *Problemas fundiários projeto de assentamento dirigido pad. Novo Aripuanã*. 1984.

⁴²⁷ O documento termina com a relação das 12 pessoas detidas (entre elas uma freira) na embarcação que rumava para o seminário sobre grandes projetos na Amazônia Ocidental, que realizar-se-ia entre 14 e 16 de setembro de 1984.

As duas imagens são da mesma edição, e se apresentam em páginas seguidas, uma após outra. Não há como saber a intencionalidade da edição do JST, mas é certo que, assim dispostas, elas sugerem a divisão do trabalho necropolítico em curso nos anos finais da ditadura militar, que ocupou-se da promoção e administração de projetos de controle das populações rurais por meio de um processo de militarização da questão agrária, mascarado por projetos de expansão da fronteira agrícola e de assentamento de trabalhadores sem terra. Projetos que, como temos visto, mais produziram a morte do que promoveram a vida.

Por outro lado, o controle e a repressão no campo foi terceirizada aos pretensos senhores da terra no Brasil, aos latifundiários, aos grileiros, aos empresários rurais, tendo como resultado a formação de milícias e o aumento do poderio de pistoleiros e jagunços matadores.

Na imagem, novamente, é a morte que se anuncia, agora representada por qualquer pistoleiro ou fazendeiro, a impedir que os trabalhadores e, em especial, as suas lideranças, assumam a direção e o trabalho de conduzir os trabalhadores na direção da organização.

Estão representados na imagem Margarida Alves, Santo Dias da Silva, Gringo e Bendito Alves Bandeira (Benzinho), desses, com exceção de Santo Dias, todos eram líderes dos trabalhadores rurais, mortos por seu trabalho e por sua luta. Essa questão estava posta e exposta pelo JST. Em texto de Pedro Tierra, lê-se:

Os latifundiários e o governo brasileiro não permitem que líderes camponeses reconhecidos pela classe trabalhadora se afirmem. São mortos antes disso. Por quê? Eles, os fazendeiros e o governo sabem que uma classe sem dirigente é uma classe sem direção política. Viverá sempre recomeçando a marcha, sem acumular experiências. Quanto tempo levará a classe trabalhadora para formar líderes como Wilson Pinheiro, Margarida Alves, Tião da Paz ou Santo Dias da Silva, o operário assassinado nas ruas de São Paulo durante uma greve? Todos mortos porque lutaram por sua classe⁴²⁸.

Essa especialização dos crimes no campo, voltada preferencialmente para as lideranças, para os aliados na luta pela terra e por direitos trabalhistas, tornou-se mote privilegiado das denúncias de violações de direitos humanos no Brasil e no exterior. Quanto mais identificável é o rosto assassinado, mais intensa é a campanha contra a violência, mais visível ela se torna.

⁴²⁸ Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. *Violência: o objetivo é eliminar as lideranças*. Out. 1984, p. 13.

9.4 *É uma campanha orquestrada! A imagem negativa do Brasil no exterior*

Era 28 de setembro de 1988. Do Ministério das Relações Exteriores⁴²⁹, um telegrama foi dirigido à Embaixada brasileira em Washington (EUA), rogando providências e informações sobre a movimentação dos delegados da organização *Pax Christi*⁴³⁰, que havia visitado o Brasil no período de 11 a 28 de julho de 1988. “Os visitantes” – informava o telegrama, – “ciceroneados por membros da CPT, tinham por missão conhecer os conflitos de terra rural, indígena e urbana, afim de informar a opinião pública internacional”⁴³¹.

O grupo percorreu todas as regiões do país ouvindo trabalhadores rurais, indígenas, religiosos e políticos brasileiros, e analisou de perto as condições de vida das populações rurais para a elaboração de um relatório internacional sobre a condição dos direitos humanos no Brasil.

Conforme matéria publicada no *Jornal do Brasil*, os delegados da *Pax Christi* iriam advertir a executiva do Banco Mundial (Bird) “de que não deve aceitar o tratamento superficial dado pelo governo brasileiro aos programas de desenvolvimento”⁴³². Uma denúncia, na verdade, que constaria no relatório a ser publicado em vários idiomas e que seria distribuído ao próprio Banco Mundial, à ONU e ao Parlamento Europeu.

O conteúdo do telegrama também foi dirigido às embaixadas do Brasil em Portugal e na Alemanha, com uma preocupação e um pedido especial:

Peço, outrossim, interessar-se em saber se a organização não-governamental europeia ‘Pax Christi’, sediada em Bruxelas, distribuiu aos participantes da reunião do Bird o relatório da missão que enviou ao Brasil, em julho último, a

⁴²⁹ Em 1988, o Ministério das Relações Exteriores era presidido pelo ministro Roberto Costa de Abreu Sodré, natural de São Paulo, filho de uma família tradicional de fazendeiros e cafeicultores. Foi deputado estadual por três legislaturas pelo estado de SP, e governador do mesmo estado entre 1967 e 1971, após ser aprovado pelo presidente Castello Branco em uma lista tríplice para a sucessão paulista. Sodré esteve à frente das Relações Exteriores entre 1986 e 1990. Ver: CASTRO, Flávio Mendes de Oliveira. *Dois séculos de história da organização do Itamaraty (1808 – 2008)*. Vol. 2. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009, p. 81-89.

⁴³⁰ A organização internacional *Pax Christi* foi fundada na Europa em 1945 como um movimento de reconciliação reunindo franceses e alemães após a Segunda Guerra Mundial. Atualmente, o movimento conta com 120 membros ativos em mais de 50 países. A *Pax Christi* opera como uma entidade católica autônoma na qual leigos, bispos e outros membros religiosos trabalham como iguais em busca da paz e da reconciliação. Como um movimento católico baseado na fé, os esforços da *Pax Christi* para resolver conflitos são informados por uma profunda compreensão do impacto positivo e negativo da religião. Ver: <https://paxchristi.net/about-us/>. Acesso em: 03 fev. 2023.

⁴³¹ SIAN. *Direitos Humanos e a imagem do Brasil no exterior – dossiê*, 1988.

⁴³² *Jornal do Brasil*. *Grupo católico vai denunciar o governo ao Bird*. 22 jul. 1988, p. 4.

convite do cardeal de São Paulo e da Comissão Pastoral da Terra. Na hipótese afirmativa, estimaria de conhecer o texto do relatório⁴³³.

Ora, a preocupação do representante do *Ministério das Relações Exteriores* (não identificado no telegrama), refletia o incômodo que a visita da organização católica havia gerado, especialmente as declarações de alguns dos seus delegados na imprensa, que davam conta da observação de extrema pobreza no país, casos de tortura de trabalhadores rurais e limitações à organização política dos indígenas. Um desconforto diante de sérias acusações que colocavam em foco a imagem do Brasil no exterior, retrato que, naquele momento, era borrado por inúmeras notícias de violações de direitos dos camponeses e das populações indígenas.

No telegrama em questão, o informante dava demonstrações do malabarismo que os ministros de Estado, e o governo, de modo geral, realizava para tentar desfazer a imagem negativa que se produzia no exterior, e desmentir as denúncias de violações de direitos que circulavam dentro e fora do país.

Consta no documento que, na visita ao ministro da Justiça, Paulo Brossard, “a porta-voz dos visitantes” – a eurodeputada neerlandesa Eveline Herfkeng, teria aludido em termos vagos, um caso de tortura e a outro de proibição de realização de reunião entre os índios, ambos verificados no Acre”. Acusação que Paulo Brossard rechaçou prontamente, diz o telegrama, posto que “a prática inexistente no Brasil, registrando-se apenas, como nos demais quadrantes, casos isolados de maus tratos”⁴³⁴.

O telegrama em questão alude a uma movimentação dos grupos de apoio aos trabalhadores rurais, especialmente da CPT, na direção de uma campanha internacional em prol dos direitos humanos no campo, além de ser revelador da relevância e do peso que esse tema representa para o país nos anos 1980. Uma importância, é claro, que não estava dada, mas que se constitui paulatinamente pela ação dos próprios trabalhadores rurais, dos religiosos da CPT, do engajamento da CNBB, dos advogados ligados à luta pela terra e de tantos outros atores, simpatizantes e apoiadores da bandeira dos direitos humanos no país.

Não é pequeno o fato de o informante fazer questão de imputar à CPT e ao cardeal Dom Evaristo Arns a responsabilidade da vinda da comitiva da *Pax Christi* ao Brasil, como se, ao fazê-lo, quisesse encontrar culpados e responsáveis pela interferência dos estrangeiros nos assuntos internos do país. Transferir a outros, em geral aos opositores

⁴³³ SIAN. *Direitos Humanos e a imagem do Brasil no exterior*, op. cit.

⁴³⁴ *Ibid.*

do governo, a responsabilidade do borrão na imagem do Brasil no exterior será, via de regra, a estratégia de defesa e de ataque dos detentores do poder. Negar a existência das violações, transpô-las para o terreno das acusações levianas, das mentiras, dos falsos testemunhos; uma *campanha orquestrada*, dir-se-á, para comprometer o curso da transição democrática.

Entre a pressão internacional e os malabarismos internos para responder às acusações, se destacam as estratégias políticas dos grupos de apoio aos trabalhadores do campo para colocar na ordem do dia os direitos humanos das populações camponesas e cobrar das autoridades brasileiras as medidas de solução para os problemas pertinentes à questão fundiária, especialmente a violência. Aliás, a própria inércia do poder público em criar medidas protetivas dos homens do campo, especialmente a negação do direito e do acesso à Justiça, tornar-se-á argumento contundente das denúncias.

Pode-se mesmo falar em campanha, em orquestração, mas aquela que pretende alçar os trabalhadores do campo ao lugar de cidadãos de direitos reconhecidos não apenas por uma legislação interna, mas também pelas leis internacionais, direitos universais e inalienáveis. Essa campanha pode ser definida pelo trabalho de uma dupla exposição: primeiro a dos trabalhadores do campo como sujeitos de ação e de direitos; depois, a exposição do Estado brasileiro como agente violador, promotor de violências e indiferente aos valores humanos.

Contrariando os esforços diplomáticos que buscavam desenhar para o Brasil a imagem de um país defensor e garantidor dos direitos humanos, por meio da adesão aos tratados internacionais nessa matéria⁴³⁵, as notícias sobre violações de direitos dos trabalhadores do campo espalhavam-se pelo mundo, gerando pressões internas e externas. Das diversas embaixadas brasileiras pelo mundo chegaram cartas de protesto, pedidos de explicação aos órgãos ministeriais, exigências de manifestações públicas do próprio presidente da República sobre o estado de violência entre as populações rurais.

Borrava-se o esboço de um país democrático que atribuía “aos direitos da pessoa humana – seu respeito absoluto e pleno, e desimpedido exercício”, como destacou, em 1986, o ministro Abreu Sodré, na *Assembleia Geral da ONU* (BARRETO, 2012, p. 108-109).

⁴³⁵ Em 1985, José Sarney discursou na Assembleia Geral da ONU e apresentou ali a disposição do Brasil em aderir aos Pactos Internacionais das Nações Unidas Sobre Direitos Cívicos e Políticos, à Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, e sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Ver: CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas. (Org.). *O Brasil nas nações Unidas (1946-2006)*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007, p. 450.

Nas análises das correspondências recebidas (ou enviadas) pelo *Ministério das Relações Exteriores* observa-se a formação de um movimento de pressão internacional sobre o Brasil em torno da questão dos direitos humanos dos trabalhadores do campo, ação que aglutina personagens diversos, tanto coletivos quanto individuais, e que une esforços de atores estrangeiros e brasileiros. Pelas cartas, que enfocam a *Imagem do Brasil no exterior*, desnuda-se não apenas a defesa dos camponeses como sujeitos de direitos, mas também a ação de agentes sociais, como a CPT, na propagação e internacionalização das informações da violência no país.

A pressão internacional sobre o Brasil não priorizou apenas os casos que envolveram personagens de maior visibilidade social, como a execução do padre Josimo Moraes Tavares, em 10 de maio de 1986. É verdade que, pelo lugar que ocupam, pelo trabalho social que desenvolvem, a morte dessas figuras reverbera com maior intensidade, encontra maiores e mais largos canais de publicidade. O valor social de uma vida também tem a ver com o enquadramento que dela se realiza no momento de sua perda.

Mas também é verdadeiro que a morte dessas vítimas “maiores”, torna-se, pela publicização, pela circulação e reclame nacional e internacional, ponto de partida para uma análise e verificação da situação dos direitos humanos no país, atraindo os olhares do mundo sobre os tipos de violações incrustradas em nossa sociabilidade. Alarga-se a preocupação, amplia-se a lente de análise e visualiza-se outros sujeitos igualmente vilipendiados, os “infames”, a invadir a cena pública denunciando o poder violador.

É o caso, por exemplo, do assassinato do advogado e ex-deputado Paulo César Fonteles de Lima, em 11 de junho de 1987, no município de Ananindeua – PA. Fonteles foi morto aos 42 anos com três tiros disparados no seu ouvido direito enquanto aguardava seu motorista abastecer o carro. O ex-deputado foi preso político torturado em 1971, foi o primeiro presidente da *Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos*, advogado da CPT Araguaia-Tocantins, deputado pelo PMDB e um dos dirigentes do Partido Comunista do Brasil. Destacou-se pela defesa dos direitos dos posseiros e colonos do sul do Pará, pela luta em defesa da reforma agrária e pelo combate à violência no campo, confrontando-se, por isso, com grandes latifundiários, grileiros e políticos da região⁴³⁶.

⁴³⁶ Sobre a trajetória e morte de Paulo Fonteles, ver: SACRAMENTO, Elias Diniz. “É muito triste não conhecer o pai”: a herança da violência e os familiares de Gringo, Benezinho e Paulo Fonteles. Tese (Doutorado em História em História Social) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, 2020.

Anunciada⁴³⁷, a morte de Fonteles repercutiu internacionalmente e fez produzir uma grande quantidade de reclames ao governo brasileiro, notas de repúdio à violência sofrida pelo advogado, além de pedidos de investigação e punição dos culpados. As embaixadas brasileiras comunicaram ao MRE o peso negativo do episódio.

A Embaixada do Brasil em Berna tem recebido volumosa correspondência enviada por elementos simpatizantes ou afiliados da “Amnesty International” e outras organizações congêneres, manifestando preocupação diante do assassinato do advogado Paulo Fontelles e do atentado sofrido pelo padre Francisco Cavazzuti⁴³⁸.

Em outro registro, informa o MRE:

Segue em anexo, cópia de abaixo-assinado dirigido a autoridades brasileiras (Ministro da Justiça, Governador do Estado do Pará e Secretário de Segurança pública do Estado do Pará) por um certo “Grupo Brasileiro de Innsbruck”, da Áustria, sobre alegadas ocorrências de violência no setor rural brasileiro, entre as quais são mencionados o assassinato de Paulo Cesar Fonteles e ameaças de morte contra Ricardo Rezende, Raimunda Gomes da Silva, Pedro Luiz Dalcerro, Domingos Furlan e “uma grande número de padres, sindicalistas, trabalhadores rurais, camponeses e outros cidadãos”⁴³⁹.

Os documentos do MRE tratam de uma violência disseminada nas áreas rurais brasileiras, atingindo indiscriminadamente todos aqueles que se colocam como defensores do direito à terra e dos direitos humanos no campo. Na carta direcionada à Embaixada em Berna, de autoria da organização *Action des Chrétiens pour l'Abolition de la Torture*, a preocupação refere-se às repetições dos atos violentos no país, o que leva os manifestantes a implorarem ao presidente da República: “a pôr fim a esses crimes dirigidos contra pequenos agricultores e aqueles que os defendem”⁴⁴⁰.

A morte de Fonteles e o atentado ao padre italiano Francesco Cavazzuti⁴⁴¹, que foi baleado em 27 de agosto de 1987, após celebrar uma missa na cidade de Mossâmedes – GO, abrem espaço para a observação de outros crimes e dão conta de um alargamento da violência na direção dos pobres da terra e de seus aliados.

⁴³⁷ O próprio Fonteles, quando de sua atuação na Assembleia Legislativa do Pará, denunciou, na tribuna, as constantes ameaças que sofreu, inclusive apontando os nomes dos seus inimigos diretos, políticos, fazendeiros e pistoleiros. Ver: Diário do Pará. *Discurso do deputado previa atentado*. 12 jun. 1987, p. 4.

⁴³⁸ MRE. *Suíça. Cartas de Protesto. “Amnesty International” e outras organizações congêneres*. 10 nov. 1987.

⁴³⁹ MRE. *Imagem do Brasil no Exterior. “Grupo Brasileiro de Innsbruck”*. 23 nov. 1987.

⁴⁴⁰ “qui nous incite à vous prier de tout mettre en oeuvre pour mettre fin à ces crimes dirigés contre les petits paysans et ceux qui les défendent”. MRE. *Suíça. Cartas de Protesto, op. cit.*

⁴⁴¹ O padre foi socorrido e internado em estado grave, além de ter tido perda de visão. O crime foi praticado por dois homens desconhecidos que ocupavam um fusca cinza e teve como motivação a atuação de Cavazzuti junto aos trabalhadores rurais, principalmente as reuniões realizadas para discutir os problemas fundiários da região onde atuava.

O abaixo-assinado do *Grupo Brasileiro de Innsbruck* dirige-se ao governo afirmando ter conhecimento de que “os números de assassinato no campo ano após ano vem aumentando” e, após citar a morte de Paulo Fonteles, declara:

Sabemos pelos jornais e por comunicações, que um grande número de bispos, padres, sindicalistas, trabalhadores rurais, camponeses e outros cidadãos tem sido ameaçados de morte [...] Exigimos que o Governo tome todas as providências necessárias para que assegure o direito à vida e a liberdade das pessoas ameaçados de morte, e pune de acordo com a justiça as pessoas que assassinam e seus mandantes⁴⁴².

Essas manifestações causaram bastante incômodo e aborrecimentos, especialmente para o *Ministério da Justiça*, sob a batuta de Paulo Brossard. Deve-se, em primeiro lugar, destacar a tentativa de minimizar a importância ou desacreditar essas cartas, tomadas frequentemente como *campanha orquestrada*, ilações, intromissão nos assuntos internos do país ou produto de uma oposição ao governo.

Nas comunicações ministeriais, a *Anistia Internacional* figura como a principal responsável pela propaganda “negativa” do Brasil no exterior, sendo a ela imputada a responsabilidade pela produção e pelo envio das cartas, mesmo quando não há nenhuma menção à entidade no conteúdo das missivas. Mas a ideia é encontrar os traços de uma orquestração. Como destaca-se neste informe do MRE:

O envio de telegramas, que procedem de diferentes estados norte-americanos, constitui obviamente atividade orquestrada. Em todos os telegramas figuram como remetentes cidadãos privados. Em um deles, contudo, ao lado do nome do cidadão privado, aparece a indicação “Amnesty International Group”⁴⁴³.

Ou ainda: “a correspondência em questão tem todas as características de campanha coordenada pela “Amnesty International”⁴⁴⁴.

Sem dúvida, a *Anistia Internacional* tornara-se a principal entidade de investigação e divulgação das violações de direitos humanos e sua atuação no Brasil já acumulava importantes documentos reveladores da fragilidade desses direitos no país. Data de 1972 o primeiro relatório da organização, que teve o Brasil no centro de sua análise, denunciando os crimes de tortura praticados pela ditadura militar, expondo os

⁴⁴² MRE. *Imagem do Brasil no Exterior. “Grupo Brasileiro de Innsbruck”, op. cit.*

⁴⁴³ MRE. *Imagem do Brasil no Exterior. Suposta violações dos direitos de camponeses.* 30 jan. 1987. (Grifos do documento).

⁴⁴⁴ MRE. *Imagem do Brasil no exterior. Campanha da “Amnesty International” em favor de posseiros alegadamente presos no Pará.* 14 abr. 1987. (Grifos do documento).

lugares, as técnicas, os torturadores, além de apresentar listas com os nomes das vítimas⁴⁴⁵.

Faz parte do modo de operação da *Anistia Internacional*, desde sua fundação em 1961, o envio de cartas de denúncia e de protesto como forma de chamar a atenção da opinião pública para as situações de desrespeito aos direitos humanos; são, de fato, campanhas de mobilização que pressionam os Estados violadores, por meio de uma exposição mundial, a modificarem suas políticas de tratamento do homem e a aderirem ao reconhecimento dos direitos fundamentais consagrados desde a *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, em 1948.

A “orquestração de campanhas” identifica a organização, este é o aspecto mais óbvio e que não deveria ser o eixo das principais queixas das autoridades brasileiras. Ao concentrar-se na acusação improfícua da *Anistia Internacional*, o governo brasileiro relega ao segundo plano o problema fundamental das mais diversas formas de violações no país, em especial nas áreas rurais. Gasta energia apontando os “culpados” e seus possíveis interesses, deixando de responder eficazmente às denúncias de maus tratos, torturas, prisões arbitrárias, assassinatos etc.

Negar ou fazer-se vítima de acusação inverídica também foi estratégia bastante utilizada pelos representantes do governo brasileiro. O objetivo era fazer crer que tudo não passava de falsos problemas e levianas afirmações operadas por agentes de dentro e de fora do país. Isso se deu, por exemplo, no caso dos seis posseiros presos e torturados no sul do Pará, em 1987.

Os posseiros tiveram a prisão preventiva decretada em 16 de janeiro de 1987. Eram acusados do assassinato do fazendeiro Tarley Lemos de Andrade e de João Batista Gonçalves, trabalhador que o acompanhava. Conforme consta no *Termo de Declaração* de um dos presos, Errol Flin Barbosa, à *Delegacia de Furtos, Roubos e Vadiagem* do estado de Goiás, o crime se deu em razão de uma discussão entre Tarley e os posseiros, que, no dia do crime, tentavam retirar 144 toras de mogno previamente derrubadas e amontoadas numa parte das terras do fazendeiro. Tarley tentou impedir que os posseiros retirassem a madeira, alegando que, por estarem caídas em suas terras, eles não tinham direito nem a madeira, nem ao recolhimento. Na discussão, consta no *Termo*, Tarley

⁴⁴⁵ O relatório completo pode ser acessado no Sistema de Informações do Arquivo Nacional – SIAN: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_RJANRIO_TT/0/MCP/PRO/0284/BR_RJANRIO_TT_0_MCP_PRO_0284_d0001de0001.pdf. Acesso em 19 ago. 2022.

Lemos e João Batista foram assassinados com tiros pelos posseiros, em 19 de dezembro de 1986, em Santana do Araguaia – PA⁴⁴⁶.

Em fevereiro de 1987, o jornal *Diário do Pará* dava informações sobre a campanha da *Anistia Internacional* sobre as possíveis irregularidades na prisão dos posseiros e as notícias de torturas. Destacava-se que o presidente do GETAT, Ronaldo Barata, iria investigar a denúncia da entidade que, naquele momento, estava “gerando uma enxurrada de cartas de entidades e grupos de defesa dos direitos humanos de vários países dirigidas ao Ministro da Justiça Paulo Brossard”⁴⁴⁷.

Também em fevereiro, o *Jornal do Brasil* destacava a iminente ida dos consultores jurídicos da *Comissão Brasileira de Justiça e Paz*, Antônio Carlos Silva Biscaia e Luiz Guilherme Martins Vieira, à Conceição do Araguaia, para verificar as denúncias de maus tratos contra os sete presos envolvidos no caso de Tarley Lemos. Vinham a pedido do bispo local, D. Patrick José Hanrahan, que, segundo o periódico, andava preocupado com o destino de 77 presos envolvidos em processos criminais na região.

Dos enredados no assassinato de Tarley, que já somavam 22 acusados naquela altura, “sete”, segundo o jornal, “estão presos e incomunicáveis até para o advogado da *Comissão Pastoral da Terra*, José Machado de Carvalho”⁴⁴⁸.

Nesse momento, por outro lado, a UDR (diga-se que Tarley era filho do tesoureiro nacional da UDR, Jairo de Andrade) já acumulava uma série de acusações direcionadas à CPT e à CUT, grupos que, nas palavras do líder desta entidade, foram classificados como “bandidos”, “invasores”, responsáveis pelo “desassossego”, “inquietação” e, ainda, “estimulando a luta de classe”⁴⁴⁹.

A repercussão externa foi imensa. Somente ao ministro Paulo Brossard foram direcionadas mais de mil cartas de nacionalidades diversas. A internacionalização do caso dos posseiros do Pará deveu-se, principalmente, à atuação da CPT em defesa dos presos, prestando, para além do apoio jurídico e da solidariedade aos detentos, o trabalho de publicização do caso dentro e fora do país, acessando os grupos de defesa dos direitos humanos, mobilizando o olhar do mundo, chamando observadores estrangeiros.

⁴⁴⁶ SNI. *Caso Tarley Andrade. Santana do Araguaia – PA – decisão judicial*. Dossiê. 1987.

⁴⁴⁷ *Diário do Pará*. *Incra define meta de trabalho para 87*. 11 fev. 1987, p. 8.

⁴⁴⁸ *Jornal do Brasil*. *Advogados do Rio vão ao Pará dar assistência a lavradores*. 9 fev. 1987, p. 4.

⁴⁴⁹ *Jornal do Brasil*. *Pistoleiros matam no Pará filho de dirigente da UDR*. 21 dez. 1986, p.26.

O caso irritou profundamente Paulo Brossard, que reagiu intensificando as acusações à *Anistia Internacional*. Foi obrigado a responder às cobranças do ministro das Relações Exteriores, Abreu Sodré, explicando a situação dos posseiros, na tentativa de diminuir o borrão da imagem brasileira. Na carta resposta, Brossard põe em dúvida a autoridade das entidades internacionais acusadoras. Em questão estavam uma solicitação da Delegação do Brasil em Genebra e uma carta do relator especial do *Centro Para os Direitos do Homem das Nações Unidas*.

Nessa tentativa de deslegitimação dos requerentes, Brossard questiona:

[...] quais os informantes do Relator Especial, informantes que se permitem afirmar que os indiciados em processo crime por homicídio são “posseiros” e que teriam sido “torturados”; onde residem; como apuraram os fatos; por que meios difundiram a notícia *urbi et orbi*⁴⁵⁰.

Ao fazê-lo, contrapõe a aparente inconsistência e fragilidade das informações do relator especial à “fiabilidade” das fontes que se acercou para responder ao Ministro Abreu Sodré: valia-se da Justiça do Estado do Pará, da Polícia Federal, da imprensa paraense e dos autos do processo crime em curso na Comarca de Santana do Araguaia.

A tese de uma campanha orquestrada por entidades internacionais permeia todo o conteúdo da carta de Paulo Brossard, transformando os indícios de tortura e de prisão ilegal em meros factoides inventados por uma oposição política dentro e fora do Brasil. Ao citar os mais de mil telegramas recebidos pelo Ministério da Justiça, Brossard faz questão de acentuar que “a grande maioria deles de teor idêntico, a revelar a manipulação destas manifestações”⁴⁵¹.

Para Brossard, a internacionalização do episódio dos posseiros do Pará não passava de um flagrante caso de falsas acusações e produção de mentiras sobre o Brasil, que atendia a facções e grupos sectários. “Torna-se transparente”, diz o ministro,

que se trata de campanha orquestrada, pela qual entidades que se proclamam defensoras dos direitos humanos, sem sombra de prova, e sem qualquer compromisso com a verdade, formulam e difundem acusações insultuosas e caluniosas ao Brasil, que tenho o dever de repelir, como repilo, com a maior veemência⁴⁵².

Buscava, pois, transformar a *Anistia Internacional* em entidade inidônea e incapaz de julgar o andamento da Justiça brasileira, uma vez que realizava acusações

⁴⁵⁰ MRE. *Imagem do Brasil no exterior. Carta de Brossard ao Ministro Abreu Sodré*. 26 ago. 1987. (Grifos do documento).

⁴⁵¹ *Ibid.*

⁴⁵² *Ibid.*

“sem buscar maiores esclarecimentos sobre as circunstâncias da prisão e aceitou como verdadeiras denúncias sem qualquer procedência”.

Ora, no Brasil, a procedência primordial das denúncias de irregularidades no caso dos posseiros era a CPT, que acompanhou de perto o desenrolar dos fatos. Aliás, ao fazê-lo, a CPT coloca em foco o modo de atuação da Justiça brasileira quando se trata de resolver os crimes contra os poderosos e apaniguados do poder. Rapidez na busca e prisão dos acusados, celeridade no andamento dos processos, fácil acesso às instâncias jurídicas. Etapas que, em geral, não se processam quando os impetrantes são os próprios trabalhadores rurais ou seus aliados.

Em matéria do *Jornal do Brasil*, de 26 de janeiro de 1987, o advogado da CPT, João José Machado de Carvalho, que acompanhava o caso, apontou a seletividade da polícia e da Justiça, destacando não só a rapidez da operação que prendera sete acusados, mas, principalmente, a ligação do juiz Eronildes Sousa Primo, responsável pela causa, com a UDR, e desta com o ministro Paulo Brossard, implicado como facilitador dos trâmites em favor dos acusadores dos posseiros.

O dr. Eronildes funcionou muito bem como assessor da UDR. O Judiciário se curvou, mais uma vez, ao Poder Executivo, porque há três pedidos de habeas corpus na mesa do juiz e ele decretou a prisão preventiva dos posseiros, que haviam sido presos arbitrariamente pela polícia e foram mantidos em situação ilegal, incomunicáveis, até que decidissem quem era autor e co-autor. Mas a questão central é que o Judiciário fez exatamente o que Ronaldo Caiado (presidente da UDR) queria. Eu soube que ele teria pedido ao ministro da Justiça, Paulo Brossard, para que interferisse junto ao juiz no sentido de evitar os habeas corpus⁴⁵³.

Os acusados do crime foram presos em tempo recorde, “menos de duas semanas após o crime, todos os envolvidos estavam presos”⁴⁵⁴, enquanto outras centenas de crimes continuaram sem solução no estado do Pará. No Brasil, em 1988, a realidade dos crimes no campo evidenciava um flagrante desprezo pelas vidas perdidas em meio aos conflitos de terra, com a balança da Justiça pendendo sempre para as forças do latifúndio.

Dos mais de 1500 trabalhadores rurais, índios, sacerdotes, religiosas, advogados e outros profissionais assassinados desde 1964, somente seis casos tiveram julgamento na Justiça, sendo que em três casos houve condenação dos executores do crime e em outros três houve absolvição por falta de provas ou por legítima defesa. Em nenhum destes casos, os mandantes foram levados às barras dos tribunais e, na maioria absoluta, sequer foram indiciados (FAJARDO, 1988, p. 5).

⁴⁵³ *Jornal do Brasil*. *Justiça e Polícia batem recorde no assassinato de Tarley*. 26 jan. 1987, p. 4.

⁴⁵⁴ *Jornal do Brasil*. *Pará tem mais de 500 crimes sem solução*. 30 dez. 1988, p. 5.

O caso dos posseiros irritou a Paulo Brossard não somente pela repercussão internacional que provocou, mas também porque ele jogou luz sobre os indícios de favorecimento pessoal do ministro à UDR, desnudando o uso da máquina pública em benefício dos latifundiários e dos empresários rurais, além de evidenciar a submissão das forças policiais ao poderio dos senhores da terra no Brasil. Por isso Brossard vocifera contra a *Anistia*, repudia, rechaça e corta relações.

Essa postura, pode-se afirmar, é um modo de operação que, buscando esconder a culpa e a responsabilidade própria de uma dada governamentalidade, ataca os canais e os agentes que tentam reverberar essa culpa. A fórmula, diga-se, Brossard a repetiu por ocasião da publicação de um extenso relatório da *Anistia Internacional*, intitulado *Brasil: violência autorizada nas áreas rurais*, em 1988.

Publicado simultaneamente em várias capitais mundiais, o documento foi apresentado em duas versões, uma completa, com 79 páginas, e outra resumida em 16 páginas, com o título *Brasil matando com impunidade*. Nos dois casos, a *Anistia* apresenta de forma escrachada, com imagens de forte impacto visual, a violência nas áreas rurais do país, além de fazer uma contundente acusação das autoridades brasileiras, afirmando serem responsáveis e coniventes com a agonia dos trabalhadores rurais, dos advogados, dos religiosos e demais sujeitos que se colocam ao lado dos pobres da terra.

O eixo fundamental dos documentos é a impunidade, flagrantemente sustentada pelas instituições brasileiras, pelas autoridades judiciais e policiais, a revelar o pouco valor dispensado à vida dos homens camponeses, desprotegidos e desassistidos juridicamente. No documento *Brasil matando com impunidade*, a primeira grande mensagem trata da negação e da omissão da justiça:

A proteção da justiça foi negada a centenas de pessoas no norte do Brasil e as mesmas foram deliberadamente assassinadas por pistoleiros. Outras centenas foram detidas por curtos períodos após batidas policiais em seus vilarejos. Comunidades inteiras foram totalmente arrasadas – as casas incendiadas e as plantações destruídas. [...] O que preocupa a organização é a esmagadora evidência de que a campanha de intimidação e assassinato desenvolvida pelos fazendeiros é não só permitida mas também frequentemente auxiliada pelas autoridades. O governo está, no mínimo, permitindo que os mais básicos direitos de um grande número de seus cidadãos sejam pisoteados. A polícia rotineiramente prende, maltrata, algumas vezes tortura e ilegalmente despeja camponeses, mas falha em levar seus assassinos a julgamento⁴⁵⁵.

Pela publicação, os leitores têm acesso a diversos episódios evidentes da negligência do poder público em relação aos conflitos de terra e da conivência com os

⁴⁵⁵ ANISTIA INTERNACIONAL. *Brasil matando com impunidade*, 1988, p. 1.

promotores da violência, o que faz do próprio governo um agente de sustentação das violações de direitos no campo. Os assassinatos do padre Josimo, de Raimundo Ferreira Lima (o Gringo), de João Canuto, do advogado Paulo Fonteles de Lima, Nativo da Natividade de Oliveira, Margarida Alves, e outros tantos, são narrados no documento, apontando sempre os indícios da inoperância da justiça.

No desaparecimento e morte de José Vieira Sobral, desaparecido em 26 de março de 1986, em São Sebastião de Tocantins, tem-se que:

Foi só no dia 27 de março que o delegado de polícia recuperou o corpo. Ele havia sido arrastado a três metros da estrada e deixado sob uma árvore. As duas orelhas haviam sido cortadas. [...] O corpo de José Vidal foi enterrado no local sem realização de autópsia; Quando entrevistado pela Anistia Internacional entrevistaram-se com o delegado de São Sebastião, este admitiu que não tomara nenhuma providência para investigar o assassinato, alegando que o crime ocorrera na jurisdição da cidade vizinha. [...] Embora tanto o delegado quanto o juiz de Araguatins tivessem dito ter conhecimento do caso, não tinham nenhum registro oficial sobre o mesmo e nada havia sido feito para investiga-lo⁴⁵⁶.

No caso de Gringo, baleado e morto em maio de 1980, “A polícia perdeu todos os documentos do processo de investigação do caso e seu assassino está à solta”⁴⁵⁷.

Com João Canuto de Oliveira, líder sindicalista na cidade de Rio Maria, no estado do Pará, assassinado em 18 de dezembro de 1985, o mesmo tratamento:

João Canuto de Oliveira estava em risco e procurou proteção policial. Não recebeu nenhuma. [...] imediatamente após o assassinato, a família foi à delegacia para comunicar o crime. Por coincidência, o prefeito e o delegado policial tinham saído da cidade naquela semana e os policiais que ficaram disseram que só perseguiriam os pistoleiros se lhes fosse dado dinheiro para a gasolina⁴⁵⁸.

Em todos os enredos constata-se a regularidade de um modo de operação que diz respeito à negação do acesso às investigações das ameaças de morte, dos assassinatos, dos crimes de pistolagem; fecha-se a porta da justiça aos trabalhadores e aos seus aliados; dificulta-se o andamento dos processos, a movimentação policial; cria-se, por isso mesmo, uma massa populacional marginalizada da justiça.

Ora, a privação e a exclusão dessa população do direito à justiça criam, por consequência, uma espécie de sujeito não elegível para ela; um desqualificado. Reduz-se, por assim dizer, o estatuto do cidadão, ou do humano, fazendo emergir a figura do *sujeito*

⁴⁵⁶ *Idem*, p. 6.

⁴⁵⁷ *Idem*, p. 5.

⁴⁵⁸ *Idem*, p. 8.

indigno, um enquadramento não inscrito oficialmente na legislação nacional, mas que se encontra facilmente nas periferias dos centros urbanos ou nas áreas rurais.

Essa exclusão opera menos pela imposição de uma lei autoritária e explícita do que pela silenciosa e contínua usurpação do direito à justiça, estabelecendo, por isso, sujeitos desprovidos das garantias humanas básicas, talvez não humanos, que não podem aspirar ou merecer alguma proteção legal.

Também é verdade que essa usurpação se dá pelo desmonte das estruturas de proteção das populações camponesas, ou, simplesmente, pela precarização dessas estruturas, dificultando a sua operação. Isso se observa quando à polícia não se oferece as condições materiais de atuação, quando seu número é insuficiente, as viaturas impróprias ou inexistentes, os policiais são mal remunerados. Precarizar os instrumentos e os caminhos que levam à justiça é também um modo de negá-la a quem, por seus próprios meios, não pode buscá-la.

Insisto no problema do valor atribuído à vida no interior de nossa sociabilidade, em especial dos homens do campo brasileiro. A negação do direito à justiça e à proteção policial, tal como foi apresentada pela *Anistia Internacional*, parece evidenciar a determinação (entre nós) de qual vida merece ser vivida, qual merece a proteção do Estado e, por oposição, qual existência se torna indigna, sacrificável. “Toda sociedade”, diz-nos Agamben, fixa este limite, toda sociedade – mesmo a mais moderna – decide quais sejam seus homens sacros” (AGAMBEN, 2007, p. 146).

O desvalor do camponês encontrava-se difuso, estruturado institucionalmente, facilmente observado nas práticas dos policiais, dos juízes ou dos tribunais. A *Anistia* escancarava esse fato internacionalmente, narrando os casos emblemáticos desse desprezo pela vida no meio rural e elencando as falhas mais comuns nos processos de investigação:

O crime não é registrado e o inquérito não é aberto; as investigações no local do crime e autópsias não são realizadas; os inquéritos são mal conduzidos, de forma a obstruir o processo judicial; os documentos do caso se extraviam; a polícia não prende os suspeitos, embora estes possam viver na localidade e ser vistos na área; pistoleiros aguardando julgamento ‘escapam’ da prisão preventiva, aparentemente com a ajuda da polícia; quando há evidência de que um ‘assassinato contratado’ ocorreu, não há investigação sobre os que contrataram o crime; promotores e juízes que se empenham em resolver casos são transferidos; distritos judiciais são deixados vagos e casos passam de tribunal para tribunal; os casos nunca chegam a tribunal de júri⁴⁵⁹.

⁴⁵⁹ *Idem*, p. 14.

Nessa infinidade de obstruções intencionais, a vida no campo vai se eclipsando, desaparecendo, perdendo-se como valor, até virarem corpos igualmente desprezíveis, ocultados e desfigurados. Continua na morte o apagamento dedicado aos vivos. Daí porque, não raro, a única sobrevivência dos pobres é o seu corpo decomposto, na maioria das vezes irreconhecível. Completa-se, por assim dizer, o projeto desaparecedor do Estado brasileiro, fazendo sumir os sujeitos camponeses das preocupações governamentais, indo desembocar na total impossibilidade de reconhecimento do cadáver teimoso.

O Brasil já estava “acostumado” com as imagens horrendas desses corpos insistentes no cenário rural, elas se tornaram cada vez mais frequentes na publicidade nacional, forçadas, sobretudo, pelo trabalho de investigação e de denúncia dos grupos de apoio aos direitos humanos dos trabalhadores rurais e à luta pela terra e pela reforma agrária. A CPT, o MST, a CONTAG e outras entidades, realizaram fortemente a tarefa de construção de uma dada visibilidade e dizibilidade dessas cenas. Agora elas atingiam o público internacional de forma crua, dura e com fortes apelos emocionais.

Provocar o choque era, certamente, a principal intenção da *Anistia Internacional*. Cruza pelo que se diz e pelo que se mostra visualmente.

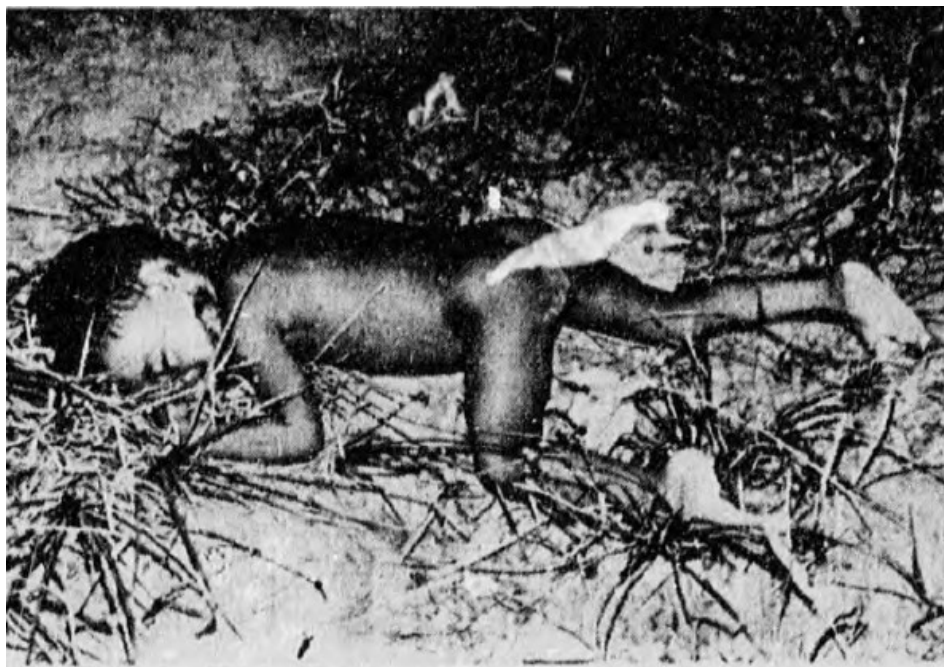


Fig. 39 Clésio Pereira.
Fonte: Brasil matando com impunidade, p. 12.

Acompanhava essa imagem parte da narrativa da agonia da família de Clésio Pereira de Souza, criança de apenas três anos de idade, assassinado por pistoleiros, em Goianésia, sul do Pará, em outubro de 1987.

Em 23 de outubro de 1987, cinco pistoleiros armados invadiram a casa da família de Clésio, espancaram sua mãe, Maria de Jesus, e depois mataram um amigo da casa, João Barbosa, de 25 anos, com um tiro na boca que estraçalhou seus lábios, língua e desfigurou seu rosto. No dia seguinte, apavorados, a família inteira rumou para a delegacia para registrar o ocorrido. Não foi possível. No caminho, os assassinos tocaram-nos, e deflagraram contra o Sebastião Pereira, pai de Clésio, um tiro no tórax. Sebastião liderava um grupo de trinta famílias de trabalhadores que lutavam pela posse de uma área na fazenda Baronesa, de propriedade dos irmãos Hermínio Ferreira Branco e Joaquim Ferreira Branco.

Depois do assassinato de Sebastião, diante da mãe já emudecida pelo pânico, os criminosos vitimaram o pequeno Clésio. A dimensão da selvageria foi registrada Klester Cavalcanti, em diálogo com a viúva de Sebastião, nestes termos:

Um dos criminosos pegou Clésio pelo braço esquerdo, suspendendo-o como se de um saco se tratasse. O menino chorava, esperneava, clamava pela mãe. Maria de Jesus quis emergir da lama e correr para salvar o filho, mas o corpo não obedecia aos comandos do cérebro. Estava paralisada de pânico e de ódio. O bandido jogou Clésio sobre o corpo de Sebastião, coberto por uma mistura de sangue e lama. Ao mesmo tempo, os cinco assassinos, num ato de selvageria que impressionaria até os investigadores da polícia, alvejaram pai e filho (CAVALCANTI, 2004, p. 28-29).

Sabe-se que Maria de Jesus enfrentou problemas psicológicos permanentes, a imagem da tripla execução jamais saiu de sua memória, o que a levou, algumas vezes, a pensar e a tentar o suicídio. Difícil, igualmente, defrontar-se com essa imagem e essa descrição dos últimos momentos de Clésio, dói nos olhos e nos ouvidos.

Caído no chão em meio à vegetação, completamente despido, sozinho, o pequeno Clésio lembra, através da imagem do seu corpo vilipendiado, a fragilidade, a desproteção e a precariedade da vida nos campos no Brasil. Coloca em questão a interdição da vida, já na sua aurora, impedindo a reprodução dos sonhos, dos projetos e das lutas. Morte da infância e sequestro do futuro, o que se dava frequentemente pelo assassinato das crianças ou pela transformação delas em órfãos da terra.

O documento da *Anistia Internacional* deu ênfase primordial à banalização da violência e o desprezo pelas vidas perdidas não apenas no caso de Clésio, que não encontrou guarida na justiça brasileira. “Quando a mãe de Sebastião foi à delegacia”, está

escrito, “o delegado, um sargento da polícia militar disse que não poderia registrar o assassinato porque não tinha caneta ou papel”⁴⁶⁰. A irrelevância da vida que se opera no interior do processo burocrático e institucional, negando a alguns, em geral aos pobres, às populações mais vulneráveis, a proteção policial, a aplicação da legislação penal, os rigores da Justiça.

É difícil avaliar a emoção provocada pelo tipo de exposição visual como a fotografia do pequeno Clésio, especialmente no quadro de atrocidades mundiais contemporâneo, e em meio à banalização das imagens das dores humanas em contexto de guerra, de desastres ambientais, de regimes ditatoriais, ou ainda no dilema dos refugiados espalhados pelo planeta. A comoção e o senso de justiça não estão completamente garantidos quando se põe diante dos olhos a dor do outro. Corre-se sempre o risco de, saturados que estamos de imagens, não alcançarmos uma leitura capaz de ver nelas os restolhos do horror. “A imagem como choque e a imagem como clichê são dois aspectos da mesma presença” (SONTAG, 2003, n.p.).

Apesar disso, creio que esse tipo de imagem, como rastro de acontecimentos, nos aponta para uma quebra na norma que rege o tema dos direitos, e que aquilo que conhecemos por humanidade está ameaçado (BUTLER, 2018, p. 120). E se não podemos acessar completamente o impacto dessa imagética do horror, podemos, pelo menos, afirmar que elas contribuíram para desgastar, mais ainda, a imagem do Brasil aqui e além fronteiras, obrigando o Estado a prestar esclarecimentos ao mundo.

Paulo Brossard reagiu da forma que lhe era peculiar, negando e atacando a *Anistia*. “Não é verdade”, disse o ministro, afirmando que “nenhum dos crimes a que se refere a *Anistia Internacional* chegaram ao seu ministério”; “os que chegaram foram todos investigados”, reiterou Brossard⁴⁶¹. Aproveitou para repetir a afirmação de que a entidade responsável pelo documento era um “organismo inidôneo”, e tratou com desdém a pergunta sobre se daria uma resposta às acusações apresentadas, dando a entender que não se prestaria este trabalho⁴⁶².

Uma vez mais, duvida da capacidade investigativa da *Anistia*, ressaltando sua exterioridade e distanciamento da realidade brasileira. “Falar em violência e tortura é muito fácil, especialmente quando se escreve do outro lado do Atlântico”⁴⁶³. O presidente

⁴⁶⁰ *Idem*, p. 12.

⁴⁶¹ CORREIO BRAZILIENSE. *Brossard nega omissão que Anistia acusa*. 9 set. 1988, p. 10.

⁴⁶² JORNAL DO BRASIL. *Acusação da Anistia é rejeitada por Sarney*. 9 set. 1988, p. 4.

⁴⁶³ VEJA. *Brasil a luz da Anistia*. 14 set. 1988.

José Sarney, por sua vez, limitou-se a dizer que não aceitava as acusações nos termos em que foram divulgadas, e negou dizendo que “o governo não é conivente”⁴⁶⁴.

Não assumiam, pois, a violação dos direitos humanos dos camponeses, limitando-se a jogar para o terreno das ilações as flagrantes evidências apresentadas não somente pela *Anistia Internacional*, mas também por uma série de grupos brasileiros, em especial a CPT, coletora e propagadora das notícias dos casos de violência no meio rural, tornando-se a fonte primordial para pesquisadores de dentro e de fora do país. Mas tudo se passava, para o governo, como uma articulada campanha de difamação do Brasil pelo mundo.

Enquanto isso, fora do Brasil, as notícias dos conflitos fundiários circulavam de forma alargada, colocando o país em destaque pela violência crescente contra os trabalhadores rurais e os seus apoiadores. Reaviva-se para o público internacional a imagem da nação como violadora dos direitos humanos, tal como ocorreu nos anos mais sombrios da ditadura militar, aproximando a chamada “Nova República” da governamentalidade anterior, de que, em tese, ela tentava se distanciar e diferenciar-se. “As repercussões dos conflitos fundiários brasileiros, no exterior”, dizia a rádio francesa *France Internationale*, “passaram a ser tão negativas quanto às verificadas quando da época da repressão, imposta pela ditadura militar”⁴⁶⁵.

Não se tratava apenas de uma imagem repetida nos olhos internacionais, mas da constatação, no Brasil, da existência de um projeto continuísta de governo que, para os problemas da terra, adotou as mesmas e velhas medidas de limitação da democratização da terra, de exclusão dos trabalhadores rurais dos processos de decisão, de privilégio às classes proprietárias, de militarização da questão agrária, de perseguição aos sujeitos envolvidos com as lutas pela terra e pela reforma agrária e de tentativa de despolitização das lutas sociais no campo. As velhas medidas, borradas, desgastadas, incompatíveis com o processo de transição e democratização, mas plenamente vigentes, a enfatizar o quanto envelhecida era a “Nova República”.

⁴⁶⁴ *Idem.*

⁴⁶⁵ CSN. *A igreja católica e a reforma agrária no Brasil*, 1987.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não desenterres o passado. Podes encontrar um futuro morto.

Mia Couto, *O mapeador de ausências*.

N’*O mapeador de ausências*, Mia Couto trata de uma nova etapa da violência da guerra colonial, que opera o massacre de uma forma tão lenta, que parece nunca acontecer, ao mesmo tempo que parece nunca acabar. Trata-se do *estratagema do relógio*, em que o ponteiro dos segundos se movimenta tantas vezes sem que ninguém repare no seu movimento. Da mesma forma em que são massacrados os negros, (e por que não dizer os camponeses, ou os indígenas?), sem que ninguém os perceba, os contabilize.

Esta tese buscou acompanhar o esforço da CPT e do MST, sem esquecer de tantos outros atores envolvidos na luta pela terra e pela reforma agrária no Brasil, para dar *visibilidade e dizibilidade* à questão da violência no campo, na vigência do primeiro governo civil posterior à ditadura militar de 1964. Um período marcado pela intensificação de todas as formas de violação de direitos dos trabalhadores rurais e pela elevação das cifras de assassinatos de camponeses, de indígenas, de lideranças sindicais, de religiosos, de advogados e todos os que se colocaram ao lado das populações rurais.

Uma *República envelhecida*, que não foi capaz de romper completamente os laços com a antiga ordem autoritária, como também não quis levar adiante um processo de reforma agrária democratizante, como pediam os trabalhadores. O anúncio do PNRA, em 1985, atíçou os ânimos dos latifundiários e dos empresários rurais, que reagiram violentamente, numa campanha antirreformista marcada pelo discurso de morte e pela arregimentação de milícias armadas.

A insistência em tornar pública a violação de direitos humanos no campo, que é também uma tentativa de paralisar o *relógio*, ou de retardar o seu movimento, se fez pela utilização de variados dispositivos discursivos – jornais, boletins, cartazes, charges, cadernos de formação, dossiês, relatórios de conflitos, revistas, cartas etc. Meios e formas discursivas para a apresentação de um problema nacional – a violência contra os trabalhadores rurais e seus apoiadores, maneira de chamar a atenção da sociedade brasileira e do mundo. Por eles se viu e se ouviu um *Rosário macabro*, caracterizado pela

discussão repetitiva dos horrores da *guerra no campo* no Brasil, como forma de denúncia, de protesto e de luta.

Em meio à violência os trabalhadores se levantam, se organizam, apoiados por agentes colaboradores, como a CPT, que nasce da disposição de estar ao lado dos pobres da terra e faz a opção de estar com eles. *Comissão Pastoral da Terra*, uma *veia* por onde passa a ideia de democracia e de democratização da terra e dos direitos humanos no campo. Pelos boletins pastorais, pelos relatórios de *Conflitos no Campo Brasil*, a CPT informa, forma e politiza os trabalhadores, além de denunciar dentro e fora do país a escandalosa violência no meio rural.

Trata-se de importar-se com a *dor dos outros*, de proclamar publicamente qual vida merece ser vivida e qual merece ser enlutada. O gesto de recolher as informações dispersas sobre os conflitos, de registrar os nomes e as histórias de cada trabalhador tombado pelo confronto com o poder do Estado ou com as forças particulares criadoras de morte, é também um gesto de dar valor à vida dos pobres da terra, dos sujeitos anônimos, que talvez só tenham ficado registrado nos *documentos da agonia*. Da mesma forma em que o trabalho de listar os mortos, de contabilizar as perdas, tornou-se um meio de denúncia e apelo nacional e internacional pelo fim da violência no campo.

Criar meios e formas para dizer e para fazer ver a violência no campo é também uma maneira de documentá-la, de produzir a memória dos enfrentamentos e das resistências cotidianas que os trabalhadores e os agentes de mediação põem em prática. Mostrei muitos momentos de agonia – perseguições, ameaças, despejos, torturas, mutilações, assassinatos, desaparecimentos. São todos relatos que poderiam, em primeiro plano, evidenciar a derrota dos pequenos diante dos poderosos, dos *senhores da guerra*. Mas esta tese preferiu tratar esses tristes episódios como ocasiões em que a resistência manifestava-se, em que a teimosia dos trabalhadores insistia em não deixar o chão da terra; instantes em que, mesmo destruída a casa ou a roça, o sem-terra preferiu ficar, ocupar, acampar.

Daí porque os *documentos da agonia* são também documentos de memória da resistência camponesa, do corpo que chora, que grita, que pede socorro, que encara a polícia, que se deixa fotografar e sabe que as imagens de seu sofrimento podem criar emoções e denunciar as condições de possibilidade da violência no Brasil.

O MST também foi agente de elaboração de uma memória da violência e das lutas de resistência, as da *República envelhecida* e as da ditadura militar. Publicou *Assassinatos no campo: crime e impunidade*, demonstrando a semelhança entre os dois

tempos, denunciando a incompetência do governo de José Sarney para resolver os problemas agrários do país. Um dossiê em nome da memória, mas também um documento de contabilidade da violência, somando-se a outros registros semelhantes, o que, a meu ver, tornou-se uma característica dos tempos de democratização do país. Os grupos engajados na luta pela terra compreenderam a importância de mostrar ao país o tipo de governabilidade em curso, a *necropolítica* como modelo, tanto na ditadura, quanto na *República envelhecida*.

Uma memória produzida também nas páginas dos jornais alternativos, como o JST, a voz dos próprios trabalhadores, lugar de narração da própria dor, e espaços de publicação da realidade camponesa, dos infortúnios e das vitórias, das lutas e resistências; o jornal como instrumento de formação das classes trabalhadoras, por onde a discussão do processo de democratização do país e da terra puderam circular, com ênfase na reforma agrária exigida pelos próprios trabalhadores. São também os impressos em que se viram os *enquadramentos da violência* e os *quadros de guerra no Brasil*, chamando a atenção para as formas cruentas postas em prática pelo latifúndio e, por vezes, pelo próprio Estado, para barrar a politização das lutas camponesas.

No espaço de tempo governado por Sarney muitos corpos tombaram no campo. O anterior processo de militarização da questão agrária cedeu lugar à violência particular dos fazendeiros, dos empresários rurais, dos grileiros, assistidos por pistoleiros, capangas, milícias. Quase sempre protegidos pelas forças do Estado, em especial as polícias. A liderança sindical, o advogado, o padre, a freira ou o agente de pastoral que a luta demorou anos para formar, o latifúndio matou num instante.

O que não significa o fim da luta. A *República envelhecida* foi também uma era de produção de muitos mártires, homens e mulheres, leigos e religiosos que deram a vida pela causa de Deus e dos pobres da terra, que derramaram seu sangue, e um sangue que fecunda a luta. Discutiu-se o processo de martirização desses sujeitos que se colocaram na defesa dos direitos dos camponeses, figuras que, por sua entrega, transformaram-se em exemplos de vida e animadores da caminhada.

O luto e a memória dos mártires tornaram-se oportunidade de luta. As missas em homenagem aos assassinados no campo, as comemorações de aniversário de morte, são ocasiões para rememorar as situações de violência e para denunciar as condições sociais que as produzem. *Missa e protesto*, luto e chamamento para a ação. Esta é uma das funções do mártir, animar, convocar, provocar adesão a uma causa. Daí porque o sujeito martirizado precisa estar sempre *presente*; por isso é preciso investir nas marchas, nas

caminhadas, nas missas, nas festas, nos calendários; eles cumprem a tarefa de cultivar viva a lembrança da vida, da luta e da entrega, com sangue, do *mártir encantado*⁴⁶⁶.

A história da luta pela terra continua sendo a história do massacre na terra. Finda-se um período político que fez a opção pela morte, escancarando a *necropolítica*⁴⁶⁷, criador e gestor da eliminação do seu povo, especialmente as populações mais vulneráveis. São mais de 700 mil vidas perdidas pela pandemia do novo *Coronavírus* – Covid 19, resultado de uma política desastrosa, negacionista e incompetente. No campo, entre 2013 e 2022, temos totalizados 424 assassinatos⁴⁶⁸.

Há um futuro diferente a ser construído, esperanças a serem renovadas, lutas retomadas e vitórias, enfim, concretizadas. Há uma reforma agrária por ser feita. Existe um bocado de trabalhadores rurais sem terra para viver. Há outros em situação de trabalho escravo. O *Movimento Sem Terra* continua sendo alvo das tentativas de criminalização de sua luta e de sua trajetória⁴⁶⁹. A violência no campo continua ceifando vidas, da mesma forma em que permanece abafada pela grande mídia. Continua vigente, pois, a necessidade de encontrar palavras, meios e caminhos para notar as vidas que se perdem cotidianamente, para parar o *relógio* que nos mantém cegos e insensíveis.

Espero que esta tese possa contribuir de alguma forma para que, ao discutir a violência do passado, possamos problematizar os horrores de nosso tempo.

⁴⁶⁶ Sobre os mártires encantados, ver: SOUZA, Edmilson Rodrigues de. *A morte sobre outro ponto de vista: transformação do líder morto em mártir-encantado*. (Tese) Centro de Ciências Humanas e Naturais, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória – ES, 2013.

⁴⁶⁷ O presidente Jair Messias Bolsonaro foi derrotado nas eleições presidenciais de outubro de 2022 pelo candidato do *Partido dos Trabalhadores* – PT, Luís Inácio Lula da Silva.

⁴⁶⁸ Os dados são da *Comissão Pastoral da Terra* no caderno de Conflitos no Campo Brasil para o ano de 2022. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/6354-conflitos-no-campo-brasil-2022>. Acesso em: 12 jun. 2023.

⁴⁶⁹ Neste momento, está instalada na Câmara Federal uma Comissão Parlamentar de Inquérito de investigação do MST. A CPI foi requerida pelo tenente-coronel Zuco, com a finalidade, nos termos do próprio coronel, de “investigar a atuação do grupo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), do seu real propósito, assim como dos seus financiadores”. Requerimento nº 03/2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2351529>. Acesso em: 12 jun. 2023.

FONTES

Obras impressas.

ANISTIA INTERNACIONAL. *Brasil: violência autorizada nas áreas rurais*. 1988.

AMNESTY INTERNATIONAL. *Brazil Briefing*. London, 1988.

AMNESTY INTERNATIONAL REPORT 1983.

AMNESTY INTERNATIONAL REPORT 1984.

AMNESTY INTERNATIONAL REPORT 1985.

AMNESTY INTERNATIONAL REPORT 1986.

BRASIL. *Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1995.

BRASIL. *Habeas corpus: que se apresente o corpo: a busca dos desaparecidos políticos no Brasil*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010.

BRASIL. *Camponeses mortos e desaparecidos: excluídos da Justiça de Transição*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade. Relatório: textos temáticos*. Vol. 2. Brasília: CNV, 2014.

CASALDÁLIGA, D. Pedro. *Creio na justiça e na esperança*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CASALDÁLIGA, D. Pedro. *Na procura do reino: antologia de textos 1968/1988*. São Paulo: FTD, 1988.

CASALDÁLIGA, D. Pedro. *Cuando los días dan que pensar: memoria, ideário, compromisso*. Madrid: PPC Editorial y Distribuidora, 2013.

CPT. *CPT: pastoral e compromisso*. São Paulo: Vozes, 1981.

CPT. *Pe. Josimo: a velha violência da Nova República*. São Paulo: Ícone Editora Ltda., 1986.

CPT; CEPAC; IBASE. *O genocídio do Nordeste*. São Paulo: Centrais Imppressoras Brasileiras Ltda., 1988.

CPT. *Sem Terra em cartaz*. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

D. MÁXIMO BIENNÈS. *et. al. Y-Juca-Pirama, o índio, aquele que deve morrer: documento de urgência de bispos e missionários*. 1973.

GÖRGEN, Frei Sérgio A. *O massacre da Fazenda Santa Elmira*. Petrópolis: Vozes, 1989.

OLIVEIRA, Plínio Corrêa de; CAMPO, Carlos Patricio del. *A propriedade privada e a livre iniciativa, no tufão agro-reformista*. São Paulo: Editora Vera Cruz, 1985.

OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. *No Brasil a reforma agrária leva a miséria ao campo e à cidade*. São Paulo: Editora Vera Cruz, 1986.

TFP. *Agitação social, violência: produtos de laboratório que o Brasil rejeita*. São Paulo: Editora Vera Cruz, 1984.

Jornais/ Boletins.

A Crítica – AM (1984).

Jornal do Brasil – RJ (1985, 1986, 1987, 1988).

Jornal do Comércio – AM. (1985).

Correio Brasileiro – DF (1985, 1986, 1987, 1988).

Diário do Pará. (1986, 1987).

Folha de São Paulo. (1983,1984, 1985, 1986).

Grito do Nordeste. Anos consultados (1985).

O Estado de São Paulo (1986).

O Popular – GO (1986).

Resistência – PA (1981).

Boletim Nacional da CUT (1985).

Jornal do Tribunal dos Crimes do Latifúndio (1987).

Revistas.

Grito do Nordeste. Ano XIX, nº 85, julho/agosto de 1985, p. 9.

Veja. (1980 – 1988).

Revista Reforma Agrária (1979 – 1987).

Porantim (1983).

Sem Fronteiras (1982).

Documentos do MST.

MST. O Plano Nacional de Reforma Agrária e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. *Caderno de formação*, n. 4, junho, 1985.

MST. Nossa força depende de nossa dedicação. *Caderno de formação*, n. 13, julho, 1987.

Documentos da CONTAG.

CONTAG. *A violência no campo pela mão armada do latifúndio: 1981 a junho/1984: torturas, prisões, espancamentos, assassinatos, impunidade e expulsão dos trabalhadores de terra.* Brasília, 1984.

CONTAG. *Posição da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, sobre o Plano Nacional de Reforma Agrária, aprovado pelo Governo.* 11 de outubro de 1985.

Documentos Oficiais.

MIRAD. *Proposta para a elaboração do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República – PNRA.* Brasília, 1985.

MIRAD. *Conflitos de terra: dados relativos aos conflitos de terra, em que se registram mortes, ocorridos no país entre 01 de janeiro e 31 de outubro de 1985.* Brasília, 1985.

MIRAD. *Levantamento dos Conflitos de terra em que se registram mortes, ocorridas no país entre primeiro de janeiro e vinte e dois de maio de 1986.* Brasília, 1986.

MIRAD. *Conflitos de terra: levantamento dos conflitos de terra em que se registram mortes, ocorridas no país em 1985.* Brasília, 1986.

Documentos da CPT.

CPT. *As ilhas da resistência.* Goiânia, 1979.

CPT. *Nota de esclarecimento.* Goiânia, 12 de setembro de 1983.

CPT. *Denúncia caso Araguaia-Tocantins,* 1981.

CPT. *Conflitos de terra no Brasil – 1979 a 1981.* Goiânia, 1981.

CPT. *Conflitos no Campo Brasil – 1985 – 2019.*

CPT. *Violência no campo: Janeiro à agosto de 1984.* Goiânia, 1984.

CPT. *O martírio na luta pela terra.* 31 de agosto de 1986.

CPT. *A Comissão Pastoral da Terra e o Plano Nacional de Reforma Agrária.* Goiânia, 10 de junho de 1985.

CPT. *Intervenção perante a Sub-comissão de Reforma Agrária e Política Agrícola do Congresso Constituinte.* Goiânia, 06/05/1987.

CPT. MARTINS, José de Souza. *Na revolta das formigas,* 1985.

CPT. Regional Norte II. *Relatório de conflitos 1988,* 1989.

CPT. *O clamor dos agricultores: não é justo que continue assim!* Caxias do Sul, 1981.

CPT. *Sesion del tribunal permanente de los Pueblos*. 1989.

CPT. *Tribunal nacional dos Crimes do Latifúndio: extrato de ata da terceira sessão*. 1989.

Documentos do SIAN.

SNI. *Boletim “Cheiro da terra”, Comissão Pastoral da terra – Santa Catarina – RS*. 2 mai. 1983.

SNI. *Boletim “Paneiro”, da comissão pastoral da terra – Norte I*. 25 mai. 1983.

SNI. *Denúncia contra o Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins – GETAT*. Dossiê. 1984.

SNI. Nota Oficial da Diocese de Bacabal ao Ministro do SNI, General Ivan de Souza Mendes. Bacabal, 04 de julho de 1985. In: SNI. *Clima de tensão e intimidação social no município de Bacabal/MA*, 18 de julho de 1985.

SNI. *Declaração de Josimo Moraes Tavares*. Imperatriz – MA, 17 de abril de 1986.

SNI. *Congresso Brasileiro Sobre Reforma Agrária*. Dossiê, 1985.

SNI. *Sepultamento do padre Josimo Tavares de Moraes, em Tocantinópolis/GO*. 1986.

DCDP. Parecer nº 550/82.

SNI. *Comemoração do aniversário da morte do padre João Bosco Penido Burnier, e inauguração da Igreja dos “mártires da caminhada”, em ribeirão Bonito/MT*. 1986.

SIAN. Sindicato dos Trabalhadores Rurais. *Carta aberta à população*. Pancas 19 set. 1986.

SIAN. MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. *Relatório anual de informações*, 1986.

SIAN. *Missa e ato público em Trairi/CE*, 1986.

SNI. Agência Rio de Janeiro. *Centro de Defesa dos Direitos Humanos*. 31 mar. 1982.

SNI. Agência Rio de Janeiro. *Publicação Justiça e não violência*. 22 abr. 1982.

SNI. Agência Central. *Atuação da Comissão Pastoral da Terra*. 3 abr. 1981.

Subchefia de Defesa Civil RS. *Relatório Acampados da Encruzilhada Natalino*. In: SNI. Agência RS. *V Romaria da Terra da Encruzilhada Natalino RS*. 13 mar. 82.

SIAN. *Direitos Humanos e a imagem do Brasil no exterior – dossiê*, 1988.

SNI. *Problemas fundiários projeto de assentamento dirigido pad. Novo Aripuanã*. 1984.

MRE. *Suíça. Cartas de Protesto. “Amnesty International” e outras organizações congêneres*. 10 nov. 1987. Fundo: Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações exteriores. Direitos Humanos.

- MRE. *Imagem do Brasil no Exterior. “Grupo Brasileiro de Innsbruck”*. 23 nov. 1987.
- MRE. *Imagem do Brasil no Exterior. Supostas violações dos direitos de camponeses*. 30 jan. 1987.
- MRE. *Imagem do Brasil no exterior. Campanha da “Amnesty International” em favor de posseiros alegadamente presos no Pará*. 14 abr. 1987.
- SNI. *Caso Tarley Andrade. Santana do Araguaia – PA – decisão judicial*. Dossiê. 1987.
- MRE. *Direitos humanos e imagem do Brasil no exterior*. Dossiê, 1987.
- CSN. *A igreja católica e a reforma agrária no Brasil*, 1987.
- CSN. *GETAT, plano de emergência*. Ago., 1980.
- SNI. *Boletim Cheiro da terra – CPT de Santa Catarina*. 8 ago. 1983.
- SNI. *Exposição do problema fundiário brasileiro nas nações unidas*. 1984.
- DCDP. *Requerimento da gravadora sociedade propagadora soverdi para aprovação das letras: zumbi; canto dos mártires; Joilson; pai nosso dos mártires; hino da caminhada dos mártires; Marçal guarani; à Frei Tito*. Maio, 1986.

Sites.

- <http://sian.an.gov.br>.
- <https://chargesbira.blogspot.com>.
- <http://armazemmemoria.com.br>.
- <https://www.cptnacional.org.br>.
- <https://mst.org.br>.
- <https://sistemas.unesp.br/cedem/publico/material/pesquisar.action>.
- <https://racismoambiental.net.br>.

Filmes.

- LAN, direção de Milton Alencar Jr., 1988, (20:50 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yBcMmc7u5PE>. Acesso em: 09/04/2021.

Cartazes.

- Ferreirinha (CEDEM).
- Justiça (CEDEM).

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
- AGUIAR, Vilenia Venancio Porto. *Somos todas margaridas: um estudo sobre o processo de constituição das mulheres do campo e da floresta como sujeito político*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2015.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. Bauru, SP: Edusc, 2007.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 2009.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *O tecelão dos tempos: novos ensaios de teoria da história*. São Paulo: Intermeios, 2019.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. GETAT – *A segurança nacional e o revigoramento do poder regional*. Rio de Janeiro, 1980. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/getat-seguranca-nacional-e-o-revigoramento-do-poder-regional>. Acesso em: 22 out. 2020.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ARIÈS, Philippe. *História da morte no Ocidente: da Idade média aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.
- ASSELIN, Victor. *Grilagem: corrupção e violência em terras do Carajás*. Petrópolis: Vozes; CPT, 1982.
- AZEVEDO, Fernando. *As ligas camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1982.
- BARRETO, Fernando de Mello. *A política externa após a redemocratização*. Tomo I. Brasília: FUNAG, 2012.
- BARROS, Manoel. *Poesia completa*. São Paulo: LeYa, 2013.
- BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: LÖWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”*. São Paulo: Boitempo, 2005.

- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: BENJAMIN, Walter. *O anjo da história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.
- BERTOL, Rachel. Como os sem-terra se inventaram pela mídia: a novidade social nos anos 1990. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 31, pp. 3 – 23, 2003.
- BEZERRA, Antonio Alves. *Na luta pela terra - expressões e escritos: o Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (1981 – 2001)*. Maceió: Edufal, 2015.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- BRUNO, Regina. O Estatuto da Terra: entre a conciliação e o confronto. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 6 – 31, Rio de Janeiro, 1995.
- BRUNO, Regina Angela Landim. Revisitando a UDR: ação política, ideologia e representação. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 40, p. 69 – 89, 1996.
- BRUNO, Regina Angela Landim. *Senhores da terra, senhores da guerra: a nova face política das elites agroindustriais no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- BRUNO, Regina Angela Landim. *O ovo da serpente: monopólio da terra e violência na Nova República*. 2002. Tese. (Doutorado em Ciências Sociais) – Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.
- BRUNO, Angela Landim Bruno. Nova República: a violência patronal rural como prática de classe. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 5, nº 10, pp. 284 – 310, jul./dez. 2003.
- BURKE, Peter. *A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XIV*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- BUTLER, Judith. *Vida precária: os poderes do luto e da violência*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.
- BUTLER, Judith. *A força da não violência: um vínculo ético-político*. São Paulo: Boitempo, 2021.
- CALDART, Salete Roseli. *Pedagogia do movimento sem-terra*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- CALVEIRO, Pilar. *Poder y desaparición: los campos de concentración em Argentina*. Buenos Aires: Colihue, 2006.

- CAMARGO, Maria Luíza Gutierrez. *O latifúndio do projeto Jari e a propriedade da terra na Amazônia brasileira*. Dissertação. (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- CAMPELLO DE SOUZA, Maria do Carmo. A Nova República brasileira: sob a espada de Dâmocles. In: STEPAN, Alfred. (org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- CANUTO, Antônio. *Ventos de profecia na Amazônia: 50 anos da Prelazia de São Félix do Araguaia*. Goiânia: Ed. da PUC de Goiás, 2021.
- CARDIA, Nancy; ASTOLFI, Roberta. (orgs.). *Tortura na era dos direitos humanos*. São Paulo: Edusp, 2014.
- CARVALHO, Murilo. *Sangue da terra: a luta armada no campo*. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1980.
- CASTRO, Flávio Mendes de Oliveira. *Dois séculos de história da organização do Itamaraty (1808 – 2008)*. vol. 2. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.
- CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.
- CAVALCANTI, Klester. *Viúvas da terra: morte e impunidade nos rincões do Brasil*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2004.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense, 2011.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- CERTEAU, Michel de. *História e psicanálise: entre ciência e ficção*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.
- CHAUÍ, Marilena. O assassinato de Margarida Alves. In: ITOKAZU, Ericka Marie. CHAUÍ-BERLINCK, Luciana. (orgs.). *Marilena Chauí: sobre a violência*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.
- CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas. (org.). *O Brasil nas nações Unidas (1946-2006)*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.
- COSTA, Josué Ivan. *A voz do resistência: um jornal contra a ditadura militar*. (Monografia) Faculdade de História da Universidade Federal do Sul e do Sudeste do Pará, Marabá, 2018.
- COUTO, Mia. *Vozes anoitecidas: contos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- COUTO, Mia. *Histórias abensonhadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- COUTO, Mia. *Cada homem é uma raça: contos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

- COUTO, Mia. *O mapeador de ausências*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- DALMONTE, Edson Fernando. Efeito de real e jornalismo: imagem, técnica e processos de significação. *Sessões do Imaginário*, v. 13, n. 20, p. 41 – 47, 2008.
- D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente 1300 – 1800: uma cidade sitiada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. Quando as imagens tocam o real. *Pós: Revista do programa de Pós-Graduação em Artes da EBA/UFMG*, v. 2, n. 4, pp. 206 – 219, 2012.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. *Pueblos en lágrimas, Pueblos em armas: el ojo de la historia*, 6. Cantábria: Contracampo/Shangrila, 2017.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. *Remontagens do tempo sofrido: o olho da história*, II. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.
- DIMENSTEIN, Gilberto. *et al. O complô que elegeu Tancredo*. Rio de Janeiro: Ed. JB, 1985.
- DUARTE, Ana Rita Fonteles; SILVA, Jailson Pereira da; LUCAS, Meize Regina de Lucena. *Dizer é poder: escritos sobre censura e comportamento no Brasil autoritário (1964 -1985)*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2017.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador, volume 1: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro, Zahar, 2011.
- EMEDIATO, Luiz Fernando. *A grande ilusão*. São Paulo: Geração Editorial, 1992.
- ENGELS, F. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- FAJARDO, Elias. *Em julgamento a violência no campo: relato das mortes analisadas pelo Tribunal Nacional dos Crimes do Latifúndio*. Petrópolis: Vozes; Instituto Apoio Jurídico Popular; FASE, 1988.
- FARGE, Arlette. *Lugares para a história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- FARGE, Arlette. *Efusión y tormento: el relato de los cuerpos: historia del Pueblo en el siglo XVIII*. Buenos Aires: Katz Editores, 2008.

- FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (orgs.). *O Brasil republicano: o tempo da nova república: da transição à crise política de 2016*. Quinta República (1985 – 2016). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. In: FOUCAULT, Michel. *Estratégia, poder-saber: Ditos e escritos IV*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de novembro de 1970*. São Paulo: Edições Loyola, 2012.
- FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau, 2013.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2016.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.
- FOUCAULT, Michel. *A sociedade punitiva: curso no Collège de France (1972 – 1973)*. São Paulo: Martins Fontes, 2018.
- FRANCO, Fábio Luís. *Governar os mortos: necropolíticas, desaparecimento e subjetividade*. São Paulo: Ubu Editora, 2021.
- FREIRE, Eduardo Nunes. O design no jornal impresso diário: Do tipográfico ao digital. *Revista Galáxia*, São Paulo, n. 18, pp. 291 – 310, 2009.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2009.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. O preço de uma reconciliação extorquida. In: SAFATLE, Vladimir; TELES, Edson. (orgs.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- GASPARI, Elio. *A ditadura acabada*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016.
- GIGLIOLI, Daniele. *Crítica da vítima*. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2016.
- GINZBURG, Carlo. Micro-história: duas ou três coisas que sem a respeito. In: *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GINZBURG, Carlo. *Medo, reverência, terror: quatro ensaios de iconografia política*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- GOMES, Paulo César. *Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira (1971 – 1980): a visão da espionagem*. Rio de Janeiro: Record, 2014.
- GOMES, Angela de Castro; GUMARÃES NETO, Regina Beatriz. *Trabalho escravo contemporâneo: tempo presente e seus usos do passado*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

- GONÇALVES, Adelaide. A gente cultiva a terra e ela cultiva a gente: uma história do MST. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (orgs.). *O Brasil republicano: o tempo da nova república: da transição à crise política de 2016*. Quinta República (1985 – 2016). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- GRAFAR. *Edição de risco: coletânea: cartuns, charges, quadrinhos, caricaturas e ilustrações*. Rio Grande do Sul: Edições Tinta China, 2005.
- GUIMARÃES, Ed Carlos de Sousa. *A violência desnuda: justiça penal e pistolagem no Pará*. Tese. (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Pará, 2010.
- HAN, Byung-Chul. *Topologia da violência*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.
- HARTOG, François. *Evidência da história: o que os historiadores veem*. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2017.
- HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- HUIZINGA, Johan. *O outono da Idade Média: estudos sobre as formas de vida e de pensamento dos séculos XIV e XV na França e nos países baixos*. São Paulo: Cosac Naify, 2013.
- HUNTINGTON, Samuel P. *A terceira onda: a democratização no final do século XX*. São Paulo: Editora Ática, 1994.
- JELIN, Elizabeth. *La lucha por el pasado: como construimos la memoria social*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2017.
- JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. São Paulo: Ática, 2014.
- JORDÃO, Nathalie de Queiroz; SANTIAGO, Adriana Paula de Andrade da Costa e Silva; MONTENEGRO, João Batista. Identificação de corpos carbonizados no IML – PE. *Derecho y Cambio Social*, Lima, n. 31, ano X, 2013.
- JÚNIOR, Itamar Vieira. *Torto arado*. São Paulo: Todavia, 2019.
- KAFKA, Franz. *O veredicto e Na colônia penal*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. E-book.
- KEHL, Maria Rita. Tortura e sintoma social. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. (orgs.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- KEHL, Maria Rita. Violações de Direitos Humanos dos camponeses. In: BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade. Relatório: textos temáticos/ Comissão Nacional da Verdade*. Brasília: CNV, 2014.

- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora PUC-Rio, 2006.
- KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014.
- LATOURE, Bruno. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.
- LE BRETON, David. *Antropologia da dor*. São Paulo: Fap-Unifesp, 2013.
- LE BRETON, David. *Antropologia del dolor*. Barcelona: Seix Barral, 1999.
- LEAL, Pedro Fonseca. Colonização agrícola dirigida e construção de parceiros tutelados. *Antropolítica*. Niterói, n.27, pp. 155 – 182, 2. Sem. 2009.
- LEONARDI, Victor. *Entre árvores e esquecimentos: história social nos sertões do Brasil*. Brasília: Paralelo 15 Editores, 1996.
- LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter. (org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- LIMA, Eonilson Antônio de. *A luta pela terra na região norte de Goiás: assentamento Juarina (1968-1988)*. Tese. (Doutorado em História) – Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015.
- LIMA, Maria do Socorro de Abreu e. A Ação Católica Rural: mudanças e desafios políticos de 1978 a 1985. *Crítica Histórica*, Alagoas, vol. 9, n. 18, pp. 89 – 118, dez. 2018.
- LOUREIRO, Violeta; GUIMARÃES, Ed Carlos. Reflexões sobre a pistolagem e a violência na Amazônia. *Revista Direito GV*, v. 3, n. 1, pp. 221 – 246, jan./jun. 2007.
- LÖWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- LÖWY, Michael. *O que é Cristianismo da Libertação: religião e política na América Latina*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2016.
- MARINS, J; TREVISAN, M. T; CHANONA, C. *Martírio: memória perigosa na América Latina hoje*. São Paulo: Edições paulinas, 1984.
- MARTINS, José de Sousa. *A reforma agrária e os limites da democracia na “Nova República”*. São Paulo: Editora Hucitec, 1986 a.
- MARTINS, José de Souza. *Não há terra para plantar neste verão: o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo*. Petrópolis: Vozes, 1986 b.

- MARTINS, José de Souza. *A militarização da questão agrária no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- MARTINS, José de Souza. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. São Paulo: Editora HICITEC, 1991.
- MARTINS, José de Souza. *A chegada do estranho*. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.
- MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso: ensaios de Sociologia da história lenta*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1994.
- MARTINS, José de Souza. *A política do Brasil: lúmpen e místico*. São Paulo: Contexto, 2017.
- MARX, Karl. *Sobre o suicídio*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- MARX, Karl. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl. *Os despossuídos*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MAUÉS, Flamarion. Livros, editoras e oposição à ditadura. *Estudos Avançados*. São Paulo, vol. 28, nº 80, pp. 91-104, 2014.
- MAUÉS, Flamarion. A tortura denunciada sem meias-palavras: um livro expõe o aparelho repressivo da ditadura. In: SANTOS, Macdowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida. (orgs.). *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*. Vol. 1. São Paulo: Editora HUCITEC, 2009.
- MBEMBE, Achille. *Políticas da inimizade*. Lisboa: Antígona, 2017.
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: N-1 Edições, 2018.
- MCCLOUD, Scott. *Desvendando os quadrinhos*. São Paulo: MaKron Books, 1995.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Trabalhadores do campo, luta pela terra e o regime civil-militar. In: PINHEIRO, Milton. (org.). *Ditadura: o que resta da transição*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. (org.). *Ditadura, conflito e repressão no campo: a resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.
- MELO, Árifé Amaral. À morte, sua imagem e semelhança: representações e mudanças simbólicas. *Revista Café com Sociologia*, Maceió, v. 9, n. 1, pp. 83 – 102, jan./jul. 2020.
- MENDONÇA, Sônia Regina de. *A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária – a natureza e o comportamento 1964 – 1990*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

- MENDONÇA, Sônia Regina de. O Patronato Rural Brasileiro na atualidade: dois estudos de caso. *Anuario del Centro de Estudios Históricos «Prof. Carlos S. A. Segreti»*, Córdoba (Argentina), año 8, n° 8, pp. 139-159, 2008.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra. Fontes visuais, cultura visual, história visual: balanço provisório, propostas cautelares. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 28, n. 45, pp. 11 – 36, 2003.
- MONTENEGRO, Antônio Torres. Labirintos do medo: o comunismo (1950 – 1964). *Clio*, Recife, v. 22, n. 1, pp. 215 – 235, jan./dez. 2004.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917 – 1964)*. Tese. (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Jango e o golpe de 1964 na caricatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Os expurgos de 1964 e o discurso anticorrupção na caricatura da grande imprensa. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v.8, n. 18, pp. 9 – 39, maio/ago. 2016.
- MUCHEMBLED, Robert. *Uma história da violência: do final da Idade Média aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Edições 70, 2014.
- NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2020.
- NEPOMUCENO, Eric. *O massacre: Eldorado do Carajás: uma história de impunidade*. Rio de Janeiro, 2019.
- NOSSA, Leonencio. *Mata! O major Curió e as guerrilhas no Araguaia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- PAULA, Karuna Sindhu de. *Travessia por 'terceiras margens' de um rio: natureza e cultura no Rio Jaguaribe*. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.
- PEREIRA, Airton dos Reis. A prática da pistolagem nos conflitos de terra no sul e no sudeste do Pará (1980-1995). *Revista Territórios e fronteiras*, Cuiabá, vol. 8, n.1, jan./jun. 2015.
- PERLI, Fernando. O que era simples imprensa virou mídia: como o MST divulgou os meios de comunicação de massa. *Revista Tempo & Argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 21, pp. 181 – 209, maio/ago. 2017.

PETIT, Pere; PEREIRA, Airton dos Reis; PESSÔA, Fábio Tadeu de Melo. Camponeses, fazendeiros e a teologia da libertação na luta pela terra no sul e no sudeste do estado do Pará: 1960 – 1990. *Tempos Históricos*, v. 18, pp. 337 – 365, 2014.

PINHEIRO, Milton. (org.). *Ditadura: o que resta da transição*. São Paulo: Boitempo, 2014.

PIOVESAN, Flávia. *Direitos humanos e justiça internacional: um estudo comparativo dos sistemas regionais europeu, interamericano e africano*. São Paulo: Saraiva, 2014.

PORFÍRIO, Pablo Francisco de Andrade. *Pernambuco em Perigo: pobreza, revolução e comunismo (1959 – 1964)*. Dissertação. (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, pp. 3 – 15, 1989.

PRESSBURGER, Miguel; Araújo, Maria Teresa de. Tribunal Nacional dos Crimes do Latifúndio – resposta da sociedade civil à violência do Estado. *Proposta*. Rio de Janeiro, n.49, ano XV, jun. pp. 9 – 15, 1991.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. O calendário e golpe de 1964. Temporalidade, escrita da história e hagiografia. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 34, n. 67, pp. 111-129, 2014.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. *O escorpião atrás do espelho: a tortura no regime de 1964 e o declínio da narrativa*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2017.

RANCIÈRE, Jacques. O efeito de realidade e a política da ficção. *Novos Estudos*, v. 29, n. 1, pp. 75 – 90, 2010.

RAVENNA, Monyse. *Os sem terrinha: uma história da luta social no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

REIS, Daniel Aarão. As armadilhas da memória e a reconstrução democrática. In: ALONSO, Ângela; GOMES, Angela de Castro. et. al. *Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

REVEL, Judith. *Michel Foucault: conceitos essenciais*. São Carlos: Clara Luz, 2005.

RIBEIRO, Ana Maria Motta et al. Os cadernos de conflitos no campo da CPT. *Revista Trabalho Necessário*, vol. 18, n. 36, pp. 404 – 429, 2020.

RIOS, Kênia Sousa. *Isolamento e poder: Fortaleza e os Campos de concentração na seca de 1932*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.

ROBIN, Régine. *A memória saturada*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.

RODRIGUES, Luanna Louyse Martins. *Terra que brota margaridas e encerra vidas: judicialização da questão agrária e violência no campo paraibano*. Tese (Doutorado em Geografia), Centro de Ciências Exatas e da Natureza, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

RUDÉ, George. *A multidão na história: estudo dos movimentos populares na França e na Inglaterra 1730 – 1848*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1991.

SACRAMENTO, Elias Diniz. “*É muito triste não conhecer o pai*”: a herança da violência e os familiares de Gringo, Benezinho e Paulo Fonteles. Tese – (Doutorado em História em História Social) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, 2020.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970 – 1980)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAFATLE, Vladimir. *O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

SAFATLE, Vladimir. *Do uso da violência contra o Estado ilegal*. São Paulo: Boitempo, 2019. E-book.

SANTOS, Paulo César dos. *Produtos da terra: tempo, espaço e técnica nas exposições Industriais (1861-1922)*. Tese (Doutorado em História Social) – Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará (UFC), 2016.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SCALABRIN, Leandro Gaspar. O crime de ser MST. *Osal*, Buenos Aires, ano IX, nº 24, pp. 201 – 208, out. 2008.

SCOTT, James C. *A dominação e a arte da resistência: discursos ocultos*. Lisboa: Letra Livre, 2013.

SILVA, Luiz Antônio Machado da. Violência urbana, segurança pública e favelas: o caso do Rio de Janeiro atual. *Caderno CRH*, Salvador, v. 23, n. 59, pp. 283 – 300, Mai./Ago. 2010.

SILVA, José Graziano da. *Para entender o Plano Nacional de Reforma Agrária*. São Paulo: Editora Braziliense, 1985A.

SILVA, José Graziano da. O “Pnarex”, aquele que parece o PNRA, mas não é. *Revista Reforma Agrária*, ano 15, nº 3, pp. 13 – 63, Ago./Dez. 1985B.

- SILVA, José Graziano da. Reforma Agrária, já? *Revista Reforma Agrária*. Ano 15, nº 2, mai./jun. 1985C, pp. 5 – 17.
- SILVA, José Gomes da. *Buraco negro: a reforma agrária na Constituinte*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.
- SOBREIRA, Caesar. *Opus Iustitiae Pax: Igreja, Estado & Direitos Humanos no Brasil (1964 – 1996)*. Recife: EDUFRPE, 2017.
- SONTAG, Susan. *Diante da dor dos outros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SOUSA, Reginaldo Cerqueira. Guerrilha do Araguaia: violência, memória e reparação. *Projeto História*, São Paulo, v. 66, pp. 178 – 219, set./dez., 2019.
- SOUZA, Eduardo Ferreira de. *Do silêncio à satanização: o discurso de Veja e o MST*. São Paulo: Annablume, 2004.
- SOUZA, Edmilson Rodrigues de. *A morte sobre outro ponto de vista: transformação do líder morto em mártir-encantado*. Dissertação – (Mestrado em Ciências Sociais) Centro de Ciências Humanas e Naturais, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória – ES, 2013.
- SOUZA, Edmilson Rodrigues de; CICCARONE, Celeste. A fabricação de mártires encantados e suas apropriações por coletivos rurais e indígenas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 29, n. 85, pp. 33 – 48, jun., 2014.
- STEDILE, João Pedro. MST 20 anos: o significado da celebração. MST. Educação no MST: balanço 20 anos. *Boletim da educação*, nº 9, nov., 2004.
- STEDILE, João Pedro. (org.). *A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda: 1960 – 1980*. São Paulo: Expressão popular, 2005.
- STEDILE, João Pedro. (org.). *Programas de reforma agrária: 1946 – 2003*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- STEPAN, Alfred. *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- TAVARES, Ana Helena. *Um bispo contra todas as cercas: a vida e as causas de Pedro Casaldáliga*. Petrópolis: Editora Vozes, 2020.
- TELES, Janaína de Almeida. Os familiares de mortos e desaparecidos políticos e a luta por “verdade e justiça” no Brasil. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. (Orgs.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- THOMPSON, Edward Palmer. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.
- TODOROV, Tzvetan. *Los abusos de la memoria*. Barcelona; Buenos Aires; México: Paidós, 2008.

TODOROV, Tzvetan. *Diante do extremo*. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2017.

VALENTE, Rubens. *Os fuzis e as flechas: história de sangue e resistência indígena na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

XAVIER, Maria Regina de Souza. *História e memória: experiências de migrantes paraibanos em Serra do Ramalho-BA (1970-1989)*. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de Ciências Humanas, Universidade do Estado da Bahia (UNEB), 2011.

ZANOTTO, Gizele. *É o caos!!! A luta anti agro-reformista de Plínio Corrêa de Oliveira*. Dissertação (Mestrado em História Cultural) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2003.

ŽIŽEK, Slavoj. *Violência: seis reflexões laterais*. São Paulo: Boitempo, 2014.